

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sintia Soares Helpes

DEPOIS DAS GRADES:

Trajetórias de mulheres egressas do sistema prisional

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Helpes, Sintia Soares.

DEPOIS DAS GRADES : Trajetórias de mulheres egressas do sistema prisional / Sintia Soares Helpes. -- 2019.

224 f.

Orientador: Paulo César Pontes Fraga

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Sistema de Justiça Criminal. 2. Egressas. 3. Precariado. 4. Estado Penal. 5. Histórias de Vida. I. Fraga, Paulo César Pontes, orient. II. Título.

Sintia Soares Helpes

DEPOIS DAS GRADES:

Trajetórias de mulheres egressas do sistema prisional

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga

Juiz de Fora

2019

SINTIA SOARES HELPES

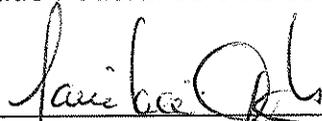
**DEPOIS DAS GRADES: TRAJETÓRIAS DE MULHERES EGRESSAS
DO SISTEMA PRISIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

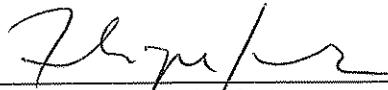
Tese defendida e aprovada em 21/02/2019



Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora



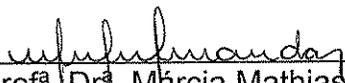
Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Duriguetto
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Luiz Claudio Lourenço
Universidade Federal da Bahia



Prof^a. Dr^a. Márcia Mathias de Miranda
Faculdade Machado Sobrinho

À memória de Marielle Franco.

AGRADECIMENTOS

Assim como Gonzaguinha, “aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente”¹. E tive sorte em ter tanta gente querida, disposta e admirável próxima a mim durante todo o doutorado. Não sendo possível agradecer nominalmente a todos, registro aqui o agradecimento a algumas dessas pessoas que tiveram contribuição valiosa na elaboração desta tese direta ou indiretamente.

Agradeço ao meu professor e orientador de mestrado e doutorado, Paulo César Pontes Fraga, que durante todos esses anos foi uma grande referência intelectual e humana para mim. Sempre me incentivou a “andar com minhas próprias pernas”, mas, ao mesmo tempo, sempre se fez presente, disponibilizando-me um direcionamento intelectual e uma mão amiga todas as vezes que precisei.

Aos meus professores, por terem sido, tantas vezes, inspiração para mim. Agradeço especialmente aos professores Raul Magalhães, Elcemir Paço-Cunha, Maria Lúcia Duriguetto e Felipe Maia (UFJF); Fernando Lhamas, Leila Maciel, Roberta Calvano, Sebastião Oliveira e Rogério Pinto (IFSudsteMG); Queila Alcântara, Rogério Nascimento e Carlos Pravato (Ensino Fundamental).

Agradeço ao Victor Alves Pontes, meu companheiro, por me mostrar que o amor se prova através do cotidiano, pela parceria e por sempre ter acreditado em mim. À minha mãe, Eliete, por todo o amor doado, por todo cuidado e por ter ficado mais ansiosa do que eu para que este trabalho fosse concluído! Ao meu pai, Jorge, pelo amor e cuidado. Ao meu irmão, Maykon, por ver em mim qualidades que nem eu acredito ter. À minha avó, Maria, pelo amor e pela torcida. Agradeço também a todos os familiares.

Durante o doutorado, minha vida deixou de ser uma só e transformou-se em duas. Foi quando a Manuela, minha filha, nasceu. Nenhum agradecimento pode estar à altura da força da sua existência, nem da força que a sua existência confere à minha.

De alguma forma, a vida também é constituída pela morte. E, durante o doutorado, perdi uma das pessoas que mais vibravam com as minhas conquistas: meu avô Antônio. Esse título é dele também.

¹ Música *Caminhos do Coração*, composição de Gonzaguinha.

Agradeço aos amigos, pela capacidade que têm de fazer do mundo um lugar mais leve. Não sei o que seria de mim sem as cervejas e as conversas com a Aline, Ana Flávia, Glaucia, Sthefânia, Andressa e tantas outras pessoas queridas, que, mesmo longe, sempre arrumam uma forma de se fazerem presentes. Em Natal, novos amigos fizeram desta cidade meu lar. Davidson, Júnior, Natália e Igor, obrigada pela acolhida!

A todos os amigos do IFRN, campus Lajes, que fizeram desta instituição o melhor lugar para se estar, em especial à Samara, Eugênio, Dannilo, Camila, Fernando, Luciana e André. A parceria de vocês me possibilitou adaptação plena no novo trabalho. E obrigada por me tolerarem pacientemente nos últimos dias de escrita da tese!

Agradeço à toda comunidade da UFJF, que, durante muitos anos, me forneceu toda a base necessária para que eu pudesse estudar e realizar minhas pesquisas da melhor forma possível.

Agradeço às mulheres que se dispuseram a participar desta pesquisa. Emocionei-me com cada uma destas histórias e as admiro por sua força diante da vida.

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado.

A todos que lutam em defesa dos direitos humanos.

*Deus criou o homem
e o homem criou os muros.
Cercou a casa e as varandas
pelos quatro cantos do mundo.
Cercou o tempo,
o passado
o presente
e o futuro.
Cercou o espaço,
os sonhos
a mente
e os pássaros.
Cercou a árvore
que nos dá o fruto,
a sombra
e a penumbra.
Cercou as matas
arou a terra
plantou o trigo
e cercou o pão.
Foi preciso cercar outro homem.*

Sérgio Vaz²

*Este é o trabalho ideológico que a prisão realiza – nos livra da responsabilidade de nos
engajarmos seriamente nos problemas da nossa sociedade, especialmente os
produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global.*

Angela Davis³

²VAZ, Sérgio. A cerca. In: *Flores de Alvenaria*. São Paulo: Global, 2016.

³DAVIS, Angela. *Are Prisons obsolete?* New York: Steven Stories Press, 2003.

RESUMO

Pesquisas mostram que parte significativa das presidiárias e dos presidiários, ao contrário do que crê o senso comum, exerceu alguma atividade laboral lícita antes de cumprir pena privativa de liberdade e que, no geral, está inserida em setores precarizados do mercado de trabalho. Sendo assim, quais são as consequências da estada na prisão para as vidas dessas pessoas depois das grades? Com o propósito de compreender o tema, apresentamos uma discussão sobre a questão do trabalho nas últimas décadas, que passa por um processo de intensificação de flexibilização e precarização desde a hegemonia do neoliberalismo. Outro processo globalmente notado é o agigantamento do Estado Penal, levando ao aumento da população carcerária e à criminalização de variadas condutas. A partir disso, apresentamos um panorama sobre as consequências das referidas transformações para a vida das mulheres, que passam a ser cada vez mais precarizadas e criminalizadas, como acontece com as protagonistas do presente estudo. Com o objetivo de compreendermos, na vida prática, as consequências da reclusão na trajetória das mulheres que já passaram pelo encarceramento, foram feitas entrevistas de histórias de vida com dez mulheres egressas do sistema prisional na cidade de Juiz de Fora, MG. Em todas as histórias de vida analisadas, o cotidiano é permeado pela necessidade de criação de estratégias de encobrimento das características estigmatizadas, ou seja, encobrimento do envolvimento com o crime e da passagem pela prisão. A posição de “desacreditável” perante a sociedade faz com que estas mulheres retornem ao mercado de trabalho em circunstâncias ainda menos competitivas do que antes do aprisionamento, dificultando as possibilidades de superarem a condição de precariado. A luta cotidiana pela sobrevivência fora das atividades ilícitas é feita, em todos os casos analisados, sem o auxílio de políticas públicas de reabilitação, como se tal processo fosse de responsabilidade unicamente individual e não parte da agenda governamental de prevenção à criminalidade. O fato de ser mulher, em uma sociedade patriarcal, marcou cada uma das trajetórias narradas, seja pela violência sofrida, pela relação com os filhos ou pela solidão no cárcere.

Palavras-chave: Sistema de Justiça Criminal; Egressas; Precariado; Estado Penal; Histórias de Vida.

ABSTRACT

Research has shown that a meaningful part of female and male prisoners, opposedly to common sense belief, have engaged in some lawful labor activity before serving custodial sentences, and that, in general, these subjects are in precarious sectors of the labor market. Thus, what are the consequences of staying in prison for their lives *after the bars*? In order to understand this theme, we present a discussion on the issue of labor in the last decades, which, since the hegemony of neoliberalism, has undergone a process of intensification of flexibilization and precarization. Another globally noted process is the rise of the Penal State, which has led to an increase in the prison population and the criminalization of various forms of conduct. That being said, we present an overview of the consequences of these transformations for the lives of women, who become more and more precarious and criminalized, as it happens to the protagonists of this study. With the intent to practically understand the consequences of imprisonment on the trajectory of women who have already been imprisoned, life story interviews were conducted with 10 women who formerly were part of the prison system in the city of Juiz de Fora, MG. In all the analyzed life stories, daily life is permeated by the need to create strategies to conceal the stigmatizing characteristics; that is, to cover up involvement with crime and the passage through prison. The position of “discreditable” for society makes these women return to the labor market in circumstances even less competitive than before the imprisonment, making it difficult for them to overcome the precariat condition. The daily struggle for survival outside illicit activities is done, in all cases analyzed, without the support of public rehabilitation policies, as if this process were solely individual responsibility and not part of the government's crime prevention agenda. The fact of being a woman, in a patriarchal society, marked each one of the narrated trajectories, either by the violence suffered, by the relation with the children or by the solitude in the jail.

Keywords: Ex-prisoner; Prison System; Criminal Justice System; Precariat; Penal State; Life Stories.

Lista de figuras, gráficos e tabelas

Lista de Figuras

Figura 1 – Quadro de referência	26
Figura 2 – Imagem presente na página inicial da Igreja Águias do Avivamento.....	155

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade	81
---	----

Lista de tabelas

Tabela 1 – Variação em ponto percentual da população economicamente ativa, por região metropolitana, segundo o sexo	66
Tabela 2 – Rendimento médio real recebido no trabalho principal, segundo o sexo	67
Tabela 3 – Distribuição percentual das pessoas desocupadas, segundo região metropolitana, segundo o sexo	68
Tabela 4 – Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por região metropolitana, segundo os grupamentos de atividade	69
Tabela 5 – Evolução da população de mulheres no sistema penitenciário. Brasil. 2000-2014.....	78
Tabela 6 – Unidades Federativas com maior número de pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2016.....	83
Tabela 7 – Linha de vida – Fernanda, 31 anos, seis filhos	197
Tabela 8 – Linha de vida – Ana Paula, 35 anos, seis filhos	198
Tabela 9 – Linha de vida – Alice, 34 anos, dois filhos.....	199
Tabela 10 – Linha de vida – Claudia, 26 anos, um filho.....	200
Tabela 11 – Linha de Vida – Marta, 30 anos, duas filhas	201
Tabela 12 – Linha de Vida – Simone, 53 anos, um filho	202
Tabela 13 – Linha de vida – Luana, 40 anos, três filhos	203
Tabela 14 – Linha de vida – Lana, 47 anos, três filhos	204

Tabela 15 – Linha de vida – Fran, três filhos.....	205
Tabela 16 – Linha de vida – Anita, um filho.....	206
Tabela 17 – Entrevistadas de acordo com a sentença da última prisão.....	221

SUMÁRIO

FALANDO A PARTIR DA MARGINALIDADE: MULHERES, PRECARIZADAS E EX-PRESIDIÁRIAS – UMA INTRODUÇÃO	16
1. OBJETIVOS E METODOLOGIA	22
1.1 O <i>SNOWBALL SAMPLING</i> OU AMOSTRAGEM POR BOLA DE NEVE	24
1.2 A TÉCNICA DE ENTREVISTAS DE HISTÓRIAS DE VIDA	26
2. EM QUE MUNDO VIVEMOS? NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E A QUESTÃO PENAL	28
2.1 NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO: DAS ORIGENS AOS DIAS ATUAIS	28
2.1.1 Reestruturando a produção: a intensificação do trabalho precarizado	
2.1.2 O recrudescimento das políticas penais	
2.2 NEOLIBERALISMO E ESTADO PUNITIVO NA AMÉRICA LATINA	47
3. DISCUTINDO GÊNERO: EM QUE MUNDO VIVEM AS MULHERES?	51
3.1 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA: GÊNERO, GENERIFICAÇÃO E PATRIARCADO.....	56
3.2 FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO	61
3.3 A MULHER FRENTE AO PODER PUNITIVO.....	71
3.3.1 A custódia feminina: da Idade Média às prisões modernas	71
3.3.2 O crescimento do poder punitivo formal sobre as mulheres	77
4. MINAS GERAIS: PEGANDO CARONA NA AVENTURA PUNITIVA GLOBAL	83
4.1 CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS	83
4.2 POLÍTICA CRIMINAL EM MINAS GERAIS	85
5. DEPOIS DAS GRADES: DE VOLTA À VIDA, DE VOLTA AO TRABALHO	91
5.1 “EU CHEGUEI A FICAR ACABADA. NEM PARECIA GENTE”: FERNANDA	92
5.1.1 Infância e adolescência	94
5.1.2 De usuária à traficante, de acordo com a Justiça Criminal.....	98
5.1.3 Longe das drogas, perto dos filhos	105
5.2 “EU SÓ QUERO JUSTIÇA PRA MINHA FILHA”: ANA PAULA.....	108
5.2.1 Prisão: 10 meses. Consequências: imensuráveis	110
5.2.2 Depois da prisão: a luta para reconstruir a vida familiar	113
5.3 “NÃO TENHO SORTE COM A JUSTIÇA”: ALICE	118
5.3.1 As prisões de Alice	119
5.3.2 Depois da prisão: estabelecer-se no mercado de trabalho versus o estigma de ser ex-presidiária	122
5.4 “CRIEI MEU IRMÃO E DEPOIS FUI PRESA POR CAUSA DELE”: CLAUDIA	127

5.4.1 Família	128
5.4.2 A prisão.....	130
5.4.3 Depois da prisão: a busca pela estabilidade no trabalho e na vida.....	135
55 “TUDO QUE EU PASSEI QUANDO ERA CRIANÇA, MINHAS FILHAS PASSAM HOJE”: MARTA	
	138
5.5.1 Infância, adolescência e envolvimento com o crime	140
5.5.2 Presa pelo tráfico de drogas.....	142
5.5.3 Depois da prisão.....	145
5.6 “NA MINHA FAMÍLIA NÃO EXISTE AMOR”: SIMONE	
	147
5.6.1 Infância e Família	149
5.6.2 Tráfico e prisão	151
5.6.3 Vida entre grades.....	154
5.6.4 Depois das grades.....	159
5.7 “A VIDA TODA DEI UM JEITO DE ME VIRAR”: LUANA	
	162
5.7.1 Infância e a juventude	163
5.7.2 A prisão.....	165
5.7.3 Após a prisão.....	168
5.8 “VOU VOLTAR LÁ COMO ADVOGADA”: LANA	
	170
5.8.1 A entrada para o tráfico.....	171
5.8.2 Na prisão.....	173
5.8.3 Realizando os sonhos	175
5.9 “TUDO O QUE EU FIZ FOI PELOS MEUS FILHOS”: FRAN	
	179
5.9.1 Antes da prisão.....	180
5.9.2 A prisão.....	183
5.9.3 A reconstrução da vida pós-cárcere.....	184
5.10 “EU DEIXEI DE VIVER A MINHA VIDA PRA VIVER A VIDA DELE”: ANITA.....	
	186
5.10.1 Antes da prisão.....	187
5.10.2 Envolvimento com o crime e prisão	189
5.10.3 Reconstruindo sonhos na vida pós-cárcere	193
6. O COTIDIANO NO PÓS-CÁRCERE: ANÁLISE DAS CATEGORIAS COMUNS ÀS TRAJETÓRIAS APRESENTADAS.....	
	195
6.1. ESTRATÉGIAS COTIDIANAS DE ENCOBRIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS ESTIGMATIZADAS	207
6.2 NÃO REINCIDÊNCIA NO CRIME TRATADA EXCLUSIVAMENTE ENQUANTO MÉRITO INDIVIDUAL	210
6.3 DIFICULDADES EM ROMPER COM A CONDIÇÃO DE PRECARIADO.....	211
6.4 O PESO DE SER MULHER EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL, ANTES, DURANTE E DEPOIS DA PRISÃO	214
6.5 ENCARCERAMENTO EM MASSA E POLÍTICAS DE DESENCARCERAMENTO	218
6.6. A SOLIDÃO DA MULHER ENCARCERADA	225

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235

ANEXOS

ANEXO 1: Termo de Livre Consentimento

ANEXO 2: Roteiro de Estrutura da entrevista

FALANDO A PARTIR DA MARGINALIDADE: MULHERES, PRECARIZADAS E EX-PRESIDIÁRIAS – UMA INTRODUÇÃO.

*“Ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele”
Heleieth Saffioti⁴*

Entre 2009 e 2014, vivenciei⁵ uma experiência que marcaria minha vida pelos próximos anos e, provavelmente, para sempre: trabalhar como agente de segurança penitenciária em um estabelecimento prisional misto (masculino e feminino) na cidade de Juiz de Fora, MG. O envolvimento com o cotidiano da prisão e com as presidiárias provocou-me diversas questões registradas na dissertação de Mestrado “Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas”⁶, orientada pelo Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Já no curso de Doutorado, realizado no mesmo programa e sob a orientação do mesmo professor, embora não trabalhasse mais na penitenciária, esta, de certa forma, ainda estava presente no meu cotidiano. Mantive contato com diversas egressas do sistema prisional, principalmente por meio de redes sociais, e acompanhava suas desventuras e conquistas depois das grades, quando precisavam encarar o mundo carregando o estigma de bandidas.

Durante a pesquisa de mestrado, o elemento receptor de minha atenção foi o fato de que a maior parte das presidiárias entrevistadas, antes de serem aprisionadas, encontrava-se, de alguma forma, inserida no mercado de trabalho lícito. A realidade por elas vivenciada distanciava-se muito do senso comum, que atribui aos presidiários e às presidiárias o rótulo de “vagabundos”, “malandros”, opondo-os aos trabalhadores. Ao contrário, estas mulheres trabalhavam desde a adolescência, algumas vezes em mais de um emprego ao mesmo tempo, normalmente recebendo baixos salários, em ocupações que exigiam baixa formação e com alta rotatividade no emprego, sendo demitidas com facilidade e frequência (HELPE, 2014, p. 182-186). Essas características também estavam presentes nas trajetórias dos presidiários e das presidiárias investigados por outros pesquisadores (FRAGA, 2014; SÁ, 1996; MOURA, 2012).

⁴ SAFFIOTI, Heleieth Iara. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁵ Ao longo do texto, optamos por utilizar a primeira pessoa do singular nas situações que estão diretamente ligadas à experiência pessoal e profissional da pesquisadora.

⁶ O trabalho foi premiado no 18º concurso nacional de monografias do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e publicado em livro com o mesmo título.

Durante o período em que cumpre a pena privativa de liberdade, o presidiário ou a presidiária, mais uma vez, é submetido(a) ao trabalho precarizado, desta vez no interior da prisão. A Lei de Execuções Penais (LEP) (Lei 7.210/1984), atribuindo à atividade laboral um caráter mítico de ressocialização e de disciplina, não obriga que o trabalho no interior da prisão seja regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como podemos conferir no artigo 28 da LEP.

O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. §1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e higiene. § 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1984).

Freire chama a atenção para o caráter inconstitucional do artigo citado.

Ao afastar o trabalho prisional da proteção das leis trabalhistas, além de descaracterizar sua natureza produtiva, legítima uma verdadeira violação no princípio constitucional da isonomia, criando uma categoria de indivíduos que por estarem, momentaneamente, restritos em sua liberdade, são alijados de seus direitos sociais básicos (FREIRE, 2005, p. 101).

O artigo 29 da LEP afirma que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo” (BRASIL, 1984). Ou seja, a lei confere ao trabalho do cidadão aprisionado valor legal inferior ao trabalho do cidadão livre. Porém, muitas vezes, sequer o valor já diminuto, estipulado pela LEP, é pago ao presidiário (HELPE, 2014, p. 182-186).

Em alguns casos, os presidiários e as presidiárias trabalham apenas em troca da remissão da penalidade: a cada três dias trabalhados, um dia de pena é reduzido. Em outros, um tímido rendimento também pode ser alcançado. De qualquer forma, esse tempo de trabalho não é contado para fins de aposentadoria ou outros direitos, normalmente o salário é abaixo do mínimo, não assinam qualquer tipo de contrato e não possuem nenhuma contrapartida, por parte da empresa à qual prestam serviços, de contratação ao término do cumprimento da sentença. Além disso, as atividades propostas dificilmente diferem daquelas que já praticavam anteriormente: limpeza, costura, capina etc. Não são oferecidos, ou raramente o são, cursos de capacitação, que permitam ao acautelado ou à acautelada pleitear novas funções no mercado de trabalho ao término da pena.

Chama-nos a atenção a forma pela qual a mão de obra da população carcerária é aproveitada: seu baixíssimo custo, às vezes até gratuita, com condições precárias de trabalho, sem nenhum direito trabalhista garantido. As empresas apropriam-se desse trabalho precário e não precisam, sequer, contratar formalmente a ex-presidiária em um momento posterior. É importante lembrar que os homens que se encontram presos também passam por uma situação igual ou muito semelhante a esta (HELPEES, 2014, p. 124).

Por ser o sistema punitivo moderno seletivo, repressivo aos pobres, mas tolerante diante dos crimes de colarinho branco (SANTOS, 1981), as prisões são ocupadas, principalmente, por pessoas que se encontram nos postos de trabalho mais deteriorados, o precariado, conceito a ser discutido posteriormente. Além disso, entendemos que as consequências da pena privativa de liberdade não se limitam ao tempo em que o acautelado foi mantido preso, mas estende-se por toda sua vida, através do *self* estigmatizado (GOFFMAN, 1982).

As mulheres egressas do sistema penitenciário são vítimas de uma dupla estigmatização: além de serem vistas como “criminosas”, potencialmente capazes de novo delito na primeira oportunidade, também são vistas como descumpridoras de seu papel de mulher, responsável pelos filhos e dedicada à família.

A deterioração do *self* feminino no cárcere é permeada por peculiaridades ignoradas nas políticas penitenciárias, de modo que, quando postas em liberdade, as mulheres passam a vivenciar o estigma que carregam não apenas porque são ex-presidiárias, mas também porque são mulheres criminosas, algo contraditório do que se espera de um comportamento feminino nas sociedades marcadas pela desigualdade de gênero (PIMENTEL, 2015, p. 51).

As péssimas condições de trabalho vivenciadas antes e durante o período em que cumpriam pena privativa de liberdade não terminam quando a detenta recebe seu alvará de soltura. Agora ela tem um novo desafio: retomar a vida com o estigma de ser uma mulher ex-presidiária. Larrauri (2011) afirma que a exigência do atestado de antecedentes criminais por parte dos empregadores funciona como uma continuação da pena, pois, embora a pessoa já tenha cumprido sua sentença oficialmente, na prática a publicização da passagem pela prisão, atestada pelo referido documento, significa que a pessoa pode se encontrar sujeita a outros tipos de sanções, como, por exemplo, a negativa em uma entrevista de emprego. Para uma mulher que já acumula diversas desvantagens ao colocar-se no mercado de trabalho, tais como, baixa escolaridade, falta de apoio financeiro de membros da família, ser a única responsável pelos filhos etc., a

passagem pela prisão pode apresentar-se enquanto elemento definitivo na sua permanência nas fileiras mais baixas do precariado.

Posto isso, apresentamos a pergunta norteadora desta pesquisa: *Ao término do cumprimento da pena privativa de liberdade, como se dá o retorno das ex-presidiárias para o mercado de trabalho?*

A primeira hipótese é que o sistema penal não pune apenas durante o cumprimento da pena privativa de liberdade, mas impõe limites à vida do egresso e da egressa nos anos posteriores sob muitos aspectos: autoestima, vida familiar, amorosa e, o prisma que mais nos interessa na presente pesquisa, vida profissional. Os anos em que estiveram acauteladas são apenas uma etapa da punição que acontece ao longo da vida de uma pessoa criminalizada, uma vez que ela passa por um processo de “deteriorização do *self*” (GOFFMAN, 1982) em sua estada pela prisão. A solicitação do nada consta⁷ por parte dos empregadores expõe a egressa e o egresso do sistema penal a um permanente julgamento moral e fecha possibilidades de emprego, ou os induz à sujeição a qualquer tipo de trabalho. Soma-se a isso a escassez das políticas públicas voltadas para a reabilitação do ex-presidiário, e o resultado é uma população que retorna ao mercado de trabalho em condições consideravelmente piores do que antes, em clara desvantagem frente aos seus pares, e fadada a permanecer nas fileiras mais baixas do precariado.

A gravidade da situação aumenta quando pensamos nas mulheres, ocupantes hoje dos piores postos de trabalho (NOGUEIRA, 2004, p. 83), ou seja, constituem parte significativa do precariado e precisam, muitas vezes, conciliar trabalho precário com o cuidado dos filhos, parentes idosos, e todas as outras funções sociais consideradas femininas. Além disso, o número de mulheres aprisionadas tem sofrido um aumento alarmante, sendo, nas últimas décadas, superior ao aumento do número de homens presos (INFOPEM, 2015; INFOPEN Mulheres 2018). Depois das grades, ao término da sentença, a ex-presidiária precisa conviver, muitas vezes, com abalos em sua saúde mental e física, abandono de parentes e amigos, responsabilização sobre seus filhos e, ainda, retorno ao mercado de trabalho.

A pesquisa é direcionada às presidiárias, pois entendemos que, embora a prisão possa potencializar a exclusão social vivenciada por mulheres e homens, o processo não é o mesmo para ambos os gêneros. Considerando que parte significativa das pesquisas

⁷ Documento no qual se tem acesso à vida criminal progressa dos indivíduos, normalmente solicitado por empregadores públicos e privados.

em ciências sociais é executada de forma sexista⁸, abordando a experiência masculina como universal e supondo que suas conclusões possam automaticamente estender-se às mulheres, não poderíamos repetir tal equívoco. Portanto, esta pesquisa se propõe a abordar a questão a partir da experiência e do ponto de vista das mulheres, historicamente silenciadas, o que se reflete também na produção acadêmica. Assim, o recorte de gênero presente no objeto de estudo trata-se de uma escolha metodológica e política, uma vez que adotar o paradigma feminista não significa utilizar o gênero como um elemento a mais, porém tomar como ponto de partida a experiência das mulheres (MENDES, 2014, p. 158).

O estudo da condição da mulher, através da ótica de gênero, representa a ruptura epistemológica mais importante das últimas décadas nas ciências sociais, pois, a partir daí, são desnudados estudos que invisibilizam a mulher e tomam a perspectiva masculina como universal e como protótipo do humano em visão claramente androcêntrica (FACIO *apud* MENDES, 2014, p. 87).

Nossa pesquisa restringe-se a mulheres que cumpriam pena em estabelecimento prisional no Estado de Minas Gerais. Trata-se do segundo estado do país que mais aprisiona seus cidadãos e cidadãs⁹ e, no entanto, tem essa questão pouco problematizada pelos estudos acadêmicos, pois grande parte das pesquisas retrata os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entre os anos 2004 e 2015, o aumento da população carcerária no estado de Minas Gerais foi 2,4 vezes maior do que o aumento da população carcerária brasileira. Enquanto a média nacional do aumento foi de 66%, em Minas Gerais alcançou 163%¹⁰. Importa ressaltar os dados estaduais relacionados à criminalidade, pois as secretarias de segurança pública obedecem à divisão por estados, e grande parte das políticas públicas que versam sobre tema é criada estadualmente.

⁸ MENDES (2014) explica que existem quatro formas de sexismo predominante nas pesquisas. O androcentrismo, a sobregeneralização, a sobre-especificação e o familismo. O androcentrismo acontece quando uma pesquisa aborda a experiência masculina como central para a experiência humana. A sobregeneralização se dá quando um estudo analisa apenas o sexo masculino e apresenta os resultados como se fossem válidos para o sexo feminino. A sobre-especificidade é quando necessidades de homens e mulheres são apresentadas como necessidades de apenas um dos sexos. Por fim, o familismo refere-se à mulher sempre em relação ao seu papel no núcleo familiar, seja como mãe, filha, esposa etc. (MENDES, 2014, p. 159-160).

⁹ “São Paulo, estado com o maior número de presos, tem 219.053 pessoas privadas de liberdade, montante que corresponde a cerca de 36% da população prisional do país. Minas Gerais, com 61.286 presos, e Rio de Janeiro, com 39.321, ocupam, respectivamente, o segundo e terceiro lugares no ranking” (DEPEN, 2014, p.17).

¹⁰ Cálculo realizado pela pesquisadora a partir dos dados disponibilizados nos relatórios INFOPEN 2014 e INFOPEN 2017.

Por fim, este trabalho está dividido da seguinte forma: No primeiro capítulo, detalhamos os objetivos da pesquisa e a metodologia a ser utilizada para alcançá-los. O segundo capítulo, intitulado *Em que mundo vivemos? Neoliberalismo, Globalização, trabalho e a questão penal*, configura-se um esforço intelectual em se pensar a conjuntura econômica e política das últimas décadas. Entendemos que as protagonistas da pesquisa, as ex-presidiárias, possuem as trajetórias de vida marcadas pelo processo de precarização do trabalho e pelo crescimento do estado punitivo, duas faces do mesmo projeto político-econômico vigente, o neoliberalismo (WACQUANT, 2012).

No terceiro capítulo, *Discutindo gênero: em que mundo vivem as mulheres?*, realizamos uma reflexão à cerca da localização das mulheres no mercado de trabalho e no sistema penal. No quarto capítulo, *Minas Gerais: Pegando carona na aventura punitiva global*, apresentamos as políticas do estado voltadas para a segurança pública, pautadas, principalmente, pela construção de novas unidades prisionais e no aumento sistemático do encarceramento, deixando em segundo plano as políticas de prevenção ao crime. Discutiremos também as políticas públicas voltadas para a inserção de ex-presidiárias.

No quinto capítulo, *Depois das grades: de volta à vida, de volta ao trabalho*, apresentamos a história de vida de dez mulheres egressas do sistema prisional, residentes na cidade de Juiz de Fora. As narrativas expõem um olhar sobre a trajetória de cada uma das entrevistadas ao longo de suas vidas, tendo como marcador principal a prisão. Assim, as referidas trajetórias são divididas em três fases: antes, durante e depois do cárcere. No momento da entrevista, todas elas buscavam reestruturar suas vidas fora do crime, de forma a fugir da reincidência. Embora as perguntas estivessem mais direcionadas ao retorno das mesmas ao mercado de trabalho, também foram abordadas outras questões, como vida familiar, relacionamentos afetivos, cotidiano na prisão etc.

No capítulo 6, *O cotidiano no pós-cárcere: análise das categorias comuns às trajetórias apresentadas*, analisamos seis categorias presentes nas entrevistas realizadas. São elas: 1. *Estratégias cotidianas de encobrimento das características estigmatizadas*; 2. *Não reincidência no crime tratada exclusivamente enquanto mérito individual*; 3. *Dificuldades em romper com a condição de precariado*; 4. *O peso de ser mulher em uma sociedade patriarcal, antes, durante e depois da prisão*; 5. *Encarceramento em massa e políticas de desencarceramento*; e 6. *A solidão da mulher encarcerada*. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na realização da pesquisa.

1. OBJETIVOS E METODOLOGIA

“Vidas singulares, não sei por que acasos tornadas estranhos poemas, eis o que pretendi recolher numa espécie de herbário”.

Michel Foucault¹¹

Como já exposto anteriormente, a principal questão a ser respondida é: *ao término do cumprimento da pena privativa de liberdade, como se dá o retorno (ou a entrada) das ex-presidiárias no mercado de trabalho?*

Em interface com a indagação acima, outras questões foram levantadas, dentre elas: *houve ruptura ou continuidade nas funções laborais desempenhadas pelas egressas antes e depois do cumprimento da pena privativa de liberdade? No caso de ruptura, isso pode ser diretamente atribuído ao período em que estiveram presas ou deve-se a outros motivos? No caso de continuidade, as egressas voltaram ao mercado de trabalho no mesmo patamar que antes ou sentem-se sancionadas de alguma forma? Em quais circunstâncias o “nada consta” foi um entrave – caso tenha sido – para o retorno ou a entrada no mercado de trabalho? A condição de ex-presidiária é ocultada ou os patrões e colegas de trabalho têm conhecimento da mesma? No caso de patrões e colegas terem ciência de tal condição, ela já foi evocada a fim de discriminação no trabalho? Quais as expectativas das egressas em relação ao mercado de trabalho? Essas expectativas foram modificadas com a passagem pela prisão? Quais as ocupações, salários, direitos e garantias que estas mulheres dispõem, caso estejam inseridas no mercado de trabalho? Dedicam-se apenas ao trabalho lícito ou também ao ilícito? Durante o cumprimento da sentença, as entrevistadas desempenharam alguma atividade laboral no estabelecimento prisional? Em caso positivo, quais funções desempenhadas e sob quais condições? Houve preservação de parte dos direitos trabalhistas ou apenas a remissão do tempo de pena? Elas foram informadas de alguma política pública direcionada a facilitar o retorno ao mercado de trabalho? Foram, de fato, atingidas por alguma dessas políticas? Além das questões relacionadas ao mundo do trabalho, como o fato de ter sido presa interfere nas suas relações afetivas e familiares?*

¹¹ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992, p. 89.

O presente trabalho buscou responder às perguntas citadas além de outros questionamentos através de entrevistas de histórias de vida com mulheres egressas do sistema prisional na cidade de Juiz de Fora. Foi feito uso da amostragem em bola de neve, ou seja, a pesquisa iniciou-se a partir das mulheres com as quais manteve contato, via redes sociais, desde quando trabalhava na penitenciária. Através delas, foi possível chegar a outras mulheres, formando, assim, uma rede de referências. No item 1.1 e 1.2, abordaremos com maior profundidade a amostragem por bola de neve e a técnica de entrevistas de histórias de vida.

Julgamos ser a amostragem por bola de neve ideal na pesquisa em questão, uma vez que se trata de um público cujo acesso por outra forma seria, provavelmente, pouco exitoso. Como não existe nenhum registro oficial, nos fóruns ou em outras instituições, dos endereços atualizados das egressas, caso esse caminho fosse buscado, teríamos apenas os endereços desatualizados, registrados nas penitenciárias.

Pimentel (2015), ao estudar os efeitos da prisão no *self* das ex-presidiárias no estado de Alagoas, buscou encontrá-las através dos endereços cadastrados nos prontuários que teve acesso nas prisões e na Vara de Execução Penal. Após um longo período de busca, indo a cada endereço registrado, a pesquisadora não estava alcançando resultados satisfatórios. As residências não foram localizadas ou as egressas não moravam mais naquele local. Através de uma ex-presidiária encontrada, conseguiu alcançar outras, pela amostragem de bola de neve. Outro motivo que favorece a escolha desse tipo de amostragem é a constatação de que, uma vez em liberdade, parte das mulheres mantém contato com outras egressas, formando uma rede de relacionamentos à qual podemos buscar o acesso. Na pesquisa citada, Pimentel não teve maiores dificuldades em entrevistar as mulheres que faziam parte da rede de contatos umas das outras. Da mesma forma, também percebemos, nesta pesquisa, a formação de redes com as mesmas características. Mantivemos contatos com as egressas principalmente pelas redes sociais e percebemos que muitas delas mantiveram relações sociais entre si fora da prisão. Elas postam fotos umas com as outras em festas ou em visitas às respectivas casas, sempre mencionam umas às outras em seus comentários, congratulações em datas festivas ou diante de alguma notícia considerada positiva, bem como conselhos ou reprovações frente a postagens consideradas negativas, associadas, por exemplo, à continuidade da vida no crime, ameaças, sinais de depressão ou de suicídio.

Foi realizada também uma breve análise das políticas existentes no estado de Minas Gerais direcionadas à segurança pública desde o ano 2003, especialmente aquelas

dirigidas aos ex-presidiários. Entender o espaço que a atenção ao egresso do sistema prisional ocupa na Sesp - Secretaria de Estado de Segurança Pública, quais são as políticas direcionadas a eles e qual o impacto dessas políticas. Isso foi feito através de consulta aos documentos públicos disponibilizados pela Secretaria.

Importa esclarecer a quem esta pesquisa é direcionada, em outras palavras: quem pode ser considerada egressa do sistema penitenciário? De acordo com o artigo 26 da Lei de Execuções Penais (Lei 7.810/84), o egresso é definido como “I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - o liberado condicional, durante o período de prova” (BRASIL, 1984). Portanto, foram entrevistadas mulheres enquadradas nessas condições. Não se incluem, portanto, aquelas cumprindo pena em regime aberto ou em prisão domiciliar, uma vez que ainda não podem ser consideradas egressas do sistema penitenciário.

Por fim, ressaltamos que, desde o início da pesquisa, foram várias as dificuldades ao longo do caminho. Primeiramente, o reduzido número de produções acadêmicas sobre o tema. Foi feita uma busca na plataforma Scielo e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com as seguintes palavras chave: “ex-presidiária”, “ex-presidiário”, “egresso”, “sistema penitenciário”, “pós-cárcere”. Em geral, os trabalhos encontrados tratavam sobre presidiárias e presidiários no contexto da prisão. As poucas pesquisas encontradas sobre o egresso do sistema prisional eram direcionadas ao sexo masculino. Foi localizado somente um trabalho sobre a mulher ex-presidiária. Trata-se da Tese de Doutorado de Elaine Cristina Pimentel Costa, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, já citada nesta tese. Em segundo lugar, desde o início da pesquisa, tínhamos a compreensão do quão delicado seria fazer as entrevistas. Falar sobre um passado que se deseja esquecer não é uma proposta tentadora para as mulheres entrevistadas. Portanto, a cada pessoa abordada para participar da pesquisa, era recorrente o receio de estar sendo invasiva e de receber uma resposta negativa. Porém, apesar desses elementos, e também devido a eles, acreditamos ter sido uma empreitada necessária, pois trouxe à tona um sujeito ignorado pelas pesquisas acadêmicas e pelo poder público, mas que aumenta a cada ano e engrossa as fileiras do precariado: as egressas do sistema prisional. Trata-se de uma realidade sociológica premente.

1.1 O *Snowball sampling* ou Amostragem por bola de neve

O *snowball sampling* ou amostragem por bola de neve enquadra-se em uma forma de amostragem não probabilística, fazendo uso de cadeias de referência. De acordo com Vinuto (2014), a amostragem por bola de neve ainda é utilizada de maneira periférica no Brasil e, quando utilizada, ora o pesquisador não explica o porquê de sua escolha, ora sequer a nomeia, ou o faz com outras nomenclaturas. Em outras palavras, a metodologia não costuma ser tratada com o rigor necessário (VINUTO, 2014, p. 202).

Para utilizarmos a técnica, partimos do que chamamos de “sementes”, que são informantes-chaves. Espera-se que estas pessoas indiquem outras que possuam as características buscadas pela pesquisa. Uma vez em contato com os indicados, o pesquisador solicita novas indicações e, assim, sucessivamente, até que o(a) pesquisador(a) entenda não se fazer mais necessária a expansão da rede. Isso acontece, normalmente, quando os informantes não trazem mais situações novas ou quando a rede se esgota. Dessa forma, através de uma ou de algumas pessoas, o(a) pesquisador(a) vai desbravando uma rede de referências. Assim, os resultados encontrados não podem ser considerados probabilísticos, no entanto podem dizer muito sobre o grupo.

Vinuto (2014) esclarece as situações nas quais a amostragem em questão é comumente utilizada:

Segundo Bernard (2005), esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar **populações difíceis de serem acessadas ou estudadas** (*Hard-to-find or hard-to-study populations*) ou que não há precisão sobre sua quantidade. Essas dificuldades são encontradas nos mais variados tipos de população, mas em especial nos três tipos que seguem: **as que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; os estigmatizados e reclusos;** e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador. Em complemento, para Biernacki e Waldorf, a amostragem em bola de neve também pode ser utilizada **quando a pergunta de pesquisa estiver relacionada a questões problemáticas para os entrevistados**, já que os mesmos podem desejar não se vincular a tais questões (VINUTO, 2014, p. 204, grifo nosso).

Entende-se que as protagonistas do estudo em questão encaixam-se no perfil indicado para a amostragem em bola de neve. Trata-se de uma população difícil de ser acessada, estigmatizada, sem uma localização geográfica prévia, espalhadas em uma grande área, sendo o assunto da pesquisa relacionado a questões extremamente delicadas.

Apesar de ser uma amostragem adequada para a presente pesquisa, por possibilitar o acesso ao grupo, debilidades são reconhecidas. Uma delas é correr o risco de ter acesso a argumentações muito semelhantes, uma vez que, a princípio, as

entrevistadas farão parte da mesma rede em algum nível. A solução encontrada para tal problema é ampliar a rede o máximo possível, de maneira horizontal, para, assim, poder atingir indivíduos que não possuam contato, ou possuam pouco, com as entrevistadas no início da pesquisa. Partir também de diversos informantes-chaves, ou “sementes”, contribui para atingir redes variadas.

No final da pesquisa, o quadro de referências teve um total de vinte e um contatos. Dentre elas, dez foram, de fato, entrevistadas, como se pode ver na imagem 1.

Imagem 1 - Quadro de Referências

ANA PAULA			FERNANDA				SCHEILA			LYRA		FRAN	
ADRIANA (Não atendia aos critérios da pesquisa)	RITA (Não atendia aos critérios da pesquisa)	CIDA (Não consegui efetuar o contato)	ALICE				ANDRESSA (Foi presa)	LEO	LECTI (Não atendia aos critérios da pesquisa)	MARISE (Não atendia aos critérios da pesquisa)	MICHELLE		ALICE (Já havia sido entrevistada)
			CLAUDIA (6)		MARIA LUCIA	JESSICA (Faleceu)	(não indicou)			ALICE (Já havia sido entrevistada)	Érica (Não consegui efetuar o contato)		
			ELIZANGEL A (Não atendia aos critérios da pesquisa)	THAMIRES (Não consegui efetuar o contato)	JULIANA (Não consegui efetuar o contato)								

Legenda:

1ª LINHA: sementes ou informantes-chave

2ª LINHA: indicadas pelos informantes-chave

3ª LINHA: indicadas pelos contatos da segunda linha

COLORIDOS: entrevistas realizadas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

1.2 A técnica de entrevistas de histórias de vida

Uma vez localizadas as possíveis entrevistadas e tendo consentido a participação na pesquisa, a metodologia utilizada nas entrevistas foi de histórias de vida. A metodologia implica em solicitar às participantes uma narrativa sobre suas vidas, gravada mediante autorização, abordando diversos aspectos que, por algum motivo, tenham permanecido em suas memórias. Trata-se de um método que exige certo grau de sensibilidade por parte do(a) pesquisador(a) na interlocução com os(as) entrevistados(as), pois não se trata de um questionário com perguntas rígidas, mas, ao mesmo tempo, é importante que a entrevista seja conduzida aos assuntos investigados na pesquisa.

Este tipo de metodologia exige que o entrevistador possa ser capaz de conduzir as entrevistas de uma forma peculiar. Não se trata de elaborar perguntas com opções fechadas de respostas; ao contrário, o entrevistado precisa se sentir à vontade o suficiente para reviver suas experiências e dar forma às suas lembranças, pelo uso das palavras. O pesquisador deve conduzir a entrevista, porém de forma que exista interação entre ambos e que não deixe o entrevistado constrangido, apressado, ou com qualquer outra sensação que possa vir a prejudicar seu relato (HELPEES, 2014, p. 88).

O importante na referida metodologia não é atestar a veracidade de cada informação concedida, mas entender como o entrevistado compreende sua própria história, ou deseja que ela seja vista, podendo recorrer, em alguns momentos, a explicações fantásticas, confundir-se ou, até mesmo, mudar a versão da narrativa ao longo das entrevistas.

Conforme os trechos a seguir esclarecem, uma história de vida é capaz de narrar mais do que um caso individual, pode representar a visão de mundo de um grupo ou até mesmo de uma época. Nas palavras de Sartre (1981) “as pessoas comuns universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem. Elas são exemplos singulares da ‘universalidade da história humana’” (SARTRE, 1981, p. 43 *apud* DENZIN, 1984, p. 30 *apud* PAULILO, 1999, p. 138).

Por meio do relato de Histórias de Vida individuais, podemos caracterizar a prática social de um grupo. Assim, “toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence”¹². O método de história de vida, portanto, procura apreender os elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não objetivando, contudo, analisar suas particularidades históricas ou psicodinâmicas. Nesse sentido, histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte¹³ (SPINDOLA & SANTOS, 2003, p. 121).

Uma vez esclarecidos os objetivos da pesquisa e as metodologias empregadas, parte-se, no próximo item, para as discussões teóricas sobre os temas que provocaram o presente trabalho.

¹² GLAT, R. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

¹³ BERTAUX D. *L'approche biographique: sa validé méthodologique, ses potentialités*. *Cahiers int sociol.* 1980; p. 197-225.,

2. EM QUE MUNDO VIVEMOS? NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E A QUESTÃO PENAL ¹⁴

“Na planície, até pequenos montes de terra parecem colinas, e podemos medir a banalidade de nossa burguesia atual pelo calibre de seus ‘grandes espíritos’”.

Karl Marx¹⁵

Neste capítulo, levantamos questões referentes às transformações econômicas e sociais que o mundo vivencia desde as últimas décadas do século XX. Países centrais ou periféricos, elites globais ou classe trabalhadora, todos, de alguma forma, estão sujeitos – ou são os sujeitos – às referidas mudanças.

Para compreendermos a condição enfrentada pelas ex-presidiárias no mercado de trabalho, objetivo deste estudo, julgamos relevante o entendimento da situação atual do mundo do trabalho e do encarceramento em massa, que, em nossa perspectiva, relaciona-se diretamente com as políticas neoliberais implementadas, de modo geral, globalmente, desde a década de 1970, discutidas detalhadamente no presente capítulo.

No item 2.1, faremos uma síntese da história do neoliberalismo e discutiremos o que este conceito implica em termos econômicos e políticos. Entende-se como principais consequências sociais desse projeto econômico-político as transformações no mundo do trabalho, discutidas no item 2.1.1, e o fortalecimento do estado punitivo, discutido no item 2.1.2. Já no item 2.2, buscamos entender o neoliberalismo e suas consequências no contexto latino-americano e, mais especificamente, brasileiro.

Importa esclarecer que faremos uso de produções de autores com abordagens teóricas distintas, utilizando seletivamente o que julgarmos construtivo para a pesquisa em questão.

2.1 Neoliberalismo e Globalização: das origens aos dias atuais

Antes de existir como política econômica, o neoliberalismo já existia há pelo menos duas décadas como teoria. Enquanto as bases do estado de bem-estar social fortaleciam-se na Europa e nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, um

¹⁴ “Em que mundo vivemos?” é uma alusão ao título do livro de WIEVIORKA (2006) *Em que mundo viveremos?* No livro, o autor aponta para as transformações que vêm acontecendo nas últimas décadas e a que “tipo de mundo” elas estão nos conduzindo. Ao colocar o verbo no presente, remeto à ideia de que essas transformações já consolidaram nosso mundo atual.

¹⁵ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 586.

grupo de intelectuais criou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma organização internacional que se reunia a fim de elaborar críticas ao modelo capitalista vigente e alertar para os perigos econômicos e sociais da intervenção estatal. Alardeavam que o investimento do estado levaria a crises econômicas e impedia a liberdade dos cidadãos. Dentre os integrantes da Sociedade de Mont Pèlerin encontramos Friedrich Hayek – autor de *O caminho da servidão*, considerado texto de origem dos ideais neoliberais –, Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, dentre outros (ANDERSON, 1995, p. 9).

Durante as décadas de 1950 e 1960, enquanto as economias capitalistas dos países centrais, regidas pelo modelo de bem-estar, apresentavam significativo crescimento, os ideais neoliberais não obtinham respaldo. Porém, diante da crise econômica instaurada a partir de 1973, seguida pela reestruturação produtiva, os discursos de Hayek e aliados passam a ecoar entre a sociedade e os líderes políticos. Percussor da teoria neoliberal, Hayek acreditava que as causas da crise estavam no papel parasitário desempenhado pela classe operária e pelos sindicatos, que pressionavam o Estado a aumentar cada vez mais os gastos sociais e as empresas a pagarem altos salários. Dessa forma, a solução para a crise seria manter uma taxa de desemprego, criar um exército de reserva de trabalho a fim de diminuir o poder de pressão dos sindicatos sobre o Estado. Já este deveria conter os gastos sociais e executar reformas fiscais que atendessem aos investidores, como, por exemplo, redução de impostos para os altos rendimentos. Para além da superação da crise econômica, os ideais neoliberais tinham como um de seus pilares políticos centrais a intolerância máxima com o comunismo, considerado, pelos neoliberais, o auge da servidão humana. Tal postura anticomunista, somada à crise econômica, tornava o discurso neoliberal cada vez mais atrativo nos países centrais (ANDERSON, 1995, p. 9-10).

Eles (*os neoliberais*) não gostavam do Estado, que comparavam a governo centralizado, com seu planejamento e seu aparelho regulatório. Viam o mundo como um lugar cada vez mais aberto, onde o investimento, o emprego e a renda fluiriam para onde as condições fossem mais receptivas. Argumentavam que a menos que os países europeus, em particular, reduzissem os títulos de crédito, que haviam se acumulado desde a Segunda Guerra Mundial para a classe operária industrial e o setor público burocrático, e a menos que os sindicatos fossem “domados”, a desindustrialização (conceito novo na época) se aceleraria, o desemprego aumentaria, o crescimento econômico seria mais lento, o investimento escoaria e a pobreza se agravaria. Foi uma avaliação moderada. Eles queriam medidas drásticas e encontravam, em políticos como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, o tipo de líderes dispostos a concordar com sua análise (STANDING, 2014, p. 21).

A eleição de Margaret Thatcher, em 1979, foi a primeira de uma série de vitórias eleitorais de líderes políticos dispostos a aplicar as medidas neoliberais independentemente das consequências sociais que pudessem decorrer delas. A década de 1980 foi o momento histórico de governos neoliberais nos países de capitalismo avançado, como, por exemplo, Ronald Reagan, nos Estados Unidos; Helmut Kohl, na Alemanha; e Poul Schluter, na Dinamarca.

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p.10).

Anderson (1995) chama a atenção para o fato que, se no início da década de 1980, apenas os governos declaradamente conservadores ousavam aplicar as políticas neoliberais, já no final daquela década, os governos socialdemocratas não hesitavam ao aplicar tais medidas. Se, na sua fase inicial, o neoliberalismo considerava a social democracia sua inimiga central, poucos anos depois, salvo algumas exceções, ela já era encarregada de aplicar com êxito as políticas neoliberais.

Standing (2014), ao demonstrar o crescimento de partidos de extrema-direita e fascistas nos países de capitalismo avançado nos últimos anos, afirma que a socialdemocracia está fadada ao fracasso enquanto alternativa política real ao neoliberalismo e, em certa medida, ela mesma deve ser responsabilizada por isso, uma vez que “uma geração de socialdemocratas acompanhou o oportunismo incipiente, perdendo toda a credibilidade no processo” (STANDING, 2014, p. 224).

Apesar das políticas neoliberais não terem garantido o crescimento das economias que o adotaram, uma vez que, “no conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 1960, de 3,6% nos anos 1970, e nada mais do que 2,9% nos anos 80” (ANDERSON, 1995, p. 11), esse modelo não só se tornou predominante nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) como foi adotado pelos países do Leste Europeu e Ex-União Soviética no início da década de 90 e, ao longo desta mesma década, também atingiu a América Latina, durante o período de redemocratização –

exceto no Chile, onde o neoliberalismo já era aplicado durante a ditadura de Pinochet. Dessa forma, podemos afirmar que a implementação de políticas neoliberais significa uma tendência global desde o final da década de 1970, com consequências também globais. Anderson (1995) resume, nas linhas transcritas abaixo, o balanço que apresenta sobre o neoliberalismo nos países de capitalismo avançado.

Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 1995, p. 14).

Entendemos que nossos interlocutores possam considerar exagerada a afirmação de que o neoliberalismo constitui-se, hoje, um modelo hegemônico. Porém, levando em consideração sua aplicação em diferentes partes do globo, como Europa, Estados Unidos, Ex-URSS, América Latina e África, somado ao fato da ausência de concepções econômicas alternativas com grande influência que, de fato, disputem com o referido modelo, não declinamos da afirmação. As premissas keynesianas de intervenção estatal, os programas dos partidos social-democratas ou os modelos de economia planificada da ex-URSS e do Leste Europeu não se constituem enquanto ameaças reais ao modelo neoliberal. Segundo Borón (1995), o neoliberalismo alcançou êxito a ponto de se forjar como o senso comum de nossa época.

A categoria neoliberalismo é útil porque resume o senso comum da época, o senso comum imposto pelas classes dominantes. O senso comum da época é neoliberal. Gostemos ou não, ele se implantou profundamente nas massas. O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado, a empresa privada é exaltada e o darwinismo social de mercado aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico (BORÓN, 1995, p. 158).

Acredito, no entanto, que seja possível falar ainda hoje de uma hegemonia neoliberal contínua. Isto porque são as ideias neoliberais que fixam os parâmetros de toda a política econômica. Elas fixam estes parâmetros no sentido em que não existe mais qualquer concepção alternativa coerente de

como as economias capitalistas modernas devem ser conduzidas (ANDERSON, 1995, p. 149).

Uma vez apresentadas, mesmo resumidamente, a origem e a expansão do neoliberalismo, a principal questão objeto de resposta neste capítulo é: quais as consequências sociais do avanço das políticas neoliberais? Ou, em outras palavras: quais as principais consequências das transformações econômicas e sociais implementadas desde o fim da década de 70?

Dentre todas as consequências sociais do neoliberalismo, chamamos a atenção para duas delas: as transformações no mundo do trabalho, que intensificam o processo de precarização da atividade laboral; e o encarceramento em massas, que discutiremos nos itens subsequentes.

2.1.1 Reestruturando a produção: a intensificação do trabalho precarizado

Em relação ao mundo do trabalho, focaremos em quatro elementos que julgamos centrais, como decorrência das transformações em curso. São eles: 1) um mercado cada vez mais globalizado, sem fronteiras nacionais, no qual a busca por maiores resultados é a regra a ser seguida; 2) relações trabalhistas cada vez mais flexibilizadas, com redução do acesso a direitos que pareciam estabelecidos pela política de bem-estar, ao menos nos países centrais, bem como surgimento e intensificação de formas de trabalho deterioradas; 3) o aumento do precariado, podendo ser definido, de forma simplificada, como o setor mais precarizado da classe trabalhadora; e 4) o enfraquecimento das organizações coletivas dos trabalhadores, como os sindicatos. Os quatro pontos estão estreitamente relacionados, mas foram aqui separados como recurso didático para a facilitação do entendimento. Portanto, ao longo do texto, perceberemos que tais características misturam-se mais de uma vez.

Todas as transformações citadas estão inseridas em um contexto pós-fordista, no qual as premissas do modelo de acumulação Taylor/fordistas começaram a ruir, abrindo espaço para novas formas de produção. Embora alguns autores enxerguem com otimismo o período pós-fordista, uma vez que, acreditam, os trabalhadores passam a atuar com mais liberdade e criatividade, esta pesquisa insere-se em uma perspectiva teórica que apresenta um prisma crítico em relação ao processo em questão.

A crise econômica da década de 1970 ficou conhecida como crise estrutural do capital (ANTUNES, 2009), uma vez que sobrevém, dentre outros motivos, do

esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, vigente por quase um século, baseado na divisão do trabalho em tarefas simples, repetitivas e cronometradas, com produção em massa e homogeneizada, bem como pelo esgotamento do modelo político que o sustentava: o estado de bem-estar, baseado na intervenção estatal que regulava a relação capital-trabalho nos países avançados. Como resposta à crise, inicia-se um processo de reestruturação produtiva do capital, que autorizado pelas políticas neoliberais, busca novas formas de acumulação, impondo severos ajustes ao mundo do trabalho. O novo modelo produtivo a ganhar respaldo é o toyotismo, ou modelo japonês, que se utiliza de sistemas de automação e informatização avançados, exalta a ideia de trabalhador polivalente, que pode operar sozinho inúmeros recursos eletrônicos, insere os círculos de controle de qualidade realizados pelos próprios funcionários, além de se utilizar do método *just in time*, que implica em trabalhar com estoque reduzido e com foco na demanda (ANTUNES, 2009).

A constatação é forte: em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos precarizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial, do subproletariado (ANTUNES, 2009, p. 252).

Como consequências da reestruturação produtiva, temos, no mundo do trabalho, dentre outros elementos, a intensificação da globalização, da flexibilização das relações trabalhistas, o aumento do precariado e o enfraquecimento da organização coletiva.

Desde a década de 1970, presenciamos uma economia cada vez mais integrada mundialmente. Os países emergentes inserem-se no processo de globalização oferecendo mão de obra de baixo custo. A entrada de novas economias no mercado global, como a China, a Índia, o ex-bloco soviético, Vietnã, Indonésia, Bangladesh etc., possibilitou a oferta de uma vasta mão de obra por um preço muito abaixo dos países industrializados, atraindo, assim, o investimento internacional. O trabalho mal pago, intenso, sem vínculos, tem pressionado para baixo os salários no mundo inteiro, pois tais medidas “forçaram as empresas em todos os lugares a tentar competir cortando salários e optando pelo emprego flexível” (STANDING, 2014, p. 53).

Bauman (1999) utiliza o termo “proprietários ausentes”¹⁶ para se referir ao fato de que, com a Globalização, aqueles que possuem poder de decisão nas empresas, os

¹⁶ Aqui o autor faz menção aos proprietários ausentes dos latifúndios, no início da modernidade, que visavam exclusivamente à extração do produto excedente, sendo indiferentes em relação à população que

investidores, não estão presos a nenhuma localidade. Quando se realiza compra ou venda no mercado de ações, os acionistas não precisam se preocupar com a proximidade geográfica da empresa. Da mesma forma, as companhias podem ser removidas de um lugar para outro do planeta de acordo com as possibilidades de maiores dividendos,

deixando a todos os demais – presos como são à localidade – a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo. A companhia é livre para se mudar, mas as consequências das mudanças estão fadadas a permanecer. Quem for livre para fugir da localidade é livre para escapar das consequências. (...) Livrar-se da responsabilidade pelas consequências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente (BAUMAN, 1999, p. 15-16).

Se, em épocas passadas, a impossibilidade de mobilidade total e, conseqüentemente, algum grau de envolvimento e dependência local impunham um limite à exploração, os “proprietários ausentes” do mundo globalizado desconhecem tais barreiras.

Enquanto o discurso comum acredita que a globalização tende a homogeneizar a condição humana, Bauman (1999) posiciona-se na contramão desse pensamento e afirma que, sob a globalização, com a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais, a condição humana tende a ser polarizada entre aqueles que se encontram no topo, e podem usufruir de todos os benefícios oferecidos por um mundo sem fronteiras, e os que estão na base, que permanecem presos à sua localidade, porém sem o menor controle das conseqüências impostas pelo mundo globalizado sobre ela. Assim, a globalização pressupõe não a homogeneização, mas a concentração de capitais, de finanças, de recursos e de liberdade, facilitando o acúmulo de capitais dos muito ricos (BAUMAN, 1999, p. 78-79).

Ainda sobre a globalização, Bauman (1999) afirma tratar-se de um conceito “na moda”, utilizado com diferentes significados, sem uma definição clara ou unânime, embora todos sintam-se, de alguma forma, afetados por ela. Na citação abaixo, o autor busca esclarecer os sentidos por trás da palavra.

Esta nova e desconfortável sensação das “coisas fugindo do controle” é que foi articulada (com pouco benefício para a clareza intelectual) num conceito atualmente na moda: o de *globalização*. O significado mais profundo

trabalhava na terra. Embora tais proprietários pudessem se ausentar, ainda eram presos à localidade, uma vez que não podiam simplesmente trocar sua propriedade fundiária de lugar. Já os novos “proprietários ausentes” não conhecem nenhum limite geográfico, nem precisam se comprometer minimamente com as conseqüências derivadas de suas ações (BAUMAN, 1999, p. 17-18).

transmitido pela ideia de globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a “nova desordem mundial” de Jowitt com outro nome (BAUMAN, 1999, p. 66-67).

Ao lado do modelo de globalização que vivenciamos, podemos ver a intensificação da flexibilização nas relações de trabalho.

Flexibilidade do lado da procura significa liberdade de ir aonde os pastos são verdes, deixando o lixo espalhado envolta do último acampamento para os moradores locais limparem; acima de tudo, significa liberdade de desprezar todas as considerações que “não fazem sentido economicamente”. O que, no entanto, parece flexibilidade do lado da procura vem a ser para todos aqueles jogados no lado da oferta um destino duro, cruel, inexpugnável: os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio, como as mudanças na regra do jogo da contratação e demissão – e pouco podem fazer os empregados ou os que buscam empregos para parar esta gangorra. E assim, para satisfazer os padrões de flexibilidade estabelecidos para eles por aqueles que fazem e desfazem as regras – ser “flexíveis” aos olhos dos investidores –, as agruras dos “fornecedores de mão de obra” devem ser tão duras e *inflexíveis* quanto possível – com efeito, o contrário mesmo de “flexíveis”: sua liberdade de escolha, de aceitar ou recusar, quanto mais de impor suas regras do jogo, deve ser cortada até o osso (BAUMAN, 1999, p. 112-113).

Uma suposta necessidade de flexibilização do mercado de trabalho configurava-se em um dos principais mantras repetidos pela Sociedade de Mont Pèlerin. Standing (2014) explica as possibilidades de flexibilização almejadas pelos neoliberais:

A flexibilidade tinha muitas dimensões: flexibilidade salarial significava acelerar ajustes a mudanças na demanda, especialmente para baixo; flexibilidade de vínculo empregatício significava habilidade fácil e sem custos das empresas para alterarem os níveis de emprego, especialmente para baixo, implicando uma redução na segurança e na proteção do emprego; flexibilidade do emprego significava ser capaz de mover continuamente funcionários dentro da empresa e modificar as estruturas de trabalho com oposição ou custo mínimos; flexibilidade de habilidade significava ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores. Em essência, a flexibilidade defendida pelos impetuosos economistas neoclássicos significava, sistematicamente, tornar os funcionários mais inseguros, o que afirmavam ser um custo necessário para a manutenção do investimento e dos empregos (STANDING, 2014, p. 22).

A referida flexibilização do trabalho, longe de erradicar a classe trabalhadora, como defende alguns teóricos, tornou-a mais complexa, fragmentando-a. Gerou uma massa de trabalhadores desprovidos de qualquer segurança no trabalho, com baixos salários, muitas vezes sem vínculo empregatício, com empregos de meio expediente etc. São chamados de precariado – junção dos termos “precário” e “proletariado”. Embora

possamos listar algumas de suas características gerais, encontramos na literatura sociológica definições diferentes sobre o precariado.

“Precariado” foi um termo utilizado, a princípio, para se referir aos trabalhadores temporários ou sazonais, ainda na década de 1980, por sociólogos franceses. Porém, autores contemporâneos utilizam o termo para além desse significado. Standing (2014), ao utilizar o termo “precariado”, direciona-se às pessoas desprovidas das sete formas de garantia do trabalho, a saber: garantia de mercado de trabalho, de vínculo empregatício, segurança no emprego; segurança do trabalho; garantia de reprodução de habilidades; segurança de renda e garantia de representação. Soma-se às referidas ausências de garantias, uma renda social precária. A renda social, de acordo com o autor, não inclui apenas a renda nominal, recebida pela venda da força de trabalho, mas também possui outros cinco elementos, como a autoprodução, ou seja, o que a pessoa é capaz de produzir por conta própria, como alimentos ou roupas; o apoio familiar e comunitário; os benefícios corporativos, dirigidos a certas categorias de trabalhadores; os benefícios estatais e, por fim, os benefícios privados derivados de economias e investimentos (STANDING, 2014, p. 28-30).

Braga (2012) afirma que o precariado é inerente ao sistema capitalista e não filho de um modelo político determinado, uma vez que, se seu incremento é uma ameaça nos países centrais, sempre foi regra nos países periféricos. O autor resgata a explicação de Marx, de que é inerente ao capitalismo a formação de uma população excedente, e define o precariado como a própria “superpopulação relativa”, já trazida por Marx. Tal superpopulação relativa assume a forma de flutuante, latente ou estagnada¹⁷. A população flutuante diz respeito aos trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas; a população latente é formada pelos jovens à espera de oportunidade para deixar o trabalho rural e inserir-se nas indústrias; e a população estagnada é formada por trabalhadores que ocupam as funções mais deterioradas e mal pagas (BRAGA, 2012, p. 17-18).

Ainda para Braga (2012), o precariado possui capacidade de mobilização coletiva e tem se destacado nesse sentido. Além disso, o precariado não deve ser visto como uma classe social em separado, mas como parte da classe trabalhadora, como “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas” (BRAGA, 2012, p. 19). Sob tal aspecto, percebemos outra diferença em relação à

¹⁷ BRAGA (2012) exclui a população pauperizada da definição do precariado.

Standing (2015), que não considera o precariado como parte do proletariado, por não compartilhar dos valores e experiências dessa classe, e sim como uma classe em formação. Nesta polêmica, compartilhamos da posição de Braga, por percebermos o precariado como parte do proletariado, não como uma classe à parte.

Apesar das diferenças teóricas sobre a origem do precariado, se sua natureza é inerente ao capitalismo ou se é filho do neoliberalismo, o fato é que, nas últimas décadas, a existência do mesmo tem se intensificado e rompido as fronteiras dos países periféricos, atingindo os países centrais. Se o capitalismo sempre manteve parte dos trabalhadores em condições precárias de vida, com o advento do neoliberalismo essa passa a ser a principal regra do mercado global. Com a globalização, as empresas não estão mais submetidas a nenhuma fronteira e buscam, em qualquer parte do mundo, instalar-se onde as relações de trabalho são mais favoráveis à sua expansão. Como disse Bourdieu (1998), *“la précarité est aujourd’hui partout”*.¹⁸

Embora não seja possível estabelecer, com precisão, o número de pessoas no precariado, o mundo do trabalho atual aponta para um crescimento sistemático do mesmo. Standing (2014) mostra o crescimento da flexibilização do trabalho ao redor do mundo sob diversas formas. Uma delas é o crescimento do número de empregos temporários em praticamente todos os países. Isso não significa que todo trabalhador temporário seja, necessariamente, parte do precariado, porém:

(...) a maioria das pessoas que se encontram em empregos temporários está perto de estar no precariado porque tem relações de produção tênues, baixas rendas comparadas com outros que fazem um trabalho similar e tem oportunidades mínimas em termos ocupacionais (STANDING, 2014, p. 34).

O direcionamento das empresas em contratar cada vez mais empregados temporários deve-se, dentre outros fatores, à facilidade e ao baixo custo em admitir e demitir pessoas. Além disso, trabalhos dessa natureza não pressupõem a construção de uma carreira com aumento salarial por tempo de trabalho, os salários e benefícios tendem a ser menores e, finalmente, mantêm o trabalhador inseguro quanto ao seu futuro na empresa, podendo gerar, muitas vezes, uma postura submissa do mesmo, que busca fazer além daquilo que é pago para fazer a fim de garantir um futuro contrato. Como explica Standing (2014), a sensação de insegurança em relação ao emprego não atinge apenas os empregados temporários, estendendo-se aos demais:

¹⁸ “A precariedade está hoje por toda parte” (BOURDIEU, 1998, p. 119).

Os trabalhadores temporários são usados para extrair concessões de outros trabalhadores, que são avisados de que serão substituídos se não se adaptarem às exigências. Por exemplo, as camareiras que trabalhavam para os Hotéis Hyatt, nos Estados Unidos, com contratos que estipulavam oito horas diárias de jornada e rotinas regulares, de repente descobriram que estavam trabalhando ao lado de funcionários temporários agenciados que eram pressionados a trabalhar 12 horas por dia e limpar um número maior de quartos (30 por turno). Ou seja, os trabalhadores regulares estavam sendo substituídos pelos temporários (STANDING, 2014, p. 59).

Outra medida de flexibilização crescente é o emprego de meio período. As mulheres são especialmente direcionadas a esse tipo de trabalho, uma vez que muitas necessitam ocupar um lugar no mercado de trabalho e também são pressionadas a garantir o cuidado com os filhos e com a família, tendo seus salários reduzidos. Muitas vezes, o trabalho em tempo parcial não se trata de uma escolha, mas da única alternativa disponível, e as pessoas a ele submetidas, não raro, precisam acumular dois empregos de tempo parcial para a complementação da renda ou, por garantia, na perda de um deles. A terceirização, outra ferramenta de flexibilização globalmente aplicada, pressupõe a redução de gastos e, mais uma vez, a formação do trabalhador inseguro. O crescimento dos estágios, nos quais os jovens trabalham por um valor muito baixo, ou por nenhum valor, e o crescimento de categorias inteiras sob condições de trabalho deficitárias, como os operadores de telemarketing, também se relacionam com o fenômeno do precariado (STANDING, 2014, p. 35-36).

Em relação à renda dos trabalhadores, percebemos uma tendência à diminuição dos benefícios estatais ou empresariais sob o discurso de incrementar a renda nominal. Na prática, o corte dos benefícios, como plano de assistência à saúde, acesso à creche, transporte e habitação subsidiados, dentre outros, atinge a renda, gerando um desmantelamento da mesma.

Todas essas medidas de flexibilização geram uma alta rotatividade nos postos de trabalho, contribuindo para a diminuição do estabelecimento de vínculos do trabalhador com seu emprego e profissão, além da queda da possibilidade de construção de uma carreira profissional ao longo da vida. De acordo com Standig (2014):

Nos anos 1960, um trabalhador típico que entrasse no mercado de trabalho de um país industrializado podia esperar que passaria, até se aposentar, por quatro empregadores. (...) Agora, um trabalhador típico pode esperar a passagem por nove empregos antes de atingir os 30 anos de idade (STANDING, 2014, p. 64-65).

Por fim, o quarto elemento a ser discutido é o desmonte do movimento sindical. Se, no período Taylor/fordista, os sindicatos constituíam-se em mecanismos de pressão da classe trabalhadora sobre o Estado nos países capitalistas, eles perdem força com o crescimento do neoliberalismo. Oliveira (1995) chama a atenção para tal fenômeno no Brasil, também característico da situação global.

Os objetivos são os mesmos, lá e cá¹⁹. Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil (OLIVEIRA, 1995, p. 28).

Relações de trabalho flexíveis, sem nenhuma garantia de vínculos ou estabilidade, proporcionam os meios ideais para a formação de um trabalhador inseguro, e um trabalhador inseguro dificilmente se lança à organização coletiva. Assim, a flexibilidade no trabalho não possui apenas consequências objetivas, como a facilitação da demissão e da contratação temporária, mas também consequências subjetivas, como o entrave à representação.

Borón (1995) afirma que a “flexibilização laboral e a progressiva informalização dos mercados de trabalho destroem pela raiz os próprios fundamentos da ação sindical” (BORÓN, 1995, p. 180), negando a organização coletiva e incentivando as soluções individuais, a saída do “salve-se quem puder”. As saídas individuais podem variar desde a subordinação a um trabalho degradante até mesmo ao aumento das ações ilícitas como prática de sobrevivência, questão abordada no item a seguir.

2.1.2 O recrudescimento das políticas penais

Entendemos que as transformações vivenciadas desde o fim da década de 1970, com a crescente hegemonia neoliberal em detrimento de modelos econômicos alternativos (Keynesianismo, Welfare State, economia planificada nos países da ex-URSS), não implicaram apenas em mudanças no plano econômico, mas geraram importantes consequências também no modelo punitivo global (WACQUANT, 2003).

Neste item discutiremos três autores que, sob diferentes perspectivas teóricas, identificam, em suas pesquisas, o aumento do estado penal nas últimas décadas. Garland

¹⁹“Lá” diz respeito aos países centrais, aos quais ANDERSON (1995) faz referência. “Cá” direciona-se à realidade brasileira.

(2008) demonstra o crescimento e o fortalecimento das políticas penais nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que assistimos à retração do estado social, gerando uma “cultura de controle” nos países que passam pelo processo denominado pelo autor de “modernidade tardia”. Wacquant (2003; 2012) critica o conceito de modernidade tardia e atribui ao neoliberalismo esse novo modelo punitivo, não enquanto uma simples consequência, mas como parte estrutural do neoliberalismo sob uma concepção sociológica, não apenas econômica. Bauman (1999) enfatiza a centralidade do papel punitivo do estado nacional no contexto global, no qual, economicamente, sua intervenção é muito limitada.

Garland (2008), em estudo sobre os sistemas punitivos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, demonstra um evidente giro em direção ao recrudescimento das políticas penais. O autor demonstra que, nos países mencionados, a ideia predominante atualmente no senso comum é a de que as políticas sociais voltadas para a reinserção do infrator significam um óbvio desperdício de dinheiro, retirando dos “bons” e investindo nos “maus”, retirando de “nós” e desperdiçando com “eles”. Há poucas décadas, esse tipo de discurso não obtinha eco nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e as políticas de reinserção social eram vistas com bons olhos pela população.

As principais mudanças apontadas pelo autor no sistema penal dos países citados são: 1) Houve um declive do ideal da reabilitação. Durante o estado de bem-estar social, a principal meta do sistema penal, pelo menos no discurso, era buscar a reabilitação do infrator. Hoje, cada vez mais, os programas de reabilitação perdem a centralidade nas medidas punitivas. Tais programas não deixam de existir, mas diminuem sua importância nas políticas penais; 2) Surgimento de sanções punitivas e justiça expressiva. Trata-se da tendência da reparaçãõ de penas decidida e exclusivamente punitivas, tais como pena de morte, trabalho forçado e castigo corporal, consideradas ultrapassadas durante o predomíniõ do ideal de ressocializaçãõ; 3) Mudanças no discurso penal. Até 1970, os discursos que baseavam as reformas penais eram travados a partir de sentimentos nobres, como solidariedade, dignidade e ajuda, ainda que, na maior parte dos casos, esses sentimentos não saíssem do plano do discurso. Nos últimos anos, o sentimento que baseia as reformas penais é o medo e a raiva em relação ao outro; 4) O retorno da vítima. Sob um discurso de que a vítima deve ser respeitada, colocam-se vítima e delinquente como dois opostos. Assim, para estar do lado da vítima, deve-se ser contra os direitos dos delinquentes. Nos EUA, as vítimas podem participar do julgamento, são consultadas sob a pena e a libertação do agressor; 5)

“Acima de tudo, o povo deve ser protegido”. Sob este discurso, aumentam-se as políticas de encarceramento e geram uma sensação de medo na população, com câmeras em todas as partes, medidas de segurança cotidianas etc. Nas palavras do autor, “existe uma notável negligência quanto às liberdades civis dos suspeitos e aos direitos dos presos, na direta proporção da ênfase sobre repressão efetiva e controle” (GARLAND, 2008, p. 57); 6) Surgimento de um novo populismo. As políticas criminais são realizadas “de maneira tal que aparentam valorizar a vantagem política e a opinião pública, em detrimento da opinião de especialistas e dos resultados de pesquisas” (GARLAND, 2008, p. 57). Assim, emerge uma evocação do senso comum, da opinião popular, enquanto a pesquisa e o conhecimento criminológico perdem o espaço que possuíam anteriormente; 7) A reinvenção da prisão, vista como último recurso durante o estado de bem-estar social, desacreditada em seu projeto reformador, passa, desde a década de 1970, a ser invocada como um dos pilares da nova ordem social, que encarcera seus cidadãos em uma proporção nunca presenciada; 8) Novas teorias que enfatizam a prevenção da criminalidade em todos os espaços. O autor argumenta existir uma cultura do controle, na qual são bem-vindas câmeras por todos os lugares, intervenção policial nos espaços cotidianos, grupos de autovigilância na própria comunidade etc. As novas teorias criminológicas que ganham centralidade no discurso de especialistas e operadores da lei fortalecem a ideia de que o combate ao crime precisa estar voltado para a prevenção, isto é, a intervenção social policial e da sociedade civil precisa ocupar todos os espaços das interações cotidianas para combater a criminalidade; 9) A privatização e comercialização da segurança. Durante o estado de bem-estar social, o controle do delito era uma função exclusiva do estado, porém, cada vez mais, a iniciativa privada ganha espaço, dividindo com aquele o monopólio da força, seja através da privatização de espaços prisionais ou do crescimento da segurança privada, vista como parceira na guerra pela segurança; 10) Uma sensação de crise no sistema punitivo que já dura décadas, marcada pelos altos índices de encarceramento e de criminalidade.

Para Garland (2008), as transformações mencionadas devem ser entendidas em conjunto, porque fazem parte de uma reconfiguração estrutural da justiça criminal nos países estudados e, possivelmente, em todos os países que vivem o que o autor chama

de modernidade tardia²⁰, definida como o “padrão distintivo de relações sociais, econômicas e culturais que emergiram nos EUA, Grã-Bretanha e em outros lugares do mundo, no último terço do século XIX” (GARLAND, 2008).

O autor redige a seguinte síntese sobre a reconfiguração em questão:

Se os lemas da socialdemocracia do pós-guerra foram *controle econômico e liberação social*, as novas políticas dos anos 1980 estabeleceram um enquadramento bem distinto de *liberdade econômica e controle social* (GARLAND, 2008, p. 217).

Wacquant (2012) utiliza-se do conceito de “campo burocrático” de Bourdieu (2005) para explicar o estado não enquanto um conjunto fechado e coordenado, mas fragmentado e permeado de disputas pela distribuição dos bens públicos. Assim, o campo burocrático, no período contemporâneo, é atravessado por duas principais lutas. A primeira é entre a “alta nobreza do estado”, que promove as reformas orientadas a favor do mercado, e a “pequena nobreza do estado”, que defende as ações sociais do estado. A segunda, seguindo lógica semelhante à primeira, refere-se à oposição entre a “mão esquerda do estado”, conformada pelos gastos sociais, que oferece amparo e proteção à população desprovida de capitais, chamada pelo autor de “lado feminino do estado”; e a “mão direita do estado”, que consiste nos cortes orçamentários, ajustes fiscais, abertura para o mercado, considerada por Bourdieu (2005) o “lado masculino do estado”. Wacquant (2012) complementa a teoria de Bourdieu ao acrescentar à mão direita do estado o aparato repressivo, ou seja, a polícia, as prisões, a justiça, etc.

Antes de continuarmos o raciocínio de Wacquant, baseado na ferramenta teórica de Bourdieu, abriremos um breve parêntese sobre a classificação do estado em lado masculino e feminino. Entendemos serem tais analogias realizadas a partir de estereótipos de gênero, que atribuem ao masculino características severas, racionais, orientadas para o mercado, enquanto destinam ao feminino características direcionadas ao cuidado, ao amparo, aos “desperdícios”, não racional sob o ponto de vista econômico. A referida analogia possui menos efetividade em elucidar teoricamente alguma questão do que em reproduzir o senso comum, pouco, ou nada, baseado em elucidações científicas, já que uma série de estudos desenvolvidos ao longo das últimas décadas aponta para semelhanças de sentimentos e ações entre indivíduos dos dois

²⁰ O termo modernidade tardia (GARLAND, 2005) é substituído por pós-modernidade na tradução brasileira (GARLAND, 2008). Mantivemos o uso do primeiro por se tratar da versão mais utilizada por outros autores que comentam a obra.

sexos, demonstrando não existir um padrão moral e emocional *a priori* para homens e mulheres (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 102). Ironicamente, o ator social precursor da onda neoliberal no mundo, ou seja, do uso e do abuso da mão direita e do “lado masculino” do estado, foi, justamente, uma mulher, a primeira ministra Margareth Thatcher, como já expusemos neste trabalho.

Retomemos o raciocínio de Wacquant. Para o autor, o conceito de campo burocrático “ajudou-nos a mapear a mudança em curso da assistência social para o tratamento penal da marginalidade urbana” (WACQUANT, 2012, p. 16). Sobre essa mudança, o autor demonstra o contraste, nos Estados Unidos, entre a redução no número dos benefícios sociais e o aumento do encarceramento, que, diante o declínio da filosofia da reabilitação, passava apenas a armazenar os presidiários e, posteriormente, a castigá-los e neutralizá-los (WACQUANT, 2012, p. 19).

Na medida em que o *welfare*, com suas políticas universais e sem exigências de contrapartidas, era desmontado, surgia o *workfare*, um conjunto de políticas assistencialistas vinculadas à obrigatoriedade, por parte do usuário, de aceitar qualquer tipo de trabalho, por mais precário ou degradante que este pudesse ser. O público alvo do *workfare* era o mesmo daquele ao qual o recrudescimento das políticas penais dirigia-se: pobres, negros, hispânicos, moradores de bairros deteriorados, pouco escolarizados etc. Ou seja, os ajustes sociais e penais eram voltados para a mesma população precarizada (WACQUANT, 2012, p. 19).

O autor diferencia-se de Garland (2008), dentre outras questões, por entender que tais transformações nas políticas sociais e penais sobre as quais ambos discorrem não podem ser atribuídas ao seu conceito de modernidade tardia, termo escorregadio e difuso, mas são próprias do neoliberalismo, crítica com a qual concordamos. O aumento do desemprego, os trabalhos flexíveis, a força do mercado perante os trabalhadores e a drástica diminuição do serviço social geraram uma insegurança social respondida pelos estados neoliberais com repressão penal. Assim, o aumento do estado penal é, sob essa óptica, parte do próprio estado neoliberal, intitulado por ele “estado centauro, liberal no topo e paternalista na base: um rosto simpático e gentil para as classes média e alta, e uma cara medonha e carrancuda para a classe baixa” (WACQUANT, 2012, p. 37).

Onda Punitiva afirma que não foram os “riscos e ansiedades” genéricos da “aberta, porosa e móvel sociedade de estranhos que é a modernidade tardia” (GARLAND, 2001, p. 165) que encorajaram a retaliação contra as categorias das classes baixas, percebidas como não merecedoras, desviantes e irrecuperáveis, mas sim da insegurança social específica, gerada pela

fragmentação do trabalho assalariado, pelo endurecimento das divisões de classe e pela erosão da hierarquia etnorracial estabelecida, que garante um efetivo monopólio sobre a honra coletiva aos brancos nos Estados Unidos e aos nacionais na União Europeia. A repentina expansão e exaltação consensual do estado penal desde meados dos anos 1970 não constituem uma leitura culturalmente reacionária da “modernidade tardia”, mas sim uma resposta da classe dirigente preocupada em redefinir o perímetro e as missões do Leviatã, de modo a estabelecer um novo regime econômico, baseado na hipermobilidade do capital e na flexibilidade do trabalho, e a controlar o tumulto social gerado na base da ordem urbana pelas políticas públicas de desregulamentação do mercado e pela redução de gastos com o bem-estar que constituem os elementos formadores centrais do neoliberalismo (WACQUANT, 2012, p. 27).

O autor apresenta uma concepção sociológica do neoliberalismo que ultrapassa sua explicação econômica, a mais usual. Essa concepção sociológica compreende o neoliberalismo como um projeto a partir de cima, levado adiante por uma classe dirigente global em formação, que visa reconstruir a relação entre mercado, estado e cidadania. Tal projeto visa à articulação de quatro lógicas institucionais: a desregulamentação econômica (que direciona o máximo de liberdade às empresas e, sob supostas bases de eficiência, inclui a provisão privada de bens públicos essenciais); a retração e recomposição do estado de bem-estar (as políticas assistenciais apresentam-se agora de forma que o usuário precisa apresentar determinadas condutas para ser merecedor das mesmas); um aparato penal em expansão (que controla o tumulto gerado pela desigualdade provocada pelo próprio neoliberalismo); e a alegoria cultural da responsabilidade individual (que legitima o empreendedorismo, a concorrência e tira do estado a responsabilidade social e econômica). Assim, a questão penal não aparece enquanto elemento secundário, mas encontra-se no centro da análise sobre o neoliberalismo, pois, para o autor:

É mais do que tempo para os estudiosos da era neoliberal observarem que a reconstrução do estado após a ruptura do complexo social Keynesiano abrangeu não somente uma atividade renovada, voltada para promover a competitividade internacional, a inovação tecnológica e a flexibilidade no trabalho (JESSOP, 1994; LEVY, 2006; STREECK; THELEN, 2005) mas também, e mais especificamente, a reafirmação enérgica da sua missão punitiva, doravante numa chave pornográfica e gerencialista (WACQUANT, 2012, p. 29).

Por fim, Wacquant (2012) entende esse conjunto de medidas como nocivo a um estado democrático.

Rotulam as frações precárias do proletariado, de onde saem os beneficiários da ajuda pública e os presidiários, com o selo indelével do demérito. Em

resumo, a penalização da pobreza fragmenta a cidadania segundo as linhas de classe, liquida a confiança cívica na base e promove a degradação dos princípios republicanos. O estabelecimento do novo governo da insegurança social revela, *in fine*, que o neoliberalismo, em essência, corrói a democracia (WACQUANT, 2012, p. 38).

Bauman (1999) afirma que as nações-estados, diante a atual concentração de poder nas mãos do mercado, perderam grande parte de sua soberania. Sem possibilidades de controlar a economia, com suas bases materiais aniquiladas, com sua classe política sem autonomia, os estados tornaram-se frágeis e impotentes. Abandonar a possibilidade de gerir uma política econômica alternativa é condição para receber qualquer assistência econômica dos organismos internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. Nessa “nova ordem mundial”, a tarefa principal executada pelos estados restringe-se à aplicação da repressão. Assim, temas como segurança, encarceramento e punição ganham centralidade nos discursos governamentais, uma vez que os estados não possuem autonomia para definirem suas políticas econômicas e sociais.

Estados fracos são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova *desordem* mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se. Quase-Estados, estados fracos, podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais (BAUMAN, 1999, p. 76).

De acordo com o autor, o isolamento, o confinamento espacial como forma de castigo, foi utilizado de maneira recorrente ao longo da história: os escravos confinados às senzalas, os leprosos, os loucos, os delinquentes confinados a espaços isolados dos demais etc. As prisões modernas, com seus modelos panópticos, conforme abordadas por Foucault (1987), tinham como objetivo central o adestramento dos corpos, tornando-os dóceis e disciplinados para executarem qualquer tipo de trabalho. Porém, o ideal reabilitador, pautado na conversão do delinquente em um trabalhador disciplinado, não possui mais espaço nos discursos governamentais. Atualmente, o que se espera de um prisioneiro é apenas que ele permaneça isolado, imóvel, longe de “nós”. Levando em consideração que a liberdade é o maior dos valores pregados pelo livre mercado e pela globalização, a imobilidade, a ausência total de liberdade à qual estão submetidos os encarcerados, configura-se no atestado de demérito e de inutilidade dessas pessoas.

Assim, o sentido do encarceramento é atualizado no mundo globalizado (BAUMAN, 1999, p. 120-121).

Como exemplo desse novo sentido atribuído ao encarceramento, Bauman (1999) cita a prisão Pelican Bay, localizada na Califórnia, estado que “dedica à construção e manutenção das prisões um orçamento que ultrapassa de longe a soma total dos fundos estatais destinados a todas as instituições de ensino superior” (BAUMAN, 1999, p. 113-114). A referida prisão é considerada modelo de sofisticação e funciona da seguinte forma:

É inteiramente automatizada e planejada de modo que cada interno praticamente não tem qualquer contato direto com os guardas ou outros internos. A maior parte do tempo os internos ficam em celas sem janelas, feitas de sólidos blocos de concreto e aço inoxidável... Eles não trabalham em indústrias de prisão; não têm acesso à recreação; não se misturam com os outros internos. Até os guardas são trancados em guaritas de controle envidraçadas, comunicando-se com os prisioneiros por um modelo de alto-falantes e raramente ou nunca sendo visto por eles. A única tarefa dos guardas é cuidar para que os prisioneiros fiquem trancados em suas celas – quer dizer, incomunicáveis, sem ver e sem serem vistos. Se não fosse pelo fato de que os prisioneiros ainda comem e defecam, as celas podiam ser vistas como caixões (BAUMAN, 1999, p. 116).

Tal modelo de encarceramento é muito diferente daquele identificado por Foucault (1987), no qual os presos precisavam aprender a agir com disciplina, com horários fixos para acordar, trabalhar, tomar banho, dormir, comer etc. Sobre a diferença, Bauman (1999) comenta:

Toda a questão do Panóptico, o propósito supremo da vigilância constante, era garantir que o interno realizasse certos movimentos, seguisse uma rotina, fizesse determinadas coisas. Mas o que os internos de Pelican Bay fazem em suas celas solitárias não importa. O que importa é que fiquem ali. A prisão de Pelican Bay não foi projetada como fábrica de disciplina ou do trabalho disciplinado. Foi planejada como fábrica de exclusão e de pessoas habituadas à sua condição de excluídas. A marca dos excluídos na era da compressão espaço-temporal é a imobilidade. O que a prisão de Pelican Bay leva quase à perfeição é a técnica da imobilização (BAUMAN, 1999, p. 121).

O autor enfatiza que, embora os Estados Unidos estejam consideravelmente à frente dos demais países em números de cidadãos encarcerados, a tendência no aumento de presidiários manifesta-se globalmente. Até mesmo países considerados resistentes à política de encarceramento em massas apresentam um aumento considerável na sua população carcerária, como Noruega, Holanda e Gales (BAUMAN, 1999, p. 122).

A guerra contra a bandidagem de rua, as promessas de mais prisões, mais policiais, tornam-se temas centrais dos debates políticos. O resultado disso é a propulsão do medo. As pessoas sentem-se inseguras e veem nesses discursos as soluções para suas inseguranças, aceitando abrir mão de liberdades democráticas, debates políticos sobre intervenção estatal na economia, pressão por mais direitos, garantias trabalhistas, tudo por um pouco mais de sensação de segurança, mas nunca alcançada, uma vez que a insegurança é característica da nova ordem – ou desordem – mundial. Assim, estamos diante uma liberdade ilimitada direcionada aos grandes proprietários e acionistas e uma repressão de mãos de ferro para as populações marginalizadas.

Os três autores apresentados neste item, embora partindo de explicações distintas, tecem análises substanciais sobre o crescimento do estado punitivo nas últimas décadas. Apesar de afirmarem ser uma tendência mundial, incluindo os países desenvolvidos, assim como os periféricos, seus estudos restringem-se ao norte global, ou seja, aos países centrais, principalmente Estados Unidos e alguns países europeus. Buscaremos agora, levantar questões sobre o crescimento do estado punitivo em conjunto com o neoliberalismo no nosso contexto: a América Latina e, mais especificamente, o Brasil.

2.2 Neoliberalismo e Estado Punitivo na América Latina

Compartilhamos das perspectivas teóricas que identificam o avanço do neoliberalismo na América Latina não como uma simples importação de projeto econômico-político dos países centrais, mas com uma implementação específica, caracterizada por particularidades históricas e sociais (BORÓN, 1995; ITURRALDE, 2012; FREIRE, 2005). Identificamos como principais particularidades do contexto latino-americano os altos índices históricos de desigualdade social e de pobreza, o fato desses países nunca terem aplicado um estado de bem-estar que ampliasse a concepção de cidadania, a localização econômica periférica que os subordina aos países centrais e a implementação das políticas neoliberais em pleno processo de redemocratização.

Durante a década de 1970, quando Europa e Estados Unidos viviam a crise econômica que justificaria a adoção do neoliberalismo, considerada por alguns autores como uma crise estrutural do capital (ANTUNES, 2009), o Brasil experimentava uma conjuntura econômica distinta, denominada de milagre econômico. Porém, como

destaca Nascimento (2008), o crescimento econômico brasileiro foi marcado pelo aumento exponencial da dívida externa, que entre 1973 e 1986 salta dos US\$12,5 bilhões para mais de US\$100 bilhões, além de não ter gerado aumento na renda dos trabalhadores, nem nos indicadores sociais (NASCIMENTO, 2008, p. 14).

Já na década de 1980, a economia brasileira encontra-se com sérios problemas: inflação ultrapassando 200% ao ano e dependência completa do país ao financiamento externo, com altas taxas de juros. Por outro lado, o sindicalismo apresentava-se forte, com grande número de greves de trabalhadores buscando reajustes salariais. Já em 1989, durante o primeiro governo democraticamente eleito, o país passa decididamente a implementar as medidas neoliberais. Nascimento descreve o processo da seguinte forma:

O primeiro governo democraticamente eleito em 1989, Fernando Collor de Mello, marcou uma profunda mudança nas políticas estatais. Foi a partir de então que se promoveu a abertura comercial, que, ao derrubar os óbices alfandegários impostos a inúmeros bens de consumo, permitiu a entrada de tais produtos estrangeiros com os quais a produção industrial brasileira não tinha condições de competir. Os tempos, porém, não eram de lamentação, mas sim do discurso da competitividade que abruptamente introduzia nossa fechada economia na globalização. O resultado disso foi o importante comprometimento do nosso parque industrial e, conseqüentemente, os alarmantes índices de desemprego, que chegaram a 18% na Grande São Paulo, em 2000. No plano administrativo o governo Collor se caracterizou por dar início à reforma administrativa do estado, de maneira a substituir o obsoleto e ineficiente modelo “burocrático”, pelo ágil e austero modelo “gerencial”, inspirado na eficiência da gestão privada. A reforma administrativa foi levada a cabo por três frentes: através das privatizações de importantes empresas estatais brasileiras, da delegação à iniciativa privada de serviços públicos essenciais e da terceirização de funções auxiliares. A política trabalhista brasileira, por sua vez, preconizou a flexibilização e precarização das relações de trabalho (NASCIMENTO, 2008, p. 17).

De acordo com Pochmann (2006) a adoção dos empregos terceirizados deu-se de forma ampla no Brasil. Em São Paulo, entre os anos de 1985 e 1990, o número de trabalhadores terceirizados salta de 11,7% para 58,2%. Ocorre um decréscimo em 1995 para 8,9%, queda explicada, pelo autor, devido à alta taxa de desemprego daquele período. Porém, entre 1995 e 2000, o saldo líquido dos empregos gerados alcançou a marca de 97,6%, sofrendo nova queda nos anos seguintes devido à diminuição dos empregos na área da indústria – que migram para países cujos salários são ainda menores. Em contrapartida, aumentam os postos de trabalho no setor de serviços e, a partir de 2002, 95% dos empregos gerados são de até dois salários mínimos (POCHMANN, 2006).

Além do Brasil, Borón (1995, p. 78) afirma que o neoliberalismo atingiu a América Latina com destacada intensidade. Aqui, o enfraquecimento do Estado, mediante a limitação da soberania nacional frente aos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, atingiu patamares muito superiores aos dos países centrais. A perda da soberania nacional é atestada pela subserviência desses países às metas e políticas dos citados organismos, que “se converteram em um gigantesco *thinktank* do neoliberalismo” (BORÓN, 1995, p. 95), bem como pelo dismantelamento estatal gerado com as sucessivas privatizações de agências e empresas estatais.

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, submeteu-se ao “Consenso de Washington”, que consiste na “implementação de reformas econômicas e políticas que conduzem ao estabelecimento de estados menores, com déficits e taxas de inflação baixos e com menos poderes de intervenção na economia” (ITURRALDE, 2012, p. 178). A adesão ao projeto de cunho neoliberal foi condição para a realização de empréstimos frente aos organismos internacionais.

Esses organismos condicionaram sua ajuda econômica aos países latino-americanos se estes ajustassem suas finanças, liberalizassem seus mercados, flexibilizassem sua legislação trabalhista e fortalecessem suas instituições estatais, entre elas, a justiça penal. Na prática, tais ajustes levaram ao dismantelamento do estado corporativista, à redução da burocracia estatal e à privatização massiva de bens e serviços estatais (MULLER *apud* ITURRALDE, 2012, p. 178-179).

De acordo com Borón (1995), os países da América Latina, ao longo da década de 1990, embora pressionados pelos organismos internacionais a diminuir os gastos públicos, investiam uma proporção de seu PIB para tal fim sensivelmente inferior aos gastos dos países industrializados. Enquanto a porcentagem do PIB direcionada aos gastos públicos na Argentina, no Peru e no Brasil, respectivamente, eram de 31,2%, 13,6% e 36,4%, diversos países desenvolvidos destinavam mais de 50% de seus PIBs para gastos públicos. Somado ao baixo investimento nas demandas sociais, temos, na América Latina, um regime tributário que onera os mais pobres, uma vez que “o grosso da receita fiscal provém de impostos ao consumo, ao trabalho e ao comércio. Isto é, de impostos aplicados a setores não proprietários do capital” (BORÓN, 1995, p. 89).

Outra característica que difere a América Latina dos países do norte global são os altos índices de desigualdade social, de pobreza e de violência urbana. Além disso, nunca vivenciamos a experiência de bem-estar social, senão através de políticas

fragmentadas e incompletas, muito aquém daquelas aplicadas nos países centrais. Dessa forma, não passamos pela brusca mudança de paradigmas (*welfare/workfare*), tão perceptível nos países centrais. Por outro lado, as consequências do neoliberalismo em países que não tiveram sequer a oportunidade de contar com uma rede de proteção durante algumas décadas foram ainda mais desastrosas socialmente, além de não atingirem o tão prometido êxito econômico (BORÓN, 1995; ITURRALDE, 2012).

Segundo Iturralde (2012), devido às especificidades históricas da América Latina, não podemos atribuir somente ao neoliberalismo nossa desigualdade social, violência e encarceramento, porém esse modelo econômico e político contribuiu consideravelmente para a manutenção e a intensificação desses problemas (ITURRALDE, 2012, p. 181).

No Brasil, e na maioria dos países latino-americanos, o avanço neoliberal coincidiu com o processo de redemocratização. Assim, ao mesmo tempo em que alcançávamos almeçadas liberdades democráticas, presenciávamos a exclusão e a marginalização de grandes setores da sociedade, bem como o desmonte do Estado. Para Borón (1995, p. 71), um regime democrático estável é incompatível com altos índices de pobreza e, considerando que as políticas neoliberais possuem como consequência o aumento da pobreza, em última instância, o neoliberalismo é incompatível com a democracia.

Quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, sucumbem a liberdade e a democracia, e a própria condição do cidadão – verdadeiro fundamento sobre o qual se apoia a democracia – se deteriora irreparavelmente. A liberdade não pode sobreviver onde o cidadão indigente está disposto a vendê-la por um prato de lentilhas, e um outro disponha de riqueza suficiente para comprá-la a seu bel-prazer. Nessas condições a democracia se converte em um ritmo farsesco e se esvazia de todo conteúdo (BORÓN, 1995, p. 71).

Seguindo a explicação elaborada por Wacquant (2012), com a qual estamos de acordo, o crescimento do estado punitivo é um dos aspectos centrais do neoliberalismo, caso este seja visto sob um olhar sociológico. Sendo assim, a América Latina insere-se no contexto global do aumento punitivo.

De acordo com o International Centre for Prison Studies (2009), os países latino-americanos ocupam papel de destaque nos índices de taxa de encarceramento. O Chile encontra-se em 4º lugar, El Salvador em 5º, Brasil em 6º, México em 7º e Argentina em 8º, no ranking mundial.

Se analisarmos em números absolutos a quantidade de cidadãos presos, novamente os países latino-americanos destacam-se. Conforme diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ 2014), o Brasil é o terceiro país com mais presidiários do mundo, contabilizando 715.592 presidiários e presidiárias, incluindo aqueles em prisão domiciliar.

Chama a atenção o fato dos crimes de maior incidência punidos pelo sistema penal brasileiro – roubo, tráfico de drogas ilícitas e furto – estarem relacionados à busca por maiores rendas, sendo crimes normalmente associados às camadas mais desprovidas da população; enquanto os crimes de colarinho branco – como sonegação de impostos, infração às leis trabalhistas e crimes ambientais de grande porte – permanecem impunes. Nascimento sintetiza essa questão da seguinte forma: “o sistema penal criminaliza a pobreza e, como o neoliberalismo multiplica a pobreza, o número de criminalizados cresce e crescerá na mesma proporção” (NASCIMENTO, 2008, p. 20).

Conforme identifica Iturralde (2012), os ajustes neoliberais na América Latina foram acompanhados de “consideráveis níveis de violência e altas taxas de encarceramento, que aumentaram consideravelmente nas últimas décadas” (ITURRALDE, 2012, p. 182). Nos países latino-americanos, também podemos perceber o crescimento das respostas punitivas diante à insegurança social intensificada pelo neoliberalismo. Tais respostas são direcionadas aos mais pobres, ou seja, aqueles que ocupam os piores postos no mercado de trabalho, o precariado. O crescimento do Estado Penal em nossos países deu-se, em primeiro lugar, pela aplicação da política de guerra às drogas, ditada pelos Estados Unidos e pelos organismos internacionais. A referida política gerou até mesmo intervenção militar norte-americana em solo latino, além de diversos escândalos envolvendo os governos dos Estados Unidos e encarceramento em massa de jovens envolvidos com o tráfico (ARBEX JUNIOR, 2005; FRAGA, 2007).

O estado penal também serviu para legitimar os sistemas políticos latino-americanos, pois os governos, em realidade débeis diante das forças do mercado, mostram-se fortes e enfrentam os medos e as ansiedades de sociedades acoissadas pela pobreza, pelo desemprego e pela insegurança (não só física, como também social) através de políticas penais repressivas. As políticas de segurança cidadã, tolerância zero, recuperação do espaço público e janelas quebradas aplicadas nos Estados Unidos também foram implementadas na região (MULLER, 2011, p. 5). Tais políticas, independentemente de seu êxito ou fracasso, também dão votos, razão pela qual, tanto na América Latina quanto nos países do Norte Global, o tema da segurança cidadã passou a ocupar um lugar central na agenda política (ITURRALDE, 2012, p. 185).

Assim como nos países centrais, na América Latina, a alegoria da responsabilidade individual, diagnosticado por Wacquant (2012) como um dos eixos centrais do neoliberalismo, também obteve êxito. A criminalidade urbana foi desvinculada de seu caráter social e os que delinquem:

Não são vistos como pessoas pertencentes a grupos sociais marginais que são submetidos às formas mais violentas de exclusão econômica e social, mas sim como seres racionais que atuam de forma calculada e que são movidos pela cobiça; pessoas de escassos valores morais, que buscam o caminho fácil para enriquecer-se e satisfazer suas ambições e desejos. (...) Assim, em diversos países latino-americanos, a idade da responsabilidade penal foi reduzida com o intuito de dar aos jovens o tratamento de adultos, e foram criados delitos e aumentadas penas tendo por alvo especial os jovens problemáticos das periferias urbanas (ITURRALDE, 2012, p. 188).

Freire (2014) apresenta um estudo detalhado sobre o aumento do estado punitivo no Brasil, país que aderiu ao que a autora denomina de “aventura punitiva globalizadora”, que significa o recrudescimento das normas penais, aumento nos níveis de encarceramento e maior severidade na execução das penas. A aventura punitiva globalizadora foi levada a cabo pelos países centrais nos anos 1980 e atingiu os países latino-americanos a partir da década de 1990.

O Brasil a partir da década de 90 vive um processo de adesão ao modelo punitivo que instrumentaliza – por meio de medidas que aumentam o nível das penas, recrudescem o controle e a disciplina no interior da execução penal, agregam restrições ao livramento condicional, à progressão de regime, ao indulto e à comutação – as novas formas de contenção e eliminação dos setores mais vulneráveis da sociedade (FREIRE, 2005, p. 76).

Para demonstrar essa adesão do estado brasileiro ao modelo punitivo global, a autora percorre as transformações contidas nos discursos originários das leis, desde a Lei de Execuções Penais (LEP), criada em 1984, inserida na filosofia do ideal reabilitador, até o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), feito em 2003, já sob total influência da aventura punitiva globalizadora, passando por diversos decretos que sinalizam essa transformação.

A LEP foi criada na euforia do processo de redemocratização brasileira, sob influência da corrente criminológica da nova defesa social, que conferia um verniz humanista à pena privativa de liberdade. A nova defesa social “originária dos estados de bem-estar da Europa central enfatiza o papel normatizador e transformador de

condutas do sistema prisional, e infere a sanção penal à função corretiva e reabilitadora” (FREIRE, 2005, p. 81).

A concepção do movimento da nova defesa social apresenta, de acordo com a autora, uma série de limites, como, por exemplo, a legitimidade conferida ao Estado, que está autorizado a punir e reformar os sujeitos; a dicotomia entre o bem e o mal (os infratores praticaram ações más, no entanto sairão da prisão capazes de praticar boas ações); ignora as complexas forças sociais que pesam sobre o indivíduo no cometimento do ato ilícito; incorpora o mito do trabalho na prisão como disciplinador, indicador da reabilitação; e prevê um modelo comportamental padronizado (FREIRE, 2005, p. 77-88).

Por fim cabe salientar que os pressupostos do movimento da nova defesa social, com ênfase na prevenção ao crime e no tratamento dos delinquentes, apresentam plena coerência com os ideais disciplinadores, uma vez que sob a proteção do verniz humanista atribuído à pena (papel ressocializador), busca reduzir as singularidades individuais, por meio de uma ação positiva que molda, nivela e neutraliza. Tudo isso em prol da estabilidade e da harmonia de um ente abstrato (a sociedade), que, despido do seu componente humano, nada mais é do que um simples modelo conceitual (FREIRE, 2005, p. 84-85).

Mesmo ciente dos limites do ideal reabilitador, a autora chama a atenção para o fato de que este foi substituído, a partir da década de 1990, por um paradigma ainda mais cruel: a prisão passa a ter um caráter exclusivamente punitivo, com a função apenas de conter e neutralizar os indivíduos redundantes, uma vez que estes nunca seriam ganhos para a vida em sociedade, e qualquer gasto a eles direcionado não passaria de dinheiro desperdiçado. Diversas leis entre 1989 e o anos 2000 apontam para o fortalecimento do polo punitivo e a diminuição do polo reabilitador, sendo o RDD a lei na qual tal transformação alcança sua máxima evidência, por permitir um isolamento do preso em cela individual por até 360 dias e ser aplicado a pessoas consideradas de alta periculosidade ou com suspeitas de participação em organizações criminais²¹.

²¹ A nova redação do artigo 52 da LEP, alterada pela Lei 10.792/2003, passa a conter o texto seguinte: Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003) I - duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada; (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003); II - recolhimento em cela individual; (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003); III - visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas; (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003); IV - o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003); § 1º O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003);

No momento em que o ideal de transformação e reabilitação dos sujeitos por meio da privação da liberdade está sendo substituído vigorosamente pela noção de contenção, neutralização e eliminação dos setores indesejáveis ou redundantes da sociedade, nada mais lógico do que um reincremento e enrijecimento dos dispositivos disciplinares. Assim parece evidente que a disciplina carcerária está sendo progressivamente despida de seus traços pedagógicos e moduladores em favor de uma funcionalidade instrumental de contenção e segurança (FREIRE, 2005, p. 122).

Escudado pelo alarmante caos que vige o sistema penitenciário, o regime disciplinar diferenciado oculta sua natureza de pena cruel que rememora, tragicamente, os suplícios medievais (...) A aposta na desestruturação física e psíquica é o ingrediente essencial desta nova forma de gestão, que visa a compensar a incapacidade de controle, por meio da maximização da vulnerabilidade dos sujeitos encarcerados diante de um poder que se agiganta. O isolamento celular prolongado, com os efeitos destrutivos sobre a saúde física e mental dos sujeitos, adquire feição de castigo, reeditando a velha noção de pena como simples e puro exercício de vingança social (FREIRE, 2005, p. 156).

Assim, entendemos que a América Latina e o Brasil aderiram, através dos acordos com organismos internacionais, à tendência mundial neoliberal. Dessa forma, além da abertura do mercado, desmantelamento estatal através de privatizações, contenção dos gastos públicos, flexibilização das relações de trabalho, também vivenciamos um fortalecimento do estado punitivo, justificado pela suposta necessidade da guerra às drogas e à criminalidade urbana, mas servindo, na prática, como controle repressivo da insegurança social decorrente dos problemas sociais intensificados pelo próprio neoliberalismo.

A política de guerra às drogas, anunciada em 1986 por Ronald Reagan, na qual diversas medidas de enfrentamento ao uso e ao tráfico de entorpecentes passariam ser tomadas, não só nos Estados Unidos, mas também na América Latina e na Ásia, possuiu estreita relação com o agigantamento do Estado Penal. O comunismo, até então considerado o principal inimigo público das nações capitalistas, abre espaço, após a restauração ocorrida na maioria dos países socialistas no final da década de 1980, para a eleição de um novo oponente: o tráfico de drogas.

A relevância dada à questão das drogas na administração de Ronald Reagan representou a continuidade da abordagem assumida pelos governos anteriores. Entretanto, é a partir de sua gestão à frente da Casa Branca que a temática das drogas passa a ter um enfoque predominantemente militarista.

§ 2º Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003).

Em parte, tal acepção encontra explicação no deslocamento do aparelho repressivo e de inteligência outrora usado na cruzada contra o comunismo para o combate ao narcotráfico. Ademais, o crescimento do consumo de drogas ao longo dos anos 80 conformou ações no sentido de aumentar a repressão às drogas. A cocaína ganhava terreno no país como uma das drogas mais utilizadas e também houve queda na idade entre os seus usuários. Cada vez mais cedo, os jovens se envolviam com o uso de substâncias psicoativas (FRAGA, 2007, p. 71).

O estado brasileiro, desde a década de 1990, tomou para si a guerra declarada por Reagan. Desde operações de combate ao tráfico, nas fronteiras e internamente, passando pelo recrudescimento da punição do crime de tráfico de drogas. O resultado não foi o fim do tráfico, mas sua continuidade, de forma cada vez mais violenta, e o inchaço das prisões, de forma que, hoje, 26% dos presidiários e 68% das presidiárias encontram-se detidos pelo crime do tráfico de drogas.

3. DISCUTINDO GÊNERO: EM QUE MUNDO VIVEM AS MULHERES?

“Na verdade, arrisco-me a dizer que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher”
Virgínia Wolf²²

No capítulo anterior, discutimos as transformações no mundo do trabalho e nas políticas penais de modo geral. No presente capítulo, buscamos, especificamente, entender o impacto dessas questões na vida das mulheres, objeto de nosso estudo. Com tal objetivo, dividimos o capítulo em três partes, a saber: 2.1 *Epistemologia feminista: gênero, generificação e patriarcado*. No referido item, além de apresentarmos esta pesquisa sob uma perspectiva feminista, esclarecemos alguns conceitos utilizados ao longo do trabalho, como gênero, generificação e patriarcado; 2.2 *A feminização do trabalho*, em que discutimos o papel crescente, porém subalterno da mulher no mercado de trabalho; e 2.3 *A mulher frente ao poder punitivo*. Aqui, buscamos apresentar as consequências do inchaço do estado penal para as mulheres.

3.1 Epistemologia Feminista: gênero, generificação e patriarcado

O desenvolvimento da ciência não ocorre alheio à divisão de poder na sociedade. Por isso, grande parte do conhecimento científico produzido, e reconhecido enquanto tal, emana dos países que fazem parte do norte global²³. Segundo Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU, “cerca de 95% da nova ciência é criada nos países que abrigam somente um quinto da população mundial. Grande parte dessa ciência negligencia os problemas que afligem a maioria da população mundial” (ANAAN *apud* TILLY, 2006, p. 47). Além disso, parte significativa desse conhecimento é produzida por homens, sobre homens e para homens, embora se afirme para todos (MENDES, 2014, p. 13)²⁴.

²² WOOLF, Virgínia. Profissões para mulheres: e outros artigos femininos. Posição intelectual da mulher. In: *Um teto todo seu*. Tordesilhas, 2014.

²³ A diferenciação entre norte global e sul global é uma escolha teórica de dividir geopoliticamente os países com base naqueles que, ao longo da história, exerceram o poder, o desenvolvimento industrial e tecnológico e a colonização, em oposição aos que foram colonizados. “Não se trata de uma questão territorial, mas, sobretudo, do papel desempenhado no e herdado do período colonial por cada país, assim como suas relações econômicas e políticas no contexto do ‘novo império’ da globalização neoliberal” (MOSCHKOVICH, 2015, p. 19).

²⁴ Embora a autora dirija tal reflexão ao conhecimento criminológico, entendemos que essa análise não deve ser restrita à criminologia, mas estendida aos demais campos do conhecimento científico.

A presente pesquisa, no entanto, além de localizar-se no sul global, pois busca compreender uma questão neste contexto, também ambiciona explicar a realidade a partir de outro ponto de vista: o das mulheres. Para isso, lançaremos mão da epistemologia feminista, que mesmo recente, apresenta importantes ferramentas para a compreensão da realidade social.

De acordo com Mendes (2014), embora não exista apenas uma epistemologia feminista²⁵, elas possuem em comum, dentre outros elementos, a ideia de que tanto o conhecimento quanto o sujeito conhecedor são situados socialmente.

O que se conhece, e como se conhece, depende da situação e da perspectiva do sujeito conhecedor(a). E esta situação depende de múltiplos fatores e situações sociais, tais como raça, orientação sexual, origem, região do mundo em que vive. O sexo-gênero forma uma situação social e, assim como todos os demais elementos, não é externo ao conhecimento, mas parte integrante dele (MENDES, 2014, p. 85).

O termo gênero aparece como ferramenta analítica das perspectivas feministas, pois “permite compreender como a divisão da experiência social tende a dar a homens e mulheres concepções diferentes deles(as) próprios(as), de suas atividades e crenças e do mundo que os(as) cerca” (HARDING *apud* MENDES, 2014, p. 87).

Dessa maneira, buscaremos, nas próximas linhas, um entendimento sobre a categoria gênero, bem como outros termos que o tangenciam, a exemplo de patriarcado e generificação.

A literatura de língua inglesa foi pioneira em utilizar o termo em questão para os fins aqui discutidos. Gênero foi traduzido do termo inglês *gender* e não possui uma única definição consensual, mas é alvo de polêmicas tanto interna, entre os(as) estudiosos(as) do assunto, quanto externa – em alguns países, como no Brasil, a utilização do termo é um tabu, uma vez que movimentos liderados por políticos e religiosos entendem o termo como uma afronta às relações tidas como naturais entre homens e mulheres.

Sobre as divergências internas em torno do termo, em outras palavras, sobre seus possíveis usos, Saffioti (2004) sintetiza:

²⁵ De acordo com HARDING (1996), podemos falar de três tipos centrais de epistemologia feminista. São elas; 1) O empirismo feminista, que acredita que se formos mais rigorosos nos métodos, nos livraremos do androcentrismo nas conclusões; 2) O ponto de vista feminista ou *standpoint*, uma perspectiva vinculada à luta política e “baseia-se nas práticas dos movimentos de mulheres, na sua luta política, na sua experiência, na sua teoria” (LAZO *apud* MENDES, 2014, p. 79); 3) O feminismo pós-moderno, que parte da desconstrução social do gênero e do sexo, tendo como suas principais expoentes Judith Butler e Donna Haraway (MENDES, 2014, p. 77-84).

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997; SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2004, p. 44-45).

Embora a conceituação de gênero enquanto a construção social do masculino e feminino seja a mais utilizada, ela ainda não pode ser entendida como consensual. Connel e Pearse (2015) criticam tal definição, uma vez que: 1) Ela parte de uma diferenciação biológica entre machos e fêmeas, limitando os seres humanos a uma relação dicotômica não existente na realidade; 2) Tal definição pressupõe que onde não há diferença entre homem e mulher não há gênero; 3) Exclui os processos que acontecem para além dos indivíduos.

Assim, as autoras entendem o gênero para além da dicotomia homem-mulher, mas o veem enquanto estrutura social na qual atuam instituições, grupos e indivíduos.

O gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão. O gênero é uma estrutura social de um tipo particular – envolve uma relação específica com os corpos. (...) O que está errado com a definição do senso comum não é a atenção aos corpos, nem a preocupação com a reprodução sexual, mas a tentativa de inserir a complexidade biológica sua adaptabilidade em uma dicotomia rígida, e a ideia de que os padrões culturais apenas expressariam diferenças corporais. (...) Não podemos dizer, portanto, que os arranjos sociais simplesmente “expressam” diferenças biológicas (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 47-48).

Essa compreensão de gênero implica que, assim como outras estruturas sociais, é multidimensional, ou seja, não se restringe à sexualidade, ao trabalho, à identidade, ao poder, mas a tudo isso e a diversos outros aspectos. Implica ainda que os padrões de gênero podem variar segundo o contexto no qual ele se encontra inserido e estão sempre em transformação (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 49).

Embora o gênero possa ser compreendido como uma estrutura diretamente relacionada com os corpos, não podemos cair na armadilha de confundi-lo com o reflexo social automático de uma base biológica. Isso pode ser verificado uma vez que:

Há muitos campos em que comportamentos fortemente generificados ocorrem, que não têm a menor conexão lógica com a reprodução sexual (futebol, design de sapatos, mercados futuros, sexo lésbico, oratórias de Handel, ordenação de bispos...). Podemos ser uma das muitas espécies que se reproduzem sexuadamente, mas somos a única delas que produziu estruturas sociais complexas, que se transformaram historicamente, nas quais a capacidade produtiva é evidenciada e mudada. De fato, gênero é uma das coisas mais impressionantes e únicas de nossa espécie (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 114).

De qualquer forma, acima das polêmicas em torno do conceito, o uso do termo “gênero” possibilitou, em suas consequências objetivas, explicar a opressão das mulheres sob uma perspectiva social e histórica, e não biológica, como até então era entendida. Considerando que os fundamentos da opressão da mulher são de origem social, esta está sujeita a transformações e até mesmo pode deixar de existir, uma vez que as relações sociais não são de natureza estática. Ainda que seja considerada uma estrutura social, e justamente por isso, a relação entre gênero e agência é inevitável, estando, portanto, sujeito a se definir, ao passo que se define, pelos atores e atrizes sociais.

O objetivo dos grupos feministas ao desenvolver o conceito de gênero foi evidenciar a fragilidade e a falsidade das explicações biologicistas da subordinação da mulher. Tratava-se de demonstrar que a discriminação feminina, sustentada em diferenças biológicas, não era resultado de uma estrutura inferior, mas da forma como a diferença foi construída social e culturalmente (ESPINOZA, 2004, p. 50).

Quando falamos de uma sociedade generificada, estamos utilizando um adjetivo proveniente do substantivo “gênero”, “indicando que uma pessoa, grupo, espaço, etc., foi tocado ou passou pela rede de processos inclusos na dinâmica de gênero. O verbo *generificar* e o substantivo *generificação* também seguem a mesma lógica” (MOSCHKOVICH, 2015, p. 18).

Assim, os espaços investigados por este estudo, a saber, o mercado de trabalho e o sistema penal, também são generificados, ou seja, estão submetidos à complexa estrutura social que é o gênero, mesmo não associados diretamente à reprodução ou às diferenças biológicas. O papel subalterno da mulher no mercado de trabalho, a diferença

salarial entre homens e mulheres, o concentração de homens em determinadas ocupações, a exposição da vida sexual pregressa da ré no momento do julgamento com a finalidade de atenuar-lhe ou não a pena e o fato das presidiárias serem responsáveis pela limpeza da prisão são alguns dos muitos exemplos extraídos para identificarmos a generificação nesses ambientes.

Embora o termo gênero seja importante para a discussão que este trabalho propõe-se a executar, ressaltamos não ser ele suficiente. Connel e Pearse (2015) alertam-nos para o fato de grande parte da literatura sobre gênero restringe-se aos temas: sexualidade, identidade, representação e linguagem. Enquanto isso, são preteridas as discussões sobre violência de gênero, saúde das mulheres, trabalho, desenvolvimento econômico, Estado etc.

Saffioti (2004) da mesma forma alerta para o fato do conceito de gênero poder ser muito amplo e vago, não englobando, necessariamente, uma relação de dominação-exploração. Por esse motivo, ela chama a atenção para a importância de enfatizarmos os estudos de gênero dentro de uma concepção de sociedade patriarcal. Dessa forma, o vetor dominação do homem sobre a mulher ganha centralidade na discussão. Considerando que o gênero já existia muito antes do patriarcalismo, este consiste em uma das várias formas possíveis de relações de gênero, portanto faz-se necessário lançar mão de ambos os conceitos.

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado, ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão de generalidade nem de neutralidade, e deixando propositalmente explícito o vetor da dominação-exploração (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

Embora o termo patriarcado seja antigo, as teorias feministas o retomaram e o utilizaram direcionado às sociedades modernas, uma vez que era frequentemente usado para se referir às comunidades pré-capitalistas (MENDES, 2014, p. 88). Por patriarcado, entendemos:

Um sistema que justifica a dominação sobre a base de uma suposta inferioridade biológica das mulheres, que tem origem na família, cujo comando por milênios foi exercido pelo pai, e que se projeta em toda a ordem social. Esse poder é sustentado por um conjunto de instituições da sociedade política e civil articulados para manter e reforçar o consenso expressado em

uma ordem social, econômica, cultural, religiosa e política, que determina que as mulheres estejam sempre subordinadas aos homens, ainda que uma ou várias mulheres tenham algum poder, ou mesmo muito poder, ou que todas as mulheres exerçam certo tipo de poder (MENDES, 2014, p. 88).

Entendemos que as inúmeras transformações nas relações entre os gêneros, incluindo o aumento significativo de direitos alcançados pelas mulheres desde a segunda metade do século XX, bem como as diferenças locais no que diz respeito à masculinidade e à feminilidade, podem fazer com que o termo “patriarcado” soe antiquado, porém, como explica Machado (2000), vivemos um patriarcado moderno, pois, apesar das transformações e das particularidades, o que prevalece, globalmente, é a dominação masculina.

Assim, situamos a presente pesquisa sob uma perspectiva feminista que busca associar o conceito de gênero ao patriarcalismo, entendendo que a estrutura de gênero a qual estamos submetidos insere-se em uma ordem patriarcal, ainda que moderna, na qual a sujeição da mulher ao homem encontra-se na base das relações.

3.2 Feminização do trabalho

Uma das características mais evidentes da atual configuração do mundo do trabalho é o aumento significativo da participação feminina. Porém, o fato não se traduz automaticamente na emancipação das mulheres ou igualdade entre os gêneros, uma vez que o crescimento da mão de obra feminina aconteceu em uma dinâmica combinada com a ampliação da precarização do trabalho. Por este motivo, Standing (2014) afirma que vivenciamos uma feminização do trabalho em sentido duplo. Por um lado, mais mulheres ocupam postos de trabalho; por outro, aumenta-se a oferta dos empregos tradicionalmente ocupados por mulheres, ou seja, flexíveis.

Na era da globalização, a industrialização liderada pela exportação nos países em desenvolvimento baseou-se, de uma maneira bem descarada, na organização das mulheres jovens como precariado, mobilizadas para o trabalho por uma ninharia e cuja permanência no emprego não era tão esperada. Muitos outros fatores também contribuíram para a feminização do trabalho nos dois sentidos. Um deles foi a morte do “salário família”, uma característica da era industrial e do pacto entre capital e classe trabalhadora. O proletariado industrial desenvolveu a expectativa de que um trabalhador do sexo masculino receberia um salário suficiente para manter uma família nuclear, e não apenas o próprio trabalhador. Essa regra prática se foi. O salário individualizado favoreceu o emprego de mulheres enquanto o salário mais baixo induziu a um “esforço de negociação” – menor da parte dos

homens, as mulheres nunca esperaram um salário-família (STANDING, 2014, p. 99).

Connel e Pearse (2015) explicam que a entrada massiva das mulheres nas indústrias aconteceu quando elas já não ofereciam mais a segurança promovida no modelo Taylor/fordista de outrora.

No passado, essas empresas foram provedoras de empregos relativamente seguros para uma força de trabalho majoritariamente masculina em um mercado de trabalho primário. Sob o neoliberalismo, estão mais restritamente integradas em termos de organização, mediante sistemas gerenciais computadorizados, mas sua força de trabalho é menos segura. Empresas menores, que suprem as maiores ou operam nos nichos que estas deixam abertos, operam em mercados informais de trabalho e somam a maioria dos empregos industriais das mulheres (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 277).

Apesar do trabalho feminino corresponder a mais de 40% da mão de obra disponível em muitos países desenvolvidos, ou até mesmo superar os 50% desse contingente, como ocorre no Reino Unido (ANTUNES, 2009, p. 105) ou nos Estados Unidos (STANDING, 2014, p. 102), grande parte das trabalhadoras ocupam os empregos mais precarizados, principalmente os de *part-time* (meio período) ou terceirizados. Com isso, em média, sofrem também de uma desvantagem salarial em relação aos homens. Assim, “as mulheres ocuparam uma parcela desproporcional de empregos precários, sendo muito mais propensas a terem contratos de curto prazo ou ficarem sem contrato algum” (STANDING, 2014, p. 99).

Além disso, podemos constatar segregação baseada no sexo até mesmo no interior das empresas. Diversos estudos, realizados principalmente a partir da década de 1980, apontam para a divisão sexual do trabalho dentro das empresas (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 253-255; ANTUNES, 2009, p. 103-107). Citaremos três deles.

Antunes (2009, p. 105-106), ao apresentar o estudo de Pollert (1996) sobre o trabalho de homens e mulheres em uma empresa de alimentos no Reino Unido, demonstra que a autora identificou uma definida divisão sexual do trabalho no local. Enquanto os homens estavam localizados nas áreas de capital intensivo, ou seja, de maior tecnologia, às mulheres eram relegados os espaços de atuação rotineira, nas quais prevalece o trabalho intensivo. Em outras palavras, a autora entende que, na empresa estudada, a divisão sexual do trabalho permitia uma exploração ainda mais intensa do trabalho feminino pelo capital.

Hirata (1995, p. 86), em estudo comparativo entre empresas matrizes e filiais localizadas no Japão, França e Brasil, constata que, nos três países, o trabalho manual e repetitivo era constantemente atribuído às mulheres, enquanto os homens eram direcionados aos postos de trabalho voltados ao conhecimento técnico. Além disso, a autora identifica outras diferenciações segundo o sexo, como o sistema de remuneração ou a discriminação de mulheres casadas (ANTUNES, 2009, p. 106-107).

Connel e Pearse (2015, p. 253), ao apresentarem a pesquisa de Gucksmann (1982), explicam que a autora vivenciou sete meses de participação em uma montadora de componentes de motores de automóveis na Inglaterra e chegou à seguinte conclusão:

Havia uma rígida divisão de gênero no trabalho dessa montadora. As mulheres eram empregadas apenas em trabalhos mal remunerados de rotina e promoções não existiam, enquanto os homens poderiam ganhar até duas vezes mais realizando tarefas mais fáceis. “Estava claro que a única qualificação necessária para obter uma função melhor era ser homem” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 253).

A concentração da mão de obra feminina nos piores postos do mercado de trabalho representa uma tendência mundial, ou seja, nos países centrais e periféricos. O Japão configura-se um exemplo emblemático da precarização do trabalho feminino, como podemos constatar no trecho transcrito abaixo.

Em 2010, 44% das trabalhadoras no Japão estavam recebendo menos que o salário mínimo. O crescimento do trabalho temporário também contribuiu. O salário das mulheres em empregos regulares (permanentes) corresponde a 68% dos salários dos homens, mas nos empregos temporários eles representam menos da metade dos salários pagos aos homens (STANDING, 2014, p. 100).

Até mesmo países da Europa Ocidental, considerados avançados nas políticas de igualdade de gênero, apresentam uma classe trabalhadora feminina mais explorada do que a masculina.

No Reino Unido, mais de 40% das mulheres empregadas estão em empregos de tempo parcial, que pagam muito menos por hora do que os empregos de tempo integral. (...) Na Alemanha, como na França, as mulheres constituem 80% de todos os empregados em tempo parcial, e elas recebem um quarto a menos do que os homens. Os horários escolar e comercial e a escassez de creches dificultam o trabalho em tempo integral para as mulheres que têm filhos (STANDING, 2014, p. 100).

A disparidade salarial entre os gêneros é regra geral no mundo do trabalho, mas existe com intensidades diferentes ao redor do globo:

Mais de 30 anos após a ONU adotar a “convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”²⁶ (CEDAW, 1979), nenhum salário feminino no mundo se equipara ao salário masculino. Em geral, as mulheres ocupam cargos e funções mais mal remunerados e recebem 18% menos do que a média salarial masculina. Em alguns países, essa diferença é bem maior. A Zâmbia tem a maior desigualdade salarial, de 46% (2005), seguida da Coreia do Sul com 43% (2007) e do Azerbaijão com 37% (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 34).

Nogueira (2004) realiza um estudo no qual analisa os dados disponíveis sobre a participação feminina no mercado de trabalho na União Europeia, América Latina e, mais detalhadamente, no Brasil, em uma perspectiva comparativa, em geral, entre os anos 1970 até 2000. Embora perceba diferenças entre os países europeus e latino-americanos, e diferenças, inclusive, dentro do mesmo continente, a autora identifica tendências gerais em todos os países analisados. Segundo ela, a partir da década de 1970, ao mesmo tempo em que presenciamos uma tendência ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, notamos também uma precarização do conjunto da classe trabalhadora, acompanhada por deterioração de direitos sociais e trabalhistas. Porém, apesar dessa precarização atingir os trabalhadores de forma geral, ela é ainda mais intensa sobre a parcela feminina da referida classe, como indicam todos os dados analisados (NOGUEIRA, 2004, p. 64).

As tendências apontadas pela autora são: 1) O aumento da participação feminina entre a população economicamente ativa. Em geral, os países europeus vivenciaram um crescimento mais intenso da mão de obra feminina do que na América Latina. Já em 1996, as mulheres na Finlândia e na Suécia representavam 48% da força de trabalho. Na América Latina, em média, a participação feminina no mercado de trabalho era menor do que nos países da União Europeia, porém estava sempre aumentando. A Colômbia, por exemplo, já atingia o patamar de 48% de feminização da força de trabalho, assim como os países europeus citados. Já no Brasil, o trabalho feminino representava,

²⁶ A convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, adotada pela ONU em 1979, prevê, no artigo 11, a igualdade no trabalho, com o seguinte texto: “1. Os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres na esfera do emprego, objetivando assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular: a) o direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano; b) o direito às mesmas oportunidades de emprego, incluindo a aplicação dos mesmos critérios de seleção em matéria de emprego; c) o direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção, à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de trabalho, e o direito à formação e à reciclagem profissionais, incluindo a aprendizagem, o aperfeiçoamento profissional e a formação permanente; d) o direito à igualdade de remuneração, incluindo benefícios, e à igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho; (...)” (ONU, 1979).

naquele ano, 44,1% da força de trabalho total; 2) Média de salários femininos inferiores aos masculinos em todos os países estudados. Embora em alguns países a diferença salarial fosse maior e, em outros, menor, ela existia em todos eles; 3) O emprego de tempo parcial é maior entre as mulheres. Na Europa, no ano 2000, os países onde a mão de obra feminina encontrava-se mais limitada aos empregos de tempo parcial eram os Países Baixos (71% das mulheres empregadas encontravam-se em tal situação), Reino Unido (45%) e Bélgica (40%). Na América Latina, o número de mulheres em empregos de tempo parcial é menor do que na Europa, porém, quando comparamos a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores latino-americanos, identificamos que as mulheres ocupam entre duas e três vezes mais esse tipo de emprego do que os homens. Em 1997, no Uruguai, 34,7% das trabalhadoras se encontravam em empregos de meio período, enquanto apenas 11% dos trabalhadores estavam em ocupações do mesmo tipo. No Brasil, 22,9% das mulheres empregadas ocupavam empregos de meio período, ao passo que a mesma realidade era comum a apenas 7,7% dos homens; 4) O desemprego é maior entre as mulheres. Em 1996, com exceção da Finlândia, que possuía uma taxa de desemprego de 15,6 para homens e mulheres, todos os países apresentavam a taxa de desemprego feminino superior à masculina. Na América Latina, comparando os anos 1990 e 1998, percebemos que, além da taxa de desemprego feminino ser maior em comparação à masculina nos dois períodos analisados, a diferença é ainda maior em 1998 (NOGUEIRA, 2004, p. 42-64).

A autora resume a análise dos dados mencionados da seguinte forma:

A partir dos dados apresentados anteriormente, podemos concluir que nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu uma forte precarização no mundo do trabalho, porém, mais acentuadamente para a mulher trabalhadora. (...) Se compararmos os dados sobre o trabalho feminino referentes aos países latino-americanos com aqueles que tratam dos países europeus, podemos afirmar que, apesar de ter ocorrido uma precarização do trabalho nos países de capitalismo avançado, na América Latina, particularmente após a presença neoliberal e a reestruturação produtiva, ela foi ainda muito mais acentuada. (...) A divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica fortemente a exploração do trabalho, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino (NOGUEIRA, 2004, p. 63-64).

E complementa:

A precarização tem sexo. Prova disso é que, na Europa, na América Latina e, particularmente, no Brasil, a flexibilidade da jornada de trabalho feminina só “é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres

por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino” (HIRATA *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 87-88).

Voltemo-nos para a situação brasileira. De acordo com dados recentes das principais regiões metropolitanas brasileiras publicados pelo IBGE, podemos constatar, como mostra a tabela 1, que entre 2003 e 2014 a população feminina economicamente ativa aumentou de 44,4% para 46,6%. Já a população economicamente ativa masculina diminuiu de 55,3% para 52,4%. Ou seja, o país segue a tendência mundial de feminização do mercado de trabalho.

Tabela 1: Variação em ponto percentual da população economicamente ativa, por região metropolitana, segundo o sexo.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens							
2003	55,6	56,4	53,3	54,7	56,4	55,5	55,8
2004	55,1	56,3	52,9	54,5	55,8	55,0	55,3
2005	55,0	55,9	52,5	54,3	55,9	55,1	54,6
2006	54,8	55,1	51,7	54,1	55,6	55,3	54,2
2007	54,5	55,3	51,4	53,4	55,5	54,8	53,9
2008	54,3	55,8	52,0	53,2	55,3	54,3	53,8
2009	54,0	55,1	52,0	53,3	54,9	53,9	54,0
2010	53,8	54,6	51,2	53,0	54,7	53,9	53,9
2011	53,9	54,8	51,5	52,9	54,8	54,0	53,8
2012	53,7	54,5	52,0	53,0	54,6	53,7	53,3
2013	53,5	54,5	51,2	53,2	54,2	53,5	52,9
2014	53,4	54,1	50,7	53,3	54,4	53,5	52,9
Mulheres							
2003	44,4	43,6	46,7	45,3	43,6	44,5	44,2
2004	44,9	43,8	47,1	45,5	44,2	45,0	44,8
2005	45,0	44,1	47,5	45,7	44,1	44,9	45,4
2006	45,2	44,9	48,3	45,9	44,4	44,7	45,8
2007	45,5	44,7	48,6	46,6	44,5	45,2	46,2
2008	45,7	44,2	48,0	46,8	44,7	45,7	46,2
2009	46,0	44,9	48,1	46,7	45,1	46,1	46,0
2010	46,2	45,4	48,8	47,0	45,4	46,2	46,1
2011	46,1	45,2	48,5	47,1	45,2	46,0	46,2
2012	46,3	45,5	48,0	47,0	45,4	46,3	46,7
2013	46,5	45,5	48,8	46,8	45,8	46,5	47,1
2014	46,6	45,9	49,3	46,7	45,6	46,5	47,1

Fonte: IBGE, indicadores. 2003/2014

A diferença salarial entre homens e mulheres também permanece no país, como podemos observar na tabela 2. O salário médio dos homens, nas regiões estudadas em 2014 era de R\$2.387,60, enquanto o das mulheres era de R\$1.770,99. Ou seja, o salário médio feminino corresponde a 74% do masculino.

Tabela 2: Rendimento médio real recebido no trabalho principal, segundo o sexo.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens							
2003	1806,53	1289,04	1400,51	1631,61	1783,56	2019,43	1703,14
2004	1784,40	1264,47	1384,16	1629,82	1771,87	1983,82	1708,78
2005	1812,70	1291,56	1411,95	1662,97	1805,59	2019,39	1665,57
2006	1891,81	1372,21	1489,42	1724,35	1854,52	2132,64	1727,23
2007	1954,42	1387,77	1551,24	1811,89	1955,79	2170,43	1813,47
2008	2017,91	1345,27	1636,65	1890,85	2067,53	2222,89	1850,34
2009	2070,94	1331,75	1680,66	1954,97	2121,19	2276,38	1951,92
2010	2150,60	1505,43	1746,98	2070,07	2273,08	2287,08	2076,01
2011	2209,16	1555,05	1836,08	2182,26	2384,04	2296,76	2125,74
2012	2297,48	1682,32	1897,82	2350,07	2383,66	2424,29	2173,27
2013	2332,22	1700,32	1753,95	2337,82	2476,81	2462,48	2290,34
2014	2387,60	1751,60	1793,33	2311,85	2635,90	2487,12	2355,71
Mulheres							
2003	1279,66	942,38	1028,30	1079,66	1279,80	1433,65	1208,67
2004	1267,61	910,43	991,38	1075,36	1257,66	1424,75	1230,05
2005	1289,81	960,20	1011,91	1108,80	1292,39	1431,97	1252,36
2006	1335,05	983,11	1075,30	1161,16	1335,09	1490,29	1290,86
2007	1378,16	1038,87	1078,21	1181,63	1422,04	1522,90	1332,34
2008	1432,96	1053,77	1167,57	1246,26	1485,98	1567,79	1377,08
2009	1497,47	1046,16	1223,53	1313,46	1559,23	1643,96	1420,67
2010	1555,59	1158,28	1295,76	1384,88	1664,96	1655,55	1519,47
2011	1598,10	1168,66	1360,30	1428,98	1747,09	1674,53	1566,97
2012	1670,11	1251,85	1387,28	1542,30	1797,77	1760,38	1621,87
2013	1715,67	1256,28	1314,62	1591,86	1874,10	1810,24	1710,59
2014	1770,99	1332,50	1332,66	1617,37	1993,06	1846,50	1775,06

Fonte: IBGE, indicadores. 2003/2014

O desemprego é maior entre as mulheres do que entre os homens, segundo, mais uma vez, as tendências mundiais do mercado de trabalho. Enquanto 44,1% dos desempregados são homens, 55,9% são mulheres, como demonstra a tabela 3.

Tabela 3: Distribuição percentual das pessoas desocupadas, segundo região metropolitana, segundo o sexo.

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens							
2003	45,4	48,5	45,0	47,8	42,8	45,4	45,8
2004	43,7	48,3	41,9	46,2	39,6	44,4	44,2
2005	43,5	47,5	41,6	45,1	39,3	44,7	43,6
2006	44,8	46,7	41,6	44,5	42,0	46,3	44,9
2007	43,3	47,3	40,9	41,4	41,3	44,4	43,3
2008	41,9	47,1	40,6	41,3	39,8	42,5	40,9
2009	43,5	44,8	41,1	42,9	40,2	45,0	45,4
2010	41,6	42,5	38,7	39,9	37,4	44,8	40,0
2011	42,1	43,3	37,2	41,6	39,0	45,1	42,4
2012	42,8	44,5	38,4	42,2	41,2	44,6	41,7
2013	43,6	46,1	37,2	44,8	40,2	45,7	46,3
2014	44,1	46,5	38,1	47,8	41,8	45,9	46,0
Mulheres							
2003	54,6	51,5	55,0	52,2	57,2	54,6	54,2
2004	56,3	51,7	58,1	53,8	60,4	55,6	55,8
2005	56,5	52,5	58,4	54,9	60,7	55,3	56,4
2006	55,2	53,3	58,4	55,6	58,0	53,7	55,2
2007	56,7	52,7	59,1	58,6	58,7	55,6	56,7
2008	58,1	52,9	59,4	58,7	60,2	57,5	59,1
2009	56,5	55,2	58,9	57,1	59,8	55,0	54,6
2010	58,4	57,5	61,3	60,1	62,7	55,2	60,0
2011	57,9	56,7	62,8	58,4	61,0	54,9	57,6
2012	57,2	55,5	61,7	57,8	58,8	55,4	58,3
2013	56,4	53,9	62,8	55,2	59,8	54,3	53,7
2014	55,9	53,6	61,9	52,2	58,2	54,1	54,1

Fonte: IBGE, indicadores. 2003/2014

A tabela 4 informa sobre as ocupações de homens e mulheres. O segmento de “serviços domésticos” possui 94,9% de mão de obra feminina, seguido por “educação, saúde e administração pública”, com 64,6% de mulheres. Nos demais, a mão de obra masculina permanece majoritária. Dessa forma, percebemos que ainda seguimos uma divisão sexual do trabalho tradicional, atribuindo às mulheres os serviços domésticos e aqueles referentes aos cuidados e à educação, ao passo que trabalhos ligados ao setor de produção (indústria, construção civil) permanecem como nicho masculino.

Tabela 4: Distribuição percentual das pessoas ocupadas, por região metropolitana, segundo os grupamentos de atividade

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços prestados às empresas	Educação, Saúde e Adm. Pública	Serviços domésticos	Outros serviços
Homens							
2003	64,6	94,3	61,8	62,7	38,0	5,3	62,0
2004	64,0	95,2	61,5	63,2	38,1	4,8	61,2
2005	63,8	95,8	61,3	62,8	37,7	5,5	61,0
2006	64,4	95,6	60,6	62,0	37,5	5,6	60,6
2007	65,0	95,3	59,9	61,2	36,8	5,3	60,5
2008	64,0	95,5	59,5	60,2	36,7	5,6	59,7
2009	63,6	94,9	58,8	60,1	36,8	5,6	59,2
2010	63,9	94,3	57,7	59,4	36,3	4,9	58,5
2011	64,0	93,9	57,5	58,0	35,9	5,2	58,4
2012	64,2	93,6	57,3	57,1	35,8	4,7	57,6
2013	63,7	93,0	56,9	56,6	35,5	4,7	57,1
2014	64,1	92,8	56,2	56,8	35,4	5,1	57,1
Mulheres							
2003	35,4	5,7	38,2	37,3	62,1	94,8	38,0
2004	36,0	4,8	38,6	36,8	61,9	95,2	38,8
2005	36,2	4,2	38,7	37,2	62,3	94,5	39,0
2006	35,6	4,4	39,4	38,0	62,6	94,4	39,4
2007	35,0	4,7	40,1	38,8	63,2	94,7	39,5
2008	36,0	4,5	40,5	39,8	63,3	94,5	40,3
2009	36,4	5,1	41,2	39,9	63,2	94,5	40,8
2010	36,1	5,7	42,4	40,6	63,7	95,1	41,5
2011	36,0	6,1	42,6	42,0	64,1	94,8	41,6
2012	35,8	6,4	42,7	42,9	64,2	95,3	42,4
2013	36,3	7,0	43,1	43,4	64,5	95,3	42,9
2014	35,9	7,2	43,8	43,2	64,6	94,9	42,9

Fonte: IBGE, indicadores. 2003/2014

Em relação à organização coletiva, pesquisas apontam que os sindicatos encontram dificuldades em envolver as mulheres nas atividades desenvolvidas por eles. Tal dificuldade é estendida ao precariado de modo geral, como os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados(as) (ANTUNES, 2009, p. 107).

Connel e Pearse (2015, p. 258) afirmam que, embora tenhamos conhecimento de uma série de episódios de organização sindical promovidos por mulheres, grande parte dos sindicalizados e dos dirigentes sindicais permanece sendo homens. A predominância masculina nos organismos de representatividade da classe trabalhadora pode ser explicada, em parte, pelas demandas colocadas à mulher, de cuidado com a família e com o lar, das quais ela não se apartou ao adentrar no mercado de trabalho, mas também pela própria dinâmica interna do movimento sindical, devido “a resistência dos homens que incorporam um estilo combativo e antigo de masculinidade da classe trabalhadora” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 258).

Considerando que os sucessivos ataques neoliberais às organizações sindicais obtiveram significativo êxito em enfraquecê-las, tal dificuldade em atingir os setores

mais vulneráveis da classe trabalhadora, como as mulheres e os(as) terceirizados(as), torna os sindicatos ainda mais debilitados.

A entrada massiva da mulher no mercado de trabalho não a isentou das tarefas historicamente direcionadas ao sexo feminino, como o cuidado com a casa, filhos e parentes idosos. Embora existam pesquisas apontando para uma maior divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres (STANDING, 2014, p. 102), a maior parte delas ainda é executada pelas mulheres, que acumulam, cada vez mais, a responsabilidade de provedoras do lar e de cuidadoras da família. Assim, muitas mulheres encontram-se diante uma dupla ou tripla jornada, pois “espera-se que elas façam a maior parte do trabalho relacionado ao cuidado das crianças e ‘da casa’, que trabalhem no mercado a fim de manter ‘a casa’ e que cuidem do crescente número de parentes idosos” (STANDING, 2014, p. 100).

Para finalizar, enfatizamos que o caráter superexplorado do trabalho feminino, baseado em empregos flexíveis, com salários rebaixados, somado à dupla ou tripla jornada à qual a mulher está sujeita, é o contexto no qual se encontra grande parte das mulheres que motivaram esta pesquisa, as presidiárias e ex-presidiárias.

Pesquisas direcionadas às mulheres presidiárias apontam para o seguinte perfil: maioria desenvolvia atividades laborais lícitas antes ou concomitantemente às atividades ilícitas, quase sempre em empregos de baixa remuneração e que não exigiam qualificação. Parte significativa das presidiárias ainda era provedora de suas famílias e necessitava conciliar o emprego com o cuidado com a casa e filhos (HELPEL, 2014, p. 130; MOURA, 2012, p. 20).

Assim, nosso esforço em compreender a localização das mulheres no mundo do trabalho atual foi válido, visto que as mulheres criminalizadas fazem parte do referido contexto e, após cumprirem a sentença, retornam ao referido espaço, buscando novamente reinsserir-se nele.

3.3 A mulher frente ao poder punitivo²⁷

Nesta parte, discutiremos, no item 3.3.1, como o mecanismo de controle sobre as mulheres acontece, historicamente, de maneira informal, muito antes da formalização da

²⁷ O título do item 3.3 faz referência à obra de Espinoza (2004), a saber, *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*.

pena privativa de liberdade. Já no item 3.3.2, demonstraremos como o recrudescimento penal, como política aplicada globalmente, tem atingido as mulheres.

3.3.1 A custódia feminina: da Idade Média às prisões modernas

Existe um consenso entre os estudiosos da criminologia de que a prisão, da forma como a concebemos nos dias atuais, trata-se de um produto da modernidade. Foi sob o capitalismo moderno que a pena privativa de liberdade passou a ser cada vez mais utilizada, até tornar-se a principal forma de punição, substituindo, aos poucos, os espetáculos públicos de torturas e execuções, as penalidades preponderantes até então (FOUCAULT, 1987).

Porém, a criminologia feminista chama a atenção para o fato de que, no caso das mulheres, novos elementos precisam ser incorporados nesse debate. Primeiramente, a principal forma de controle feminino aconteceu, e ainda acontece, de maneira informal, pela família, igreja, vizinhança etc. Assim, a tutela das mulheres se dá, principalmente, por fora do poder punitivo (ESPINOZA, 2004, p. 57).

Além disso, embora as prisões tenham se consolidado enquanto punição legal por excelência na modernidade, a custódia estava presente na vida das mulheres muito antes desse período, seja no lar, hospício ou convento. Através de seu estudo, Mendes (2014) demonstra como a custódia, enquanto forma de punição, já era direcionada às mulheres desde a Idade Média, período no qual o discurso criminológico ganha contorno, através da publicação intitulada *Malleus Maleficarum*, ou Martelo das Feiticeiras²⁸, um livro fundacional do poder punitivo, que acusava e punia, diretamente, as mulheres.

Não é no período medieval que as mulheres são afastadas da esfera pública. Entretanto é a partir da baixa Idade Média, especificamente, que se constrói o mais perfeito e coordenado discurso, não somente de exclusão ou limitação da participação feminina na esfera pública, mas de sua perseguição e encarceramento como pertencente a um grupo perigoso (MENDES, 2014, p. 28).

²⁸ O *Martelo das Feiticeiras* é considerado por alguns estudiosos da criminologia como um marco do nascimento do poder punitivo, seu livro fundacional, por apresentar um discurso criminológico completo e sofisticado. Escrito a partir de 1484, a obra apresenta a relação entre a mulher e a feiticeira, afirmando a natureza inferior da mulher, portanto propensa ao mal. A preocupação central desse discurso era livrar a humanidade do mal que a assolava: as feiticeiras (MENDES, 201, p. 20-29).

De acordo com a autora, durante o período em que se convencionou chamar de Alta Idade Média, principalmente entre os séculos V e X, ainda que a opressão à mulher já existisse há longa data, foi registrado um número significativo de mulheres portadoras de níveis consideráveis de poder, reconhecimento e educação, tornando-se poetisas, escritoras, rainhas, administradoras de mosteiros, proprietárias de feudos, dentre outras funções. As mulheres do povo, por sua vez, também participavam ativamente da vida pública, trabalhando no campo, produzindo e vendendo mercadorias, além de acumularem o conhecimento tradicional em saúde (MENDES, 2014, p. 118-120).

Porém, a partir do século XIII, já no período conhecido como Baixa Idade Média, presenciamos uma ofensiva na repressão à mulher, legitimada pelas escrituras da igreja e pelos saberes médicos e jurídicos. Tais discursos ocupavam-se em diagnosticar a mulher de forma a diminuí-la perante o homem e receitar, como único remédio possível para a natural inferioridade feminina, uma vida cerceada, isolada, em outras palavras, uma vida aprisionada. Acredita-se que tal investida deu-se, dentre outras razões, pelo fato da igreja estar tendo seu poder questionado por grupos que pregavam uma vida ascética, vivendo de esmolas, sendo tais grupos, em grande parte, formados por mulheres. Os escritos e as pregações religiosas proferidas por mulheres, ainda que proibidos, existiam na prática, porém, naquele momento, foram associados ao misticismo e retaliados. Além disso, o saber tradicional das mulheres desafiava a autoridade do discurso médico, afetando sua legitimidade. Em resumo, o espaço alcançado por elas começava a fazer ruir as estruturas morais daquela sociedade e precisava ser contido (MENDES, 2014).

A partir daí, iniciou-se uma perseguição ao sexo feminino, levada a cabo, principalmente, por três frentes: de ordem religiosa, jurídica e médica. A igreja fez reviver antigos sermões religiosos, criando também novos, afirmando ser o lar e os afazeres domésticos as únicas tarefas das mulheres. Recuperou-se a visão de Aristóteles sobre as mulheres, caracterizadas como frágeis, irracionais, passionais e, por terem o corpo mole e úmido, possuíam a alma da mesma natureza, inconstante, sendo, assim, impossibilitadas de tomarem decisões. Diante de tantos pecados, apenas o pudor e o recato seriam capazes de salvar as almas das mulheres. Elas deveriam submeter-se à custódia dos homens, sendo comedidas no comportamento, na alimentação, na gestualidade e no uso da palavra (MENDES, 2014, p. 122-129).

Mendes (2014) transcreve o relato de Lady Grey, datado de 1568, no qual a menina expõe a vida custodiada à qual era submetida:

Quando estou na presença de meu pai ou de minha mãe, que eu fale, me cale, caminhe, fique sentada ou em pé, coma, beba, costure, brinque, dance, ou faça qualquer outra coisa, devo por assim dizer fazê-lo de maneira tão ponderada, grave e comedida, sim, de maneira tão perfeita quanto Deus criando o mundo sem o que sou severamente repreendida, cruelmente ameaçada, e por vezes beliscada, arranhada, espancada e maltratada de muitas outras maneiras das quais não falaria em razão do respeito que lhes devo – em suma, tão injustamente punida que creio estar no inferno (GREY *apud* DELUMEAU *apud* MENDES, 2014, p. 127).

Conforme já mencionado, o discurso religioso embora nunca houvesse permitido, oficialmente, a pregação e os estudos teológicos das mulheres, não os inibiam na prática. Muitas mulheres, inclusive, refugiavam-se nos espaços religiosos, lugares onde era possibilitado o acesso aos estudos, à alta cultura e à literatura. Porém, na Baixa Idade Média, repreenderam-se sistematicamente as mulheres que “ousavam falar com Deus, de Deus e no nome de Deus” (MENDES, 2014, p. 131).

Em razão disso, os homens da Igreja reforçam, com violência verbal (num primeiro plano), a impossibilidade das mulheres exercerem o ofício da pregação. Isso requereria uma condição de superioridade e de plenitude intelectual de que seu sexo não dispunha. Num segundo plano, a violência já não era apenas verbal, mas física, com a atuação do Santo Ofício, seus julgamentos, suas torturas, suas fogueiras (MENDES, 2014, p. 131).

A pedido do Papa João XXIII é redigido, por volta de 1330, o *De statu et planctu ecclesiae*, traduzido como *Do estado e pranto da Igreja*, obra antecessora e que influenciou diretamente o *Malleus Maleficarum*, já citado no presente trabalho. Nesta obra, as mulheres são criminalizadas, mediante acusações de feitiçaria, adultério, infanticídio e aborto. Dentre os potenciais “crimes” frequentemente cometidos por elas, destacam-se: trazer ao marido um herdeiro concebido de um estranho (por isso o marido deve sempre desconfiar de sua esposa), dar esmolas para além do permitido pelo cônjuge, recusar a copulação carnal, falar dentro da igreja, orar com a cabeça descoberta, sufocar os filhos ao dormir, impedir a procriação etc. (MENDES, 2014, p. 132).

O discurso médico também se ocupou de “diagnosticar” o corpo feminino de forma que o levasse à tutela. Foram escritas enciclopédias sobre anatomia e fisiologia, nos quais as mulheres eram apresentadas como biologicamente passivas, inferiores e

incompletas. O órgão sexual masculino era visto enquanto “acabado”, já o feminino era “incompleto”, o que provava a natural inferioridade da mulher. A menstruação era explicada como resíduos expelidos pelo corpo pela falta de calor, uma vez que o corpo feminino era considerado frio e úmido. O corpo da mulher foi considerado portador e transmissor da lepra, doença muito temida na época. Segundo o discurso médico, fazer sexo com uma mulher menstruada levaria o homem à lepra, ou, ainda, uma mulher poderia relacionar-se sexualmente com um homem leproso, mas não seria contaminada, porém o contágio aconteceria com o próximo homem saudável com o qual se deitasse. Por essas e outras características “anatômicas”, as mulheres deveriam permanecer fechadas em seus lares para que não sucumbissem ao mal ao qual naturalmente eram propensas (MENDES, 2014, p.133-135).

Assim como a religião e a medicina, o discurso jurídico medieval também foi construído visando o isolamento feminino. André Tiraqueau, jurista que viveu entre 1488 e 1558, afirmava que as mulheres possuíam menos razão do que os homens, quando instigadas eram capazes dos piores crimes, eram facilmente influenciáveis para o mal, portanto, para o seu próprio bem, deveriam privar-se ao máximo das tentações expostas no mundo. Ou seja, deveriam viver interditas. Os homens eram considerados senhores do matrimônio e de suas esposas, cabendo, a eles, a palavra final.

A partir do século XIII, várias leis foram criadas no intuito de proibir as mulheres de participar da vida pública, como, por exemplo, a proibição de tornarem-se rainhas, ou de ocuparem qualquer outro cargo público, impossibilidade de exercerem o direito, seja como advogadas ou juízas. Até mesmo o testemunho feminino era aceito apenas quando convinha, e a palavra dela tinha menos valor perante um julgamento do que a de um homem (MENDES, 2014, p. 135-139).

A referida complexa estrutura era duramente punitiva com as mulheres, como podemos comprovar, por exemplo, pelo número de mulheres mortas na Inquisição, mas também caracterizou-se pelo orquestramento de diversas instituições em um objetivo comum: enclausurar mulheres, impedindo-as do acesso à vida em sociedade. Por tais questões, Mendes (2014) afirma:

Para as mulheres, séculos antes do advento do capitalismo industrial, e daquelas que são consideradas as primeiras instituições prisionais, a reclusão (muitas vezes perpétua) sempre foi uma realidade, no contexto de uma política de correção que oscilava entre a casa e o convento. Logicamente que não estou afirmando a estrita correlação entre a casa e o convento, como espaços de reclusão feminina, e as prisões existentes no século XIX em

diante. Todavia, privar alguém de liberdade de locomoção em decorrência da prática de algo “indesejável” é o que consubstancia o conceito de prisão, em qualquer tempo e lugar (MENDES, 2014, p. 140).

A rede de custódia forjada na Europa Medieval chega ao Brasil durante a colonização. As mulheres que internalizavam o discurso patriarcal costumavam se autoencerrar no espaço doméstico, com jejuns, orações e penitências, porém aquelas que representavam algum incômodo à ordem podiam ser direcionadas a um convento, caso fossem brancas e de família com posses.

Em 1677, o primeiro convento em terras brasileiras é construído na Bahia, sendo rapidamente multiplicado em outros estados. As mulheres confinadas nesses espaços lá estavam muito menos por escolha do que por imposição. Eram direcionadas aos conventos: moças que não conseguiam um bom casamento, jovens insubordinadas aos pais, esposas que desobedeciam aos maridos, jovens violentadas sexualmente, mulheres acusadas de adultério ou pela simples vontade do patriarca, como mostra o trecho a seguir.

Sabe-se até – escreveu um viajante alemão, Hermann Burmesiter – que muitos brasileiros internam suas mulheres, sem plausível razão, durante anos, em um claustro, simplesmente a fim de viverem tanto mais a seu gosto na sua casa com uma amante. A lei presta auxílio a este abuso, quem se quer livrar da própria esposa vai à polícia e faz levá-la ao convento pelos funcionários, desde que pague o custo de suas despesas (FREYRE *apud* MENDES, 2014, p. 151).

Enfim, embora a criminologia chame a atenção para o fortalecimento da pena privativa de liberdade como uma experiência moderna, a criminologia feminista explica que não é possível desconsiderar o fato de mulheres já estarem submetidas às práticas de reclusão muito antes desse período e que, no caso delas, o controle da liberdade dá-se além das instituições punitivas oficiais, incluindo, também, os espaços informais, como a casa e o convento. Não se trata de igualar a prisão moderna aos mecanismos de controle impostos à mulher desde a Idade Média, mas destacar a natureza e a história do tipo de controle direcionado ao sexo feminino.

A igreja, representada pelas freiras, responsável pelos conventos, passa a ser responsável também pelas primeiras penitenciárias femininas brasileiras, tornando ainda mais evidente a relação entre as duas instituições. Por um lado, o convento era também uma casa de correção das mulheres que não apresentavam um comportamento moral de acordo com aquele estabelecido para o seu sexo. A prisão, por outro lado, herdou a

função do convento: educar a mulher para ser temente a Deus, dedicando-se à vida religiosa ou à vida conjugal e à maternidade de maneira exímia, ao terminarem suas penas.

Conforme o “entendimento científico” predominante, as mulheres criminosas não necessitavam de uma estrutura rígida e militarizada como a existente para o encarceramento dos homens. Elas precisavam de um ambiente “amoroso” e “maternal”, pois eram percebidas como vítimas da própria debilidade moral, de sua falta de racionalidade e inteligência. A concepção de que o ‘caráter feminino’ era mais fraco do que o masculino, e a de que as mulheres precisavam ser “protegidas” (custodiadas) contra as tentações, estava internalizada entre autoridades religiosas e estatais. De modo que as prisões femininas se guiavam pelo modelo casa-convento. As presas eram como que “irmãs desgarradas” que precisavam de bons exemplos e de trabalhar em tarefas próprias de seu sexo, tais como costurar, lavar e cozinhar (MENDES, 2014, p. 153).

Os primeiros registros de mulheres enclausuradas em prisões no Brasil datam de 1870. Existiam, na Casa de Correção, os calabouços, local onde os escravos eram aprisionados. De acordo com documentos encontrados, pelo menos 187 mulheres escravas foram presas no lugar, e pouco se sabe sobre o tratamento de que dispunham (SOARES; ILGENFRIT, 2002).

A partir da década de 1920, o Estado Brasileiro, tendo Lemos Britto²⁹ como principal porta-voz, move-se no sentido de criar projetos para a fundação de uma penitenciária exclusivamente feminina, uma vez que, até então, as presidiárias dividiam os mesmos espaços com os presidiários. Porém, a preocupação evidenciada nos documentos escritos na época não dizia respeito às mulheres e dos riscos que as mesmas poderiam correr dividindo o espaço com os homens, tais como abusos físicos e sexuais, ou até mesmo a falta de privacidade e estrutura adequada. Ao contrário, Lemos Britto deixa explícito nos documentos que sua preocupação era com os presidiários, pois o contato com as mulheres era uma influência perniciosa para os mesmos e tornava mais difícil o cumprimento de suas penas, aumentando o martírio da abstinência sexual (SOARES; ILGENFRIT, 2002, p.56).

Somente após duas décadas do início do debate sobre a separação dos presos de acordo com o sexo, em 1942, é que a primeira prisão feminina é criada. Nas palavras de Soares e Ilgenfrit:

²⁹ José Gabriel de Lemos Britto, funcionário da Corte, foi o principal idealizador e executor de diversos projetos envolvendo a população carcerária feminina ao longo do século XX no Brasil.

Nasce, em 9 de novembro de 1942, criada pelo Decreto n. 3971, de 02/10/1941, a primeira penitenciária feminina do antigo Distrito Federal. Construída especialmente para tal fim, em Bangu, bem distante dos presídios para homens, a prisão feminina esteve sob administração interna e pedagógica das freiras, que se incumbiam da educação, disciplina, trabalho, higiene e economia, ficando a cargo da Penitenciária Central do Distrito Federal (PCDF) os serviços de guarda, transporte, alimentação, roupa de cama e lavanderia, assistência médica, farmacêutica e funerária (SOARES; ILGENFRIT, 2002, p. 58).

As freiras são afastadas da administração interna da penitenciária apenas em 1955, quando esta passa a ser gerida exclusivamente pelo Estado. Em outras palavras, a herança medieval, de custodiar as mulheres sob forte intervenção religiosa, aconteceu, diretamente, até meados do século XX no Brasil.

Não seria exagero afirmar que, de alguma forma, a ligação entre convento e prisão está presente no pensamento das sentenciadas até os dias de hoje, ainda que instintivamente. Helpes (2014) apresenta o depoimento de uma entrevistada que, emblematicamente, realiza, de maneira espontânea, tal comparação, mostrando os resquícios da referida associação.

Como é estar presa aqui? Eu não me vejo presa não. Eu não me vejo presa. Eu... como eu tô fazendo aqui o terceiro ano primário, eu ponho, assim, na minha mente, eu estou num colégio, quando eu me formar eu vou embora. Você só sai quando você forma. A minha mente funciona assim, então eu to, assim... Eu tô fazendo a terceira série primária, quando eu me formar eu vou embora... Eu penso assim, eu não vejo que eu tô presa, eu tô num colégio com regras pra cumprir, eu estou num colégio com regras que eu tenho que cumprir. Como se eu tivesse num colégio de freira, como se eu tivesse num colégio rígido. *E como você lida com essas regras, o que você acha delas, como lida com as agentes?* As agentes pra mim são as irmã, e é as irmãs que põem as regras... As freiras... Eu ponho assim. Aí eu ponho assim. Aí, assim, eu acho que eu vou levando o meu dia a dia a dia (Joana, 37 anos) (HELPESES, 2014, p. 177).

3.3.2 O crescimento do poder punitivo formal sobre as mulheres

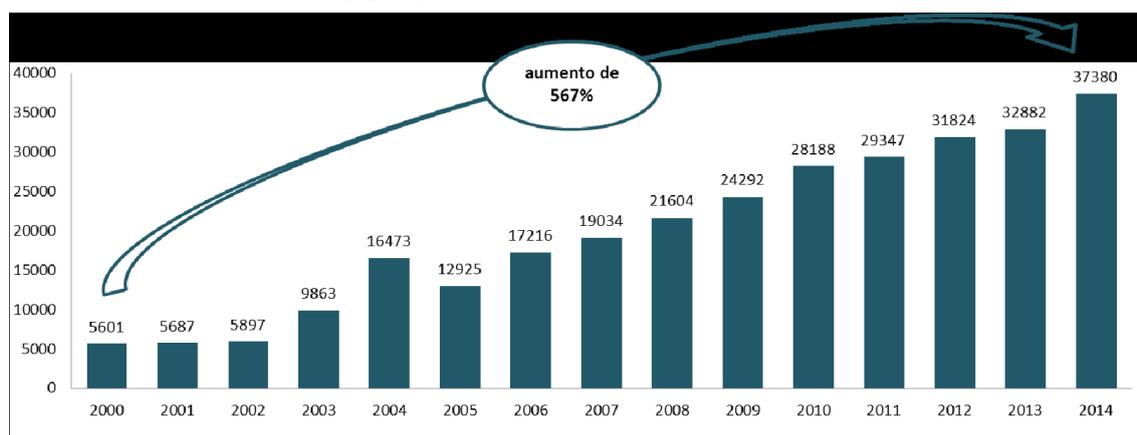
O crescimento do Estado Penal, tanto nos países centrais quanto periféricos teve como consequência, dentre outros elementos, o grande aumento no número de presidiários e de presidiárias, como dissemos anteriormente. Neste item, observaremos mais detalhadamente o impacto do aumento da repressão em relação às brasileiras criminalizadas.

Em novembro de 2015, foi divulgado pela primeira vez um levantamento da população carcerária feminina do país. O relatório “foi realizado a partir dos dados do

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, que teve como período de referência o mês de junho de 2014, e acessou registros fornecidos por 1.424 unidades prisionais em todo sistema penitenciário estadual e federal” (INFOPEN MULHERES, 2014). Em 2018, uma segunda versão do levantamento foi divulgada, apresentando os dados referentes a 2016 (INFOPEN MULHERES, 2018).

O que mais impressiona nos relatórios citados é o aumento no número de mulheres presas nos últimos anos. Em 14 anos (2000-2014), a população carcerária feminina aumentou 567,4%. Já em relação à masculina, foi registrado um aumento de 220,20%, ou seja, a população carcerária feminina sofreu um aumento superior à masculina em torno de 258%. Porém, em números absolutos, o número de presidiários permanece muito superior ao de presidiárias. Dentre as 579.781³⁰ pessoas, em 2014, custodiadas pelo sistema penitenciário no Brasil, 542.401 eram homens e 37.380, mulheres. Em 2000, as mulheres representavam 3,2% dos encarcerados, já em 2014, o percentual aumenta para 6,4%. A tabela 5 demonstra o aumento de mulheres cumprindo pena privativa de liberdade no Brasil entre 2000 e 2014.

Tabela 5: Evolução da população de mulheres no sistema penitenciário. Brasil. 2000-2014



Fonte: INFOPEN Mulheres, 2014

³⁰ Além deste contingente, o país possuía, em junho de 2014, mais 29.950 pessoas aprisionadas em delegacias de polícia. Porém, os dados referentes ao referido público não são analisados no INFOPEN MULHERES, uma vez que não apresentam informações referentes ao gênero, tornando-se, portanto, dispensáveis para o objetivo do relatório em questão (INFOPEN MULHERES, 2014).

O Brasil ocupa o ranking de 3º país com maior população carcerária no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Quando abordamos exclusivamente a população carcerária feminina, nosso país permanece entre os primeiros, ocupando a 5ª colocação.

Segundo dados do World Female Imprisonment List, relatório produzido pelo Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London, existem mais de 700.000 mulheres presas em estabelecimentos penais ao redor do mundo. Em números absolutos, o Brasil tinha em 2014 a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751) (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 8).³¹

Se, em 2014, o Brasil possuía 37.380 mulheres presas, a situação se agravou no levantamento divulgado em 2018. De acordo com o INFOPEN Mulheres 2018, já contávamos com 42.355 mulheres privadas de liberdade no ano de 2016. Assim, entre 2000 e 2016, o aumento da população carcerária feminina foi equivalente a 656%. O número de presos do sexo masculino também aumentou, passando para 665.482, totalizando 726.712 pessoas privadas de liberdade no país (INFOPEN MULHERES, 2014; 2018).

Fazendo uma comparação entre os estados brasileiros, identificamos que Minas Gerais era o terceiro com maior número de prisioneiras, contabilizando 3.070 presidiárias em 2014. O primeiro era São Paulo e, o segundo, Rio de Janeiro (INFOPEN MULHERES, 2014). Já no levantamento apresentado em 2018, Minas Gerais passou para a segunda colocação, ficando atrás apenas de São Paulo, somando 3.279 detentas (INFOPEN MULHERES, 2018).

Em relação aos tipos de estabelecimentos penais, os dados levantados mostram que há 1.070 unidades masculinas (75%), 238 estabelecimentos mistos (17%) e 103 unidades exclusivamente femininas (7%). Ou seja, a maior parte das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade o faz em estabelecimentos mistos, nos quais existe uma ala ou pavilhão direcionado às mesmas, ao lado de outros direcionados aos homens. Colares e Chies (2010) ressaltam para o fato de os presídios mistos poderem ser considerados, na verdade, masculinamente mistos, uma vez que percebemos uma tendência à secundarização das presidiárias em relação aos presidiários, muitas vezes

³¹ “Estima-se que esse número seja ainda maior, uma vez que o relatório não acessou dados de sete países, e os dados da China referem-se somente às mulheres sem condenação, não ao total de mulheres no sistema prisional do país” (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 8).

alojadas de maneira improvisada, cercadas de locomoção no interior da unidade e privadas de uma estrutura física que atenda às suas necessidades, como creche, maternidade, espaço para atendimento ginecológico etc.

Estes presídios, que abrangem ambos os sexos, podem ser denominados “masculinamente mistos” (COLARES; CHIES, 2010), pois, neles, verifica-se a seguinte ambiguidade: homens e mulheres encontram-se sob o mesmo conjunto arquitetônico, portanto o caráter misto do estabelecimento; porém as mulheres são submetidas às orientações e práticas centradas na figura do masculino. Esta condição é notada nos relatos das presidiárias, que afirmam ser, o tempo todo, lembradas pelos funcionários e diretores de que estão em um presídio para homens e das regras que, segundo elas, anulam sua feminilidade, como o uso de determinadas roupas, para que os presidiários não as vejam com vestimentas “impróprias”. Além disso, nestes presídios, as mulheres são destinadas às atividades laboriosas que as fazem permanecer dentro de suas celas, ou isoladas em algum local, enquanto os trabalhos realizados pelos homens são exercidos, muitas vezes, por todo o espaço do estabelecimento. Aqui nota-se a reprodução daquilo que é socialmente designado como espaço de homem e de mulher, ou seja, o público e o privado, respectivamente. Portanto, os estabelecimentos prisionais mistos, ou, *masculinamente mistos*, reproduzem e potencializam a centralidade do masculino e a submissão do feminino (HELPE, 2014, p. 73).

Em Minas Gerais, existem 88 unidades prisionais masculinas, 83 mistas e 13 femininas. Ou seja, 14% das unidades são femininas, superando, portanto, a média nacional. Os dados referentes aos tipos de estabelecimento penal não sofreram alteração entre o primeiro e o segundo levantamento (INFOPEN MULHERES, 2018).

O artigo 89 da LEP prevê que as sentenciadas, caso necessitem, terão acesso à cela especial para gestante e parturiente, bem como à creche, voltada para as crianças entre seis meses e sete anos. Porém, de acordo com o relatório publicado pelo DEPEN, percebemos que tal direito praticamente não pode ser exercido, devido à falta de infraestrutura dos espaços prisionais. Apenas 34% das unidades exclusivamente femininas possuem espaços próprios para as gestantes. Já entre as unidades mistas, somente 6% cumprem a lei. Em relação ao berçário e centro de referência materno-infantil, a situação é ainda pior: eles existem em 32% das unidades femininas e em 3% daquelas de caráter misto. Com relação às creches, a situação é caótica. Apenas 5% dos presídios femininos possuem creches; já nos espaços mistos, elas são inexistentes.

Estima-se que a maior parte das presidiárias é detida por crimes de menor potencial ofensivo, demonstrando resistência por parte dos juízes em aplicar penas alternativas.

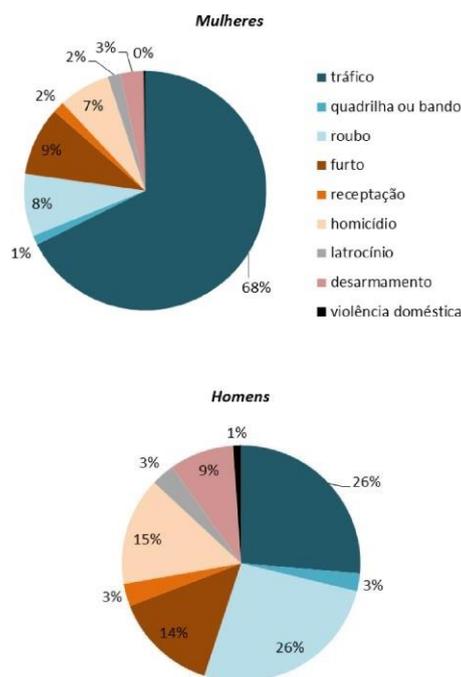
Chama bastante a atenção o expressivo número (63%) de mulheres brasileiras condenadas com penas de prisão de até oito anos. Esse dado revela a persistência da pena de prisão como medida sancionatória, inclusive para os casos de crimes menos graves, impactando de forma mais geral o total da população de mulheres encarceradas no Brasil (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 20).

Referente ao perfil das presidiárias, o relatório confirma o que apontam as pesquisas: existe uma sobrerrepresentação de jovens, negras e com baixa escolaridade. Como explicado pelo relatório em questão, “enquanto na população brasileira total cerca de 32% das pessoas completou o ensino médio, apenas 8% da população prisional total o concluiu” (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 26).

Em relação ao tipo de crime, o gráfico 1 demonstra que, em 2014, o tráfico de drogas configurava-se em 68% dos crimes cometidos pelas mulheres, enquanto esta tipificação ocupava 26% das prisões entre os homens.

Quando analisamos essa distribuição com recorte de gênero, no entanto, são reveladas importantes especificidades. O encarceramento feminino obedece a padrões de criminalidade muito distintos se comparados aos do público masculino. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção chega a 68%. Por outro lado, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres (INFOPEN MULHERES, 2014, p. 30).

Gráfico 1: Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade. Brasil. Junho de 2014



Fonte: INFOPEN, 2014.

No levantamento apresentado em 2018, o tráfico de drogas permanecia sendo o crime de maior incidência entre as mulheres presidiárias, correspondendo a 62% dos casos. Em segundo lugar, e com ampla margem de diferença, aparece o crime por roubo, com 11%. Em seguida, furto, 9% dos casos, e homicídio, 6% dos crimes (INFOPEN MULHERES, 2018).

Se o levantamento apresentado pelo INFOPEN Mulheres 2014 apontava para uma situação de encarceramento em massa das mulheres brasileiras pobres e negras, principalmente pelo tráfico de drogas, os dados apresentados pelo INFOPEN Mulheres 2018 confirmam a tendência.

4. MINAS GERAIS: PEGANDO CARONA NA AVENTURA PUNITIVA GLOBAL

*“A lição sabemos de cor
só nos resta aprender...”*

Beto Guedes; Ronaldo Bastos³²

4.1 Criminalidade em Minas Gerais

Se o Brasil encampou a onda punitivista, em Minas Gerais não foi diferente. No ano de 2016, Minas Gerais era a segunda unidade federativa com maior número de pessoas presas no país, ficando atrás apenas de São Paulo. Este ocupa o primeiro lugar com folga no *ranking* de população carcerária. São 240.061 pessoas aprisionadas, sendo 224.957 homens e 15.104 mulheres. Ou seja, cerca de 1/3 dos homens e mulheres presos no Brasil encontra-se no estado de São Paulo. O segundo lugar é ocupado por Minas Gerais, com 68.354 pessoas encarceradas, 60.746 homens e 3.279 mulheres. O Paraná vem em terceiro lugar, com 51.700 pessoas privadas de liberdade, sendo 48.449 homens e 3.251 mulheres (INFOPEN Mulheres, 2016). Interessante notar que, em dois anos, os dados alteraram-se consideravelmente, pois, em 2014, as unidades federativas com maior número de presidiários eram: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ou seja, em dois anos, Minas Gerais saiu da terceira para a segunda colocação, enquanto o Rio de Janeiro caiu para quarta, e o Paraná, que ficava bem atrás, alcançou o terceiro lugar (INFOPEN 2018).

Tabela 6: Unidades Federativas com maior número de pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2016

Unidade Federativa	Mulheres Presas	Homens Presos	Total
São Paulo	15.104	224.957	240.061
Minas Gerais	3.279	60.746	68.354
Paraná	3.251	48.449	51.700

Fonte: Dados retirados do INFOPEN Mulheres 2018 e adaptados pela autora.

Na segunda metade dos anos 1990 e no início dos anos 2000, a cidade de Belo Horizonte apresentou um considerável aumento na taxa de criminalidade violenta. Na

³² Música *Sol de primavera*, composição de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.

capital mineira, “entre 1997-2003, houve um crescimento de 300% nos crimes violentos contra o patrimônio e de 250% nos homicídios” (PEIXOTO et al. *apud* MIRANDA, 2014, p. 162).

Já entre os anos 2006 e 2016, houve uma estabilização no número de homicídios em Minas Gerais. Enquanto no ano de 2006 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes era de 21,4; em 2016 a taxa passou para 22,0. Em todos os demais estados do Sudeste, as taxas de homicídios diminuíram significativamente. Em São Paulo, por exemplo, a queda na taxa de homicídios foi de 46,7%. Por outro lado, deparamo-nos com a intensificação na taxa de homicídios dos estados que compõem a região Norte e Nordeste. O maior aumento na taxa de homicídios foi verificado no Rio Grande do Norte. Entre 2006 e o 2016, no referido estado, a taxa de homicídios aumentou 256,9% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). Em números absolutos, Minas Gerais ocupa o 3º lugar no ranking de homicídios, com 4.622 homicídios no ano de 2016. São Paulo aparece em 2º lugar, com 4.870 homicídios; e Rio de Janeiro, em primeiro, com 6.053 homicídios, também em 2016.

Em relação à taxa de homicídio de mulheres, Minas Gerais apresentou um leve declínio, reduzindo de 3,9 em 2006 para 3,6 em 2016. Todas as unidades federativas da região Sudeste apresentaram redução. Espírito Santo, por exemplo, apresentou uma redução de 49% na taxa de homicídio de mulheres no período analisado. Por outro lado, unidades federativas da região Norte e Nordeste passaram por um grande aumento na taxa de homicídio feminino. Maranhão e Rio Grande do Norte tiveram aumento de 114,8% cada. O estado com a maior taxa é Roraima, que apresentava 10 homicídios de mulheres por 100 mil mortes. Em números absolutos, os estados que mais mataram mulheres em 2016 foram: 1º São Paulo, 507 assassinatos; 2º Bahia, 441; 3º Rio de Janeiro, 428; e 4º Minas Gerais, 375 homicídios (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018).

Em resumo, aconteceu uma dilatação nos dados referentes à criminalidade em Minas Gerais no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Posteriormente, entre 2006 e 2016, os dados estabilizaram-se, porém com números altíssimos de homicídios e de pessoas encarceradas.

Com afirma Wacquant (2003), o aumento do encarceramento não acontece, necessariamente, como resposta para o aumento da criminalidade. O aumento do encarceramento é, na verdade, resultado de uma política punitivista. Intensifica-se a punição sob determinadas condutas e, conseqüentemente, intensifica-se, também, os números de pessoas privadas de liberdade, sem que, necessariamente, o número de

crimes tenha aumentado. Houve, nas últimas décadas, um aumento significativo dos índices de encarceramento no estado. No entanto, a dilatação da punição não significou redução na criminalidade violenta, como ficará claro na próxima discussão feita neste capítulo, em que serão apresentadas as principais políticas adotadas pelos últimos governos estaduais em relação à criminalidade em Minas Gerais.

4.2 Política Criminal em Minas Gerais

A pauta segurança pública passou a ganhar centralidade a partir do primeiro governo de Aécio Neves³³. No primeiro ano de seu governo, em 2003, Aécio Neves, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criou a SEDS (Secretaria de Estado de Defesa Social) em substituição às Secretarias de Segurança e de Justiça. Além do agrupamento das duas secretarias em uma só, ela apresentava, de acordo com informações retiradas do site oficial do governo, um plano de política de segurança pública para o estado. A SEDS passou a englobar a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Subsecretaria de Políticas Criminais, a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, o Corpo de Bombeiros e a Defensoria Pública de Minas Gerais. Ainda de acordo com as informações contidas no site oficial, o novo modelo era guiado pela “gestão por resultados”, visando à redução da criminalidade. Com esse intuito, foram definidos quatro eixos de trabalho, cada um com suas metas específicas. São eles:

1. Reforma e Profissionalização do Sistema Prisional
2. Atendimento às medidas socioeducativas
3. Integração policial
4. Prevenção social da criminalidade

Dentro do eixo 1, uma das metas era a transferência dos presos que estavam sob custódia da Polícia Civil para a SUAPI (Subsecretaria de Administração Prisional) e a redução do déficit de vagas do sistema prisional. Visando alcançar tal meta, o número de agentes penitenciários aumentou 400% entre 2003 e 2009. Além disso, foram construídas, entre 2003 e 2009, 30 novas unidades penitenciárias e reformadas outras 11, fazendo com que o número de vagas aumentasse de 5.381 para 34.597. Assim, em

³³ Aécio Neves foi eleito Governador de Minas Gerais por duas vezes consecutivas. A primeira gestão foi entre 2003 e 2007, a segunda foi entre 2007 e 2010, quando renunciou ao governo a favor de seu então vice, Antônio Anastasia, a fim de disputar uma vaga no Senado Federal.

seis anos, o número de vagas no sistema penitenciário aumentou quase sete vezes. No ano de 2006, pela primeira vez, o número de presos sob custódia da SUAPI era maior do que o de presos custodiados pela Polícia Civil. Apesar do aumento de vagas, a superlotação nas penitenciárias não deixou de ser um problema, porque a quantidade de pessoas encarceradas também aumentou. Em 2004, a população carcerária mineira era de 23.156 pessoas, o número de vagas era 5.554, gerando um déficit de vagas igual a 17.612. Já em 2009, a população carcerária no estado de Minas Gerais já era igual a 46.925, ou seja, mesmo com 34.597 vagas no sistema penitenciário, o déficit ainda era de 12.328 vagas (CRUZ, 2010).

Apesar dos resultados apresentados pelo governo serem divulgados como positivos, Miranda (2014) apresenta uma visão diferente sobre a política de segurança pública implementada no período. Investir em punição sem investir em prevenção fez aumentar o número de pessoas encarceradas no estado, não resolvendo, portanto, o problema da criminalidade violenta.

A política de defesa social, no decorrer da implantação de sua proposta, revela-se a partir de um número significativo de construção de presídios e de penitenciárias no estado de Minas Gerais acompanhado, evidentemente, de um aumento expressivo de encarceramentos. Desde o governo Aécio até o momento atual, Minas Gerais, tal como está exposto nas estatísticas, conta com um crescimento expressivo da população prisional, hoje alcançando a condição de segundo estado brasileiro que mais encarcera (MIRANDA, 2014, p. 167).

O governo de Antônio Anastásia (2010-2014), também do PSDB, manteve as principais medidas adotadas pela administração anterior, na qual ele foi vice-governador desde 2007. Ampliou-se o número de vagas em presídios, com a construção de mais uma unidade e autorização para construção de outras duas, além da primeira parceria público-privada em unidade prisional do país, localizada no município de Ribeirão das Neves. O CPPP (Complexo Penitenciário Público-Privado) foi previsto para ofertar 3.360 vagas, divididas em cinco unidades até o ano de 2011. Porém, até hoje foram construído apenas três das cinco unidades planejadas, oferecendo 2.016 vagas. Após a renúncia de Anastasia, em 2010, Alberto Pinto Coelho Junior (PP), até então vice-governador, assume o governo do estado por menos de um ano, mantendo a política anterior.

Fernando Pimentel, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), governou o estado entre janeiro de 2015 e janeiro de 2019. No governo dele, em 2016, a SEDS,

criada em 2003, foi dividida em duas secretarias: Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) e Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). Assim, o planejamento, execução e avaliação das políticas prisionais passaram a ser de responsabilidade da SEAP. Nos anos de 2017 e 2018, foi registrada uma diminuição da criminalidade violenta, porém o estado não perdeu seu posto de segundo com maior número de encarcerados. Em 2017, a taxa de homicídios foi de 18,8, a menor desde 2011, e os dados disponíveis apontam para uma redução ainda maior em 2018:

Importante indicador da violência, o número de vítimas de homicídio também está em queda de 21,6% em todo o Estado. Dados do Observatório de Segurança Cidadã da Sesp mostram que, pelo interior, 77,2% dos municípios não tiveram registro deste tipo de crime, mantiveram ou reduziram seus índices (Sesp, 2018).

No site oficial da SESP, a política criminal é apresentada sempre a partir do viés da punição (aumento do número de policiais, compra de viaturas etc.) e da prevenção, através da continuação dos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) e Central de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa).

Dentre as políticas públicas de prevenção, focaremos nossa atenção ao Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), por ser justamente o programa que mais dialoga com o objeto investigado nesta pesquisa.

4.2.2 Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Entrando no site da Secretaria do Estado de Segurança Pública, na aba “prevenção”, são apresentados quatro programas desta natureza. A saber: 1. *Fica Vivo!*; 2. *Mediação de Conflitos*; 3. *Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA)*; 4. *Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)*. Atualmente, tais programas são coordenados pela Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), ou seja, encontram-se subordinados à Sesp e não à Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec). Apesar de estarem vinculados a uma nova secretaria, criada em 2016, esses programas existem desde 2003. Como explica Miranda (2014):

Esses trabalham com: a) Prevenção Primária – destinada a uma atuação de evitar taxas altas e crescimento da criminalidade. Esta proposta é implementada pelo programa *Fica Vivo!* e *Mediação de Conflitos*. O programa *Fica Vivo!* é voltado para a prevenção de homicídios, enquanto o programa *Mediação de Conflitos* se volta para uma resolução pacífica de conflitos nas comunidades em que são implantados; b) Prevenção Secundária, voltada para a prevenção da reincidência através da viabilização e do acompanhamento das penas alternativas, destinando-se ao atendimento de crimes de menor potencial ofensivo, sendo executado pelo programa CEAPA; c) Prevenção Terciária, também voltada para a prevenção da reincidência, mas direcionadas, entretanto, para os indivíduos egressos do sistema prisional. Essa proposta é executada pelo Programa de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) (MIRANDA, 2014, p. 174).

Os programas de prevenção primária foram concebidos para as cidades mineiras nas quais as taxas de criminalidade violenta são altas, não englobando, portanto, em um primeiro momento, a cidade de Juiz de Fora. Nesta cidade, os dois programas de prevenção primária (*Fica Vivo!* e *Mediação de conflitos*) foram implementados apenas em 2018 e ainda não temos resultados referentes a eles.

Já os programas de prevenção secundária e terciária existem na cidade desde 2003. Miranda (2014), em sua pesquisa sobre a reabilitação de pessoas que cumprem pena alternativa em Juiz de Fora, evidencia a fragilidade do programa. Muitos indivíduos condenados pelo crime de furto, por exemplo, que deveriam estar cumprindo pena alternativa, foram encarcerados. Já aqueles que se encontram cumprindo pena alternativa não passam por um processo de reabilitação executado pelo Estado. Apenas são direcionados ao local onde cumprirão suas penas, e a reabilitação é tratada como uma questão privada, não como política pública.

A execução da política criminal, em Minas Gerais, revela um investimento precário nas técnicas reabilitativas, permitindo-nos a identificação de uma ação voltada basicamente para uma *incapacitação momentânea* de alguns criminosos e *produção da delinquência* em vários outros. A administração pública de Minas Gerais se propõe a prevenir a reincidência e a conter os índices de criminalidade no estado que ele próprio estipula como razoáveis; entretanto com um investimento precário em infraestrutura, material humano, espaço físico, valorização profissional... Em todas as instituições públicas pesquisadas, sem exceção, as dificuldades apresentadas são falta de estrutura de trabalho, falta de computador, falta de material humano, investimento incompatível com a realidade local, falta de política pública adequada às necessidades da população penal... (MIRANDA, 2014, p. 179).

Em relação à prevenção terciária, ou seja, direcionados aos egressos, através do PrEsp, a realidade não é diferente. No site oficial, o objetivo do PrEsp é apresentado da seguinte forma: “favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a

processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento”. As medidas adotadas para isso são, de acordo com as informações retiradas do site³⁴: “articulação com a rede de proteção social do município, estímulo ao acesso de serviços que visam o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, discussões de casos, visitas domiciliares e formação de grupos com pré-egressos dentro de unidades prisionais”.

De acordo com os dados públicos disponíveis³⁵, entre os anos de 2009 e 2017, em Juiz de Fora, inscreveram-se no programa 3.334 egressos do sistema prisional. O público alvo são pessoas que se encontram cumprindo pena em regime aberto e/ou Prisão Domiciliar, egressos que estão em liberdade definitiva, além de familiares de egressos do sistema prisional. As ações realizadas pelo PrEsp, de acordo com o documento Política de Prevenção Social à Criminalidade, publicado em 2018, são:

Fomentar o acesso dos egressos do sistema prisional ao PrEsp através de articulação com a rede de proteção social, Vara de Execuções Penas e Unidades Prisionais; Garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execuções Penais e disposto em Legislações Específicas; Intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco, a vitimização e a reincidência criminal; Esclarecer e sensibilizar as instituições públicas para o atendimento das demandas apresentadas pelo público, enquanto direitos não comprometidos pela condenação criminal; Possibilitar o acesso a informações, conhecimento e a valorização dos saberes formais e informais, favorecendo a ressignificação da condição de egresso do sistema prisional; Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio sócio comunitário; Possibilitar a inclusão no mercado formal de trabalho, fomentar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda para o público atendido (Sesp, 2018).

Todas as entrevistadas em nossa pesquisa conheciam o PrEsp, pois precisaram comparecer ao programa para a assinatura mensal no período em que se encontravam em prisão domiciliar³⁶ e, automaticamente, eram cadastradas no programa. Porém, apesar do cadastro, as entrevistadas, em geral, não foram alcançadas pelas ações desenvolvidas pelo programa. Apenas duas delas tiveram contato, em alguma medida, pelas ações do PrEsp. Uma delas, Marta, afirmou que a assistente social do programa fez seu currículo, e-mail e a encaminhou para uma entrevista de emprego em 2017, duas

³⁴ As informações foram encontradas no seguinte endereço eletrônico:

<<http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/presp>>. Acesso em: 02 jan. de 2019.

³⁵ Dados disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

<<http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2018/OUTUBRO/Portflio%20Preveno%20Social%20Criminalidade%202018.pdf>>. Acesso em: 02 jan. de 2019.

³⁶ Ao passarem para o regime aberto, as presidiárias, em Juiz de Fora, automaticamente terminavam de cumprir suas penas em prisão domiciliar, visto que não existe unidade prisional voltada para esse tipo de regime que abrigue mulheres na cidade.

semanas antes de nossa entrevista. Outra egressa, Simone, informou que, ocasionalmente, enquanto encontrava-se em prisão domiciliar, recebia o atendimento da psicóloga do programa, porém não se sentia à vontade. Tinha receio de falar de seus problemas ainda relacionados ao tráfico de drogas e ter seu regime regredido. As demais entrevistadas fizeram o cadastro no programa, mas não foram alvos de nenhuma ação.

5. DEPOIS DAS GRADES: DE VOLTA À VIDA, DE VOLTA AO TRABALHO

“As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã ou senhor feudal ou proletário. Mas o que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal”.

Jean-Paul Sartre³⁷

Quando Elaine Pimentel realizou sua pesquisa³⁸ sobre mulheres egressas do sistema prisional no estado de Pernambuco, deparou-se com diversos percalços para desenvolvê-la, como foi dito no capítulo sobre metodologia. O primeiro desafio foi localizar as possíveis entrevistadas. Ela buscou os endereços das egressas na penitenciária e na Vara de Execuções Penais. Porém, depois que a pessoa é posta em liberdade, o Estado não se mantém atualizado em relação aos dados. Assim, a maior parte dos endereços cadastrados não correspondia mais aos endereços de fato. Além disso, muitos deles pareciam ter sido registrados erroneamente, com um número de casa ou nome de rua não existente. A pesquisadora localizou apenas três egressas em liberdade dentre os quarenta e três endereços por ela selecionados (PIMENTEL, 2015).

Nesta pesquisa, não compartilhei da dificuldade de localizar as entrevistadas, pois, como já foi dito, o fato de ter trabalhado como agente penitenciária fez com que eu conhecesse várias mulheres privadas de liberdade e, algumas delas, ao receberem seu alvará, adicionavam-me nas redes sociais. Embora nem todas correspondessem ao perfil da pesquisa, sabia que seria possível ter acesso a uma rede de mulheres egressas do sistema penitenciário a partir dos contatos que já tinha no *Facebook*.

Porém, apesar do fato de saber por onde começar a encontrar minhas potenciais entrevistadas, existiram outras preocupações que tornavam a pesquisa embaraçosa. Minha principal dificuldade era o receio de estar sendo invasiva ao convidá-las para a entrevista. Elas estavam em processo de reconstrução de suas vidas fora do cárcere. Nenhuma delas estava livre há mais de três anos (todas as entrevistadas estavam em liberdade entre um e três anos) e, provavelmente este era um assunto que gostariam de esquecer ou, pelo menos, não falar sobre. Sabia que, durante as entrevistas, feridas antigas seriam tocadas, momentos de dor seriam, de alguma forma, revividos, e isso me

³⁷ SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In *Jean-Paul Sartre*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores. p. 16.

³⁸ Trata-se de uma tese de doutorado, defendida na UFPE e publicada em livro com o título *As mulheres e a vivência pós-cárcere*. PIMENTEL, Elaine. *As mulheres e a vivência pós-cárcere*. Maceió: EDUFAL, 2015.

fazia ter muito receio em abordá-las para a entrevista. Soma-se à primeira preocupação, uma segunda: o fato de ter sido agente penitenciária. Se, por um lado, ter exercido esta profissão permitiu a aproximação com as mulheres que já estiveram presas, por outro lado era uma relação de autoridade bastante clara. Por mais que cultivasse uma convivência amistosa com elas, a autoridade da profissão estava colocada. Elas precisavam usar o “senhora” ou “dona” antes de dizerem Sintia, por exemplo. Caso não o fizessem, poderiam responder por falta leve. Mesmo durante nossas entrevistas, quando eu não era mais agente e elas não eram mais presidiárias, algumas ainda utilizavam as referidas formas de tratamento para se dirigirem a mim, mesmo eu dizendo não ser necessário. Algumas, quando estavam presas, chamavam-me de Dona Sintinha. Assim, não rompiam com a regra e, ao mesmo tempo, demonstravam certa afetuosidade. Para além da forma de tratamento utilizada, a relação de poder estabelecida se fazia presente em todos os momentos: nas revistas íntimas, na dependência para alcançarem algum atendimento do corpo técnico etc. Por isso, senti receio de que esta relação nascida a partir de um convívio no qual o poder era praticamente unilateral pudesse, de alguma forma, deixá-las inibidas ou pressionadas a participarem.

Passei por situação semelhante durante a pesquisa de mestrado. Na ocasião, eu ainda era agente e, as entrevistadas, presidiárias. Dessa forma, a relação de autoridade estava ainda mais evidente. Meu desafio, além de me fazer ser vista por elas enquanto pesquisadora, também foi o de transformar o familiar em exótico. Ou seja, ser capaz de lançar um olhar sociológico sobre um espaço já habitual para mim (VELHO, 1978). Apesar dos desafios, o trabalho foi exitoso. Munida da experiência da pesquisa anterior, comecei a cumprir o desafio de abordar as mulheres para as entrevistas. A primeira pessoa procurada foi Fernanda. Por morar na mesma rua que eu e por tê-la encontrado diversas vezes, acreditei ser viável começar a abordagem com ela. Depois comecei a procurar as mulheres egressas do sistema prisional que mantive contato através do *Facebook*. A cada entrevista realizada, solicitava novos contatos, para, assim, aumentar minha rede. Tive o cuidado, em todas as abordagens, de deixar esclarecido que eu não era mais agente penitenciária; agora era apenas professora³⁹. Deixei claro, também, os objetivos da pesquisa, e que elas só participariam caso quisessem e se sentissem à vontade, além da garantia do anonimato. Expliquei para minhas interlocutoras que as

³⁹ “Apenas” professora, pois, quando as entrevistei para a pesquisa de mestrado, eu era professora e agente de segurança penitenciária.

buscaria em casa e faríamos as entrevistas na universidade. Apenas a primeira entrevista foi feita em minha casa. Para minha surpresa, todas as mulheres abordadas aceitaram participar da pesquisa. Dentre as mulheres com as quais consegui efetivar contato, houve cinco casos em que as entrevistas não se concretizaram, ainda que elas tivessem interesse em contribuir. Em três situações, minhas interlocutoras disseram aceitar participar da pesquisa, porém ainda estavam cumprindo pena em regime aberto. Expliquei ser a pesquisa voltada para aquelas que já haviam terminado de cumprir toda a pena. Uma das mulheres procuradas para a entrevista demonstrou interesse, mas estava morando no Rio de Janeiro. Ela pretendia voltar em poucos meses, quando faríamos a entrevista, no entanto foi presa novamente antes que isso acontecesse. A última entrevista a não se concretizar foi pelo motivo mais triste possível. Antes de marcarmos o dia para nossa conversa, ela foi executada com nove tiros. Nas considerações finais, retomarei aos últimos dois casos.

Fernanda, Ana Paula, Cláudia, Alice, Marta, Simone, Luana, Lana, Fran e Anita. Esses são os nomes fictícios dados às dez mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Cada entrevista durou entre 60 e 90 minutos. Algumas delas eu já havia tido a oportunidade de entrevistar durante o mestrado, ou seja, quatro anos antes, o que enriqueceu ainda mais a abordagem, pois pude comparar a entrevista feita entre as grades com aquela feita depois das grades. As que passaram pelas duas entrevistas foram Simone, Lana, Fran e Anita. As histórias de vida foram apresentadas e analisadas na ordem cronológica em que ocorreram as entrevistas e encontram-se disponíveis nas páginas seguintes.

5.1 “Eu cheguei a ficar acabada. Nem parecia gente”: Fernanda

Fernanda foi a primeira pessoa a ser procurada para a entrevista. Nós nos conhecemos quando ela cumpria pena privativa de liberdade, em 2014, ano em que eu ainda era agente penitenciária. Recebido seu alvará, após alguns meses, encontrei-me com Fernanda, por acaso, no bairro onde eu residia, e descobrimos sermos vizinhas. Mais alguns meses passaram-se, e Fernanda, ao me encontrar novamente na rua – na ocasião eu não era mais agente penitenciária, informou ter descoberto, já no sétimo mês, estar grávida de seu quinto filho. Esta pesquisadora, por ter filha pequena, manteve uma relação de maior proximidade com a ex-detenta, contribuindo para a montagem do enxoval do bebê, Sofia. Desde então, conversávamos com certa frequência, nas ocasiões em que nos encontrávamos na rua, além de mantermos contato pelas redes sociais, mais

especificamente pelo *Facebook*. Devido a uma relação já consolidada entre nós duas e pela proximidade geográfica das residências, considerei pertinente iniciar a pesquisa através dela, caso, obviamente, ela tivesse interesse em participar.

Quase três anos já haviam se passado desde aquela gravidez tardiamente descoberta, quando fui à casa de Fernanda conversar informalmente sobre a pesquisa e perguntar se a mesma teria interesse em participar. Ela afirmou estar interessada, e marcamos a entrevista para dois dias depois na minha casa. A primeira tentativa de realização da entrevista foi frustrada, pois Fernanda não compareceu. Ao procurá-la novamente para remarcarmos a entrevista, ela disse ter confundido a data. Na segunda tentativa, ela desmarcou um dia antes, pois teria que levar um de seus filhos ao médico. Já estava descrente de que a entrevista aconteceria, levando-me a questionar a viabilidade da pesquisa. Se com a primeira pessoa a ser entrevistada já ocorriam duas tentativas frustradas, imaginei que isso poderia acontecer nas demais. Porém, felizmente, não aconteceu. Na terceira tentativa, Fernanda compareceu. Com as demais entrevistadas não houve nenhuma desistência.

Naquele dia, Fernanda compareceu, levando junto Helena, sua caçula de quatro meses – Sofia já tinha um pouco mais de 2 anos na ocasião. A entrevista foi realizada de forma descontraída. Ela falava de sua prisão como uma etapa superada, como se narrasse algo acontecido há muito tempo, apesar de estar fora da penitenciária há apenas três anos – a entrevista foi realizada em 2017, e Fernanda foi libertada em 2014. Ela relatou o momento de sua prisão em meio a risos. Também ria ao contar sobre situações vivenciadas no sistema penitenciário. A serenidade ao narrava os episódios vividos era a mesma com a qual acalentava Helena nas poucas vezes em que a criança chorou. Fernanda oscilava entre a tranquilidade e o bom humor durante o tempo da entrevista, que durou uma hora e quarenta minutos.

A tranquilidade da entrevista foi de grande importância para mim, enquanto pesquisadora. Como já foi dito, senti muito receio antes de começar a abordar as mulheres para as entrevistas. Receava estar sendo muito invasiva, por tratar de um tema tão delicado. Imaginava que as mulheres, por estarem envolvidas em problemas pessoais, não teriam disponibilidade ou mesmo interesse em participar da pesquisa. Dessa forma, a leveza da primeira entrevista – não repetida nas demais – foi importante até mesmo para impulsionar a procurar de novas entrevistadas.

5.1.1 Infância e adolescência

Fernanda era, na ocasião da entrevista, uma jovem de 31 anos, negra, com ensino fundamental incompleto, seis filhos e ex-usuária de *crack*. Foi a filha mais nova de quatro irmãos e, de acordo com as palavras dela, a “*ovelha negra*” da família. Ainda de acordo com a entrevistada, teve uma infância feliz e sem maiores problemas financeiros. Sua vida começou a romper com o que seria, novamente nas suas palavras, uma “*vida no eixo*”, aos 14 anos, quando o pai saiu de casa para viver com uma jovem de 20 anos, e ela passou a ajudar a mãe a lidar com a situação.

O que que aconteceu? Meu pai ele era gerente do Banco do Brasil. Quando eu tinha meus 14 anos, ele saiu de casa. Ele largou minha mãe por causa de uma mulher de 20 anos de idade, ele largou minha mãe. Aí a gente tinha apartamento em Cabo Frio, tinha sítio, ele vendeu tudo por causa da mulher, pra dar presente, essas coisas, viajar com a mulher... Aí minha mãe sofreu muito, minha mãe tentava se matar. Aí, daquilo, eu parei de estudar e fiquei cuidando e ajudando minha mãe. Minha mãe tentou se matar mesmo. Meu pai humilhou muito ela, aí nisso eu parei de estudar e fiquei por conta da minha mãe (Fernanda, 31 anos).

No mesmo período, Fernanda começou a namorar um jovem que seria seu parceiro por sete anos e pai de seus três filhos mais velhos. Engravidou imediatamente após ter iniciado sua vida sexual, aos 14 anos. Escondeu a gravidez da família até os sete meses, quando foi descoberta pela mãe. Segundo ela, não contou antes por dois motivos: pelo medo da reação que a mãe poderia ter, repreendendo-a, e pelo fato de sua irmã mais velha ter tido um bebê com hidrocefalia que viveu apenas três meses após o nascimento naquela mesma época, o que, em seu julgamento, poderia gerar constrangimento na relação entre as duas. Quando seu primeiro filho, Raul, nasceu, a mãe tomou para si os cuidados com o bebê, e Fernanda e o namorado foram morar juntos em um apartamento disponibilizado pelos sogros. Poucos meses após a mudança, Fernanda descobriu-se grávida de gêmeos e passou a usar maconha.

Na época, os avós do Raul, eles têm condição, então eles compraram um apartamento pra gente ali no Santa Catarina, e a gente foi morar lá... Aí o que que deu? Dois adolescentes morando sozinhos... No resguardo veio o quê? Gêmeos! 15 anos... Ele fazia faculdade na UF, filosofia, e eu ficava em casa o dia todo. Aí nisso eu usava droga (Fernanda, 31 anos).

Nesse momento da entrevista, o bebê, até então silencioso no colo da mãe, demonstrou os primeiros sinais de desconforto. “*Foi a primeira filha que eu consegui*

amamentar. Já até sei que é o choro que quer mamar”. Foram as palavras ditas por Fernanda, com um sorriso nos lábios e se preparando para amamentar sua filha que, em seguida, adormeceu. Enquanto amamentava, continuava a relatar sua vida para mim.

Fernanda conta sobre a adolescência em tom de arrependimento, mas não de culpa. Ela demonstra autodesaprovação em relação ao seu modo de vida durante a juventude, no entanto, ao mesmo tempo, transparece complacência com ela mesma, pelo que diz, por se tratar de um período em que era muito jovem e sem a presença permanente de um adulto para corrigi-la. Segundo o relato dela, depois dos 15 anos, passava os dias em casa sozinha usando cocaína, sem vontade de estudar ou trabalhar. O filho mais velho era criado pela avó materna, e os gêmeos, pela avó paterna. O companheiro, embora fosse usuário de cocaína também, conseguia desempenhar suas funções cotidianas, como trabalhar e estudar.

Após sete anos de relacionamento, Fernanda e o companheiro terminaram. Ela começou a namorar outro rapaz, com o qual teve o quarto filho, também criado pela mãe dela. O namoro durou um ano e, de acordo com a entrevistada, o rapaz, assim como o namorado anterior, possuía boa condição financeira, permitindo-a manter um bom padrão de vida.

Ao se separar do segundo namorado, explica que não poderia manter o nível de vida até então mantido por ele, pois não possuía renda própria; a mãe, desde o fim do casamento, encontrava-se com limitações financeiras; e o pai não dava mais notícias. Naquele momento, Fernanda passa a prostituir-se no intuito de ganhar dinheiro e manter, dentre outros hábitos de consumo, o uso da cocaína.

Mas, tipo assim, aí eu comecei a me prostituir, porque eu queria dinheiro fácil, usar droga... Então era assim, 500 reais por dia... Naquela época, era muito dinheiro... Então, assim, pra mim, era aquela fascinação. E daí eu fui, eu fui conhecendo as drogas, na hora que eu fui ver tava no crack. É muita bebedeira, é muita bebedeira, então cê não tem noção. Então cê vai... Pra mim era tudo festa. Eu não tinha noção nenhuma, eu falo, não tinha noção de nada (Fernanda, 31 anos).

Conta que, ao ficar sabendo, sua mãe oscilava entre dizer não querer mais a presença da filha em casa, por um lado e, por outro, acolhê-la e tentar convencê-la a abandonar as drogas e a prostituição.

Então eu fui indo, fui indo... Quando eu fui ver, já tava me envolvendo no morro, já tava pra lá e pra cá. Quase não ia pra casa da minha mãe mais. Ia pro morro. Cada dia dormia na casa de um. Usando *crack* pra cá e pra lá e na hora que eu fui ver... Isso eu tava com 23 anos... nossa, como eu me

arrependo. Nossa, eu olho pra trás eu falo assim, nossa... Igual assim, minha filha fala: *mãe, eu lembro quando eu tinha sete anos você saia comigo, passeava... do nada cê sumiu, nunca mais voltou pra casa.* E ela falou que ela chorava, que ela rezava todo dia... Gastava tudo com droga. Ganhava aqui, gastava ali... Só droga mesmo... Era uma vida muito louca, nossa, nem me fale (Fernanda, 31 anos).

Nesse momento, Alice acorda chorando, e Fernanda a oferece o seio novamente, enquanto continua refletindo sobre a própria história. Descreve a experiência enquanto prostituta, usuária de *crack* e semimoradora de rua como algo distante, um passado encerrado, com o qual ela não tem mais nenhuma identificação, ao contrário, resta apenas uma sensação de incredulidade quando se lembra das situações por ela vivenciadas.

Eu fui usuária de *crack* por seis anos. Ai, cruz credo, gente... A gente fica cega mesmo. Vira zumbi. Tem hora que eu fico pensando hoje, tô em casa, aí vem aquele pensamento: gente, como que eu pude? A pessoa fica cega, vira zumbi mesmo, vive pra aquilo. O único objetivo é usar, é usar, é usar... Não é comer, não é nada... Tipo assim, eu fico me perguntando... Igual quando passava aquela novela da Grazi Massafera. Eu chorava vendo aquilo, porque eu me via igual ela. Eu orava, eu até tremia de tanto chorar... Gente, como é que pude? A pessoa fica, não tem mundo... E eu fico boba com aquelas pessoas que ficam tanto tempo sem usar, igual eu, que saem e voltam a usar. Tipo assim, eu não, eu falo: Deus me livre, passo até longe, tá louco... (Fernanda, 31 anos).

Fernanda conta que o irmão e um policial, seu amigo de infância, tentavam, sempre que podiam, convencê-la a buscar tratamento médico para a cura de sua dependência química. Explica que passava as noites nas ruas, ora dormindo na casa de conhecidos, ora dormindo com os clientes onde fosse possível. Passava uma semana ou mais nessas condições e, segundo suas palavras, sob uso intenso de *crack*, sem dormir e sem se alimentar razoavelmente. Vez ou outra retornava para a casa da mãe, onde recebia os cuidados imediatos, mas, em seguida, retornava para o morro.

Eu vinha mesmo (para a casa da mãe), assim, quando eu via que tava com muita fome, muita fome mesmo, muito cansada... que eu ficava mais de uma semana sem dormir, né... Aí, o que que eu fazia? Vinha pra casa. Aí minha mãe me levava no médico, porque eu tava sempre muito encatarrada, ela me dava banho, cuidava de mim... aí, na hora que eu tava boa, o que que eu fazia? Pulava o portão. Ela me trancava dentro de casa, aí, na primeira oportunidade, o que eu fazia? Pulava o portão mesmo e ia pra rua... Na hora que eu melhorava, aí vinha... Porque não conseguia dormir de noite, aí eu pegava, abria a porta, porque ela guardava a chave, sabe? Eu abria a porta, pegava a chave lá no quarto dela, devagarzinho, pulava o portão e ia pra rua. Tadinha! Ela ficava em desespero (Fernanda, 31 anos).

Fernanda enfatiza que os filhos mais velhos estão na adolescência, com a mesma idade dela quando se tornou usuária de drogas ilícitas. Preocupa-se especialmente com um deles, Roan, de 15 anos, por saber que o garoto bebe bebidas alcoólicas com os colegas na rua. Por outro lado, afirma não se preocupar com a irmã gêmea de Roan, Vitória. Segundo a mãe, é uma garota muito estudiosa, aprendeu inglês e conseguiu uma bolsa para estudar na Dinamarca, para onde se mudaria alguns meses depois da entrevista e moraria com uma tia paterna, já residente na Dinamarca há alguns anos.

5.1.2 De usuária à traficante, de acordo com a Justiça Criminal

Retornando à sua história de vida, Fernanda continua a falar de como era a vida na rua, na prostituição e com uso exacerbado do *crack*. A prisão dela aconteceu em um desses momentos, quando estava no morro, sob efeito da droga. Ela narra o episódio de forma descontraída e rindo da própria distração, pois demorou a perceber que estava sendo presa.

Um de menor estava do meu lado vendendo droga, eu ia comprar droga dele, lá no Furtado, na boca. Aí, tanto que eu vi a (polícia) civil vindo e não corri, porque quem não deve, não corre. Aí o menino saiu correndo. Aí eu peguei e falei: *ah, vou sair daqui de perto*. Aí eles falaram: *não, espera aí que a gente precisa de uma testemunha, que aí a gente vai descer com o menino, vai descer com você e a gente precisa de uma testemunha*. Falei: *fazer o quê? Eu vou*. Fui no banco da frente, indo como testemunha. Aí chegou lá, o de menor conversou lá, falou que eu não tinha nada a ver, que eu era usuária, e eu estava com 35 quilos. Tipo assim, não tinha como eu ser traficante, eu estava descalça, toda suja... Aí eles pegaram, o de menor foi embora, aí eu falei: *porra, o que eu tô fazendo aqui ainda?* Aí chegou um policial e falou rindo assim pra mim: *você vai subir*. E eu falei: *subir? Subir pra onde? Subir? Gente o que que é está acontecendo?* (Fernanda, 31 anos).

A entrevistada contou ter passado muitas horas na delegacia, acreditando ser testemunha. Da mesma forma, já dentro da viatura, a caminho da penitenciária, ainda não entendia que havia sido presa, até que o policial falou literalmente o que estava acontecendo, e ela tentou fugir.

Eles viram que eu não estava entendendo nada. Aí, dentro do carro, eu falei: *subir pra onde?* Aí ele disse: *você vai ser presa!* Ah, pra quê... Abri a outra porta do carro e saí correndo. *Eu vou ser presa? Ser presa por uma coisa que eu não fiz?* Aí eles saíram correndo, me pegaram, me algemaram e falaram: *não, você vai ser presa*. Aí foi aquela choradeira, né. Meu mundo caiu. Só lá em cima que eu pude ligar pra minha mãe. Eu nunca tinha sabido o que era uma penitenciária, eu não sabia de nada (Fernanda, 31 anos).

A título de esclarecimento, o “subir”, neste caso, refere-se a “subir para a penitenciária”. É comum que as pessoas ao saírem da delegacia para a penitenciária, em Juiz de Fora, usem o termo, até então desconhecido por Fernanda.

Depois de tentar fugir do carro da polícia: *“Me algemaram, me colocaram no camburão. Aí eu cheguei lá chorando, acabada... eu não sabia o que tava acontecendo, eu não sabia o que era procedimento, eu não sabia de nada, eu não conhecia ninguém, eu não sabia nada. Eu cheguei lá péssima”* (Fernanda, 31 anos).

Fernanda era usuária de drogas e foi presa como traficante. O caso dela não é uma exceção. É só mais um, dentre muitos outros. A Lei 11.343 de 2006, conhecida como Nova Lei de Drogas, altera a legislação anterior com o intuito de aumentar a punição para o traficante, ao mesmo tempo que pretendia transferir o usuário do sistema de justiça prisional para o sistema de saúde, visto que proíbe a prisão por uso de drogas. Porém, desde 2006, ao contrário do esperado, o número de pessoas presas por tráfico de drogas aumentou significativamente. O resultado foi que muitos usuários passaram a ser presos como traficantes. Na Nova Lei de Drogas, não existe uma medida quantitativa adotada que difere o traficante do usuário, fazendo com que a polícia e os juízes tenham liberdade para adotar critérios subjetivos na hora de definir se o indivíduo em questão portava drogas para seu próprio uso ou para vendas. De acordo com Borges (2018, p. ?), o grande inchaço nas cadeias presenciado nos dias atuais surge a partir de 2006. Se, entre os anos de 1990 e 2005, ou seja, 15 anos, a população carcerária brasileira aumentou em 270 mil pessoas; entre 2006 e 2016, dez anos, o aumento foi de 300 mil pessoas, o que nos leva a uma estimativa assustadora: se continuarmos neste ritmo, em 2075, 1 a cada 10 pessoas estarão presas no Brasil. Também presenciamos um grande aumento na construção de penitenciárias nos últimos anos. Quatro a cada dez penitenciárias ainda não completaram dez anos de funcionamento (BORGES, 2018, p. ?). Apesar de muitos fatores contribuírem para o aumento do encarceramento do país, o fenômeno se deu, também, por influência da Nova Lei de Drogas, que abre espaço para muitos usuários serem presos como traficantes, a depender das subjetividades dos julgadores. Campos (2015) mostra como, desde 2006, há um aumento considerável de pessoas presas com pequenas quantidades de droga nos bairros de São Paulo por ele pesquisados. A partir dos dados disponíveis nos Boletins de Ocorrência em dois bairros de São Paulo, o pesquisador conclui que, a cada ano, desde a implantação da Nova Lei de Drogas, as chances de uma pessoa ser incriminada por tráfico em detrimento do uso têm aumentado. Nas palavras do autor:

O fator que mais aumenta as chances de alguém ser preso por uso de drogas em relação ao uso de drogas é o ano. Em 2009, tendo como referência o ano de 2004, as chances de uma pessoa ser incriminada por tráfico em relação ao uso aumentaram aproximadamente 4 vezes mais (3,95). Ou seja, à medida que os anos passaram e que a nova lei de drogas entrou em vigor (2006), a cada ano aumentaram gradativamente as chances de ser incriminado pela polícia por tráfico em relação ao uso (CAMPOS, 2014, p. 156).

Depois da variável “ano”, as variáveis que mais impactam nas chances de ser incriminado por tráfico em relação ao uso são “escolaridade” (aumentam em 3,6 as chances para quem é analfabeto ou tem apenas ensino fundamental, se comparado a quem tem ensino superior), “gênero” (as mulheres têm 2,38 mais chances de serem incriminadas por tráfico do que por uso, se comparadas aos homens) e “local” (em um bairro estudado, as chances de ser incriminado por tráfico eram 2,13 maiores do que no outro bairro estudado. No caso, o primeiro bairro é Itaquera, periférico, e o segundo, Santa Cecília, um bairro nobre). Ou seja, desde a implementação da nova lei de drogas, as chances de ser incriminado por tráfico em relação ao uso aumentaram a cada ano. As chances são ainda maiores se o indivíduo incriminado possuir baixa escolaridade, for mulher e for pego em áreas periféricas (CAMPOS, 2014, p. ?).

Ainda citando a pesquisa de Campos, a partir da referida Lei, busca-se construir a figura do usuário enquanto doente, carente de uma medida médico-criminal, e a do traficante enquanto monstro, aquele que merece ser punido. Se a primeira medida é baseada em políticas de redução de danos adotadas em outros países, a segunda medida vai no viés do punitivismo, fazendo com que tal lei represente uma política feita pela metade. Porém, a “metade” médica é, muitas vezes, ignorada, enquanto a “metade” punitivista é exacerbada. Utilizando a metáfora do copo meio vazio e meio cheio, o autor diz: “a nova lei de drogas teve como implicação principal um copo meio vazio de médico e um copo cheio de prisão” (CAMPOS, 2014, p. 144). Os agentes da justiça criminal oferecem resistência à “nova metade” invocada pela lei, pautada pelo dispositivo médico-criminal, em detrimento da “velha metade”, pautada pelo encarceramento.

Retomando o estranhamento vivenciado por Fernanda ao chegar à penitenciária na condição de presidiária, expliquemos como se dá este momento. Ao entrar na penitenciária, a novata é levada para a sala de revista, localizada no salão principal, logo na entrada da instituição. Lá é feito o “procedimento”, nome dado à revista pela qual as presidiárias e os visitantes passam nos espaços prisionais. O procedimento consiste em

ficar totalmente nu, agachar três vezes de frente e três vezes de costas, enquanto sopra o próprio braço. Após os agachamentos, a pessoa que está passando pela revista abre a boca, levanta o cabelo, passa a mão por trás das orelhas e mostra a sola do pé.

Desde que comecei a trabalhar na penitenciária, perguntava para as demais funcionárias sobre a efetividade do citado modelo de revista. Nenhuma funcionária, nem as que trabalhavam como agente penitenciária há décadas, havia presenciado algum objeto cair da vagina da mulher durante o procedimento. Como elas mesmas diziam, é possível acomodar celular, carregador ou droga dentro da vagina de forma a não cair durante os agachamentos. Os casos de flagrante de mulheres portando objetos dentro da vagina deram-se, principalmente, através de denúncia ou investigação prévia. Curioso, nesse caso, é que mesmo não tendo sua eficácia comprovada enquanto medida de segurança contra a entrada e troca de objetos e substâncias ilícitas dentro das prisões, o “procedimento” continua a acontecer. O primeiro procedimento ocorre na ocasião em que a mulher chega à prisão e passa a acontecer todos os dias, quantas vezes forem necessárias, nos momentos de ir e voltar do trabalho, escola, banho de sol, atendimento médico, recebimento de visitas etc. Em pesquisa anterior, defendi que o “procedimento” funciona menos como medida de segurança do que como um “ritual de margem”, no qual a presidiária é sempre lembrada de sua condição, através da repetição do ritual.

Levantamos a hipótese de que este “procedimento” que a prisioneira executa imediatamente ao chegar à prisão e que repete durante todo o período em que lá se encontra, longe de ser uma medida de segurança real, é, na verdade, um tipo de “ritual”, no qual sua dimensão simbólica tem muito mais a dizer do que seus efeitos reais. Entre as categorias de rituais apresentadas por Van Gennepa que mais se assemelha ao caso estudado é a categoria dos rituais de margem. Quando a mulher é presa, o ser humano livre, no sentido mais básico do termo, morre. Desta morte nasce outro ser humano, aprisionado, que não tem controle sobre seu corpo, suas ações, seu cotidiano. Poucas ações representariam tão bem esta passagem daquele que está livre para aquele que está preso quanto o procedimento de revista, nos moldes apresentados, é capaz de representar. Mas não basta que este rito seja praticado uma única vez, ao ser aprisionado. É necessário que ele se repita todos os dias e faça parte do cotidiano do prisioneiro, frisando sempre sua condição de presidiário, de subalterno, de humilhado por não ter o controle de nenhuma situação, nem mesmo a de seu corpo. Talvez este rito cotidiano, lembrando sempre o detento de sua atual condição, o violento ainda mais do que qualquer ato de violência física que pudesse vir a substituí-lo. No momento em que a sentenciada recebe o alvará de soltura, ela não precisa realizar a revista para sair de sua cela. Nesta ocasião, basta que ela guarde seus pertences, devolva os objetos da penitenciária (colchão, lençol, toalha, uniforme, etc.) e saia. Agora a situação é invertida. O corpo aprisionado morre, dando lugar novamente ao corpo livre que não precisa mais se submeter à exposição de outrora (HELPEES, 2014. p. 103-104).

Voltando à história de Fernanda. De acordo com ela, ao chegar à penitenciária, foi recebida com provocações e deboches por parte de uma das agentes penitenciárias de plantão.

Quando eu cheguei lá, o tratamento foi horrível. Até lembro da agente lá direitinho... Aquela Dona Nadir⁴⁰ lá, me humilhando, me chamando de lixo, que não sei o que... Nossa, acabando comigo, e eu nem sabia por que tava presa, tava louca ainda... Ela me xingando de tudo quanto é nome, me chamando de porca, que eu não tinha amor à minha vida, me mandando calar a boca... Ih, nossa, tinha que ver, acabando com a minha vida. Pra mim foi assim, o choque foi horrível. Aí, ao invés deles me colocarem na cela da triagem⁴¹, me colocaram numa cela sem ser triagem. Aí tava lá, Amanda, Janaína, só traficante pesada... E eu lá no meio, imagina... Estou rindo agora, mas, tipo assim, na época... Elas querendo me humilhar também, e eu não tava entendendo nada de porra nenhuma que tava acontecendo, desculpa o vocabulário... eu ficava assim: *que que tá acontecendo?* (Fernanda, 31 anos).

Apesar das relações estabelecidas naquele primeiro mês terem sido as piores possíveis, posteriormente Fernanda conheceu Alice, que a ajudou a aprender a viver na prisão. Fizeram amizade lá dentro e encontram-se frequentemente até hoje. Através da amizade com Alice, a vida na penitenciária tornou-se menos hostil. Mas, ainda assim, sentia-se muito injustiçada, por ter sido presa como traficante sendo usuária e ansiosa com a demora da marcação de sua audiência. Passaram-se dez meses até que pôde ir a uma audiência. Foi quase um ano em prisão provisória, sendo usuária de drogas e não traficante. Conta que, durante esses dez meses, pedia para a mãe correr atrás de informações sobre seu processo, mas esta não sabia como acionar os meios necessários para obter tais informações. Além disso, a mãe não queria que mais pessoas da família soubessem da prisão da filha e ainda mantém o segredo dos irmãos, primos e do pai de Fernanda. Quando questionada sobre a ausência de Fernanda, dizia que ela estava internada.

De acordo com a entrevistada, o proprietário da boca de fumo da qual era cliente encontrava-se preso na ocasião do seu julgamento e testemunhou a seu favor, dizendo ser ela apenas usuária, mas, ainda assim, foi condenada, em primeira instância, a dois

⁴⁰ Nome fictício, assim como todos usados neste trabalho.

⁴¹ Cela de triagem é a cela na qual ficam as presidiárias recém-chegadas à instituição. São 30 dias sem receber visitas e sem banho de sol, nos quais saem da cela apenas para atendimentos da Comissão Técnica de Classificação (CTC). Durante o primeiro mês, a presidiária passa por atendimentos com o corpo técnico da penitenciária, que produz um PIR (Programa Individual de Ressocialização), no qual constam informações consideradas relevantes pelos profissionais, tais como doenças que possui, se a pessoa tem ou não interesse em voltar a estudar na prisão etc.

anos e dez meses de prisão pelos crimes de tráfico, associação para o tráfico e aliciamento de menor.

Aí, antes de ter o julgamento, o patrão da droga lá no Furtado foi preso, e nisso eu falei assim: *esse cara vai me fuder, vai falar que é tudo meu mesmo, ele não me conhece direito, ele vai é me fuder...* pensei assim. Aí chegou o dia da audiência, ele tava lá, eu falei: *pronto, vai falar que é tudo meu*. Mas, tipo assim, como se diz nesse mundo deles aí, ele foi muito sujeito homem. Ele falou: *a menina não tem nada a ver, tudo é meu, ela é usuária mesmo, entendeu? Eu sei, porque eu via ela lá de vez em quando*. Falou mesmo. Falou que eu tava até gordinha agora, mas que eu era magra pra caramba, era seca, não tinha nada a ver. Mas, mesmo assim, o juiz me deu dois anos e dez meses. Mesmo ele falando: *ela não tem nada a ver, não, ela mora lá no Jardim Glória, nem sei o que ela vai fazer lá, acho que ela vai lá só pra comprar a minha droga*. Peguei três artigos: formação de quadrilha, tráfico de drogas e qual que era o outro? 45... Formação de quadrilha. Olha isso... formação de quadrilha! Perigosa, eu! Mas, aí, dois artigos caiu, que foi formação de quadrilha e corrupção de menores. Só ficou o 33 (Fernanda, 31 anos).

Dentre as memórias que traz da vida na prisão, destaca-se o mau tratamento recebido por outras mulheres, tanto presidiárias, quanto funcionárias. Embora nunca tenham feito uso de violência física com ela, praticavam diferentes formas de violência psicológica, atingindo sua autoestima e deixando-a emocionalmente ainda mais vulnerável.

Tinha uma agente lá em especial que tinha uma implicância comigo, assim... A troco de nada... Cê sabe que tinha pessoas ruins ali dentro, pessoas que não têm nada a ver com meu cotidiano, porque eu era usuária, entendeu? Então, assim, foi uma coisa que me marcou. Certas pessoas e certas agentes. Me humilhavam a troco de nada. Tipo assim, de graça. Falava coisa, tipo assim: *sua bandida...* Ah, falava assim, um monte de besteira, e você não pode nem responder, nem olhar. Igual, teve uma vez que eu comentei o nome de uma agente lá. Eu falei *não sei por que a dona Laura fica implicando*. Aí alguma fofqueira foi lá, contou pra ela, e ela tirou minha visita por duas semanas. Tipo assim, o que que eu fiz? Foi alguma falta? Não entendi... Isso pra mim é implicância, entendeu? Toda hora ela passava na frente da cela e dava uma xingadinha, dava uma encheção de saco... Pra quê? Tô com raiva e vou lá descontar na Fernanda lá... Eu ficava quieta no meu canto. Se eu fosse assim, aquela presa bagunceira, aquela que xingava, mas nada... Eu era na minha, entendeu? Aí, de graça, vem uma começar a te xingar? Como assim? (Fernanda, 31 anos).

Segundo a entrevistada, ao ter suspenso o direito à visita pelo episódio narrado, a suspensão sequer foi informada à sua mãe, que chegou para visitá-la, como de costume. Ao chegar na porta da penitenciária com suas “sacolas”⁴², foi informada que a

⁴²“Sacola” é o termo usado pelas presidiárias e visitantes para designar os produtos que podem entrar na prisão para consumo e uso do(a) preso(a). Na penitenciária em questão, era permitida a entrada de uma sacola com alimentos a serem consumidos no pátio, durante a própria visita, como os pratos já preparados

filha estava “de castigo”, logo não poderia receber visitas. O motivo de tal “castigo”, formalmente chamado de sanção disciplinar, não foi revelado à mãe. Esta permaneceu preocupada, pensando que a filha pudesse ter se envolvido em algo grave até a semana seguinte, quando ocorreu outra visita.

Como já ficou patente nesta exposição, a entrevistada, ao ser presa, encontrava-se em uma condição de dependência química. Uma vez aprisionada, não passou por um tratamento adequado, levando a mesma a seguidas crises de abstinência.

Eu tive muita abstinência. Eu tive muita febre, eu passava muito mal. Vomitava muito. Quem ficava do meu lado era a Alicinha. Eu tinha delírio à noite. Aí, depois de meses, que me levaram no psicólogo, que eu conversei com ele, que passou Rivotril pra mim, mas eu já tava melhorando... Tomava Diazepam pra dormir... Mas, fora isso, assim, quando eu precisava mesmo de ajuda, eu não tinha (Fernanda, 31 anos).

Sua condição de ex-usuária motivava as traficantes a investirem na tentativa de aliciá-la. Considerando que a sentença dela era pequena, eram solicitados favores para quando estivesse em liberdade em troca de drogas.

Falavam assim: *Não, cê vai sair primeiro do que eu, cê chega lá na biqueira lá fala que CE tava comigo, cê vai ter tudo o que cê quer...* Tipo assim, não é me gabar não, mas a Paulina... Por que ela saía e voltava? Saía e voltava... Tem contato, aí ganha de graça, e lá dentro o assunto é só droga, droga, droga... Tipo assim, droga na penitenciária feminina não vou falar que não rola. Rola, mas é muito pouco, entendeu? Eu já cheguei a ver, não vou mentir, não. Mas tudo lá é assim, supondo, se eu vou pedir um favor: *ah, conversa com alguém pra mim lá fora, faz esse favor pra mim que quando eu sair, ou dessa vez mesmo, uma pessoa te dá uma quantidade de droga, aí você repassa.* Tipo uma troca, aí cê já ganha seu dinheiro, cê já faz seu dinheiro, mesmo na saidinha... Cê começa a vender... (Fernanda, 31 anos).

Enfatiza que não aceitou nenhuma das propostas recebidas, pois conforme ficou marcado em toda a nossa conversa, a entrevistada estabelece um processo de “descontinuidade” com aquilo que acredita ser o modo vida que a levou para prisão. Estabelece a descontinuidade entre a Fernanda usuária de *crack* por seis anos, que se prostituía e praticamente morava na rua, e a Fernanda que hoje cuida de seis filhos e tenta se inserir no mercado de trabalho. Silva (2003), ao analisar narrativas de ex-

e refrigerantes, e uma segunda sacola, com os produtos que ficariam para as presas ao longo da semana, tais como biscoitos, chocolate, produtos de higiene pessoal, chinelo etc. Ambas as sacolas eram revistadas pelos agentes antes de serem levadas para os pavilhões. Em alguns estados, como São Paulo, as sacolas são chamadas de “jumbos”, (“em referência às sacolas do supermercado de mesmo nome”, se quiser acrescentar). Lima (2014) realiza uma sensível etnografia sobre a rede que envolve as mulheres visitantes das cadeias masculinas no interior de São Paulo e de como o jumbo ocupa papel central nessas relações.

infratores, observa, dentre outras questões, a ênfase dada em relação ao processo de continuidade ou de descontinuidade com a carreira infratora, mostrando que, muitas vezes, tal continuidade ou descontinuidade com o crime não é linear, mas negociada a partir de elementos presentes na vida do indivíduo em determinados momentos. Na ocasião da entrevista, Fernanda constrói sua narrativa, quase o tempo todo, na posição de quem se encontra em total descontinuidade com o seu passado. Em outras entrevistas, as oscilações no discurso que podem significar continuidade e descontinuidade misturam-se com maior frequência.

5.1.3 Longe das drogas, perto dos filhos

A entrevista foi feita quase três anos depois de Fernanda receber o alvará de soltura e, desde então, a trajetória no mundo do trabalho dela assemelha-se à trajetória de massiva parcela da população localizada no precariado. Ao sair da penitenciária, não foi instruída, assim como as demais entrevistadas, a participar de nenhum tipo de programa de reingresso no mercado de trabalho. Dois meses em liberdade, e Fernanda estava trabalhando informalmente no restaurante onde sua mãe era funcionária. Segundo ela, trabalhou como cozinheira diarista durante alguns dias da semana por alguns meses e depois foi contratada formalmente na mesma função. Trabalhou no referido restaurante por um ano, incluindo todo o período de gravidez da quinta filha, Sophia. Depois de usufruir da licença-maternidade, retornou ao trabalho, lá permanecendo por apenas um mês, pois estava deixando o bebê sob os cuidados dos irmãos mais velhos, também crianças, durante as noites de trabalho no restaurante. Tal situação ficou insustentável de ser mantida, e ela pediu demissão.

Passados mais alguns meses, Fernanda começou a trabalhar em outro restaurante, quando descobriu a sexta gravidez. De acordo com ela, ao saber da gravidez, o casal proprietário do restaurante passou a tratá-la muito mal e, mais uma vez, ela pediu demissão. Nos últimos meses, a renda dela foi o valor recebido pela licença-maternidade à qual tinha direito.

Aí começaram os dois a implicar, tinha dias que eu tinha que ir pra casa a pé. Começavam a gritar comigo à toa, me mandavam fazer coisa que eu não tinha que fazer... Porque eu sou cozinheira, lógico que eu posso limpar uma coisa ou outra, mas não, me botava pra fazer faxina, queria que eu subisse em escada. Aí eu falava que não ia subir, aí ficava aquela briguinha, entendeu? Aí tinha dia que eu nem queria ir trabalhar, porque eu vou lá pra ele começar

a gritaria... Porque ele gritava comigo na frente de todo mundo. Assédio moral total... Então eu chorava à toa... Naquele início de gravidez... Então eu não me sentia bem... Ele podia me liberar meia noite pra eu não perder meu ônibus, não tinha ninguém no restaurante. Ele me fez esperar até uma hora da manhã pra dar meu horário. Só faltou ele fechar a porta e falar: *vamos esperar dar o horário dela*. Pra mim ir embora à pé. Eu ia a pé chorando de raiva. Pra que que faz isso? Eu já não tava bem... eu engravidei dela, tadinha, (apontando para o bebê em seu colo)... Foi choradeira o tempo todo... Eu fiquei muito mal. Fiquei mal mesmo... A Vitória, minha filha, que me ajudou. Eu falei: *vou sair desse trabalho*. Aí minha mãe falou: *mas como você vai fazer?* Eu falei: *mãe, segura as pontas com a Sofia pra mim*. Depois que a Helena nasceu, a gente dá um jeito. A minha mãe falou: *você tem direito à licença-maternidade*. Aí eu fui no INSS, eu realmente tinha direito à licença-maternidade. O problema é que eles te dão o dinheiro todo de uma vez. Te dão um cartão com o dinheiro todo. Aí eu que me seguro... Tem três meses que eu tô com esse dinheiro e já tá acabando... tô ficando louca... (Fernanda, 31 anos).

Para completar a renda, passou a fazer faxina e, no momento da entrevista, tinha apenas uma faxina quinzenal já fixada e buscava novos clientes. Afirmou nunca lhe ter sido solicitado o nada consta, mas sente receio de a família para a qual trabalha descobrir que ela já foi presidiária.

Nunca falei nada, não... Acho que pode atrapalhar... Porque, assim, eles deixam a chave comigo. Eu já tenho a chave pra entrar dentro da casa. Então, se eu chegar e falar: *já aconteceu isso comigo...*, eu acho que eles não vão mais ter essa confiança em mim. De deixar a chave comigo, de me dar a senha do alarme. Então eu fico meio assim de falar, entendeu? E qualquer coisa que acontecer a culpa pode cair em cima de mim. Qualquer coisa. Acontecer qualquer coisa... Ah, foi a Fernanda... Isso aí eu tenho medo mesmo (Fernanda, 31 anos).

Fernanda afirma ter vontade de voltar a estudar e, para isso, recebe permanente incentivo da filha, disposta a ajudá-la. Mais uma vez, volta a falar com muito orgulho da filha Vitória. Enfatiza características como estudiosa, inteligente, esperta, madura, e narra o episódio no qual a menina, com apenas 14 anos, precisou fazer o parto da irmã mais nova, porque Fernanda entrou em trabalho de parto ainda em casa.

Conta sentir-se acolhida por sua família, no entanto percebe que demonstram medo dela poder ter novas recaídas. Afirmo que a filha sempre relembra o quanto vivia triste durante os anos em que Fernanda era dependente química e, também, durante o período da prisão. Diz que a mãe demonstra grande incômodo quando ela recebe a visita de Alice, amiga da prisão, e aparenta pavor quando as duas saem juntas. Quando Fernanda sai para qualquer lugar diferente do trabalho, a mãe fica preocupada, tentando controlar os locais onde a filha frequenta, bem como os horários de saída e chegada.

Fernanda demonstra preocupação sobre os impactos que sua história pode ter na vida dos filhos, como podemos notar nos trechos transcritos a seguir.

A Vitória ficou muito magoada comigo, ela falou que rezava todo dia à noite, pedindo a Deus pra me tirar disso, pra eu voltar pra casa. Até na cadeia ela me mandou uma cartinha também... Ela falou que rezava pra eu sair dessa e que o pedido dela foi realizado, que eu saí das drogas, mas que eu não tava com ela lá, mas que as coisas iam melhorar. Ela já é mais resolvida com ela mesma. Mas ela chegou a passar por isso também. Ela entrou em depressão, começou a se cortar, cortou o braço todinho. Isso minha mãe não sabia. Aí, quando eu saí, eu descobri, porque eu vi que ela usava muita pulseira pra tampar. Aí ela me explicou, chorou... Falou que, quando sentia raiva de mim, se cortava. Mas hoje ela ri disso. Ela fala: *olha mãe, que bobeira que há três anos atrás eu tava fazendo*. Mas ela, graças a Deus, saiu dessa. Agora isso eu me arrependo, porque, querendo ou não, a mãe deixa marcas nos filhos, né. O Raul é um amor, aquele ali assim, é a criança mais educada do mundo... Adolescente, né, criança não. Ele é um amor. O Ruan eu tenho um pouco de medo, né, de seguir meu caminho. O Davi não viu tudo, né... A Sofia e a Helena então, nem se fala (Fernanda, 31 anos).

... Igual o Ruan, ele tinha uma revolta comigo imensa, hoje em dia a gente se dá muito bem, graças a Deus. Ele, assim, ele se achava trocado por droga. Ele demorou um ano pra gente ser amigo como a gente é hoje. Mas ele ainda me chama de Fernanda, não me chama de mãe. Tem hora que ele me chama de mãe, mas tem hora que ele me chama de Fernanda. Ele chama a madrinha dele de mãe, olha só, que ela ficava muito com ele. Agora tem hora que ele me chama de Fernanda, tem hora que me chama de mãe. Mas isso aí vai ser dele, né. Porque agora ele já é adolescente. Mas, hoje em dia, a gente já tá mais amigo, conversa mais, mas, assim, ele ficou um tempinho sem olhar na minha cara direito. Ele falava *aquela mulher*. Tadinho. Por eu não cuidar dele. Tipo assim, ele tinha até raiva do pai dele também, no sentido que nós dois éramos adolescentes, não cuidávamos dele e ficávamos na rua usando droga (Fernanda, 31 anos).

Ao longo da entrevista, o papel desempenhado pelos pais dos filhos de Fernanda em relação ao cuidado com os mesmos parece ser muito pequeno e, em alguns casos, praticamente nulo. Fica claro que os cuidados com as crianças sempre foram, principalmente, de responsabilidade das mulheres envolvidas. Em alguns momentos, o papel de cuidadora era desempenhado pela avó paterna, no caso dos filhos mais velhos, mas, no geral, a avó materna e, mais recentemente, a própria Fernanda são quem cuidam das crianças. Perguntei qual era a relação dos pais com as crianças, tanto afetivamente, quanto financeiramente, e a resposta foi a seguinte:

Tipo assim, o Luciano, ele é uma pessoa que eu não posso pedir nada pra ele. O pai dos três primeiros. Ele dá atenção para as crianças, tudo o que as crianças pedem ele dá, viagem fim de ano. Sempre se preocupou. Assim, se tá precisando de dinheiro, alguma coisa assim, ele sempre foi disposto. Até vergonha se eu chegasse e botasse ele na justiça. Paga curso de inglês pra Vitória. Tudo ele se vira. Dele eu não tenho que reclamar nada. Agora o pai do Davi, né... A vó dele que ajuda com os custos e minha mãe... E, agora, o

das duas... *esses pais de vocês não tá dando certo não* (Falou com linguagem infantil olhando para o bebê). Ontem eu coloquei eles na justiça. Eles registraram, mas não paga. Homem é assim, né... Aquela coisa assim... Só que, assim, a vó da Sofia veio aqui, quer passear, levar pra tudo quanto é canto... Tipo assim, é bonitinha, mas não traz uma bala, não traz uma fralda... Igual, eu tô fazendo faxina, porque aí minha irmã fica com ela pra mim, aí eu faço, pego oito horas, aí, uma hora, uma e meia, eu já saio, já tô em casa, aí dá pra mim fazer. Agora, essa daqui (aponta para a bebê em seu colo) não pega mamadeira, então ela fica o tempo todo com fome (Fernanda, 31 anos).

Ou seja, dentre os quatro homens pais de seus filhos, apenas um desempenha minimamente suas funções – com forte apoio da mãe, inclusive. Os outros três transferem a responsabilidade pelas crianças para Fernanda e, em alguma medida, para a mãe deles, em outras palavras, para as mulheres à sua volta.

Depois de sair da prisão, Fernanda envolveu-se afetivamente com dois homens (o pai de Sophia e o pai de Helena). Disse que não omitiu de nenhum dos dois as informações sobre seu passado, porém pediu para eles não contarem aos respectivos familiares. Um deles, desde quando se separaram, não respeitou o pedido e contou para a mãe, além de, durante as discussões, sempre se remeter ao passado de Fernanda no intuito de desvalorizá-la moralmente, fazendo uso de termos como “puta”, “drogada”, “bandida”. Segundo a entrevistada, quando entrar em um novo relacionamento, não falará de sua passagem pela prisão no início, apenas se o relacionamento durar muito tempo.

Finalizando a entrevista, Fernanda, ao ser perguntada sobre os sonhos que cultivava na prisão, referentes a quando fosse libertada, enfatiza três grandes objetivos, que, na verdade, entrelaçam-se: poder cuidar de seus filhos, estudar para conseguir um trabalho melhor e trabalhar para possibilitar melhores condições de vida para seus filhos. Entende que tem conseguido ficar mais próxima dos filhos, porém ainda não conseguiu estudar, nem alcançar um emprego satisfatório. *“Mas ano que vem vou dar um jeito de estudar!”*, exclama Fernanda, com um sorriso nos lábios e Helena no colo.

5.2 “Eu só quero justiça pra minha filha”: Ana Paula

A segunda entrevistada foi Ana Paula. Aos 35 anos de idade, é mãe de seis filhos: a primogênita, 19 anos, vive com o namorado; o segundo filho, um rapaz de 15 anos, reside com ela; e quatro meninas (com 13, 11, 9 e 7 anos de idade), que se encontram em um abrigo. A entrevistada cumpriu pena privativa de liberdade por dez meses, em 2014, quando nos conhecemos.

Ana Paula esteve privada de liberdade no período em que eu era agente penitenciária. Lembro-me pouco dela na penitenciária, pois se trata de uma mulher tímida, que não se envolvia nos conflitos entre as presidiárias, nem solicitava muitos atendimentos com o corpo técnico da instituição. Como se dizia entre as presidiárias, “era na dela”.

Em 2017, Ana Paula adicionou-me no *Facebook* e enviou-me uma mensagem carinhosa, agradecendo por “ter sido uma pessoa boa” a cruzar o caminho dela. Agradei a mensagem, conversamos algumas vezes e, posteriormente, falei com ela sobre a pesquisa, sendo a resposta positiva. Na semana seguinte, busquei Ana Paula em casa para a entrevista.

Gostaria de abrir um parêntese sobre a questão de buscar as entrevistadas em casa. Sabemos que se deslocar para uma entrevista demanda, além de boa vontade, tempo e dinheiro. Levando em conta que as entrevistadas desta pesquisa são mulheres em condições de vulnerabilidade social, que acumulam diversas desvantagens sociais, tinha em mente, desde o início da pesquisa, que o sacrifício de mover-se até o local da entrevista, a Universidade Federal de Juiz de Fora, poderia ser uma barreira na realização da pesquisa. Em primeiro lugar, mesmo tendo intenção de participar da pesquisa, algumas poderiam negar pelo fato do dinheiro gasto com transporte poder fazer falta no orçamento doméstico – principalmente se considerarmos que a distância entre as residências das entrevistadas e a universidade, quase todas as vezes, implicava a necessidade de quatro conduções, duas para a ida e duas para o retorno. Mesmo sendo o dinheiro repostado, algumas poderiam, de fato, não o ter em mãos para posterior reembolso. Em segundo lugar, muitas delas nunca tinham ido à universidade, não conheciam seus departamentos, suas divisões internas, podendo levar a uma desistência em participar da pesquisa por insegurança de ir até o local da entrevista. Dessa forma, acreditei que buscá-las em casa resolveria os possíveis empecilhos colocados tanto pela questão financeira quanto pela insegurança em relação de ir até a universidade. Além disso, percebi, posteriormente, que buscar as entrevistadas favoreceu a pesquisa, porque contribuía para criar um clima mais informal entre nós ao longo do caminho. Percebi, em alguns casos, que as conversas no carro eram até mais ricas do que a entrevista *stricto sensu*. Em uma conversa informal, algumas mulheres ficavam mais à vontade do que na entrevista, com um gravador de voz ligado. Tal aproximação não seria possível se outra forma de condução fosse utilizada, como o envio de um táxi para buscá-las, por exemplo. Além disso, percebi que as entrevistadas receberam tal atitude positivamente,

como forma de consideração, fato importante para nos aproximarmos e criar um clima favorável entre entrevistadora e entrevistada até a chegada à universidade.

Buscando as entrevistadas em casa, pude percorrer diversas regiões da cidade que não conhecia, ou tinha ido poucas vezes. A experiência foi extremamente rica para mim, enquanto pesquisadora. Apesar de Juiz de Fora ser uma cidade de porte médio, e eu residir nela durante toda a vida, percebi que conhecia muito pouco dela. Tive dificuldade em encontrar vários endereços, senti insegurança em alguns locais, fui a várias ruas com bocas de fumo etc.

Retomemos a entrevista com Ana Paula. Ela residia em um bairro afastado da região central, no qual eu havia estado uma única vez há alguns anos. Apesar de notar a entrevistada um pouco desconfortável no início do trajeto – afinal, ela estava no carro de uma ex-agente penitenciária que não via há três anos, em poucos minutos ela já estava mais à vontade, narrando sua experiência pós-prisão. No caminho para a universidade, de quase uma hora, tivemos uma conversa com muitos momentos de emoção, o que se repetiu durante toda nossa interlocução. Foi uma entrevista difícil, delicada. Ana Paula chorava todas as vezes que falava sobre seus filhos, especialmente sobre a filha abusada sexualmente enquanto ela estava presa. A pesquisadora também se emocionou diversas vezes, tanto durante a entrevista quanto na transcrição e análise. Diferente da primeira entrevistada, que narrava sua experiência enquanto presidiária como algo distante, em meio à gargalhadas, Ana Paula ainda se via envolta a um emaranhado de conflitos, iniciados no período em que esteve reclusa, e que não conseguia romper. A experiência de ter sido ex-presidiária parecia lhe causar, ainda, profundo sofrimento, não só por tudo o vivido, mas pela dissolução familiar recorrente de sua prisão.

5.2.1 Prisão: 10 meses. Consequências: imensuráveis

Ré primária, Ana Paula foi condenada a quatro anos e dez meses de prisão. Começou a cumprir pena já no regime semiaberto, por dez meses, entre novembro de 2013 e março de 2014. Porém, durante o período passado atrás das grades, não usufruiu de nenhuma saída temporária, nem de outros benefícios previstos para este regime, tendo tido, desta forma, a experiência de uma prisão em regime fechado. Caso a sentença infligida a Ana Paula não ultrapassasse os quatro anos, ela teria a chance de

cumprir pena alternativa, por ser ré primária, não precisando afastar-se dos filhos, nem de dividi-los nas casas de diversos parentes para serem cuidados.

Ao falar sobre o crime de falsificação ideológica que a levou para a penitenciária, a entrevistada emociona-se e desabafa, em meio a lágrimas:

No caso, eu tenho seis filhos. Eu estava morando com os pais dos meus filhos, e a gente estava sem condição de qualquer coisa. Não sei, um dia eu achei um documento no bairro que eu morava, aí eu levei pra casa e ficou lá mais de um mês. Aí eu pensei: quando eu for pro centro, eu levo e ponho no correio pra dona achar. Mas eu não sei da onde que veio... eu, sozinha, peguei a minha foto, coloquei e tirei a da identidade dessa pessoa, coloquei a minha, plastifiquei e fiz compras pra dentro da minha casa... Foi só essa vez... Mas aí ninguém descobriu na loja. Mas aí, uma das minhas filhas era bebê, aí, quando eu comprei com a identidade, eu comprei um carrinho de bebê com o nome de outra pessoa, com a minha foto. Eu andando no bairro... A pessoa que perdeu a identidade devia morar naquele bairro... A pessoa deve ter visto que alguém fez a compra naquele nome... Aí deram uns dias e começaram a investigação. Aí ela viu que era o mesmo carrinho que tinham tirado no nome dela, que ela não tinha comprado isso. Aí que começou a vir tudo, os processos, aí me deu a sentença (Ana Paula, 35 anos).

O episódio narrado ocorreu em 2007, porém as investigações e julgamento aconteceram em 2014, sete anos depois.

Embora não tenha estudado durante o cumprimento da sentença, Ana Paula trabalhou em uma fábrica de meias, localizada no interior da prisão, durante sete meses. Este tempo de trabalho lhe rendeu um pecúlio em torno de 300 reais, além da parte entregue à família durante o cumprimento da pena. Neste ponto, retomamos a discussão feita no capítulo 2 sobre o trabalho do(a) presidiário(a). A LEP compreende que o trabalho realizado durante o período em que o indivíduo está cumprindo pena privativa de liberdade não deve se equiparar ao trabalho realizado pelos cidadãos fora dessa condição, gerando a contestação, de diversos juristas sobre a inconstitucionalidade da referida lei. A seguir, o capítulo da LEP que legisla sobre o trabalho do presidiário.

CAPÍTULO III: Do Trabalho; SEÇÃO I: Disposições Gerais Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;

- c) a pequenas despesas pessoais;
 - d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.
- § 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.
- Art. 30. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas (BRASIL, 1984).

Lima (2014), ao realizar uma etnografia sobre as visitas de mulheres aos homens presos em uma penitenciária do interior de São Paulo, revela toda uma teia de relações que tais visitas semanais movimentam: excursões de centenas de mulheres da capital para o interior, filas de visitantes que começam no dia anterior à visita etc. Por outro lado, os depoimentos colhidos pela antropóloga demonstram que, quando são mulheres presas, não existe a mesma movimentação de visitas por parte dos homens. Varella (2017), ao narrar sua experiência enquanto médico voluntário em uma penitenciária feminina, afirma que uma das maiores diferenças percebidas em relação às penitenciárias masculinas diz respeito ao menor número de visitas recebidas por elas nos fins de semana. Além do número de visitantes ser incomparavelmente menor, as filas são compostas basicamente por outras mulheres, como mães, irmãs, amigas e filhas. Histórias de abandono de mulheres à solidão do cárcere são narradas recorrentemente no livro do autor intitulado *Prisioneiras*. Assim como as personagens de Varella, a entrevistada Ana Paula recebia visitas de outras mulheres, mãe e irmãs, ao longo de sua trajetória na penitenciária.

No início elas (mãe e irmãs) iam toda semana, aí, pro final, minhas irmãs estavam trabalhando, não tinham mais como ficar indo... Assim, trabalhavam durante a semana, aí, fim de semana, ficavam com os filhos delas, aí minha mãe ia, mas começou a ir de 15 em 15 dias porque cansa, né (Ana Paula, 35 anos).

Para Ana Paula, os momentos mais difíceis da vida na prisão eram as datas comemorativas, pois gostaria de estar com seus filhos e familiares, mas não podia. Durante o período reclusa, recebeu a visita dos filhos duas vezes. Sobre estas visitas ela recorda: *“Foi duro. Eles choravam muito, mas depois eles ficaram um pouco tranquilo por me ver, e eu sempre fazia algumas coisinhas pra eles, com os paninhos que sobravam (da fábrica na qual trabalhava)”* (Ana Paula, 35 anos).

A entrevistada nasceu em uma cidade pequena do interior de Minas Gerais, onde residiu até os 6 anos de idade, quando se mudou, junto com a família, para Juiz de Fora.

Aos 13 anos, conheceu o garoto que seria o futuro pai dos seus filhos e, aos 15 anos, descobriu-se grávida daquela que seria a primeira de seis gestações. Naquele momento, viu-se obrigada a abandonar os estudos, ainda na sexta série, pois não teria outra pessoa com a qual contar no cuidado com os filhos. Ela e o pai das crianças viveram juntos durante muitos anos, ele trabalhando como pedreiro e ela fazendo faxinas, até ela não tolerar mais o comportamento dele ao usar *crack*. *“São seis filhos do mesmo pai, mas não estava dando mais, porque ele era usuário de droga e usava na frente dos meus filhos. Usava crack e saía correndo pela casa”*.

A prisão de Ana Paula gerou consequências devastadoras na vida dela e dos filhos, até hoje causando grandes transtornos à família. Na ocasião da prisão, ela já havia se separado do pai de seus filhos, sendo a única adulta responsável por eles. Durante o tempo em que esteve presa, as crianças foram morar com a avó materna, depois com o pai e, alguns meses depois, foram divididas em casas de parentes.

5.2.2 Depois da prisão: a luta para reconstruir a vida familiar

Ao sair da prisão, Ana Paula mudou-se para um bairro localizado na zona norte da cidade, onde havia conseguido um emprego por mediação de uma conhecida. Assim que organizou a casa, buscou seus cinco filhos, até então divididos na casa de vários familiares, para morar com ela. Apenas a mais velha não se mudou para junto da mãe, pois estava residindo na casa do namorado. Ao recuperar os filhos, o grande susto: sua filha, de 9 anos, relatou ter sofrido abuso por parte de um tio. A revelação levou Ana Paula a desenvolver diversos transtornos psiquiátricos, como depressão e ansiedade. Sente-se culpada pelo sofrimento da filha, pois acredita que, se não tivesse cometido nenhum crime, não teria sido presa, conseqüentemente a criança não ficaria à mercê do tio. Além disso, trava uma luta judicial contra o abusador, luta esta estendida contra a família, que acredita que ela deveria deixar a referida história no passado, para não prejudicar a vida do homem que abusou de sua filha. Nas palavras de Ana Paula: *“Às vezes eu penso, se eu não tivesse sido presa, talvez não teria acontecido isso com minha filha... Foi indo e foi virando uma bola de neve... Fui presa, minha filha foi abusada enquanto estava presa, aí foi uma coisa levando à outra...”* (Ana Paula, 35 anos).

Não durou nem um mês a estada dos filhos em sua casa. Ao sair para trabalhar, deixava as crianças sob os cuidados da irmã mais velha, também menor de idade, com 15 anos. De acordo com a entrevistada, um dia, ao chegar do trabalho, soube que a

polícia havia levado quatro de suas filhas para o juizado de menores e, posteriormente, para um abrigo de menores, e ela seria acusada por abandono de incapaz.

Foi a polícia militar (quem levou as crianças). Aí, no caminho, chamaram o juizado e arrumaram um espaço pra eles ficarem. Aí pedi uma vizinha pra ir lá no juizado, porque fiquei com medo de ser presa... Aí não consigo mais pegar as crianças, tentei fazer acordo com a juíza... Eu chego lá e não deixam eu ver, nem pegar de 15 em 15 dias ou final de semana... Aí não consigo ver elas mais (Ana Paula, 35 anos).

No momento de falar da apreensão das filhas, Ana Paula, mais uma vez, não conteve o choro. Narrava seu desespero ao ter as filhas encaminhadas para um abrigo e, ao mesmo tempo, o medo de estar sofrendo um processo por abandono de incapaz, medo este que a fez não ter coragem de buscar formas judiciais de reestabelecer a guarda das crianças. Durante a entrevista, Ana Paula disse que a audiência sobre o caso do abuso sexual da filha estava marcada, porém ela tinha receio de, ao chegar ao fórum, descobrir a existência de mandado de segurança, e ela ser presa novamente. Tal preocupação fez com que, alguns dias depois, procurássemos apoio jurídico em um projeto de extensão da universidade, onde verificou-se não existir nenhum processo aberto contra ela, além disso a professora responsável pelo projeto orientou-a em relação à audiência. Tal apoio jurídico deixou Ana Paula mais segura e confiante para a audiência em defesa de sua filha. Abrindo um parêntese, foi recorrente, nas entrevistas, o medo de ser presa novamente. Diversas entrevistadas diziam evitar situações como dar queixa à polícia, envolver-se em qualquer tipo de conflito e, em casos extremos, andar muito na rua, por receio de poderem ser presas outra vez. Os referidos medos são marcas do cárcere e de uma realidade em que o ex-presidiário é estigmatizado como potencial bandido por toda a vida.

Igual o caso do abuso... Eu falo que tenho medo até de mexer com esse negócio de justiça... Às vezes me pergunto por que fui mexer com isso, mas depois eu penso, *ele mexeu com minha filha, o que for acontecer vai acontecer*, mas o que for pra mim fazer eu vou fazer. Botar a mão na filha dos outros, menina nova (Ana Paula, 35 anos).

As consequências da estada no cárcere vão muito além do isolamento do indivíduo do restante da sociedade pelo período em que ele se encontra retido. No caso das mulheres, por serem, muitas vezes, chefes de famílias monoparentais, as consequências, que extrapolam a punição do indivíduo infrator, são ainda mais evidentes. Ana Paula, ré primária, condenada a quatro anos e dez meses – enfatizando

que, se a punição não tivesse ultrapassado os quatro anos, ela poderia ter cumprido pena alternativa ao cárcere, era responsável afetiva e financeiramente por seis crianças. A prisão impactou diretamente a vida de todas elas, já que, como mencionado anteriormente, as crianças foram separadas e “cuidadas” por diversas pessoas, sendo, um desses “cuidadores”, o próprio abusador de uma delas. Além disso, ao sair da prisão e conseguir reunir as crianças novamente, Ana Paula, agora ex-presidiária e novamente arimo da família, não tinha com quem deixar os filhos para ir trabalhar, também não conseguiu vagas em creches públicas, levando-a a arriscar e “se virar” como conseguia, deixando as crianças pequenas sob os cuidados da irmã mais velha, também menor de idade. Mais uma vez, os filhos foram separados, com quatro meninas recolhidas ao abrigo. Tudo isso gerou, também, complicações na saúde da entrevistada.

Eu fiquei em depressão desde o estupro da minha filha. Tentei me matar, tomei 15 comprimidos de Diazepam, fui parar no HPS. Aí voltei pra casa, hoje não tenho mais vontade de fazer isso, porque vi que era uma besteira... A depressão é uma coisa severa. Aí pesquisei na internet informações sobre isso... Eu já tenho problema na pele que é a psoríase, aí tudo isso deixa minha parte emocional meio esquisita (Ana Paula, 35 anos).

Diferentemente da maioria das entrevistadas, Ana Paula começou a trabalhar 14 dias depois de ter recebido o alvará de soltura. Segundo ela, uma conhecida conseguiu uma vaga de serviços gerais em uma conservadora, com a condição de Ana Paula nunca mencionar a condição de ex-presidiária. Tanto a pessoa que conseguiu a vaga de trabalho quanto Ana Paula temiam a demissão caso os patrões soubessem da passagem desta pela prisão; já a colega temia ficar mal falada na conservadora por ter indicado uma ex-presidiária para trabalhar na empresa. Assim foi feito. Como não pediram nada consta, Ana Paula passou um ano e meio na referida ocupação, com carteira assinada, escondendo o fato de ter cumprido pena privativa de liberdade. Saiu do emprego devido à piora no quadro de depressão. A entrevistada queixa-se da quantidade de remédios que toma, impossibilitando, inclusive, exercer diversas atividades cotidianas.

Desde a saída do emprego, Ana Paula encontra-se desempregada. Nas semanas que antecederam a pesquisa, havia conseguido trabalho como diarista em uma casa e, durante a entrevista, manifestou interesse em trabalhar como diarista em outras casas também. Algumas vezes, posteriormente à entrevista, Ana Paula entrou em contato com a pesquisadora, oferecendo serviços de faxina.

Tô fazendo faxina em uma pessoa só, mas vou ver se consigo mais. É porque esses dias pra trás eu estava muito depressiva, eu só ficava na cama, não levantava... Aí a psiquiatra conversou comigo... Nem na casa da minha mãe eu não ia, nas minhas irmãs que moram no mesmo bairro não ia... Aí ela falou comigo: *vamos sair, fazer alguma coisa*, aí eu arrumei a faxina pra mim fazer. Aí vamos ver se vai dar certo porque tô melhorando um pouquinho, tô mais animada... (Ana Paula, 35 anos).

Ana Paula tem receio de que a proprietária da casa na qual faz faxina descubra sua condição de ex-presidiária, *“porque é uma pessoa bem sucedida, tem dinheiro e tal, e deve achar que eu posso ter uma recaída dentro da casa dela e fazer alguma coisa de errado”* (Ana Paula, 35 anos).

Além da patroa, Ana Paula também esconde o episódio de seu passado dos familiares do atual companheiro, incluindo a sogra, que mora na mesma casa. De acordo coma entrevistada: *“ela (a sogra) é uma pessoa que, se eu falar que já fui presa, ela não vai aceitar... Uma ex presidiária na casa dela? Nem pra chegar na varanda não chegaria...”* (Ana Paula, 35 anos).

Segundo Ana Paula, quando cumpria a pena, viveu um relacionamento com um presidiário durante um ano. Enquanto estava presa, eles faziam planos para o ano seguinte, quando ele, supostamente, receberia o alvará de soltura e ela também já estaria na “rua”⁴³ há meses. Porém, chegando na “rua”, Ana Paula consultou o processo dele e descobriu que o companheiro teria pena para cumprir até 2086. Ainda assim, passou a visitá-lo semanalmente por alguns meses, porém foi pressionada por ele a levar drogas ilícitas para a penitenciária, fazendo-a tomar a decisão de romper o relacionamento.

Ele queria ter vantagens lá dentro, igual dormir em uma cama, ter isso, ter aquilo lá dentro e tudo a custo de droga... E ele queria que eu levasse a droga, e eu não quis... Separei dos pais dos meus filhos por problemas de droga e eu vou entrar em outro com o mesmo problema? Então eu não quero.... Então, já pensou, se me pega lá dentro? Aí, no mínimo, é oito anos. Aí ele ia sair de boa, e eu ia ficar lá, e meus filhos, aqui fora. Isso acontece muito, o cara vai embora e elas ficam sozinha e ainda não levam nada, nem um pão pra elas eles não levam (Ana Paula, 35 anos).

Ana Paula conseguiu romper com o namorado preso e não visitá-lo mais na penitenciária. Nas cadeias comandadas por facções criminosas, isso não seria tão fácil. Lima (2015), em sua pesquisa, explica que as mulheres dos “irmãos” (membros do PCC) são chamadas de “cunhadas” e possuem um rígido código de ética e de comportamento a seguir. O “proceder” esperado de uma cunhada é acompanhar o

⁴³Estar na “rua” ou no “mundão” é, no entendimento das presidiárias, o equivalente a não estar cumprindo pena privativa de liberdade.

marido por toda a “caminhada”, ou seja, por todo o período de reclusão, sem se envolver com outros homens, sem frequentar determinados lugares, como bares e festas, sem beber bebidas alcoólicas, sem faltar às visitas etc. Caso a mulher rompa com o “proceder”, o caso é levado ao “debate”, espaço no qual os homens chefes do comando, também presos, julgam o caso, podendo, ou não, escutá-la. As retaliações são formas diversificadas de violências: desde raspar as sobrancelhas, raspar os cabelos, quebrar as pernas, até “cortar a cabeça”, ou seja, ser condenada à morte. Além de tais condenações, as mulheres são, muitas vezes, interditas de frequentar certos lugares ou iniciar novos relacionamentos, principalmente com outros presos (LIMA, 2015). A fala desta “cunhada” ilustra bem a sujeição vivenciada por elas:

Queria que ele entendesse que eu preciso estar com as minhas filhas também e que seria muito bom se pudesse visitar de quinze em quinze (dias). Ele só me olhava e não dizia nada. Repeti que tava difícil viajar toda semana, que eu tava cansada, triste por não passar nenhum final de semana com as minhas filhas e que queria um tempo pra minha vida. Ele, friamente, concordou balançando a cabeça. Estava calmo. Achei muito estranho, até que ele resolveu falar. Disse que estava tudo bem e que, inclusive, eu ficaria linda sem meus cabelos e minhas sobrancelhas. Se eu não vier todos os finais de semana ele vai cobrar. Tentei argumentar que eu tava pelo certo, mas não rolou. Ele disse que eu ia arrastar ele se abandonasse a caminhada, porque para ele era isso que eu tava fazendo. E a cobrança seria o aval pros irmãos da quebrada raspar a minha cabeça e sobrancelhas, além de quebrar as minhas pernas (FERRAZ de LIMA, 2015, p. 124).

Felizmente, Ana Paula não passou por nenhum tipo de retaliação por ter interrompido a visita ao ex-namorado. Há dois anos, encontra-se em um relacionamento com um homem que sabe sobre o cumprimento da pena privativa de liberdade dela desde o início do relacionamento.

No primeiro dia, eu contei que já tinha sido presa, porque depois do meu primeiro marido eu tive outro relacionamento e não contei, e ele ficou nervoso. Aí eu pensei, eu vou ficar sofrendo? Vou não, o primeiro que aparecesse, se for o caso, de eu gostar da pessoa, eu vou falar que minha vida é essa, se você quer, é isso e pronto. Aí, esse, logo de cara, já falei tudo: que eu estava presa, que tenho seis filhos... Aí ele: *o que você fez? Ah, eu fiz isso*. E isso, peguei meu processo, dei na mão dele e falei: *se você quiser, pode ler, foi isso que eu fiz, e se quiser ficar comigo pronto e acabou*. E até hoje ele fala que gostou de mim por causa da minha sinceridade, gostou que eu falei. Aí ele falou que, se a mãe dele souber, ela vai ficar meio assim, receosa de fazer qualquer coisa... Ela tem duas casas, onde a gente mora e outra, no bairro mesmo, mais pra baixo (Ana Paula, 35 anos).

O que Ana Paula espera, daqui para frente, é, de certa forma, consertar os estragos na vida dela e de sua família decorrentes do período em que esteve presa. Isso

significa enfrentar judicialmente o abusador da filha, recuperar a guarda das quatro meninas que se encontram no abrigo, curar ou amenizar a depressão e aumentar o número de faxinas para garantir alguma estabilidade financeira. Sabe que dez meses bastaram para a vida de sua família sair dos trilhos, mas, para retomar a direção, caso consiga, pode levar anos.

5.3 “Não tenho sorte com a justiça”: Alice

Alice foi a terceira entrevistada da pesquisa. Tem 34 anos, é mãe de três filhas e parou de estudar durante a primeira gravidez, aos 15 anos de idade. A segunda gravidez foi aos 16 anos, e a terceira, fruto de outro relacionamento, aos 24 anos.

Quando a encontrei no bairro onde ela morava para irmos juntas à universidade, local de realização da entrevista, percebi a manutenção das mesmas características de quando nos conhecemos, há três anos, na penitenciária: desenvoltura para conversar, sorriso fácil, postura e fala firme. Na penitenciária, exercia influência sobre as colegas. Lembro-me de situações em que chamava outras presas “na responsabilidade”⁴⁴ quando estas arrumavam confusões que, no seu julgamento, eram desnecessárias. Exercia seu trabalho como “faxina interna”⁴⁵ com esmero e conquistara o respeito das presas e das agentes penitenciárias. Em geral, as mulheres ocupantes de lugares de liderança na penitenciária eram presas por tráfico de drogas, diferente de Alice, reincidente no furto, crime comumente visto como inferior pelas colegas. Mas, a despeito da atividade de pouco respeito no mundo do crime, Alice tinha uma postura cotidiana que a conferia respaldo frente às demais mulheres encarceradas.

Durante nossa entrevista, percebi que, mesmo três anos após sair da prisão, ainda era capaz de aglutinar em torno de si um grupo de egressas do sistema penitenciário. Ao final de cada entrevista, eu solicitava o contato de alguma ex-presidiária que pudesse, eventualmente, contribuir com a pesquisa. Das dez entrevistadas, três foram indicadas por Alice. Além disso, ela ajudou várias outras a se inserirem no mercado de trabalho, indicando a conservadora em que trabalhava e, em

⁴⁴ “Chamar na responsabilidade” é um termo utilizado pelas mulheres presidiárias para afirmar que chamou atenção da colega, trouxe-a para a realidade.

⁴⁵ Faxina interna é o nome atribuído à presidiária cujo trabalho é a limpeza do pavilhão feminino, bem como a entrega da alimentação em cada cela. Em geral, é um posto reservado às mulheres que se relacionam bem com as demais, pois demanda um permanente contato com todas as presidiárias.

alguns casos, “fortalecendo”⁴⁶ as colegas que, ao receberem seu alvará de soltura, não tinham a quem recorrer na “rua”, ou no “mundão”.

5.3.1 As prisões de Alice

Durante nossa conversa, descobri que, quando conheci Alice, em 2014, ela já cumpria a terceira condenação de privação de liberdade no sistema penitenciário. Em 2006, foi presa por tráfico de drogas, hoje artigo 33 do Código Penal; em 2008, por furto, artigo 155; e, em 2013, por assalto à mão armada, artigo 157 do mesmo código, embora afirme que o caso não passou de um furto em supermercado, questão explicada posteriormente nesta tese.

A primeira prisão ocorreu poucos meses depois de Alice aceitar guardar em sua casa drogas ilícitas de uma amiga. Depois de descoberta, foi condenada a quatro anos de prisão – o tempo mínimo de punição para o crime de tráfico de drogas antes da Lei 11.343/2006 era três anos. De acordo com a entrevistada, a referida sentença foi cancelada em segunda instância, porém ela não foi libertada e passou muito tempo até receber outra sentença. Ficou encarcerada, sem sentença, por um ano e nove meses.

Quando eu recorri, o desembargador achou que tinha muita coisa errada na minha prisão. Assim, não tinha mandato de prisão, não tinha nada. Ele anulou essa sentença, e eu fiquei presa um ano e nove meses. Sem sentença. Aí, quando passou um tempo que eu já estava na rua, ele me deu três anos. Me deu um serviço comunitário. Aí eu não prestei o serviço comunitário. Não cheguei a prestar nenhum tempo (Alice, 34 anos).

Depois de alguns meses em liberdade, Alice passou a realizar furtos no comércio da cidade e região. Em suas palavras, “*passsei pro 155*”, ou seja, trocou o artigo do Código Penal ao qual passou a descumprir. Depois de dois anos envolvida com o furto, foi presa novamente em 2008. A nova sentença foi equivalente a dois anos e cinco meses, dos quais um ano e seis meses foram cumpridos em regime fechado. De volta à

⁴⁶ “Fortalecer” alguém significa ajudar com alimentos, produtos de higiene, ou até dinheiro.

liberdade, permaneceu realizando os furtos e, após quase três anos, foi presa pela terceira vez. Embora afirme ter cometido furto, foi sentenciada pelo crime de assalto à mão armada e condenada a sete anos de privação de liberdade. Na fala transcrita a seguir, Alice conta sobre o flagrante de sua terceira prisão:

Foi assim, a gente entrou no mercado: três pessoas. Aí enchemos a bolsa de uma, colocamos tudo no carrinho, e ela saiu. Só que, quando ela chegou no pátio, o segurança estava esperando ela. Eu e a outra menina estávamos no mercado ainda. Aí eu olhei e falei, *pronto, a casa caiu, daqui a gente não tem como sair*. Aí eu fui saindo, assim, sem nada... Aí veio dois seguranças e prendeu eu e a menina que estava comigo. Só que a menina começou a chorar, aí eles soltaram ela. Ela foi até indiciada no processo. Só que eu não falei o nome dela, falei com a juíza que era eu mesma e a outra que estava com a mercadoria também era menor, então a cadeia era só pra mim mesmo. Aí fui pra delegacia, assinei 155, aí, passando um tempo, chegou pra mim, na cadeia, 157. Aí chegou a audiência, eu falei o que aconteceu, e tudo. Aí chegou a sentença: sete anos no 157. Porque o segurança que me prendeu foi o testemunha. Olha com que eu fui presa: chinelo, carrinho de bebê, berço, não tinha arma, não tinha nada... A juíza falou que eu ameacei verbalmente, que eu tinha que ser presa no 157. Tomei até um susto, né?... Você está esperando uma cadeia no 155, aí me chega 157, com uma cadeia de sete anos. Ela me deu no 157, sete anos (Alice, 34 anos).

Durante a maior parte da entrevista, Alice falava de forma descontraída. Ao lembrar as dificuldades enfrentadas na penitenciária, no entanto, seu tom de voz e sua expressão facial passavam a demonstrar sinais de tristeza.

Eu acho que o pior é quando você chega na cadeia. Tipo assim, sua ficha demora a cair. Por mais que você está fazendo aquele erro ali, mas você não quer pensar no lado ruim não, você está pensando naquele momento. É como se, quando você chegasse na cadeia, você demorasse, assim, muito tempo pra se adaptar, sabe. Que ali é seu lugar. Que você vai ter que pagar sua pena de boas, ficar longe da sua família e, quando você vai presa, os problemas aqui da rua vêm. E você não pode resolver nada. Vem problema com filho, vem problema com mãe, ou alguém morre... ou alguém fica internada, igual aconteceu com minha mãe. Minha mãe ficou internada, e eu não podia fazer nada. Essas são as piores coisas. Não acho nem tanto você pagar sua pena não, sabe... Igual assim, eu sempre fui consciente de que eu estava fazendo minhas coisas erradas, então, se a casa caísse, eu sabia que eu ia ter que pagar, sabe. Não adianta eu ficar chorando, não adianta eu ficar reclamando. Todas minhas cadeias eu nunca fiquei chorando, nunca fiquei reclamando... Chorava, assim, pela situação da minha família lá fora, ou minha filha ia visitar na visita agendada e saía chorando... Agora, assim, por mim, não. Nunca fui disso. Nem da primeira, quando eu nem pensava que ia acontecer isso comigo, que eu encarei o CERESP, cadeia aberta, mulher, homem, tudo junto. Nunca fui assim. Mas, assim, o mais difícil são os problemas que vêm da rua. Você não pode fazer nada. Eu acho, assim, que os problemas ainda te perturbam mais quando você tem uma visita. Porque, se você não tiver uma visita, se você não souber nada da rua, você desligou, acabou. Ou quando você tá ali. Problema vem, e você não pode fazer nada. Te dá ansiedade, te dá tristeza. Eu lembro que uma vez minha menina foi lá visitar e saiu chorando, eu voltei pra sala de aula assim, eu falei: *me deixa*, fiquei lá chorando,

lembrando, lembrando, até as meninas, quando eu cheguei na cela, ficavam rindo pra me distrair. Aí, chegou no outro dia, a agente: *Alice, não vai pra aula, não?* Eu falei: *não, eu não tô com cabeça.* Aí ela falou: *então eu vou lá embaixo, vou falar com a moça que controla as vagas.* Aí eu falei: *então a senhora pode ir porque hoje eu não estou bem, não quero.* ... (Alice, 34 anos).

Durante o período em que esteve presa, precisou de assistência médica e odontológica poucas vezes. Para a dor no dente, extração. Para ansiedade e tristeza, remédio para dormir. Os consultórios carecem de materiais para que os profissionais de saúde possam realizar seu trabalho a contento. Assim como as demais entrevistadas, Alice queixa-se da falta de estrutura no consultório médico e odontológico montado em um prédio dentro da penitenciária. No NAS (Núcleo de Atendimento à Saúde), trabalhavam, na época em que esteve reclusa, um dentista, dois psicólogos, uma assistente social e um médico psiquiatra (este apenas nas tardes de quinta-feira) para atenderem à demanda de uma penitenciária com três pavilhões masculinos e um feminino, significando um número em torno de 500 presidiários⁴⁷. Quando o(a) paciente precisa de um procedimento mais refinado, devido à falta de estrutura médica e odontológica no NAS da penitenciária, é escoltado(a) aos hospitais da cidade. De acordo com a entrevistada, ela encontrava-se algemada em todos os atendimentos do NAS de saúde pelos quais passou, o que, inclusive, é a orientação geral dada à equipe de segurança.

Tive uma dor de dente, aí fui no dentista da cadeia, e ele arrancou meu dente. Porque, na cadeia, a gente só perde dente e engorda. Pronto. Só faz isso. E cresce o cabelo. Cê tá na rua, o cabelo custa crescer. Cê tá lá, não sei o que acontece, que, quando você sai na rua, tá com um cabelão. Também tomava remédio pra dormir. O psiquiatra que passou lá. Nem sei de que que é. Só sei que eu dormia bem. Todo dia tinha que tomar pra mim dormir (Alice, 34 anos).

Na fala de Alice aqui transcrita, ela, espontaneamente, descreve como percebe o processo ao qual o corpo da prisioneira está sujeito: perde dente, engorda, dorme e, com um tom de brincadeira, o cabelo cresce. Foucault explica que, na sociedade disciplinar, o controle sobre os corpos significa exercício de poder. Cada instituição, como prisão, convento, manicômio, fábrica, à sua maneira, contribui para a normalização dos

⁴⁷ Apesar de ser este o número de pessoas que o estabelecimento comporta, a penitenciária sofre com superlotação atualmente. De acordo com o jornal *Tribuna de Minas*, em 2017 o pavilhão quatro (desde 2015 utilizado como pavilhão feminino), mesmo tendo capacidade para 68 pessoas, contava com 340 presas. Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/07/interna_gerais,860726/justica-interdita-tres-presidios-superlotados-em-juiz-de-fora.shtml.

indivíduos, adestrando corpos e mentes, subjetivando os sujeitos ao discurso de verdade predominante em determinado contexto (FOUCAULT, 1987). Além das observações feitas por Alice, percebemos uma série de medidas de controle do corpo no cotidiano da prisão: só se pode transitar pela penitenciária vestindo uniforme, com os cabelos presos, mãos para trás, cabeça baixa e em silêncio.

Quando questionada sobre o porquê de ter entrado para o crime, Alice afirma não saber ao certo. Embora pertencesse a uma família com poucos recursos financeiros, os pais conseguiam manter a casa durante a infância e a adolescência dela. Com o dinheiro recebido através da venda dos produtos subtraídos das lojas da cidade e da região, passou a ter acesso a objetos e possibilidades de gastos que até então desconhecia. A mãe e o pai de Alice só souberam que ela se envolvia com atividades ilícitas na ocasião de sua primeira prisão. *“Vou te falar, assim, ao certo, nem eu mesmo sei por que comecei roubar. Tipo assim, talvez pode ser porque eu fui, arrumei dinheiro fácil e achei que era normal. Acho que é isso. Aí vai arrumando dinheiro, arrumando, aí você acha que aquilo é normal, você vai querendo viver assim (Alice, 34).*

Ao sair da prisão pela terceira vez, Alice direcionou-se ao Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), que, segundo ela: *“tinha um negócio de curso lá, mas de emprego não tinha nada”*. Pela fala de todas as entrevistadas, percebemos a existência de considerável descrença na efetividade da atuação do Estado com relação às políticas que possam auxiliar no processo de retorno ao mercado de trabalho. Mesmo aquelas que procuram emprego imediatamente após a saída da prisão, o fazem por conta própria, não tendo acesso às políticas desenvolvidas pelo PrEsp.

5.3.2 Depois da prisão: estabelecer-se no mercado de trabalho *versus* o estigma de ser ex-presidiária

A entrevistada nos conta ter recebido o alvará de soltura em setembro de 2014 e, no final do mesmo ano, já se encontrava empregada em uma conservadora. Trata-se de uma empresa terceirizada que presta serviço de limpeza em diversos estabelecimentos privados da cidade. A conservadora não solicitou nada consta e, além de Alice, mais duas entrevistadas em nossa pesquisa trabalharam na mesma empresa. De acordo com os relatos apanhados, não existia preconceito por parte dos proprietários, bastava “querer trabalhar”, nas palavras de Alice. A questão é que as três entrevistadas funcionárias da empresa apresentavam as mesmas queixas: serviço pesado, metas altas

de prédios por pessoa, salário baixo. Ao fim de alguns meses, as três saíram. Ou seja, trata-se de um emprego precarizado, com pouquíssimos direitos assegurados, baixos salários e alta rotatividade. Durante um ano e quatro meses, Alice permaneceu no emprego – foi a entrevistada que trabalhou por mais tempo no estabelecimento, quando, por fim, foi demitida, a partir de um acordo entre ela e o patrão.

Lá é tipo o seguinte, a pessoa falta, aí, ao invés de você limar os seus prédios, você tem que limpar o prédio dos outros. E ganhar aquele mesmo salário? Você anda pra caramba na conservadora. Você tá num prédio aqui, depois você vai parar lá em outro bairro... Aí, assim, como eu já tinha torcido o pé, fiquei pelo CAT... Aí eu torci o pé de novo e nem quis voltar mais, sabe? Aí meu patrão conversou, eu falei *tudo bem*, aí foi, me mandou embora. Aí passou um tempinho, eu fiquei no seguro desemprego quatro meses; aí, passou um tempo, eu arrumei no Bahamas, só que no Bahamas eu não gostei (Alice, 34 anos).

Após pouco mais de um ano na conservadora, Alice começou a trabalhar em um supermercado da cidade, trabalho este que ela não teve a intenção de manter.

Fiquei lá só dez dias. Eu fiquei muito em pé, então me deu muita dor na sola do pé e na batata da perna... Sabe o que é você não aguentar mesmo? De ficar levantando, de arder... Até a moça falou: *fica Alice, espera mais um pouquinho*. Eu falei: *não vou ficar prendendo lugar dos outros também, se eu não estou satisfeita num lugar*. Aí passou um mês e eu arrumei onde eu tô trabalhando agora. Que é um restaurante e, assim, é super tranquilo. Tô lá há nove meses (Alice, 34 anos).

Na ocasião da entrevista, Alice trabalhava há nove meses em um restaurante localizado em um shopping da cidade. Durante toda a nossa conversa, era evidente o quanto estava satisfeita com o emprego, que, pelas características descritas por ela, apresentava condições de trabalho menos precarizada do que os empregos pelos quais ela passou anteriormente. Assim como nos trabalhos anteriores, o nada consta também não foi solicitado. Porém, o medo de ter seu passado de ex-presidiária descoberto pelos chefes é uma constante ameaça na rotina dela. Conta que era conhecida pelos lojistas da cidade como ladra e sente receio de alguns ainda poderem se lembrar dela.

Então, às vezes, menina, eu vejo assim, o salão cheio... Aí olho pra lá, olho pra cá... Teve um dia desses mesmo que eu estava pensando. Pensei: *ah, meu Deus, já pensou se o segurança do supermercado vem aqui, hein...* que eles mentiram tanto lá no juiz, imagina o que eles não iam falar aqui no meu serviço... Um dia desses, tava o salão cheio, e eu tava pensando isso. Porque, assim, você corre risco, né? É muita gente que vai lá, e Juiz de Fora é isso aqui. Assim, apesar de que tem três anos que eu não cometo mais crime,

tudo... Mas, mesmo assim, minha fisionomia não mudou. Fica aquele receio. (Alice, 34 anos).

Além disso, várias agentes penitenciárias frequentam o local, deixando-a também apreensiva. Ela disse não temer que as agentes procurem o gerente para contar sobre o seu passado de ex-presidiária, mas o receio é que, acidentalmente, tal informação se espalhe. Algumas agentes, ao se depararem com ela no restaurante/bar, parabenizam-na por estar trabalhando, deixando-a incomodada, pois, se os outros garçons escutarem, vão questionar sobre o porquê dos clientes parabenizarem uma funcionária pelo simples fato de trabalhar.

Teve até uma agente que foi lá. Eu gosto dela. Aí ela falou: *ô Alice, você tá de parabéns, hein!* Aí eu: *ai meu Deus, não fala nada não, fala baixo...* Ela já tava doidona e falou: *you foi a única que não voltou.* Eu falei: *pele amor de Deus, dona Ana...* Aí eu encontro com outras agentes, tipo a dona Dalva, a dona Patrícia, elas falam: *parabéns...* Elas falam: *isso mesmo, trabalha.* Igual no dia que a dona Ana estava me elogiando, que ela já estava chapada... E ela vai direto, agora que ela deu uma sumidinha. Vai outra também, só que a outra é mais séria. Vai com o marido, a dona Martha, mas ela nem olha, sabe... Antes de ontem, ela tava lá, sentada. Uma vez, ela só me olhou, assim.... Mas, quando a dona Ana falou isso, foi bom que a casa estava cheia, então os garçons estavam pra lá, e tudo, não escutaram... Aí ela até brincou: *já tá fechando? Então vou levantar pra vocês irem embora.* (Alice, 34 anos).

Com carteira assinada, Alice recebia o salário fixo de R\$1.008,00 e morava com o marido, duas filhas e uma neta. Embora o marido também trabalhe, considera-se a principal responsável pela manutenção financeira da casa, uma vez que as filhas e a neta não são do marido, mas dela.

Alice não sabe ao certo o motivo que a fez desistir do crime, mas considera fundamental o apoio e estrutura familiar neste processo.

Até pra você recomençar sua vida aqui fora também é difícil. Não é qualquer pessoa que consegue. A pessoa pra sair do crime ela tem que ter um apoio. Tem que ter toda uma estrutura. Quando você chega na rua, a sua barriga dói, você tem fome, e tudo movido a dinheiro. Se você não tem dinheiro, você não tem nada. Você não consegue fazer nada. É muito difícil. As pessoas duvidam por isso. É uma batalha onde você não tem uma família. Tem gente que não tem uma casa, e aí? Eu tinha, eu sabia. Todas as vezes que eu saí da cadeia, minha casa tava ali, minha família tava ali. O arroz e o feijão não ia faltar pra mim. Então... Agora a pessoa que sai e só tem o teto, só tem as paredes, não tem nada... É muito difícil. Quem quer viver preso também? Nenhum bicho quer. A gente vai querer o pior? Não é porque gosta. Igual o viciado. Cê acha que ele queria aquilo pra vida dele? O que que eu queria hoje? Que você queria também? Ter uma boa vida, não precisar trabalhar... Todo mundo queria o melhor. Mas, infelizmente, a vida não é assim.

Ninguém quer ficar preso. É a situação. Eu acho assim, cada preso, cada ex-presidiário, cada um tem seu entorno diferente, só que a meta é a mesma, ninguém quer ficar preso. Ninguém quer ficar um mês, ninguém quer ficar dez dias e voltar pra aquele mesmo estágio. Porque cê volta pra aquele mesmo estágio. Pro mesmo lugar. Cê fica um ano, dois anos, três anos, mas você volta pra aquilo ali, pro mesmo lugar. Quando você volta pra cadeia, quando sua casa caiu na delegacia, que você sai dali pra penitenciária, faz a revista, veste sua roupa, vem puxando o seu colchão, com a sua trouxa... Você já sabe que é aquilo ali que você vai viver. Quem quer, gente? Se nem o animal gosta de ficar preso na corrente. Nem o animal gosta de ficar na gaiola (Alice, 34 anos).

Se, após a primeira e a segunda prisão, ela voltava imediatamente para as atividades ilícitas, na terceira vez foi diferente. Mas, durante a última prisão, não voltar para a cadeia era sua principal meta na vida.

Ah, Sintia... planos, planos eu não tinha, não... Mas eu já tinha colocado na minha cabeça que eu não ia voltar mais, que eu queria uma coisa diferente. Eu queria o ir e o vir. A minha meta era só essa. Pra mim já chega de ficar um ano, dois, andando só ali na cela. Você dá um passo, tá ali na “capa”⁴⁸, volta, vai pra cama. Sabe? Planos, planos, não. Mas eu já tinha colocado isso na minha cabeça: não quero mais. Quero sair daqui... Dessa vez é sério. Os outros até falam: *ah, duvido, daqui a pouco você volta*. Eu falava: *você pode me ver voltar sim, se minhas filhas tiverem passando fome, se eu não tiver pra onde correr, aí eu vou apelar. Mas, se eu tiver outra saída, outra oportunidade, eu não volto não*. E assim foi, vai fazer três anos agora em setembro, dia 15 (Alice, 34 anos).

Ao longo da entrevista, ela disse acreditar que a possibilidade de conseguir dinheiro de forma rápida era o que a motivou a praticar os furtos. Sobre a privação financeira passada desde o recebimento do último alvará de soltura, afirma:

Cê recebe um salário. Vai lá e paga suas contas. A maioria dos brasileiros é assim, não sobra nada. Nada, mais nada. Mas tá bom, pelo menos cê vai saber que todo dia cê vai dormir na sua casa, cê vai tá com seus filhos, vai estar na sua casa. Eu demorei pra acordar, mas o crime é, tipo assim, uma ilusão, é temporário. O crime é temporário. Na mesma hora que você está ali, sua casa caiu, pronto, acabou. Ainda que você deixe dinheiro, mas acaba. E nem o dinheiro vai trazer sua liberdade. E tem o sofrimento. Que é o pior. É muito difícil, complicado mesmo, se você puder sair... (Alice, 34 anos).

Durante as entrevistas, senti-me envolvida com as vidas narradas naquelas histórias. Elas não eram apenas um número, não eram apresentadas para mim como mais um dado. As entrevistas de histórias de vida conseguem levar o pesquisador a um universo que, de outra forma, ele desconheceria. Um universo singular, mas também

⁴⁸ “Capa” significa as grades da cela.

geral. Singular, por se tratar da história de vida de um único sujeito. Geral, já que, no decorrer das entrevistas, percebemos muitos elementos em comum, como as repetições no trato recebido por elas das instituições. Notamos que, mesmo únicas, suas vidas têm muito em comum pela condição de mulheres, pobres e ex-presidiárias.

Saí da entrevista com Alice sentindo-me otimista, pois sua principal meta de vida estava se concretizando: afastar-se das atividades ilícitas, não retornar para a prisão, além de demonstrar-se animada com a atividade laboral desempenhada no momento. Vale lembrar que este retorno ao mercado de trabalho aconteceu não por intermédio de políticas públicas, mas exclusivamente por iniciativa pessoal da ex-detenta. Miranda (2014), ao estudar a reabilitação de criminosos através de penas alternativas na cidade de Juiz de Fora em sua pesquisa de doutorado, mostra como o processo de reabilitação fica a cargo do próprio indivíduo, quando deveria ser tratado como uma tarefa desempenhada pelo Estado.

Não há dados organizados e atualizados que ofereçam um quadro de vulnerabilidades encontradas no sistema penal e que possam orientar os investimentos do estado em uma rede de atendimento. Não há capacitação contínua dos profissionais, o que compromete qualquer proposta de atuação. Nenhuma das estratégias considera, e é coerente, com uma teoria criminológica que aborde a reabilitação como objeto de pesquisa. Não há nenhum trabalho realizado com a família que a capacite para ser uma parceira do processo de ressocialização, nem mesmo um programa que prepare a família para receber o egresso, ou acompanhar a prestação de serviço à comunidade, auxiliando o trabalho ressocializador. Não há nenhum trabalho educacional voltado à cidadania; ao contrário, os condenados são destituídos de cidadania (MIRANDA, 2014, p. 262).

Citando especificamente a situação da política criminal encontrada em Juiz de Fora, a autora conclui:

Afirmamos, em nossa tese, que não há uma estratégia de reabilitação oferecida pelo Estado a quem cometeu um crime, tal qual defendemos o termo. Em Juiz de Fora, o Estado (apresentando-se, principalmente, pela esfera federal e estadual) executa a punição do indivíduo que cometeu um crime e, simultaneamente, o abandono de ações reabilitativas que deveriam fazer parte deste processo no lugar do castigo. O município, por sua vez, exime-se de tal responsabilidade, negligenciando a possibilidade oferecida pela prevenção. O caráter da política criminal implantada em Minas Gerais, e pesquisada no município de Juiz de Fora, é, inegavelmente, retributiva e revela investimentos claramente reativos e punitivos (MIRANDA, 2014, p. 284).

A ausência de políticas públicas que visam à reinserção do ex-presidiário ou ex-presidiária no mercado de trabalho é percebida pela entrevistada, como podemos verificar em sua fala. Além de não ter tido nenhum tipo de orientação do poder público nas três vezes que saiu da prisão, queixa-se da maneira através da qual o trabalho das presidiárias é aproveitado pela empresa de limpeza da cidade, que as contrata sem garantias trabalhistas enquanto estão no regime semiaberto, mas não oferece nenhum tipo de oportunidade após receberem o alvará, momento quando mais necessitam.

Igual na DEMLURB também... As presas trabalham, mas porque que, na hora que sai, não fala: *não, o seu contrato continua com a gente... você vai ficar com a gente mais um ano*. Não fazem. Por quê? Então quer dizer que o preso só serve naquela hora que ele tá ali. E ele pega trecho grande. Só furada. Porque quem é contratado pela DEMLURB não pega a metade do trecho que a gente pega pra varrer. Vai varrer onde eles querem, fazer o que eles querem... Porque o contratado quando ele tá lá, se ele quiser, ele pode fazer um corpo mole, pode andar pra lá. Agora a gente tá sendo vigiada do começo até o fim. Falta, desconta. E aí? Tem que ter muita força de vontade, porque, se não tiver... Não é mole não... (Alice, 34 anos).

O otimismo alcançado pela entrevista com Alice não durou mais de uma semana. Em uma entrevista com outra ex-detenta, por ela indicada, fui informada de que Alice havia sido presa pela quarta vez, sete dias após nossa entrevista. Ao descobrir o caso da filha mais velha, mãe de sua neta, com um homem casado, iniciou-se uma discussão entre as duas, terminando em uma briga física, envolvendo Alice, a filha mais velha e a mãe de Alice, que entrou para apartar a confusão. Ao ser acionada, a polícia levou as três para a delegacia, sendo a filha e a mãe de Alice liberadas imediatamente. Alice foi encaminhada para a penitenciária e enquadrada na Lei Maria da Penha. Na audiência de custódia, ouviu do juiz que não poderia ser liberada, e a prisão seria mantida, não pela briga na qual ela se envolvera, mas em função da vida pregressa da mesma, na qual constam três prisões. E assim foi feito. Até a escrita deste trabalho, Alice já se encontrava há um mês na penitenciária, aguardando julgamento. Pelas informações obtidas através de outras ex-presidiárias, ela não sabia dizer como ficaria sua situação no trabalho e ainda não tinha decidido se contaria sobre a prisão ou não.

5.4 “Criei meu irmão e depois fui presa por causa dele”: Cláudia

Cláudia foi a quarta entrevistada. Assim como nas demais, busquei-a em casa. Ela residia em um bairro no qual eu já tinha ido algumas vezes, facilitando o nosso

encontro. Ao nos vermos, cumprimentamo-nos e entramos no carro. Claudia é tímida e parecia um pouco envergonhada com a situação. No caminho para a universidade, fui recordando pessoas em comum que conhecemos na penitenciária e algumas situações lá vivenciadas e, aos poucos, a conversa fluía espontaneamente, de forma que, ao chegarmos à universidade, e o gravador ser ligado, ela já se mostrava mais à vontade ao falar de sua vida.

5.4.1 Família

Ao longo da conversa, Claudia ressaltava suas características de filha dedicada, boa irmã, mãe e esposa. Esta autoavaliação é perceptível ao longo de todo o discurso dela. Ao falar sobre a infância, a agressividade e o alcoolismo do pai, bem como a subserviência por parte da mãe, ganha destaque na sua narrativa.

*Minha infância foi bem conturbada... bem conturbada. Eu tive um pai alcoólatra, muito alcoólatra... Meu pai chegava ao ponto, no dia que ele não tinha dinheiro pra beber, ele tomava álcool com açúcar. E a minha mãe, eu falava pra minha mãe largar ele, ela falava que não, que ele era dez anos mais velho que minha mãe, e ela falava: *não, agora que eu peguei minha cruz, eu vou com ela até o fim, eu não vou abandonar ele agora que ele tá nessa situação*. E a gente sempre passou muita necessidade, a gente sempre morou de aluguel... Minha mãe tinha que trabalhar pra botar as coisas dentro de casa, porque o dinheiro do meu pai ia pra bebida. Ele era aposentado por invalidez, porque ele tinha um câncer na garganta, então ele recebia um salário. Só que o salário dele ia pra bebida, porque mesmo depois do câncer ele continuou bebendo. E ele agredia minha mãe, me agredia... (Claudia, 26 anos).*

Na adolescência, aos 12 anos, ela opunha-se, como podia, à violência do pai. Forjou estratégias para lidar com a situação, fugindo das surras, empurrando-o quando ele a atacava e trancando-se no quarto. Enquanto isso, incentivava a mãe a separar-se do pai. No entanto, uma nova situação se apresentou na família, a descoberta de uma nova gravidez da mãe, fato que levou esta à depressão e fez com que Claudia, ainda na adolescência, precisasse cuidar do irmão e trabalhar para ajudar nas despesas da casa.

Aí meu irmão nasceu. Minha mãe não planejou meu irmão, quando ela foi ver, ela tava grávida, ela entrou em depressão, porque, na situação que tava, ela não queria outro filho... Aí meu irmão nasceu, e quem cuidava do meu irmão era eu. Eu vendia salgadinho seis horas da manhã na porta da escola pra ajudar minha mãe, depois deixava meu irmão na minha tia, ia pra aula, saía da aula, buscava ele na minha tia e ia pra casa com ele, porque minha mãe não podia deixar de trabalhar senão a gente passava fome, meu pai bebendo, bebendo, bebendo... Quando meu irmão cresceu um pouco, lá com

7 anos, aí meu pai começou a cuidar mais dele, mas assim, levava ele pros botequim junto. Fazia todas as vontades dele, café na cama, mas, na hora de ir pro botequim, ele ia junto (Claudia, 26 anos).

Aos 13 anos, Claudia começou a namorar – como ela enfatiza, em casa. Aos 16, descobriu-se grávida, segundo ela, sem um ato sexual propriamente dito. Logo após o nascimento do bebê, ela passou a trabalhar como menor aprendiz, neste caso, de acordo com a legislação que versa sobre o trabalho de adolescentes, e assim foram os anos seguintes: trabalhando, estudando e cuidando do filho e do irmão. Durante a manhã, o filho e o irmão ficavam sob os cuidados do pai de Claudia e, durante à tarde, sob seus cuidados. À noite, saía para estudar, e as crianças ficavam com sua mãe.

Na adolescência eu comecei a namorar em casa com 13 anos. E, com 16, eu fiquei grávida. Namorei em casa mesmo. Minha mãe nunca deixou eu ficar na rua, igual essas meninas que vão em baile, nada disso, não, festa, nunca... Se eu ia na missa, a missa acabava às 8 horas, 8h30 eu tinha que tá em casa, no máximo... Senão ela ia atrás mesmo... Só que... É até engraçado falar... Poucas pessoas acreditam, mas eu engravidei virgem. Foi só naquele negócio de sarrinho mesmo... não tive penetração. Eu tava enjoando, e minha mãe falou: *cê tá grávida*. Eu falei: *mãe, eu não tô, eu tenho certeza...* Aí ela me levou no médico, o médico falou: *é mãe, realmente tem uma bolinha ali, mas o hímen dela não tá rompido, ela não tá mentindo não...* Assim, a mãe da gente avisa, mas a gente não acredita, acha que é coisa de mãe... Ela cansou de me avisar, e era verdade. Aí eu fui mãe com 16 anos. Com 16 anos eu comecei a trabalhar, não parei de estudar por causa dele. Continuei trabalhando, estudando... Eu estudava à noite e trabalhava de dia. Eu era menor aprendiz na AMAC, na creche do Manoel Honório. Aí, como era meio período só, meu pai, mesmo com o alcoolismo dele, de manhã olhava ele pra mim trabalhar. Aí eu chegava e ele saía pra beber. Nessa fase, ele conseguia se regular pelo neto, entendeu? Parece que ele conseguia se regular pelo neto. Que ele ficava sem álcool na parte da manhã. Que era eu chegar em casa, ele saía pra beber. Chegava em casa e ficava com meu filho e com meu irmão. Com 16 anos (Claudia, 26 anos).

O relacionamento com o pai de seu filho durou dez anos. Quando a criança completou 5 anos, ela e o companheiro foram viver na mesma casa. Sobre o período em que viveram juntos, narrou casos de traição, violência e alcoolismo do marido.

Eu peguei ele com a mulher do irmão dele, dentro da minha casa. Eu cheguei do trabalho e eu simplesmente... Na hora que eu abri a porta e vi aquilo, eu não falei nada... Só entrei, fui pro quarto... Meu filho tava deitado vendo filme, a filha dela também... Só falei assim: *Matheus, troca de roupa que cê vai sair com a mamãe*. Pus roupa pra mim trabalhar no dia seguinte dentro da bolsa, pus roupa pro Matheus... Ele continuou sentado, assim, sem reação. Ela veio, falou que não era nada disso que eu tava pensando... Eu só falei com ele: *Me deixa quieta, fala comigo não, me deixa quieta*. Aí peguei meu filho, peguei as roupas, só que, na hora que eu cheguei na escada pra ir embora... Sabe quando parece que vem aquela voz do mal assim, soprando no seu ouvido? Eu voltei, olhei na cara dele e falei: *esqueci de uma coisa*. Ele

falou: *hã?* Aí eu fui e dei um tapa na cara dele. No que eu dei o tapa na cara dele, ele é um negão de quase dois metros de altura, ele me segurou pela roupa e tentou me dar um murro, só que a mulher entrou na frente, só que nisso ele saiu rasgando minha roupa toda, eu fui embora com a roupa toda rasgada. Aí minha mãe encontrou comigo, chamou a viatura, foi quando a gente foi parar na delegacia. Aí, quando a gente foi na audiência, a gente já tava junto de novo, eu tinha perdoado, mas a juíza deixou bem claro pra ele: *daqui em diante, se você levantar a mão pra ela de novo, é pro CERESP que cê vai.* Aí nunca mais ele levantou pra mim (Claudia, 26 anos).

Depois desse episódio, o relacionamento durou mais alguns anos e terminou devido às traições e ao alcoolismo, este último pareceu ser, no julgamento da entrevistada, mais grave do que a agressão sofrida, pois remetia à condição do seu pai, já falecido a essa época.

Só que o pai do meu filho começou a beber todo dia também. E o que eu falei... Assim, hoje eu tenho uma amizade com ele, converso, até porque ele é pai do meu filho, então se ele precisar de mim, eu tô ali, disposta. Mas eu não quero passar pelo que minha mãe passou. Eu vi minha mãe sofrer muito por causa do alcoolismo e eu não quero isso pra minha vida de novo. (...) Mas ele é muito Maria vai com as outras... Se ele tá passando, os amigos tão no bar e chamam ele, ele esquece que ele tem que ir pra casa, ele esquece que ele tem filho, que ele tem mulher e fica. Aí ficava... Já teve vez dele chegar em casa seis horas da manhã, até que ele arrumou... ele sempre gostou de mulher mais velha. A única menina mais nova, mulher mais nova que ele se relacionou, fui eu. As outras tudo eram dez, doze anos mais velha que ele. Até que ele começou ter um relacionamento com uma mulher que trabalhava com ele, quando a gente estava casado, que ele tá até com ela hoje, ele não assume que está com ela, mas ele está. Mora junto com ela, só que fala que é amigo dela. E aí eu simplesmente cansei. Conheci outra pessoa... Até então eu não tinha coragem de sair de casa, pra voltar pra casa da minha mãe. Mas parece que eu conhecendo outra pessoa me deu aquela coragem... E, um dia, simplesmente liguei pro meu tio, meu tio foi de caminhão, levei minhas coisas e fui embora (Claudia, 26 anos).

Ainda na juventude, Claudia conta ter tentado suicídio duas vezes.

A primeira vez foi por causa do pai do meu filho, por causa de safadeza dele com outras mulheres mais velhas, disse que eu era muito novinha... A segunda vez foi porque, no serviço que eu trabalhei, eu sofri uma tentativa de assédio do meu encarregado. Então, na verdade, eu não queria me matar. Eu enchi a cara de remédio pra não ter que, no outro dia, ir trabalhar e dar de cara com ele. Nessa época, eu tinha 20 anos. Entendeu? Eu não queria me matar, só que eu saí tomando tudo quanto é remédio do meu pai; por causa do alcoolismo, ele tomava remédio forte de depressão, pra tentar ficar sem bebida e tomava remédio controlado de coração, então eu saí misturando todos os remédios... Nisso eu não ia morrer, o médico falou assim que eu podia agradecer a Deus, que morrer eu não ia, mas eu ia perder os rins. Por muito pouco eu não perdi os rins, por muito pouco (Claudia, 26 anos).

5.4.2 A prisão

Depois da separação, Claudia iniciou um novo relacionamento e passou a morar com o filho e o namorado na casa aos “fundos” da casa onde residiam sua mãe e seu irmão. Segundo ela, o irmão adolescente estava envolvido com o tráfico de drogas, vendendo maconha para um traficante da rua onde residiam. Quando a polícia chegou no portão da casa da sua mãe, a mesma entrada da casa de Claudia, pediu para entrar e encontrou meio quilo de maconha nas coisas do irmão. Foram levados à delegacia ela, a mãe, o irmão e o traficante para o qual o irmão trabalhava. Os policiais exigiram que alguém maior de idade residente na casa assumisse a posse das drogas, mesmo o irmão, menor de idade, tendo assumido serem dele. Dessa forma, para evitar que a acusação da posse da maconha pudesse cair sobre sua mãe, Claudia viu-se na necessidade de assumir o crime, que, de acordo com ela, não cometera.

Estavam batendo no meu irmão (a polícia). Aí minha mãe falou que eles não podiam fazer aquilo. Aí o policial perguntou: a senhora sabe o que é isso? Ela disse: sei, mas isso não dá o direito de vocês baterem nele. Eu não tô falando que ele tá certo... Aí foi todo mundo pra delegacia. Meu filho, ele correu pra casa da minha comadre. Ele tinha 8 anos de idade. Ele viu tudo. Ficou lá na esquina com ele, em pé, vendo, que a rua encheu. Eles falaram que não iam acertar um menor assumir a droga. Que iam levar eu ou minha mãe. Lógico que eu assumi, lógico que eu não ia deixar minha mãe passar por aquilo. Ele assumiu o tempo todo, desde a delegacia, no fórum também ele assumiu. O outro cara, que era traficante, saiu como usuário (Claudia, 26 anos).

De acordo com ela, o traficante que fornecia drogas para seu irmão foi liberado da delegacia antes mesmo dela ser encaminhada para a penitenciária, sob o argumento de ser usuário. Segundo a entrevistada, o traficante já era conhecido pelos policiais e praticava o “arrego”, prática ilegal, também conhecida como “acerto”, identificada em várias pesquisas sobre o tráfico de drogas, na qual os traficantes entregam certo valor em dinheiro para policiais, como forma de um acordo para não serem presos. Feffermann, ao pesquisar o cotidiano dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas em São Paulo, afirma que, de acordo com os jovens entrevistados, a participação policial é “imprescindível para que tanto o crime comum quanto o tráfico ocorram de modo satisfatório” (FEFFERMANN, 2006, p. 295). A seguir, o trecho em que Claudia narra a situação presenciada entre os policiais e o traficante.

O cara que traficava conversou com o advogado dele. Eles não pegaram o celular dele na hora da apreensão. Na viatura, ele ligou pra mulher dele, pediu pra ela descer com uma quantidade de dinheiro, e depois o advogado dele chegou e foi lá pra fora conversar com os policiais. Quando os policiais

voltaram, ele foi o primeiro a ser ouvido e foi liberado. Eu achei errado porque eu sei que rolou propina pro traficante sair como usuário, achei errado eles aceitarem isso. Na hora que eles colocaram o traficante na viatura, o próprio sargento que comandava a operação falou: *é, tinha que ser o famoso fulano*. Ou seja, já sabia quem era, já sabia que era ele que estava por trás daquilo e mesmo assim, ele saiu como usuário (Claudia, 26 anos).

Assim Claudia foi presa em junho de 2013. Foi condenada à pena privativa de liberdade por nove anos e quatro meses em primeira instância por tráfico, associação para o tráfico e corrupção de menores. Recorreu à segunda instância e teve a pena reduzida para um ano e 11 meses de serviços comunitários. Quando a sentença final foi dada, ela já se encontrava na penitenciária há um ano e dez meses, restando apenas um mês para ser cumprido com serviços comunitários. Chama a atenção aqui, e em outros casos, a grande diferença entre as sentenças, que, neste caso, ultrapassa sete anos de prisão. De acordo com o julgamento realizado em segunda instância, Claudia não deveria sequer ter ficado presa, não deveria ter passado quase dois anos dentro da penitenciária, como aconteceu. Situações assim, em que a pessoa é presa provisoriamente e depois de meses ou anos é absolvida ou condenada a penas alternativas, são recorrentes.

Martins define a prisão provisória como “o aprisionamento de alguém antes de se poder afirmar ser ele culpado de prática infracional penal, por ausente decisão a respeito, ou por ainda não ter tornado definitiva a sentença criminal condenatória contra ele prolatada” (MARTINS, 2004, p. 71). Apesar de ser uma medida legal, a prisão provisória, de acordo com a legislação, é destinada a casos de exceção, porém seu uso é a regra. Cerca de 40% da população carcerária é constituída por presos provisórios. Além disso, quase a metade dos presos provisórios, ao serem julgados, é absolvida ou condenada a penas alternativas. O excesso no uso da prisão provisória leva à superlotação nas prisões, custa caro ao contribuinte, prejudica a vida de quem foi preso e também toda a sociedade, pois sabemos que os estabelecimentos prisionais são espaços nos quais a delinquência é produzida⁴⁹.

Dentro da prisão, a entrevistada trabalhou durante todo o cumprimento da pena: seis meses na faxina interna do pavilhão e o restante do tempo na biblioteca – quando cumpriu pena, existia um espaço destinado a uma biblioteca no interior do pavilhão. Hoje, devido à superlotação, o referido espaço não existe mais, assim como a escola, que agora existe só nos pavilhões masculinos da penitenciária em questão. Lá dentro,

⁴⁹ Para mais informações sobre prisão provisória no Brasil, consulte o site do projeto “Prisão Provisória, Danos Permanentes”. Site: <http://www.danospermanentes.org/sobre.html>. Acessado em: 02 jan. 2019.

não estudou, visto que a escola da penitenciária só contemplava até o nono ano, e ela já havia cursado o ensino médio. Ressalta que, durante o período presa, fez a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e foi aprovada para um curso em uma faculdade particular, porém, ao sair da prisão, tentou diversas vezes recuperar sua senha (que não ficava sob sua posse), mas, por razões burocráticas internas à penitenciária, não conseguiu ter acesso às informações necessárias, acabando por perder os prazos de matrícula.

Embora estivesse em um relacionamento estável na ocasião da prisão, não teve notícias do namorado durante os quase dois anos vividos no cárcere. Ele não a visitou, nem mandou carta, até mesmo a família dele dizia não saber do rapaz. Ao sair da prisão, reencontrou o namorado, este justificou a ausência afirmando que havia sido levado para uma estrada deserta, por policiais, onde foi torturado e ameaçado. Supostamente os policiais haviam mostrado uma foto de Claudia para ele e dito que, caso ele não conseguisse certa quantia em dinheiro, ela sofreria na penitenciária. Por isso, ele optou por passar esse tempo desaparecido, supostamente pelo bem dela. Claudia não acreditou na história. Mesmo com o abandono que sofreu no cárcere, ela ainda reatou o namoro, que durou mais alguns meses. As visitas recebidas foram de sua mãe. Alguns meses depois da prisão, o irmão também foi recolhido ao Centro de Reabilitação Socioeducativo, e sua mãe passou a alternar as visitas entre os dois filhos. Aos sábados, visitava um e, aos domingos, o outro.

A solidão das mulheres encarceradas é uma história repetida dia após dia. Nas pesquisas sobre prisões femininas, chama a atenção o recorrente abandono vivenciado pelas mulheres privadas de liberdade. Varella (2017), que realizou trabalho voluntário enquanto médico no Carandiru por décadas, conta que, ao começar a fazer o trabalho voluntário em uma prisão feminina de São Paulo, um dos fenômenos que rapidamente chamou sua atenção foi a diferença no tamanho das filas de visitantes aos fins de semana. Enquanto as mulheres, com seus “jambos” – sacolas abarrotadas de alimentos, lotavam as quilométricas filas nas portas dos presídios masculinos nos fins de semana, desde a noite de sexta-feira, dormindo ao relento para garantir os primeiros lugares nas filas; nas prisões femininas as filas eram pequenas e não eram compostas majoritariamente por homens, mas, novamente, por mulheres, ou seja, mães, irmãs, familiares e amigas.

Em onze anos de trabalho voluntário na Penitenciária Feminina, nunca vi nem soube de alguém que havia passado uma noite em vigília, à espera do horário de visita. As filas são pequenas, com o mesmo predomínio de mulheres e crianças; a minoria masculina é constituída por homens mais velhos, geralmente pais ou avôs. A minguada ala mais jovem se restringe a maridos e namorados registrados no Programa de Visitas Íntimas, ao qual as presidiárias só conseguiram acesso em 2002, quase 20 anos depois da implantação nos presídios masculinos (VARELLA, 2017, p. 39).

Perguntei para a entrevistada quais as maiores dificuldades vivenciadas na prisão. Em meio às lágrimas, ela não teve dúvidas ao responder:

Saudades do meu filho. Era isso que acabava comigo lá dentro, saudade do meu filho. Pra te falar a verdade, os 30 primeiros dias lá eu fiquei sem comer. Tanto que, lá dentro, eu emagreci 24 quilos. 24 quilos! Eu fiquei sem comer os 30 primeiros dias. Tem uma moça lá com o apelido de Kika, que eu chamo até ela de mãe hoje em dia, que ela que às vezes trocava a alimentação com alguém por sopa e me forçava a comer umas três colheradas de sopa pra sobreviver. E eu fiquei uns 30 dias praticamente sem dormir na janelinha esperando, achando que eles iam me dar liberdade provisória, né. Aí, depois que marcou minha audiência, minha ficha caiu, e eu tive que sobreviver. Mas eu sempre pensava no meu filho, na minha mãe e no meu irmão. Foi por eles que eu saí de lá, porque eu sempre pensei que uma hora meu irmão ia mudar, mesmo ele tendo me colocado lá (Claudia, 26 anos).

Durante sua prisão, vivia angustiada ao saber das infrações que o irmão continuava cometendo do lado de fora. Em uma dessas ações ilícitas, o jovem foi internado no Centro de Reabilitação Socioeducativo, período no qual a mãe passou a revezar as visitas entre Claudia e o irmão, conforme já mencionado. Conta também que a família encontrava-se endividada, pois a mãe pegou empréstimo para pagar dívidas feitas pelo irmão com traficantes e ainda pagava as parcelas dos referidos empréstimos. O que a deixa aliviada é o fato de que, no momento da entrevista, o irmão encontrava-se longe do crime, residindo na casa de uma pessoa da família em outra cidade e trabalhando já há alguns meses.

Além das preocupações com o irmão, preocupava-se também com o filho. O menino passou a revezar o tempo na casa do pai e da avó materna. Chorando, Claudia fala sobre o impacto de sua prisão na vida da criança:

Ele chorava muito, muito, muito... Às vezes as pessoas falavam até que eu não podia chorar perto dele, mas eu não conseguia... As meninas falavam: *ah, vai fazer mal pra ele te ver assim*. Mas eu não conseguia, porque ele saía de lá todas as vezes soluçando. Ele chegava muito bem, mas, na hora de ir embora, parecia que o mundo dele ia desabar, tadinho! E, nesse período que eu fiquei lá, ele engordou muito. Hoje ele tá obeso (Claudia, 26 anos).

Em relação à saúde, conta que, há muitos anos, apresentava um quadro de depressão e problema na coluna, intensificado na prisão. As doses de remédio foram aumentadas a fim de controlar a depressão. Em relação às crises na coluna, não conseguia escolta para os hospitais, porém o pedido de escolta foi atendido em duas situações na qual precisou, para ir ao dentista e ao ginecologista.

Embora tenha sido condenada na segunda instância a cumprir pena alternativa, passou mais de um ano presa, ocasião na qual conviveu com mulheres que praticavam os mais diferentes crimes.

Hoje eu te falo que lá eu aprendi virar um pó. Lá eu aprendi, se eu quisesse descer hoje numa loja do centro, se eu não quisesse mudar, eu sei roubar. Lá dentro eu aprendi muita coisa errada. Não é pouca, não. É muita. Cê aprende desde como matar até como roubar, tudo... Como matar sem deixar indícios, entendeu? Cê aprende muita coisa mesmo... (Claudia, 26 anos).

Quando seu alvará de soltura chegou à penitenciária, ainda precisou aguardar mais dois dias para um erro cometido pela polícia civil no momento da prisão fosse sanado. Uma agente penitenciária soube que seu alvará estava na penitenciária, porém constava impedimento, motivando-a a levar Claudia até o setor jurídico para conversar com o advogado:

Aí o advogado da casa falou: *Claudia, seu alvará realmente está aqui, mas está dando um impedimento do dia 31 de julho*. Eu falei: *ué, mas foi o dia que eu fui presa...* Ele conferiu e falou: *é, foi mesmo...* Porque a polícia civil não deu baixa que eu tinha sido presa. Ficou como se tivesse um mandado de segurança em aberto pra mim. Ele me explicou que ia mandar pro fórum pra eles analisarem... Aí eu falei: *posso ligar pra minha mãe pra ela conversar com meu advogado?* Aí liguei pra minha mãe, expliquei o que estava acontecendo... Aí ela falou: *vou ligar pra advogada agora pra gente resolver...* Nisso eu já estava chorando horrores... Porque eu já podia estar na rua, né... E demorou mais dois dias, depois que o alvará chegou pra conseguir dar baixa na civil. Aí, por fim, quando deu 48 horas, a minha advogada foi pra porta da prisão à noite e falou com o inspetor de plantão: *olha, a prisão dela já está arbitrária. Se vocês não soltarem ela, eu vou fazer a denúncia – não sei o nome – lá em Brasília*. Aí pediram ela pra esperar uns 15 minutos que ele ia dar um telefonema. Aí ele me mandou tirar da cela e não sei como ele conseguiu rodar meu SETARIN em 15 minutos (Claudia, 26 anos).

5.4.3 Depois da prisão: a busca pela estabilidade no trabalho e na vida

Depois de receber a sentença final, de acordo com a qual sua pena deveria ser a prestação de trabalho voluntário e não a privação de liberdade, Claudia saiu da penitenciária e, nos dias seguintes, passou a cumprir o tempo que restava de condenação

trabalhando em um órgão da prefeitura ligado à educação de jovens fora da idade escolar. Lá ela desempenhou a função de auxiliar de secretaria e afirma ter sido muito bem tratada pelos colegas, que sabiam que ela cumpria pena alternativa. A relação com a Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) acontecia apenas na ocasião em que Claudia ia até o órgão trocar suas folhas de ponto. Uma vez cumprida a pena, recebeu da CEAPA um documento no qual constava ter cumprido a sentença. Em relação ao papel desempenhado pela CEAPA, chamamos atenção para o estudo realizado por Mathias (2014) sobre o processo de cumprimento das penas alternativas em Juiz de Fora, MG. A autora explica que o papel deste programa, que sofre com baixo número de pessoal, com o não investimento na formação continuada da equipe e com a ausência de materiais de trabalho adequados, no tocante às políticas de reabilitação, é insatisfatório. Na prática, a CEAPA apenas encaminha o condenado ao local onde irá trabalhar para cumprir a pena. O ato de trabalhar não é, *a priori*, uma política reabilitadora (MATHIAS, 2014).

Findada a pena alternativa, Claudia não teve acesso a nenhum curso profissionalizante, nem encaminhamento ao mercado de trabalho por parte da CEAPA. Procurou emprego e conseguiu uma vaga como terceirizada em uma empresa de telemarketing, na qual preparava lanches para os funcionários. Não possuía nenhum vínculo empregatício, e os salários atrasavam sempre, levando-a a abrir mão do trabalho. Em seguida, conseguiu uma vaga como auxiliar de cuidadora em uma creche. Tratava-se de um contrato de quatro meses, sem possibilidade de renovação. Depois, trabalhou em uma escola infantil particular, em serviços gerais. Conta que gostava muito do trabalho e acredita que o fato de ser ex-presidiária tenha influenciado em sua demissão.

Na escolinha acho que teve um pouco de preconceito do dono... Porque, quando ele foi me mandar embora, ele soube porque minha prima é professora lá e ela me indicou. Quando ele me mandou embora, ele me disse que eu não fiz certo, que eu não contei pra ele a verdade, a história que eu já fui presa... Aí eu disse: *pra mim vocês já sabiam, minha prima trabalha aqui; quando aconteceu, ela já trabalhava aqui, então pra mim vocês acompanharam a história... Eu nunca menti, você nunca me perguntou...* Aí ele alegou que estava me mandando embora porque eu não ia parar de fumar, foi um hábito que eu peguei quando estava presa também, eu não fumava antes, comecei a fumar lá dentro e não consegui parar, infelizmente... Ainda. Porque eu pretendo parar. Ele alegou isso, mas eu nunca fui pega fumando dentro da escola. Jamais. Nos horários que eu tô trabalhando... Igual, quando eu trabalho em festa, eu fico tranquilamente sem cigarro, nos horários de trabalho, e pra mim não foi plausível isso, mandar alguém embora porque a pessoa fuma fora do trabalho? Eu tinha três horas de almoço, então eu ia em

casa na hora do almoço e fumava. Foi aí que eu falei: *não é esse o real motivo de tá me mandando embora, se ele falou que eu menti...* Isso foi em 2015 (Claudia, 26 anos).

Alguns meses depois, Claudia passou a trabalhar vendendo chip da TIM na rua, também através de contrato temporário. Este foi interrompido em dezembro de 2016, e ela acredita que foi devido à crise econômica, sem nenhuma relação com o fato de ser ex-presidiária, visto que, com ela, trabalhavam pessoas homossexuais e transexuais, bem como outros ex-presidiários, fazendo-a crer não existir preconceito por parte da empresa. De fato, as pesquisas em sociologia do trabalho apontam para o grande volume de pessoas em vulnerabilidade social nos postos precários do mercado de trabalho. Ou seja, existe essa sobrerrepresentação de negros, homossexuais, transexuais, ex-presidiários nessas funções, não pelo fato de determinadas empresas não serem preconceituosas, mas pelo fato de oferecerem empregos precarizados, com baixos salários, alta rotatividade, pouca ou nenhuma regulamentação, poucos ou nenhum benefício etc. São modalidades de empregos direcionados aos setores mais vulneráveis socialmente, ou seja, ao precariado.

A entrevista aconteceu em julho de 2017 e, até então, naquele ano, ela ainda não havia conseguido nenhum emprego formal. Há meses sobrevivia através de “bicos” como garçoneiro em festas e fazendo unhas em sua casa, além da ajuda da mãe. Importante ressaltar que, desde a saída da penitenciária, todos os empregos que ocupou foram a partir de indicação de conhecidos.

Ao falar da atual situação de sua família, e na posição na qual se encontra em relação aos seus familiares, chora novamente.

Se meu irmão tiver com algum problema, ele não liga pra minha mãe, ele liga pra mim. Se minha mãe quiser falar alguma coisa com ele, tipo, ele brigou com a namorada, ela quer dar um conselho, ela fala pra mim ligar pra ele, que ele escuta mais eu do que ela. Então tem hora que eu me sinto sobrecarregada na verdade, porque os problemas do meu irmão vêm pra mim, a minha mãe tem problema com meu padrasto, que uma relação a dois sempre tem problema, aí vem pra cima de mim, aí meu filho tem problema na escola, e vem pra cima de mim, tem hora que eu me sinto o para raios da família na verdade (Claudia, 26 anos).

Quando questionada sobre os planos e metas que traçou para sua vida ao sair da cadeia, Claudia retoma os assuntos que permearam toda a entrevista: preocupação com o irmão e com o filho, dificuldade em manter-se em um emprego e estudar.

Bem, meu maior plano era mudar meu irmão. Devagar, mas tá indo, porque o tempo de Deus não é o nosso. Devagar a gente tá conseguindo, ele já melhorou muito, muito, muito... Porque antes meu irmão era incapaz de pedir desculpa pra alguém, ele achava que ele era o dono do mundo. Meu segundo plano era fazer faculdade, não consegui... Era fazer uma faculdade pra dar uma vida melhor pro meu filho. Isso ainda não consegui. E fixar num emprego, porque eu não aguento mais trabalhar em serviço temporário, porque é uma coisa que parece que tem prazo de validade e, pra gente que tem filho, é muito difícil, muito difícil... (Claudia, 26 anos).

Por fim, ressaltou a importância que a Igreja Evangélica tinha em sua vida e, novamente, falou como seria bom caso conseguisse um emprego que não fosse temporário, deixando claro como a insegurança financeira a fazia mal e a impedia de desenvolver seus demais planos.

5.5 “Tudo que eu passei quando era criança, minhas filhas passam hoje”: Marta

Marta tem 30 anos, é mãe de duas filhas e conhecida entre os traficantes, agentes penitenciários e policiais de Juiz de Fora por fazer parte de uma família com longo histórico no tráfico da cidade. Recordo-me de quando ela chegou na penitenciária, em 2012, acompanhada da mãe e da irmã. Todas as funcionárias que trabalhavam no sistema carcerário há mais tempo já conheciam a família da Maria Cachorra, como a mãe dela era apelidada.

Foram presas no mesmo dia: Marta; a irmã, Fabiana; e a mãe, Maria Cachorra. Os dois irmãos já se encontravam presos em outra unidade na ocasião. Embora as duas irmãs não tivessem boa relação, somavam esforços para tentar garantir algum bem-estar para a matriarca. Maria Cachorra tinha pouco mais de 50 anos, porém aparentava ter muito mais. O rosto e o corpo revelavam a vida dura de quem passou pela fome, prostituição, uso de drogas e violências de várias naturezas. Na prisão, tinha dificuldade de andar e de se comunicar. Era uma mulher que não sabia ler nem escrever, soropositivo, com pressão alta, diabetes e outras doenças. Parecia-me difícil acreditar que aquela senhora era dona de uma boca de fumo e tinha todos os filhos no tráfico, trabalhando para ela. Era difícil de acreditar, porém era verdade e se contrapunha ao estereótipo do traficante: homem, jovem, que se impõe fisicamente. Tanto Fabiana quanto Marta faziam de tudo pela mãe e demonstravam grande preocupação com ela, solicitando atendimentos médicos, acolhendo-a quando se sentia mal etc.

Fabiana, a filha mais velha, estava permanentemente de rosto fechado, respondia às agentes com palavras monossilábicas, tinha a voz grossa e agia como segurança de

sua mãe, sempre ao lado dela, de braços cruzados e observando as pessoas ao redor. Marta era uma mulher alta, forte, também de poucas palavras, porém, diferente da irmã, era vista chorando frequentemente. Segundo minhas ex-colegas de trabalho, entretanto, não era para eu me impressionar com o choro, pois eram todas “bandidas sangue frio” e reconhecidas por matar quem não andasse na linha com elas, embora nenhuma delas tivesse sido julgada por homicídio. Era uma família que, por muitos aspectos, chamava minha atenção enquanto jovem pesquisadora e agente penitenciária. Mantive contato com a família na prisão durante dois anos, pois pedi exoneração do meu cargo em 2014. Ainda enquanto realizava a pesquisa de mestrado, entrevistei Fabiana, que me apresentou um interessante panorama sobre a participação da mulher no tráfico em Juiz de Fora. Em 2017, como parte da pesquisa que possibilitou este trabalho, entrevistei Marta, falando sobre os desafios de, pela primeira vez na vida, buscar rendimentos fora das atividades ilegais. No momento desta entrevista, Marta e Fabiana já estavam em liberdade, e a mãe ainda se encontrava presa.

Cheguei até Marta por intermédio de outra entrevistada, Alice, que passou meu contato para ela através do *Facebook*. Através desta rede social, marcamos a entrevista. Quando perguntei para Marta se ela poderia me passar o contato de Fabiana para entrevistá-la também, ela disse que a irmã havia voltado para o tráfico e, provavelmente, não iria querer participar. Como o foco da pesquisa é em relação às mulheres que buscam a construção ou reconstrução da vida por dentro do mercado de trabalho lícito, não busquei o contato com Fabiana.

No dia e horário marcados para a entrevista, busquei Marta em um ponto de referência do bairro onde ela morava. Era um bairro de periferia da cidade, do qual eu conhecia apenas a parte central. Ela estava me esperando, acompanhada da filha. Apesar de Marta falar pouco, tornando a entrevista difícil em alguns momentos, fomos conversando até chegar à universidade. Ela falava sobre como a cidade era grande e que não conhecia aquelas regiões. Dizia que há muito tempo não andava de carro e achava incrível como o carro se movimentava. Também achava incrível o tamanho dos prédios vistos pelo caminho. Com o desenrolar da conversa, aquela mulher tão séria e intimidadora que conheci na penitenciária estava parecendo uma criança inocente, que fazia comentários de quem estava descobrindo o mundo ou, pelo menos, a cidade. E, de certa forma, estava.

Marta respondia aos meus questionamentos ao longo da nossa entrevista com frases curtas. Muitas vezes eu precisava repedir a pergunta e solicitar uma nova

resposta, com mais detalhes. Foi a entrevista que mais exigiu de mim, enquanto pesquisadora, na condução. Apesar das poucas palavras, ela estava bastante envolvida com a própria história, fazendo inúmeras pausas para chorar. Ao término da entrevista, o choro foi longo e alto, fazendo-me também chorar e abraçá-la.

5.5.1 Infância, adolescência e envolvimento com o crime

Marta é a caçula de quatro irmãos. Não conheceu o pai, este morreu antes mesmo dela nascer. Não se recorda bem, mas sabe que, antes de nascer e ainda quando era criança, a mãe se prostituía e vivia com as crianças em um quarto, o mesmo usado para a prostituição. Além disso, a mãe cometia pequenos delitos como furtos, fato que a levava presa em algumas situações. Lembra de que a mãe começou a traficar drogas ilícitas, melhorando a situação financeira da família, e, à medida que os irmãos iam crescendo, passavam a ajudar nos negócios. Percebe que a situação vivenciada por ela na infância é muito semelhante à condição na qual suas filhas se encontram hoje. Assim como ela, as filhas também têm uma infância marcada pelas discontinuidades e incertezas geradas pela vida no tráfico.

Ah, tudo que hoje eu passei, que eu vi minhas filhas passar, quando eu era mais nova eu passei, porque minha mãe... Tudo o que eu fiz hoje minha mãe fez no passado, e eu sofri igual minhas filhas sofre no dia de hoje. Na época, eu fui pro orfanato, fiquei no orfanato. Aí, depois, minha mãe saiu, me pegou, aí foi presa de novo, aí ela tinha um rapaz, conheceu um rapaz, aí nós foi e morou com ele, com os pais dele e ele. Que foi esse que minha filha levou no médico, sabe? Aí ajudou, depois minha mãe saiu, aí ele passou doença (AIDS) pra minha mãe (Marta, 30 anos).

Conta que ela e os irmãos começaram a fazer uso de drogas ilícitas. Enquanto os três irmãos usavam *crack*, ela usava cocaína e abusava do álcool. Explica que, quando criança, a mãe não a deixava participar dos negócios, mas, na adolescência, começou a se envolver e tornou-se, segundo suas palavras, a principal ajudante da mãe na boca de fumo, localizada na própria casa. Pelo fato dos irmãos passarem muitos dias em torno do uso do *crack*, não tinham condições de manter a disciplina necessária ao tráfico de drogas.

Na escola, nunca apresentou um bom desempenho, acumulando muitas reprovações, e abandonou os estudos após concluir o sexto ano, já aos 17 anos de idade, quando engravidou de sua filha mais velha, hoje com 13 anos. Quando estava grávida

de sete meses, o pai de sua filha morreu, repetindo a história da mãe quando estava grávida de Marta. De acordo com ela, o rapaz morreu “*de tiro*”, homicídio, motivado por diferenças passadas: “*antes deu começar a namorar ele, ele já tinha problema com esse rapaz. Esse rapaz já tinha tentado matar ele e não tinha conseguido e depois acabou e matou ele*” (Marta, 30 anos).

Quando sua filha tinha menos de um ano, foi presa pela primeira vez por furto. Costumava furtar em supermercados e lojas, foi presa três vezes nesta tipificação, ficando privada de liberdade por um ou dois meses em cada uma dessas prisões.

Aos 19 anos, engravidou da segunda filha e, quando a criança completou três meses, o pai foi assassinado, repetindo o enredo da morte precoce de homens jovens de periferia, no qual mudam somente os atores. Dessa vez, o rapaz estava envolvido com outra mulher e participou de uma briga com um familiar da amante, resultando no assassinato.

Os dois namorados de Marta eram negros, assim como o pai da entrevistada, ela própria, sua mãe e seus irmãos. Pesquisas apontam serem os negros as principais vítimas da violência no Brasil. O Atlas da Violência (2018) mostrou que os negros foram vítimas em 71% dos casos de homicídios no país entre os anos de 2005 e 2015. Se o número de assassinatos de pessoas brancas diminuiu em 12%, o número de assassinatos de pessoas negras aumentou em 18% nesse intervalo de dez anos. De acordo com pesquisa realizada pelo IPEA em 2013, a expectativa de vida do negro no Brasil é de 71,7 anos, enquanto a média de vida do brasileiro é de 73,5 anos. A mesma pesquisa mostra que as chances de um jovem negro ser assassinado é 3,7 vezes maior do que de um jovem branco (IPEA, 2013). Além disso, em todas as unidades federativas do Brasil, a taxa de homicídios é maior entre os negros, se comparado aos brancos. Em Minas Gerais, a taxa de homicídios entre os negros é de 23,8 e, entre os brancos, 10,3. Em outros estados, a diferença é ainda mais alarmante. Em Alagoas, por exemplo, a taxa de homicídios entre os negros é 80,5 e, entre os brancos, 4,6. Na Paraíba, entre os negros a taxa de homicídios é 60,5 e, entre os brancos, 3,1 (IPEA, 2013).

O caso de Alagoas é especialmente interessante, pois o estado teve a terceira maior taxa de homicídios de negros (69,7%) e a menor taxa de homicídios de não negros do Brasil (4,1%). Em uma aproximação possível, é como se os não negros alagoanos vivessem nos Estados Unidos, que em 2016 registrou uma taxa de 5,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, e os negros alagoanos vivessem em El Salvador, cuja taxa de homicídios alcançou 60,1 por 100 mil habitantes em 2017 (Atlas da Violência, 2018, p. ?).

Na história de vida aqui apresentada, a morte de jovens negros era situação recorrente. Tanto Marta quanto suas filhas não tiveram a chance de conhecer os respectivos pais. Todos eram negros.

Borges (2018) mostra como o sistema de justiça criminal tem profunda relação com o racismo. Dentre as presidiárias, 67% são negras, ou seja, a cada três mulheres presas no Brasil, duas são negras (INFOPEN Mulheres, 2014, p.24). Muitas vezes, o preconceito racial, por ser condenado socialmente, é disfarçado de repúdio a criminosos, o que é aceito socialmente e, em muitos espaços, até considerado atitude louvável.

Ao passo que é preciso negar-se racista – mesmo que obtenha privilégio de sua condição e perceba a não presença de negros em espaço de poder e sua intensa presença em espaços subalternizados – não é preciso esconder preconceito contra criminosos. A figura do criminoso abre espaço para todo tipo de discriminação e reprovação com total respaldo social para isso. E ao retomarmos os dados que demonstram que há um grupo alvo e predominante entre a população prisional, ou seja, que é considerada criminosa, temos aí uma fórmula perfeita de escamoteamento de um preconceito que é racial, primordialmente. (...) O sistema de justiça criminal torna-se, portanto, mais do que um espaço perpetrado pelo racismo, mas ganha contornos de centralidade porque uma readequação de um “sistema racializado de controle social”. Se este sistema já operou explicitamente pela lógica da escravidão, passando pela vigilância e controle territorial da população negra após a proclamação da República, pela criminalização da cultura e apagamento da memória afrodescendente, percorrendo a aculturação e assimilação pela mestiçagem e apropriação, negação do acesso à educação, saneamento, saúde – questões que permanecem, inclusive – hoje não temos o cenário do fim desta engrenagem, mas de seu remodelamento (BORGES, 2018, p. 18).

5.5.2 Presa pelo tráfico de drogas

Quando Marta chegou à penitenciária em que eu trabalhava em 2012, já havia passado pela prisão outras três vezes pelo crime de furto. Presa provisória, seria liberada cerca de dois meses depois, no julgamento. Mas, dessa vez, presa pelo crime de tráfico de drogas, ficou privada de liberdade por cinco anos.

Conta que, durante a noite, os policiais chegaram em sua casa, encontraram droga e levaram todos os adultos da casa: ela, a mãe e a irmã – os irmãos já se encontravam presos. As duas filhas dela foram trancadas do lado de fora pelos policiais, deixando-a fora de si, chegando a entrar em confronto com eles.

Eu fiquei nervosa, porque minhas filha começou a gritar muito na rua e eu queria chamar elas pra acalmar elas e foi onde eu fiquei nervosa. Ele me deu um tapa na cara, eu fui e agredi ele também. Eu via minha filha chorar, essa que tá ali gritou muito. A outra nem tanto, mas a outra gritou muito... Então na hora, no momento do desespero, eu queria pôr ela pra dentro, né. Que ela

tava indo... Que minha irmã tava pondo o lixo pra fora na hora que os ômi chegou. Então, na hora que os ômi entrou, as crianças ficou na rua, e eles entraram, levaram minha irmã até a casa e fechou o portão. Deixou as crianças na rua. Aí, naquilo, eu fiquei em desespero, nós caiu em luta corporal (Marta, 30 anos).

Na penitenciária, não teve grandes problemas de relacionamento com as demais presidiárias nem com as agentes, mas diz que se sentia muito incomodada pela forma que algumas agentes tratavam outras presidiárias. Outra coisa que lamenta era a dificuldade de sua mãe em conseguir os atendimentos médicos dos quais necessitava.

Teve uma vez que ela ficou doente, muito ruim, eles (agentes) deixavam o portão da galeria aberto, mas não levavam ela no médico, aí foi Deus que ajudou e melhorou ela, porque ela chegou a ficar muito ruim. Ah, ela tem muita complicação, né, pressão, soropositivo, perdeu uma vista, não ouve dum... não escuta dum ouvido. Não consegue andar e ela tem dificuldade. Se ela abaixar a cabeça, igual eles fala: *abaixa a cabeça*. Se ela abaixar muito a cabeça, ela fica zonza. Já presenciei eles gritar com ela por causa disso, e ela falar: *eu não posso abaixar porque se eu abaixar eu fico zonza...* Eles grita, às vezes ela não ouve, aí eles vai e grita mais alto, só que eles não entende que ela tem problema. Ela não tá escutando (Marta, 30 anos).

A sensação de impotência perante o sofrimento da mãe presa e das filhas, que viviam com as avós, foi o pior sentimento vivenciado por Marta durante os cinco anos de penitenciária.

Assim como muitas outras mulheres que cumprem pena privativa de liberdade, Marta foi abandonada pelo namorado no período em que esteve presa. Segundo ela, no início, ele a visitava, depois as visitas foram ficando cada vez mais esporádicas, até o momento em que ele não a visitava mais e ela soube que ele estava namorando outra pessoa.

Passei aperto, né... Recebia muita notícia ruim das minha filha, que minhas filha tava passando por isso, sendo maltratada... Eu via o sofrimento da minha mãe, às vezes não podia ajudar... Tinha meus problema, meu namorado tinha me abandonado, eu gostava dele.... Minha família na época tava todo mundo preso, meu irmão que ficou na rua deixou roubar tudo que é nosso... Roubaram tudo... Eu saí não tinha uma roupa... Só os móveis não, mas tudo coisa de miúdo, televisão, roupa, sapato, levaram tudo... (Marta, 30 anos).

O rapaz chamado de irmão por Marta é, na verdade, sobrinho dela, filho de Fabiana, mas, como foi criado por sua mãe, ora a chama de sobrinho, ora de irmão. Conta que, quando saiu da penitenciária, todos os seus pertences haviam sido roubados

pelos conhecidos do irmão/sobrinho. A casa não tinha mais móveis, eletrodomésticos, utensílios, nem mesmo roupas, dificultando muito a reestruturação de sua vida. Chora bastante ao narrar tal situação.

Na penitenciária, trabalhou na faxina dos pavilhões e na Demlurb, já quando estava no regime semiaberto. Conta que, na varrição das ruas, a equipe composta pelas presidiárias era sempre a que recebia maiores trajetos e tarefas mais duras do que as outras equipes. Essa reclamação repetia-se nas entrevistas com todas as entrevistadas que também trabalharam na Demlurb, visto que todas as mulheres, ao atingirem o regime semiaberto, eram encaminhadas para o trabalho lá.

Marta estudou até o oitavo ano na penitenciária. Não chegou a concluir o ensino fundamental, pois a sala de aula do pavilhão feminino foi fechada. Na penitenciária onde cumpriu pena, existem quatro pavilhões, sendo três deles maiores, melhor estruturados, mais arejados e com espaços internos para sala de aula, biblioteca, cela para visita íntima etc. O quarto pavilhão foi construído para funcionar como “seguro” e abrigar aqueles presos ameaçados de morte, que não podem conviver com os demais, os doentes, idosos e outras situações excepcionais. Trata-se de um pavilhão menor, mais escuro, menos arejado, sem celas extras, onde possam funcionar fábricas, sala de aula etc. Quando a penitenciária recebeu um grande número de presos e presas transferidos de outras instituições, foi necessário fazer um remanejamento nos acautelados, e todas as presidiárias foram transferidas para este prédio anexo. Lá, além da superlotação, as mulheres sofreram com o fim da sala de aula, mesmo sendo elas as que mais frequentavam a escola e mais buscavam seu histórico escolar depois de recebido o alvará. A situação ilustra o que Colares e Chies chamam de “presídios masculinamente mistos”. De acordo com os autores, nos presídios mistos, as mulheres presas são invisibilizadas. A estrutura masculina e masculinizante da cadeia tolera as presidiárias no mesmo espaço físico que os presidiários, porém elas precisam se adequar às regras, aos hábitos, às vestimentas pensadas para os homens. Os presos são o referencial de um estabelecimento prisional misto e resta às mulheres ocupar o espaço que sobra e adequar-se. No exemplo citado, quando o prédio mais precário do complexo penitenciário precisou ser massivamente utilizado, foram as mulheres a ocupá-lo, perdendo o espaço da sala de aula, ainda que fossem as que mais faziam uso desse benefício, perdendo também a biblioteca e celas onde funcionava a “suíte” – nome utilizado por elas para se referir ao espaço no qual podiam receber visita íntima.

5.5.3 Depois da prisão

O caso de Marta era acompanhado pela Defensoria Pública, porém, quando começou a trabalhar na Demlurb e passou a ter uma renda mensal, contratou um advogado particular para garantir a libertação no momento certo. Explica ser comum muitas presidiárias extrapolarem o tempo que deveriam ficar presas, fato chamado por elas de “ficar vencida”. Sua mãe, por exemplo, está vencida há seis meses. Após receber o alvará, precisou aguardar mais dois dias para ter o SETARIN liberado pela polícia civil, pois ainda constava que seu processo estava em aberto, mesmo ela já tendo cumprido a pena. Uma vez resolvida a situação, Marta saiu de carona com um familiar que recebeu alvará no mesmo dia.

Em liberdade, imediatamente buscou as duas filhas para morar com ela. Como já foi dito, sua casa estava vazia, sem móveis, eletrodomésticos e roupas. Ainda possuía o pecúlio acumulado para manter a família por alguns meses, no entanto sabia que a situação financeira não ficaria fácil. Com baixa escolaridade, sendo ex-presidiária e não tendo praticamente nenhuma experiência no mercado de trabalho, sabia que as portas não se abririam com facilidade para ela.

Ao falar de sua vida atual, Marta chorava muito. Enfatizou que, pela primeira vez, estava tentando não recorrer ao crime para sobreviver, pois não queria passar mais tempo longe de suas filhas, mas ela já estava “na rua” há seis meses e até então não havia conseguido se estruturar, vivendo de pequenas ajudas de conhecidos, vizinhos e parentes.

Só dessa vez agora que eu passei tudo que eu passei que eu tô com vontade de mudar. Igual das outras vez eu sempre achava que ah, ia se dar bem, sempre ia... O sofrimento acho que foi maior do que das outras, mais anos que eu fiquei presa, eu pude sentir o gosto amargo (Marta, 30 anos).

Diferente das demais entrevistadas, reconhece que o Estado, através do PRESP, a auxiliou na vida de egressa através de algumas medidas, como o encaminhamento para o CRAS da região em que residia:

Fui no PRESP. Me encaminhou ao CRAS do Linhares. E falou que, se eu precisasse de alguma coisa, era pra ir lá, aí fui no CRAS com o encaminhamento deles, aí consegui através do CRAS o Curumim pra minha filha, o CRAS agora tá tentando arrumar pequeno artista pra minha filha, tentou arrumar vaga de colégio, mas não conseguiu (Marta, 30 anos).

Além disso, no PRESP, fizeram um currículo e um e-mail para ela, assim como conseguiram encaminhamento para uma entrevista de emprego. Foi a primeira vez que tentou uma vaga no mercado de trabalho legal, exceto pelos trabalhos desenvolvidos na própria prisão. Fez uma entrevista para serviços gerais, mas ainda não obteve resposta. Na entrevista, contou que sua experiência de trabalho restringia-se a varrer as ruas pela Demlurb, atividade esta desenvolvida durante a prisão. Se a declaração pode ou não prejudicá-la, ainda não sabemos, nas palavras de Marta: *“Ela me tratou normal, mas ela falou que não influiria nada. Mas a gente não sabe a cabeça de ninguém, né, porque eles têm muito preconceito hoje em dia”* (Marta, 30 anos). Ainda no PRESP, recebeu algumas cestas básicas, possibilitando minimamente alimentar a família.

Fala que, embora tenha buscado as filhas na casa das avós no primeiro dia que recebeu seu alvará, as relações entre elas não estão sendo fáceis devido ao tempo em que ficaram longe umas das outras. No trecho a seguir, percebemos como o afastamento entre mãe e filhas dificulta o convívio mesmo depois da prisão: *“Porque, assim, hoje eu falo um negócio, ah, é difícil, eu não sei lidar com elas às vezes, perdi muito tempo de convivência. Já tão no ritmo da vida que elas tavam vivendo, né...”* (Marta, 30 anos).

Ao falar dos planos para o futuro, volta a chorar. Por mais que deseje realizar atividades laborais legais, sabe que as possibilidades de voltar para o crime não são insignificantes. Na medida em que as portas do mercado de trabalho legal fecham-se, outras se abrem no tráfico de drogas.

Quero mudar de vida, arrumar um serviço, que é os planos que eu tô. Pegar minhas filhas, arrumar um emprego, levar outra vida, mas... (CHORO) Não tô tendo oportunidade, por ser ex-presidiária, por pedir nada consta, tudo muito difícil. Pesquisadora: *Se algumas empresas contratassem ex-presidiárias pelo menos por um tempo, acha que ajudaria?* Ajudaria bem mais. Empregada, com a mente mais equilibrada, pra não fazer coisa errada. Mas a minha mente ainda continua a andar no caminho reto. Cê vai tentando, vai tentando, uma hora, as porta vai fechando, vai fechando, vai tudo dando errado, cê vai passando aperto, aí se vai optar pelo lado mais fácil. Eu já tive oportunidade, já me oferecerem associação, mas eu não quero (CHORO) (Marta, 30 anos).

Depois da entrevista, ela me pediu para levá-la até a Faculdade de Odontologia da UFJF, onde procurou saber sobre tratamentos dentários gratuitos. No caminho de volta para casa, pediu-me para parar o carro em frente a uma padaria onde os padeiros distribuía os farelos de bolo que acumulavam em um saco plástico. Ainda no

caminho, perguntou se eu teria algum trocado para ela. Dei o que tinha em mãos e lamentei que ela estivesse precisando pedir ajuda para sobreviver. No fundo, nós duas sabíamos que não seria possível continuar vivendo de favores por muito tempo e, se o mercado de trabalho não se abrisse para ela, as chances dela se abrir novamente para o crime aumentam. Talvez ela pensasse que o sucesso ou fracasso de sua vida dependeria apenas dela. Eu sabia que, além da persistência dela, também seriam necessárias políticas públicas que possibilitassem a uma mulher como Marta ter as ferramentas necessárias para refazer sua história. Se tratarmos a reabilitação do egresso do sistema penitenciário como uma tarefa privada e não como um dever público, realizado através de políticas públicas, as chances de sucesso são minimizadas, condenando não apenas aquele indivíduo, mas, de uma forma ou outra, toda a sociedade.

5.6 “Na minha família não existe amor”: Simone

Entre todas as entrevistadas, sem dúvidas Simone foi aquela com a qual tive maior contato. Ela esteve presa durante todos os cinco anos que fui agente penitenciária. Lembro-me de longas conversas na porta da cela, nas quais ela costumava narrar suas memórias e falar sobre seus planos. Tinha sempre o hábito de pedir o máximo de coisas que pudesse alcançar: atendimentos com o corpo técnico da penitenciária, escoltas, telefonemas, atendimento no setor jurídico da penitenciária, conversas com a diretora geral, troca de cela para si e para outras... Tal comportamento era visto como inconveniente pela maioria das agentes penitenciárias. Como eu, dentro das possibilidades, tentava garantir parte de suas recorrentes solicitações, ela se aproximou e passou a conversar comigo sempre que possível.

Entrevistei Simone pela primeira vez no ano de 2013, quando ela ainda estava presa e eu era agente penitenciária. Esta entrevista fez parte do material de minha dissertação de mestrado, em que buscava compreender a dinâmica da participação das mulheres no tráfico de drogas. No início de 2014, pedi exoneração do cargo e perdi o contato com Simone, que estava para receber seu alvará de soltura em poucos meses. No ano de 2015, quando já estava fora da penitenciária, ainda em regime aberto, ela abriu uma conta no *Facebook* e me adicionou. Através do perfil dela, era possível acompanhar sua vida fora da cadeia. Por alguns meses, postava fotos saindo cedo de casa para o trabalho, com legendas motivacionais sobre o valor do trabalho tido por ela como “honesto”. Algum tempo depois, passou a divulgar serviços de jardinagem.

Posteriormente, passou a publicar fotos de carnes que assava, oferecendo encomendas. Vez ou outra, interrompia os *posts* sobre suas tentativas de engatar em alguma profissão e divulgava fotos segurando armas, com legendas tais como “*o dono do morro voltou*”. Seu relacionamento com outra ex-detenta, Luana, também era publicizado permanentemente. Era comum postar foto da namorada com a legenda na qual expunha traições sofridas e, até mesmo, ameaças contra a vida da companheira, motivadas, em geral, por traições ou abandonos. A cada término de relacionamento, elas abriam um novo perfil no *Facebook* e me adicionavam novamente, de forma que tenho cinco perfis de cada uma delas adicionado.

Em 2017, mandei uma mensagem para ela, através do *Facebook*, explicando sobre a pesquisa e solicitando a entrevista. O pedido foi prontamente atendido. Ela passou seu número de telefone e marcamos a entrevista dentro de alguns dias.

Não conhecia o bairro no qual ela morava, por isso saí de casa com muita antecedência, o que foi fundamental, pois me desviei do caminho correto três vezes até chegar lá. Cheguei um pouco antes do horário marcado no local combinado, a igreja do bairro. Como Simone não chegava, liguei para ela, que me pediu para buscá-la em casa. De onde eu estava até onde ela morava, precisei subir muitas ruas estreitas, sem calçamento e difíceis de passar com o carro. Chegando na rua, vi uma placa de “rua sem saída” e parei o carro antes que a rua se estreitasse muito e eu tivesse dificuldade para fazer o retorno. Liguei para ela e pedi que viesse até mim, pedido relutado pela mesma, insistindo para que eu fosse até à casa dela. Comecei a me sentir incomodada com a situação e com receio de ir até lá. Reafirmei que a esperaria onde eu estava, pois seria difícil virar o carro se continuasse a seguir naquela rua. Por telefone ela me perguntou se a namorada também poderia ir à entrevista. Eu concordei, e elas vieram até o carro. Quando elas entraram no carro, saí do estado apreensivo em que me encontrava e fomos até a universidade.

No carro, soube que elas haviam terminado o namoro mais uma vez, porém Luana a ligou em busca de uma reaproximação, e elas estavam em um momento de re discutir o relacionamento. Fui colocada em situações constrangedoras durante todo o trajeto, quando uma me contava sobre as ações da outra, e queriam minha opinião, esta sempre ia no sentido de incentivar o perdão e a reconciliação entre elas. Porém, em alguns momentos, a discussão entre as duas ficava mais séria, com gritos e até ameaças. Pedia calma e tentava mudar de assunto.

Chegando à universidade, perguntei se queriam lanchar, elas aceitaram. Comemos, conversamos e combinamos que a entrevista seria feita com uma de cada vez. Enquanto eu entrevistava Simone na sala reservada previamente, Luana ficou na cantina e vice-versa.

A primeira entrevista que fiz com Simone, ainda na prisão, durou uma hora e 30 minutos; a segunda, na universidade, uma hora e 10 minutos. Na primeira entrevista, Simone apresentava esperança de reconstruir sua vida quando saísse da penitenciária; já na segunda, estando em liberdade há dois anos, apresentava desânimo e desesperança, além de uma fala confusa, com pouca articulação entre os fatos, tendo dificuldades em responder às perguntas com frases que não fossem queixas em relação à sua vida e às pessoas com as quais convive.

5.6.1 Infância e Família

A história familiar da entrevistada é bastante dolorosa. Ao começar a se relacionar com seu pai, a mãe, com apenas 13 anos à época, foi mantida em cárcere privado por ele até os 18 anos, quando ficou grávida de Simone. Ainda na gravidez, a mãe fugiu para uma cidade vizinha e mantinha-se através da prostituição. Assim, Simone viveu até pouco mais de um ano de idade no quarto onde a mãe se prostituía. Foi retirada do local por uma tia, que foi atrás da irmã e encontrou a menina suja de fezes, sem saber andar e falar direito, devido à falta de cuidado. Nas suas palavras:

eu nasci na zona boêmia, minha tia me pegou lá com um ano e pouco porque eu nem andava. Aí fiquei um tempo com minha tia. Deve ter chegado aos ouvidos dela que eu não tava nem andando, que eu tava comendo até a própria fezes, minha mãe bebia muito, aí fui morar com elas até meus 4 anos (Simone, 53 anos).

A referida tia a trouxe para Juiz de Fora e, a partir daí, passou a morar com duas tias, muito religiosas e rígidas. Aos 4 anos, sua mãe também volta para Juiz de Fora, passa a viver com seu pai, e Simone vai morar com eles, período do qual não tem boas recordações: *“Nunca tive amor de pai e de mãe, nem sei o que é isso. Com 8 anos eu já cozinhava, já me punha pra cuidar da casa pra ela poder vagabundar. E ele bebendo. Um bebia de cá, outro bebia de lá, quebrava a casa toda e depois coro em mim, que eu era homossexual”* (Simone, 53 anos).

As tias garantiram que ela pudesse estudar em bons colégios da cidade de tradição católica, porém sua orientação sexual e afetiva nunca foi aceita nestas escolas. Simone descreve que, desde criança, sempre se interessou por mulheres, fato gerador de uma série de discriminação ao longo de sua trajetória. Conta que foi expulsa de três colégios após ser pega ficando com garotas.

Em casa era exposta a todo tipo de violência provocada pela homofobia. Conta que sua mãe a batia na rua, a ponto de deixá-la nua e obrigando-a a gritar: “*eu não sou homem, eu sou mulher*”. Aos 15 anos, fugiu de casa por não aguentar mais as surras. Movida por raiva e desejo de liberdade, foi parar na rodoviária, disposta a sair da cidade, mesmo sem dinheiro. Conheceu um casal de mulheres, também homossexuais, sendo uma delas garota de programa. Explicou a situação dela para as garotas, e elas pagaram sua passagem para Barbacena, cidade para a qual elas também partiam. Já em Barbacena, uma das mulheres, a que era garota de programa, terminou seu relacionamento para ficar com Simone, resultando em constantes ameaças de morte por parte da outra mulher, que se sentiu preterida.

A história de vida de Simone é, toda ela, marcada pelo preconceito sofrido em torno da orientação sexual da mesma. Considera que sua vida poderia ter tomado outro rumo, não fosse o preconceito vivenciado pelo fato de ser homossexual. Lembra que foi expulsa da escola e da família por preconceito. Acredita que, caso a sociedade tivesse sido mais tolerante à sua condição, provavelmente teria continuado os estudos e não teria entrado para o crime.

A relação de Simone e da namorada durou aproximadamente três anos. Nesse período, a moça a sustentava, e ambas viviam na casa de prostituição em que a companheira trabalhava. Cansada de passar os dias no ócio e sob o controle da namorada, que, segundo ela, era muito ciumenta, Simone decidiu voltar a estudar. Certo dia, depois da aula, foi em uma lanchonete com as colegas de escola, quando a namorada de Simone a encontrou. Fez um escândalo, pois estava com ciúmes, bateu e rasgou sua roupa em público. Simone se viu praticamente nua, sem ter para onde ir, uma vez que a namorada disse para não voltar ao local onde viviam e que não a sustentaria mais.

Um cliente de sua ex-namorada ofereceu-lhe um local para morar e ajuda financeira em troca de relações sexuais. Disse que, por mais repugnante que lhe parecesse a ideia de se envolver com um homem, ainda mais por dinheiro, precisou aceitar. Engravidou dele e voltou com a namorada, que tentou esfaqueá-la quando

descobriu a gravidez. Quando o bebê nasceu, foi entregue à mãe de Simone, que aceitou sem ressalvas cuidar da criança. Para a entrevistada, aceitar cuidar do neto pode ter sido um meio encontrado pela mãe para, de certa forma, redimir-se dos maus cuidados direcionados a ela.

Depois disso, Simone afirma ter passado a usar maconha e começar a vender para manter o seu uso. As vendas foram crescendo e, pela primeira vez, ela passou a ter condições financeiras de manter a si própria e a namorada.

5.6.2 Tráfico e prisão

A primeira prisão de Simone foi por tráfico de drogas. Ainda na delegacia, conheceu um grupo de assaltantes, que a disseram que o tráfico “não dava futuro” e a convidaram para participar de assaltos a caminhões junto ao grupo.

Logo no primeiro assalto, Simone foi condenada a 14 anos de prisão em um município do Estado do Rio de Janeiro. Disse ter detestado participar do assalto, pois a ideia era apenas conseguir um dinheiro, sem usar violência, mas os outros assaltantes acabaram matando um caminhoneiro. Diante desse fato e a partir das relações que foi construindo na prisão, decidiu que precisava “mudar de artigo”. Ou seja, não iria mais participar de assaltos, mas se empenharia em vender drogas. Mudaria do artigo 157, assalto à mão armada, do Código Penal, para o que hoje é o artigo 33, tráfico de drogas.

Embora tenha sido condenada a 14 anos de prisão, conta ter fugido após um ano e meio cumprindo a pena. Motivada pelo abandono da namorada e pela possibilidade de ser transferida para a penitenciária feminina do Rio de Janeiro, Talavera Bruce, planejou um momento que fosse oportuno para sua fuga.

*Planejei. Fiquei planejando um ano. Planejei, estrategei uma fuga. Uai, eles pegaram confiança ni mim... Um ano lá, limpando a cadeia, primeiro eles têm que pegar confiança ni mim, pegou confiança... Aí eu falei: *caraca, eles vão me mandar pro Rio de Janeiro, pro Talavera Bruce né*, eu tinha o maior pânico... Eu tinha medo... Talavera Bruce Rio de Janeiro... Eu falei: *quê? Lá eles vão me matar naquele lugar, que eu já sou estressada. Vai ser briga toda hora, e lá eles metem a faca. E eu vou fugir antes deles me descerem lá pra baixo*. Aí eu estrategei. Eu tinha plantão certo que me mandava tomar conta. Ia lá pegar a menina pra ficar com eles, entendeu? Mandou buscar uma cerveja pra eles. Nesse meio tempo... Era policia civil. Era dois policial, um saía e ficava só um tomando conta de lá. Aí eu fui e falei: *vou tomar um banho quente aqui*. Aí ele foi e deixou. Nesse meio tempo, assim que eu saí da porta da delegacia, já pedi carona e peguei uma carona até a BR. Mas, quando eu cheguei em Leopoldina, os homi já tavam atrás de mim, mas aí eu fui pra Curvelo (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).*

Após fugir da prisão, Simone começou a vender cocaína, além da maconha, e em quantidades cada vez maiores. Já viveu em várias cidades, inclusive em outros países, como Paraguai e Uruguai, onde aprendeu a produzir *crack*. Em uma dessas viagens, foi pega no estado do Mato Grosso, onde foi presa e transferida para o CERESP, um presídio em Juiz de Fora, onde conheceu Adriana que, segundo ela, foi o grande amor de sua vida. Elas viveram juntas por alguns anos, até a morte da companheira, portadora do vírus HIV. Conta que, ao sair da prisão, tentou se estabelecer em uma profissão lícita, no entanto não obteve êxito.

Aí saí da cadeia. Vendi minha casa em Curvelo e comprei uma casa aqui e continuei no tráfico. Não conseguia emprego. Fui fazer um curso no CEI, de material de limpeza, mas não dava vazão, porque tinha que ter certificado de químico, tinha licença pra isso, licença pra aquilo, e eu não tinha nenhum capital de giro, entendeu? Emprego eu não conseguia em lugar nenhum, entendeu? Na hora que viam que você era ex-presidiária, aí acabou... (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Saiu da prisão em 2006. Alguns meses depois, voltou para o tráfico e foi presa novamente em 2007. Em 2011, passou a ter saída temporária e, já na segunda saída, foi presa em flagrante, novamente por tráfico de drogas, fazendo com que seu regime regredisse do semiaberto para o fechado. Viu-se fora da prisão novamente em 2015, embora ainda estivesse cumprindo pena no regime aberto por mais alguns meses.

Às vezes perde-se nas histórias e nas datas, confundindo os períodos em que estava presa com os de liberdade. Em ambas as entrevistas, Simone não conseguiu apresentar suas memórias de forma linear, adiantando e voltando no tempo diversas vezes. Afirma que, ao longo da vida, foi presa cerca de dez vezes, dificultando a recordação precisa dos detalhes de cada uma dessas prisões. De qualquer forma, nas entrevistas de histórias de vida, a exatidão das memórias não assume relevância para o entendimento da história, sendo, mais importante, a compreensão de como a entrevistada enxerga a si mesma, como ela narra sua vida, a percepção que apresenta de si e que busca passar para mim, enquanto entrevistadora. Salta aos olhos como, ao contar a história, Simone percebe sua vida atrelada à vida do crime, como podemos perceber no trecho abaixo, retirado da segunda entrevista:

Pesquisadora: Você foi presa quantas vezes?

Simone: *Deixa eu ver... uma, dois...cinco, seis... Umás dez vezes mais ou menos. Por aí... No Rio de Janeiro, Paraíba do Sul e Mato Grosso, Campo Grande, Dourados.*

Pesquisadora: Se você somar suas prisões, quanto tempo que dá?

Simone: *26 anos e seis meses*

Pesquisadora: Você está com quantos anos?

Simone: *53*

Foucault (1987) ressalta o papel da prisão enquanto um mecanismo que possibilita a transformação do infrator, aquele que descumpra a lei, em delinquente, ou seja, aquele que tem a biografia confundida com o crime. Becker (2008) percebe a prisão como um marco na construção de uma carreira ilícita, uma vez que, é a partir deste momento, que o indivíduo passa a ser visto pela sociedade como um criminoso e, muitas vezes, passa a se ver dessa forma também. Ser preso significa ter o “estigma” (Goffman, 2004) de ex-presidiário e, nos casos estudados, de uma mulher ex-presidiária. Simone foi presa pela primeira vez por traficar pequenas quantidades de maconha. Dentro da cadeia, conheceu aqueles que lhe convidaram para o roubo de cargas de caminhão. No primeiro roubo, envolveu-se em um homicídio, foi condenada a 14 anos, fugiu do sistema penitenciário depois de um ano presa e envolveu-se cada vez mais com o tráfico de drogas, construindo uma carreira, no sentido dado por Becker (2008), no crime.

No tráfico, Simone não participou de nenhuma facção. Vale ressaltar que, em Juiz de Fora, os presídios, por hora, não são controlados pelas facções, como acontece em outras cidades. Como ela gostava de enfatizar, “*fazia o corre*” sozinha, ou seja, ela mesma buscava a droga, voltava para a cidade e revendia na boca de fumo que funcionava em sua casa. Vez ou outra pagava algumas pessoas por alguns serviços no tráfico, mas não mantinha funcionários fixos, nem trabalhava como funcionária fixa de ninguém.

Já fui buscar droga na Bolívia, Paraguai... Já fui pra Argentina... Porque eu sempre trabalhei pra mim mesmo. Nunca trabalhei pra ninguém. Pra não ficar devendo favor. Então, eu nunca gostei de me envolver em sociedade e nada, porque, na lei do crime, você mata ou você morre, entendeu? Então a pessoa nunca vai acreditar que eu peguei a mercadoria ali e perdi ali. Sempre vai plainar uma dúvida no ar, entendeu? Então eu não gosto disso. E as pessoas não acreditam, não adianta. Então eu sei... eu pego o meu dinheiro, eu procuro me informar onde que é o canal, aonde que é a fonte. Eu vou lá, busco ou pago alguém pra buscar pra mim, entendeu? Dou a parte dela, da pessoa pra lá. E eu mesma tenho os meus fregueses, vou lá e vendo. Vou lá e recebo, entendeu? Nunca gostei de envolver ninguém, principalmente família... (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Eu já comprei a base e eu mesma fiz o *crack*. A cocaína eu não sei fazer não. Eu mesma fiz o *crack*, entendeu? Eu sei, eu já vi, né? Fiquei no meio dos grandão lá e tudo, mas sempre observando... Em Campo Grande, entendeu? E lá na Bolívia, que já fui. E Paraguai. Eu já fui buscar maconha lá. Já fui em Cabrobó, Pernambuco. Os cantos eu já fui tudo aí buscar maconha. Eu mesmo ia, eu mesma botava na mochila e vinha, entendeu? Porque eu nunca gostei também de botar alguém e correr risco por mim. (Simone, 49 anos, 1ª entrevista).

Afirma ter conhecido muitas mulheres que entraram para o tráfico de drogas por coerção do parceiro, mas condena tal prática: *“É, geralmente por causa dos maridos que elas entram pra essa vida, que eles tá preso. Aí bota as mulheres como cabeça, né? Com medo, não confia em outro parceiro, entendeu? E eu nunca botei nenhuma mulher minha pra negócio, nunca coloquei”* (Simone, 53 anos, 1ª entrevista).

Vender drogas na sua própria boca de fumo, mesmo uma biqueira pequena, que atende a varejo, é um posto alto e pouco desempenhado por mulheres. Conta já ter sido ameaçada de morte muitas vezes e, embora nunca tenha sido presa por homicídio, precisou matar em algumas situações para conseguir manter-se viva e no tráfico.

5.6.3 Vida entre grades

Tanto na primeira como na segunda entrevista, Simone faz diversas reflexões sobre a própria vida, buscando possíveis motivos por sua trajetória ter sido a que foi e não outra. Reflexões sobre a postura das mulheres com as quais já se relacionou, sobre o amor e sobre a própria vida são levantadas inúmeras vezes ao longo das entrevistas.

Embora não tenha uma religião, Simone é ligada a assuntos espirituais e gostava de me indicar os livros espíritas que lia na penitenciária. Dizia gostar muito do espiritismo kardecista, porém não se considerava desta religião, por discordar, principalmente, da perspectiva através da qual eles abordam a homossexualidade. Por isso pensava em fundar uma religião própria, na qual ela pudesse livremente associar as crenças que tinha. Além disso, há cerca de dez anos, ela conhece uma pastora de uma Igreja Neopentecostal que, segundo ela, não condena a homossexualidade. Desde então, esboça planos de abrir uma filial da igreja citada na cidade em que reside e ser, ela mesma, a pastora. Ela falou sobre tal desejo enquanto estava privada de liberdade e o retomou na entrevista feita em liberdade, desta vez, como uma possibilidade bastante remota.

Tem uma igreja de homossexual, eu tô querendo entrar pra essa igreja evangélica. Conheci a pastora. Eu tô esperando a pastora vim em Juiz de Fora. Águias do Avivamento. Tem em Ribeirão Preto. Elas tão querendo vir pra eu fundar uma aqui. Só que eu não sei se eu vou ter essa responsabilidade, que o negócio é ter responsabilidade... E a tese dela não é a mesma coisa que a minha, eu queria não é tipo uma religião, uma coisa que eu pudesse falar, igual, assim, eu não acredito só nisso aí, eu acredito em várias outras coisas. Então, assim, é muita coisa, entendeu... (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Ao entrar no site da igreja, já na página inicial percebemos o caráter inclusivo e de aceitação da mesma, ao menos formalmente, às pessoas LGBT, algo claro no *slogan*:

Igreja Cristã Águias do Avivamento, uma igreja que tem a visão da inclusão. Deus não faz acepção de pessoas (Rom 2:11). Portanto, se você se sente excluído e tem saudades em adorar ao Rei, venha estar conosco, em Ribeirão Preto. Nosso chamado é levar você para mais perto de Deus!!!.

Além do *slogan*, a principal imagem é de uma bandeira LGBT, com a frase “Jesus ♥ todos”, reproduzida abaixo.

Figura 2: Imagem presente na página inicial da Igreja Águias do Avivamento.



Fonte: <https://aguiasdoavivamento.com.br/portal/>

Tanto no dia a dia da penitenciária quanto nas duas entrevistas, Simone disse acreditar estar cumprindo uma missão e que as desventuras por ela vivenciadas assim o foram como parte desse propósito que ela cumpre aqui na Terra. Para ela, se a mãe tivesse aceitado a homossexualidade dela, não teria fugido de casa, passado pelo que passou, não teria se prostituído e seu filho não existiria. Na segunda entrevista, ela destaca que, caso tivesse tido a oportunidade de estudar e ter uma profissão, talvez suas tias vivessem abandonadas nos dias de hoje. A seguir, trechos na qual coloca este caráter messiânico sobre seus sofrimentos.

Não foi uma escolha. Eu nasci assim, eu nasci assim. Não arrependo... arrependo de ter meu filho? Não me arrependo, dona Sintia. De ter tido me deitado com um homem, porque assim tinha que ter sido. Porque eu acho que, se minha mãe tivesse me aceitado direitinho, eu ia ser veterinária, que era meu sonho. Ser veterinária. Ai, às vezes, eu ia conhecer uma médica, uma pessoa. E não ia ter meu filho. Podia ter futuramente, né? Métodos, igual têm agora, né? De proveta ou inseminação. Entendeu? Mas aí é onde entra essa tese minha da espiritualidade. Entendeu? Eu tinha que passar por alguma missão. Igual eu li esse livro *Meu Amigo Azul*. Pega pra senhora ler, *Meu Amigo Azul*. Pega ele, eu entreguei ontem, deve tá até na biblioteca. Ele teve que passar 30 anos dentro do manicômio, porque ali que as pessoas precisavam dele, entendeu? Muitos, né, criticam, mas muitos procuram uma palavra, uma ajuda, uma orientação. Já ajudei muita gente. Muita gente, sabe? Na parte jurídica. Então, né. A gente vem pra Terra pra servir. A senhora não acredita, né? Mas é uma missão. E a senhora deve também ser um instrumento disso, a senhora pode ter certeza disso. Um dia a senhora vai me falar (Simone, 49 anos, 1ª entrevista).

Enquanto, na primeira entrevista, apresenta-se para nós uma Simone resiliente, que aceita o sofrimento como parte de seu crescimento para servir aos outros, na segunda entrevista, a Simone fora das grades há dois anos apresenta sinais de exaustão e impaciência, porém mantém a ideia de seu destino ter sido previamente traçado por motivos bem definidos, que são, ainda, ajudar outras pessoas, mesmo que elas não percebam, fazendo com que ela se sinta extremamente injustiçada.

Na minha família, nunca teve, assim, amor, de chegar e dar um abraço, falar eu te amo, nada. Só sabe xingar. Eu acho que da maneira delas (as tias), elas gostam de mim, entendeu? Mas, não é como uma família normal. Elas criticam, brigam mais do que qualquer coisa. Igual falaram lá que todo mundo é formado na família e só eu que não presto. Sou a única que não presto, mas tô do lado dela. Imagina se eu tivesse formado, eu não ia poder tá né... Aí que eu falo que existe a lei do retorno das coisas acontecer. Nada é em vão. A única pessoa que tá ajudando as duas é eu e minha mãe. E minha mãe eu ainda tenho que ajudar porque ela também não tá boa. Não sobrou pra mais ninguém. Tem hora que me dá vontade de falar pra elas e de vez em quando eu falo (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

O discurso de Simone lembra a fala de Salvador, ex-presidiário entrevistado por Soares (2002), que, durante entrevista a ela concedida, afirmou entender sua má sorte na vida como os desígnios de sua missão, que ele também não sabia exatamente qual era, mas tinha a ver com passar pelo sofrimento para poder ajudar as pessoas ao seu redor. *“Surge um Salvador que tem como missão ajudar os outros, em especial aqueles que compartilham de experiências semelhantes”* (SOARES, 2002, p. 121).

Mesmo a crença em um propósito maior que justificasse aquele sofrimento não impedia Simone de revoltar-se contra a vida levada no cárcere. Portanto, ela, ao longo

das entrevistas – principalmente da primeira, oscilava entre um comportamento de revolta e de resignação. Na segunda entrevista, tal oscilação permanece, porém a indignação se sobressai à resignação.

Durante o tempo em que estive presa pela última vez, trabalhei na faxina, na biblioteca, na fábrica de meias, ficando pouco tempo em cada um desses postos. Conta ter maior identificação com o trabalho de reparações gerais, desenvolvido, na penitenciária em questão, pelos presos do sexo masculino. Enquanto estive presa em Juiz de Fora, só permaneceu por mais tempo na varrição de ruas, trabalho este oferecido pela DEMLURB e direcionado a todas as mulheres no regime semiaberto.

Fiquei um pouquinho em cada um. Agora o que eu mais fiquei nos serviços gerais em Mato Grosso. Que andava arrumando as cadeia toda, pintava, limpava, arrumava tudo, parte elétrica, encanamento, serviços gerais, eu gostava. Aqui em JF trabalhei um cadim em cada coisa. Três meses na biblioteca... acho que foi onde eu fiquei mais... Saí de lá por causa de mudança de cela... não tava dando certo na cela que eu tava, e eu não gosto que fica me mandando... Aí, pra não arrumar problema, eu saía. Na faxina eu fiquei quatro dias. Não aguentei, já discuti com a presa que queria me mandar, aí eu falei, *vou sair pra não arrumar problema*. Aí, no semiaberto, fiquei na DEMLURB quase um ano. Na fábrica de meia, fiquei três mês a primeira vez, depois fiquei um mês, porque a pessoa vem querer me dar ordem, e eu não gosto, não. Na DEMLURB, eu fiquei 11 meses em guerra com a dona Marieta, mas fiquei. Onze meses em guerra, mas fiquei. Era obrigatório, e eu precisava do dinheiro pra sair. Já tava com problema de coluna, vários problema. Que lá eu recebia um terço. Era um terço pro pecúlio, um terço pra eles, um terço pro preso, pra comprar as coisas pra mim (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Embora não trabalhasse permanentemente, estudou na prisão por diversas vezes e, segundo ela, concluiu o ensino fundamental três vezes. Uma vez, concluiu nas escolas tradicionais e duas vezes, no sistema penitenciário. Sempre comentava sobre o desejo de estudar quando recebesse o alvará de soltura, almejando o curso de direito. Sempre fazia a prova do ENEM direcionada aos presidiários e buscava informações sobre cursos técnicos ou profissionalizantes que pudesse fazer.

Adoro estudar. Adoro ter uma certa cultura, conhecimentos gerais, entendeu? Porque você vai conversar com uma pessoa... Igual eu converso ali. Ninguém tem diálogo. Não sabe falar nada. São coisas banais, entendeu? Então eu... Não tem. Você acaba ficando burra. Eu tô até falando palavras erradas, por causa da falta de conhecimento, entendeu? Eu queria, assim, se a senhora pudesse, entrar na internet pra mim, que diz que esses cursos aí, eu só tenho até o fundamental, entendeu? Tem curso técnico. Pra saber onde eu posso, se eu posso me matricular. Pra mim fazer à noite, nem que fosse num período curto, de panificadora, pra mim fazer o curso de padeiro, alguma coisa assim. Eu tava muito... eu tô ligada nesse... alguma coisa tá me dizendo pra mim seguir, fazer um curso de padeiro, pra mim fazer rosca, pão, essas coisas, em

casa mesmo e fundar, fazer uma firmazinha pequena, pra entregar pra bares, pra essas coisas... (Simone, 49 anos, 1ª entrevista).

Como a maioria das mulheres privadas de liberdade, Simone, em geral, também não recebia visitas. *“No início, minha mãe ia quatro vezes no ano. Depois passou pra duas vezes no ano. Meu filho, uma vez no ano. No Mato Grosso, já não tinha. Paraíba do Sul, minha mãe ia de vez em quando”* (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Conta que era chamada, por algumas agentes penitenciárias, de “terceira espécie”, por não ser como as outras mulheres, mas também não ser como os homens. Às provocações não costumava retrucar, com receio de gerar conflito e as coisas saírem do controle ainda mais em sua vida.

Fala com bastante mágoa das tias por nunca a terem visitado na penitenciária, visto que elas possuem relações afetivas bastante estreitas. Durante nossa entrevista, como já foi dito, faltavam poucos meses para o seu alvará chegar na penitenciária e ela pudesse terminar de cumprir a pena fora da prisão. A desordem na qual as coisas do lado de fora se encontravam a deixa angustiada e misturava-se com a desordem do lado de dentro da prisão. Ao mesmo tempo, fazia planos para quando saísse.

Tá batendo angústia, entendeu? De saber que eu não tenho uma luz dentro de casa, eu tenho que começar tudo do zero. E quero começar honestamente. Não quero mais mexer com nada de errado. Se eu quisesse, já tava tudo na mão. Eu não quero nada de errado mais. Minha tia falou que vai pagar pra mim uma carteira de motorista, ela vai procurar uma autoescola, que ela quer procurar. Eu vou aceitar. Tudo de acordo com que ela quer, eu vou aceitar, entendeu? Que ela quer comprar um carro, porque na família precisa de um carro. E quem que dirige lá, sou eu, entendeu? Só que minha carteira era falsa, entendeu? Respondi um processo por isso. Então, ela quer que eu faça tudo direitinho. Que ela tem condição de comprar uma casa boa pra mim e me botar lá dentro, entendeu? Comprar meus móveis e me botar lá dentro. Arrumar um emprego pra mim e me encaminhar. Só que às vezes não é tão bom também contar com tudo de mão beijada, né? Eu tô adorando trabalhar. Na primeira semana passada, eu achei que não ia aguentar. Eu falei: não, sou forte, eu vou aguentar, tô aguentando, porque não posso aguentar? Eu vou aguentar. Vou fazer de surda, de cega, não me envolver, porque já não sou muito de conversar muito com todo mundo mesmo, sou mais de ficar na minha escutando, porque um fala do outro, é muita falsidade. O que me corrói é conviver com pessoas muito falsas. Falsas. Eu tô aqui com a senhora, a senhora mete, mete, mete o pau na fulana ali. Aí eu vou pra ali, a fulana mete, mete, mete o pau na senhora aqui. Aí eu me retiro. Daqui a pouco vocês duas tão ali no maior *love*, no maior... como se nada tivesse acontecendo. E isso me incomoda (Simone, 49 anos, 1ª entrevista).

Simone contou que o filho, no momento da primeira entrevista, tinha 30 anos e vivia com a avó, sem trabalhar e sem estudar. Por tais motivos, era permanentemente alvo de crítica dos familiares. Além disso, desde os 14 anos, ele usava drogas ilícitas,

inclusive *crack*. Ela demonstrava sentimento de culpa pela atual situação do filho, pois ele sempre se sentiu rejeitado por ela. Dessa forma, acreditava que, quando saísse, poderia intervir na relação de seu filho com sua mãe, ajudá-lo financeiramente e retomar a vida em família.

Então, eu tô sentindo que ele tá precisando de salvação. Tirar ele desse meio. Eu preciso fazer, acabar de fazer a minha casa lá, fazer um quartinho pra ele, do jeito que ele gosta, pra morar eu e meu filho, sabe? Eu quero morar eu e ele e tirar ele dessa vida. Aí eu vou fazer um curso de motorista. Eu quero entrar lá em Santa Luzia, começar de trocadora. Aí fazer um curso, pra pegar mais um ano na carteira, passar a carteira pra profissional e puxar ele. Porque eu sei que, se eu for, ele vem atrás de mim. Meu elo com ele é forte a esse ponto, entendeu? Então eu tive esse tempo todo ligado a mulheres, mulheres e mulheres. E esqueci dele. Então agora eu não quero mais esse vínculo, entendeu? Eu quero pensar agora no meu filho. Não quero mais pensar na minha mãe, nem no meu pai, nem na minha tia, em ninguém. Que eles está muito bem. Quem tá mal sou eu e meu filho (Simone, 49 anos, 1ª entrevista).

5.6.4 Depois das grades

Pedi exoneração do cargo de agente penitenciária em março de 2014. Reencontrei Simone pessoalmente em junho de 2017 para a realização da entrevista. Como narrei anteriormente, nossa entrevista começou de maneira um tanto quanto conturbada, por ela não me esperar no local marcado, insistir para que eu fosse até sua casa e, por fim, brigar com a namorada durante todo nosso trajeto, tanto na ida quanto na volta. Durante nossa conversa, enquanto Luana aguardava no centro de convivências do Instituto de Ciências Humanas da universidade, pude perceber, desde o primeiro momento, que as coisas não iam bem para Simone nestes dois anos de liberdade, como eu já poderia supor, por acompanhar as publicações dela no *Facebook*.

Começamos falando sobre sua relação com a família. Ela sente-se sobrecarregada por precisar ajudar as tias e a mãe enquanto não sobra tempo para cuidar da própria saúde. Desenvolveu uma série de transtornos psiquiátricos e hoje evita sair de casa e manter contato com muitas pessoas. O tempo todo ela mostrava-se impaciente com a vida que estava levando e sentia receio de, em suas palavras, “*fazer uma besteira*” e acabar sendo presa novamente. De acordo com ela, evitava até sair de casa, para não correr o risco de se envolver em situações que pudessem terminar em prisão. Para quem nunca foi preso, evitar sair na rua para não detido é algo totalmente impensável, mas para quem já acumulou 26 anos de condenação ao longo da vida, já foi

preso dez vezes, é conhecido e reconhecido pelos policiais e traficantes da cidade, a precaução não é exagerada.

O que me marcou foi ser submerso, não poder responder. Por isso que agora eu vivo numa lei do silêncio, não consigo nem muito falar. Com medo de já ter uma repressiva, entendeu? Era muita humilhação. Essa penitenciária fez eu tomar vergonha pelo medo, que eu criei uma síndrome do pânico, entendeu? Tenho medo, tenho medo de qualquer problema que eu possa entrar. Porque eu tenho medo de voltar, porque, se eu voltar, eu acho que eu nunca mais retorno. Que eu vou matar um por um. Tô com muito problema psicológico. Muito. Muito. Eu não consigo ficar na cidade, muita gente, falar muito. Não gosto de ficar na rua, na cidade. Eu gosto de ficar quieta. Sinto pânico, nervoso, entendeu... A prisão é muito barulhenta, cê não tem sossego. Cê tá sempre... é mão pra trás, sempre alerta. Cê não sabe quem tá entrando na sua cela, quem tá saindo, que agente pode armar pro cê, quem não pode armar. Você tem que ficar com a guarda ligada 24 horas. Cê num sabe se pode dormir, se pode levantar... Cê num sabe... São diversos tipos de cabeça, de mente... A mente do ser humano é muito louca. Do mesmo jeito que eu penso, os outros podem pensar também. Então eu gosto de ficar quieta, não gosto de sair (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Em 2011, na prisão, envolveu-se com Luana, uma mulher muito bonita, com uma voz calma, palavras bem articuladas e um vocabulário que se destacava no ambiente prisional. Desde então, o relacionamento passa por constantes términos e reinícios, como já mencionado. Luana foi usuária sistemática de *crack* por muitos anos e, ainda hoje, tem suas recaídas, incomodando profundamente Simone. Quando acontece a recaída, é comum Luana envolver-se sexualmente com algum homem em troca de droga, sendo que, em uma dessas vezes, envolveu-se com o próprio filho de Simone, fato difícil de ser perdoado por esta.

Além de ter se envolvido com Luana, o filho de Simone opôs-se a ela de diversas formas: tentou obrigá-la a colocar sua casa no nome dele, está traficando drogas e quer a ajuda de Simone nos negócios. A relação com o filho nunca esteve tão ruim, ao contrário do que ela esperava quando saísse da prisão. Recorrentes brigas aconteciam pela posse da casa e, depois de uma batida policial na rua, ele, que está iniciando uma carreira no tráfico, mudou-se para a casa da avó, mãe de Simone. Perguntei como era a relação de sua mãe com seu filho, ela respondeu:

Eles se dão mais ou menos, porque ele é um cara muito folgado, não trabalha, um vagabundo, encostado na mulher, encostado na vó, quer ser o "tal", então eu não tenho afeto com ele. Ainda mais agora que ele me traiu com a minha mulher, entendeu?, eu não consigo perdoar ele, panhei ódio dele, raiva dele. Cada um tem uma versão do fato. Sabe quando a pessoa quer ser você? Ele quer ser eu. Sabe o que é se tornar seu pior inimigo? Ele se tornou. Ele quer ser eu. E eu tive prova disso agora que ele quis que eu desse o documento da

minha casa pra ele. De papel passado. Foi a maior guerra. Quis entrar no tráfico igual eu, quer a minha casa, queria que eu passasse pro nome dele. Falei: *não morri não, cê tá doido?* Fui lá e pus uma placa de vende-se pra mostrar pra ele que quem manda sou eu. E me traiu com minha mulher. Não tenho nem assunto com ele. Não falo nem bom dia, nem boa tarde, não quero nem que ele dirija a palavra a mim. E sei que eu saí de lá doente mental, saí de lá de dentro com muito pânico, com muito medo, porque você tem que ficar sempre de sobreguarda, então você aprende a não confiar nas pessoas. Eu tenho medo de voltar. Qualquer coisinha você volta pra cadeia, sendo ex-presidiária, mesmo estando certo, você volta pra cadeia por causa do seu rótulo. Então, eu tenho engolido sapo, carrapato, tudo.... (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Sempre ao falar sobre o caos em que sua vida familiar encontrava-se, completava o raciocínio com frases do tipo “*queria sumir*”, “*vou acabar fazendo uma besteira*” etc. Ainda falando sobre o filho e sobre a relação entre ambos:

Agora é traficante. Diz ele, né. Com arma... Tá terrível... Depois que eu saí da cadeia, ele começou a vender. Antes ele tava usando pedra. Aí ele quer me peitar, cê entendeu? Ele quer que eu volto pro crime de qualquer maneira. Ele falou: *cê tem que voltar. Ficou velha, ficou boba?* E, assim, tá nós dois... e eu não quero assunto com ele, muita coisa aconteceu, ele vacilou comigo... Tá me enfrentando. Então, pra eu não ter que matar ele, porque falta um pavio pra eu explodir, fazer uma doideira... Mas eu não quero. Eu quero esperar pra ver o que vai acontecer com as minhas tias, que eu quero vender lá que eu quero embora. Dá um tempo daqui dessa cidade. Pessoas que me conhecem, conhecem meu passado... Então eu tô legal, eu tô precisando dar um tempo. Eu já avisei, eles não tão acreditando... mas eu já consegui alugar a (casa) de baixo, vou alugar a de cima, ver se eu arrumo outro lugar, uma roça... senão eu vou acabar voltando pra cadeia, que eu tô pra explodir a qualquer momento... (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Em relação ao mercado de trabalho, conta que, alguns meses após ter saído da penitenciária, começou a trabalhar em uma conservadora, também por indicação de Alice. Desde o início, falou com o dono da empresa sobre o fato de ter saído da penitenciária há apenas alguns meses, o que não foi impedimento para o contrato, que não durou mais de três meses. Nas palavras de Simone: “*Eu não tava aguentando aquele negócio de ir e voltar, ir e voltar, eu tava cansada, eu precisava descansar minha cabeça. E eu não gostava, pega ônibus, aquele montão de gente, aquilo parecia que minha cabeça uma hora ia explodir minha mente...*” (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Também tentou trabalhar por conta própria em áreas nas quais não possuía nenhum conhecimento, tais como jardinagem e venda de carne assada.

A jardinagem eu peguei por fora pra fazer. Mas também foi um prédio só e mais nada. Eu fui trabalhar na limpeza dum prédio, vi que o jardim tava sujo

e falei: *aquí, eu faço serviço de jardinagem*. Fazia nada! Aí eu consegui um negócio emprestado, outro negócio emprestado, fui lá eu e meu filho e fizemos a limpeza no jardim do homem. Mas nunca mais chamaram (Simone, 53 anos, 2ª entrevista).

Após tentativas não exitosas, Simone conseguiu receber o Benefício de Prestação Continuada, BPC - LOAS, alegando incapacidade para o trabalho devido aos problemas psiquiátricos: depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar de humor etc. Ainda não voltou a estudar ainda desde que recebeu o alvará de soltura. Afirma não ter tido acesso a nenhuma política pública que facilitasse seu retorno ao mercado de trabalho, exceto quatro palestras, oferecidas pelo CEAPA (Centro de Prevenção à Criminalidade que abrigam a Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas), assistidas por ela ainda quando estava em regime aberto.

5.7 “A vida toda dei um jeito de me virar”: Luana

A entrevista com Luana não foi marcada antecipadamente, como as demais. Quando fui buscar Simone em casa para participar da pesquisa, ela me perguntou se Luana, sua namorada, poderia ir também. Como eu concordei, as duas foram comigo até a universidade. No caminho, expliquei a pesquisa para Luana, que também é ex-presidiária, e perguntei se ela teria interesse em me conceder uma entrevista, ela concordou imediatamente.

Como já foi apresentado no capítulo anterior, o trajeto até a universidade com Simone e Luana foi marcado por muitas discussões. Pelo que me foi contado por elas, Luana é usuária de *crack* e não tem dinheiro suficiente para manter o uso da droga. Assim, muitas vezes, nos momentos em que está usando, acaba se relacionando sexualmente com homens em troca de *crack*, fazendo Simone romper o relacionamento diversas vezes, e Luana, posteriormente, tentar reconciliar. Após a reconciliação, a história se repete. No dia da entrevista, Luana estava na casa de Simone tentando, novamente, uma reconciliação, e esta ia pelo caminho até a universidade expressando sua indignação com Luana, inclusive fazendo ameaças, como “*um dia ainda te mato, Luana*”; “*Dona Sintinha, eu vou voltar pra cadeia por causa dessa mulher, a senhora vai ver*”. Ambas reportavam suas versões a mim, esperando a minha concordância. Acredito que elas me viam mais como agente penitenciária do que como pesquisadora e buscavam na autoridade conferida pelo cargo que eu já não ocupava há mais de três

anos uma mediação para o conflito. Nesse momento, recordei-me de inúmeras situações em que precisei exercer a profissão para além da questão da segurança, mediando conflitos de relacionamentos entre as mulheres presas. Era comum que desavenças pequenas tomassem proporções muito grandes, levando em consideração que a cela era dividida entre seis mulheres, muitas vezes sem muitas afinidades e que precisavam passar o dia todo juntas. Em muitos casos, bastava uma conversa, um direcionamento sobre o problema para suavizar a confusão. Com tais lembranças em mente, fui, durante nosso trajeto até a universidade, tentando amenizar o conflito entre elas.

Como registrado no capítulo anterior, a entrevista foi feita primeiro com Simone e depois com Luana. Eu sabia pouco de sua vida por ela mesma, pois, às vezes em que conversamos na penitenciária, quando Luana era presidiária e eu, agente de segurança, foi na presença da namorada; além disso, mesmo a tendo como amiga nas redes sociais, quase todas as postagens eram de Simone que, ora fazia declarações de amor, ora denunciava as traições e publicizava os terminos.

Luana é uma mulher de 40 anos, aparentando ter ainda menos, bonita, jovial e bem arrumada, não deixando transparecer em seu rosto e corpo as marcas de uma vida cheia de intempéries. Apesar de ter concluído apenas o ensino fundamental, falava um português formal, sem gírias e com um amplo vocabulário, rompendo com o estereótipo esperado de uma mulher usuária de *crack* e ex-presidiária.

5.7.1 Infância e a juventude

Toda a entrevista foi marcada por muitas lágrimas e algumas pausas para que ela pudesse se recuperar da emoção e sofrimento vindos junto com as memórias. Ao falar da infância, citou, entre lágrimas, uma série de agressões do pai e o silêncio de sua mãe frente aos abusos, pois esta também era vítima da violência dele. Citaremos uma dessas lembranças.

Uma vez eu cheguei da escola e ele falou assim: *olha, você vai apanhar e, enquanto você não descobrir por que você está apanhando, eu não vou parar de te bater*. Eu tinha um tênis conga, eu odiava aquele tênis, então eu pisava nele, na borda dele, pra ele acabar rápido, pra mim não ter que usar ele. A primeira coisa que eu falei foi isso... porque a única coisa que... Eu acho até que eu inventei coisa que eu não fiz pra ele parar de me bater. Por fim, ele parou de me bater por cansaço dele. Eu apanhei com fio esse dia. Eu tinha em torno de 9, 10 anos. Detalhe, eu apanhei só de calcinha. E, quando ele terminou de me bater, eu estava com vergalhões meio que minando pelo corpo. Ele foi lá e fez uma tigela, água, sal, vinagre, pimenta e me deu um

banho com aquilo. Tudo sem explicar o porquê que eu tinha apanhado. Depois que ele fez isso tudo, ele falou assim pra mim: *eu cheguei fora de hora em casa e os seus irmãos estavam brincando com os negrinhos dos vizinhos*. Racista. Eu olhei pra ele assim: *mas eram eles, não eu*. Não que eu quisesse que meus irmãos levassem aquela surra, mas eram eles, não eu. Ele falou assim: *você é a mais velha, eu fiz com você pra dar exemplo pra eles*. Aquilo me doeu mais ainda do que tudo... Duas vezes que minha mãe entrevistou, ela apanhou, então ela não interveio mais (Luana, 40 anos).

Morava em uma cidade do interior e era a mais velha de quatro irmãos. Conta que trabalhava muito ajudando o pai como servente de pedreiro e também cuidando da casa e dos irmãos. Nos momentos de fúria do pai, apanhava.

Sempre ia nadar em um ribeirão próximo de sua casa e, em uma dessas vezes, aos 14 anos, foi violentada sexualmente por um homem conhecido da família. Manteve segredo sobre o estupro, pois conta ter certeza de que o pai mataria o agressor e tinha medo que ele fosse preso e toda a família passasse fome. Porém, depois de alguns meses, a barriga dela começou a crescer. Ao descobrir a gravidez, o pai expulsou-a de casa. Como seus pais estavam se separando, a mãe mudou-se com ela para Juiz de Fora, onde mora até hoje.

Após o nascimento do bebê, iniciou um relacionamento com um rapaz que registrou seu primeiro filho, e tiveram o segundo. Após 11 anos vivendo juntos, Luana decidiu terminar. Em uma de suas internações em uma clínica psiquiátrica, conheceu outro paciente com o qual se relacionou por dois anos. Quando estava grávida de oito meses, o rapaz faleceu. As internações acontecem esporadicamente desde os 17 anos, quando, ao tentar suicídio pela primeira vez, foi diagnosticada com Transtorno Afetivo Bipolar. Desde então, passou por períodos em que recebeu tratamento psiquiátrico e períodos sem receber. Hoje, ela acumula cinco tipos de doenças relacionadas à saúde mental e busca dar continuidade aos tratamentos, o que nem sempre consegue, especialmente nos dias em que usa *crack*.

Se na cidade natal trabalhava como servente de pedreiro com o pai, depois que chegou grávida em Juiz de Fora, aos 14 anos, passou por uma série de empregos: faxineira, doméstica, babá, auxiliar de serviços gerais, ajudante de cozinha, cozinheira... A maior parte deles foi na informalidade e com salários baixos. Como ela disse orgulhosa: *“A vida toda dei um jeito de me virar. Pegava um bico aqui, outro ali e trabalhei a vida toda”*.

Diversas pesquisas mostram que grande parte dos homens e mulheres presidiários, ao contrário do que pensa o senso comum, possui uma vida dedicada ao

trabalho desde muito cedo, começando a trabalhar, muitas vezes, ainda na infância ou na adolescência (HELPEES, 2014); (SÁ, 1996). Fazendo parte do que estamos chamando, neste trabalho, de precariado, eles estão localizados nos setores mais vulneráveis do mercado de trabalho, oscilando entre estar desempregado e estar empregado e, mesmo quando empregado, os rendimentos não costumam ser suficientes para cobrir os gastos necessários para manter uma família. Moura (2012) e Helpes (2014) mostram como a maioria das mulheres presidiárias, antes de se encontrarem nesta condição, era responsável financeiramente pelas respectivas famílias e buscavam no tráfico de drogas ou em outros crimes, como furto e roubos, aumentar a renda familiar.

5.7.2 A prisão

Aos 27 anos de idade, passou a usar *crack* que, somado aos pesados medicamentos já em uso, aumentou significativamente os problemas psiquiátricos. Sua prisão aconteceu quando estava sob efeito da droga. De acordo com Luana, ela não cometeu o crime do qual foi acusada – artigo 157 do Código Penal, ou seja, assalto à mão armada. Conta ter sido agredida por um homem por não fazer sexo com ele em troca do *crack* consumido, conforme combinado. Outro homem, também usuário, entrou na briga para defendê-la. No fim da confusão, o homem que a defendeu do agressor disse que ela poderia dormir na casa dele, pois Luana não tinha para onde ir durante a madrugada – na época residia com a irmã, mas o cunhado não aceitava que ela chegasse de madrugada em casa. A partir daí, desenrolou-se a situação seguinte:

Como eu já tava virada... Virada... Todo mundo sabe o que é virada... Há mais de três dias sem me alimentar, só usando droga, só usando droga, só usando droga sem me alimentar, eu cheguei na casa dele e tomei seis Clonazepans e desmaiei, desmaiei. Acordei com três pessoas vestidas normais, virou pra mim e falou assim: *cadê o dinheiro que você roubou de fulano?* Eu, há três dias sem dormir, o cérebro completamente deturpado por causa da droga, ainda mais com o Clonazepan e o sono. E eu não sabia que se tratava de policiais civis, tanto que, quando eu vi a arma na cintura, eu falei: *meu Deus, eu vim parar na casa de uma pessoa, isso aqui é traficante que veio cobrar o dono da casa e agora e agora eu tô ferrada.* E, bom... *Cadê o dinheiro que você roubou de fulano de tal?* Como eu pensei que eu estava falando com pessoas normais, eu falei assim: *Bom, você me desculpa, se eu tivesse roubado algum dinheiro, eu não ia tá aqui dormindo, não, eu ia tá usando droga.* Aí eles olharam a casa, viram que realmente não tinha droga, não tinha dinheiro, nada... (...) Na hora, eu não tinha noção não, né... mas

depois eu fui ter noção, isso era umas duas horas da tarde... Eu realmente apaguei depois de três dias só usando droga e depois tomei o remédio até em excesso pra dormir... Mandou eu levantar. *Nos acompanhe, por favor*. Aí, quando falou nos acompanhe “por favor”, aí que eu vi que e tratava de polícia. Aí eu acompanhei, demos uma volta no Linhares, a viatura deu uma volta pra procurar saber onde a pessoa estava, não conseguiu achar e me encaminhou pra delegacia. Chegou na delegacia eu dei meu depoimento e tava constando que eu havia roubado tanto dinheiro quanto aparelho eletrônico (Luana, 40 anos).

Ou seja, o homem que a ofereceu droga e a agrediu denunciou ela e o rapaz que a ajudou, por roubo. Ela foi presa e enquadrada no artigo 157, direcionado a assaltos à mão armada. No mesmo dia, o outro acusado foi preso também. Luana negou tanto o roubo quanto a acusação de ter usado alguma arma. De acordo com ela, não houve testemunha a favor do acusador nem provas de dinheiro, aparelho eletrônico ou uso de armas por parte dos acusados. Ainda assim, foi condenada e cumpriu pena no regime fechado por dez meses, entre fevereiro e dezembro de 2014.

Conta que, ao chegar à penitenciária, foi humilhada devido à sua condição de má higiene pela agente de plantão que a revistou.

Quando eu cheguei na penitenciária, a questão que a Simone falou no carro, de ser agredida verbalmente ou psicologicamente, aconteceu comigo, porque, nesse momento que falou comigo que eu tava sendo presa, eu menstruei. Eu... tava sem... quando você usa *crack*, você fica imundo, a roupa fica suja, você cheira mal, você... O cheiro da droga é horrível, eu fui chamada de porca, cheguei lá sem absorvente... Claro que sem absorvente, minha menstruação desceu acho que até de nervoso, então... Bom, enfim... (Luana, 40 anos).

No período anterior à prisão, Luana já estava há quase três anos sem usar *crack*, era responsável financeiramente pela casa na qual vivia com dois de seus filhos, o primogênito e a caçula, pois o segundo filho morava com o pai. Trabalhava formalmente em um restaurante, o que a permitiu ter acesso ao auxílio-reclusão, benefício raro na cadeia – de todas as entrevistadas, ela foi a única a ter acesso ao referido auxílio. Porém, voltou a sofrer algumas recaídas em relação ao *crack* e, por isso, havia aceitado a ajuda de um irmão para um tratamento e pretendia despedir-se da droga nas noites que antecederam sua prisão.

... Eu tinha ficado dois anos, três anos... quase três anos sem usar droga e tive uma recaída séria, e aconteceu que um irmão meu, que mora em Belo Horizonte, pediu pra me ajudar... Ele (o irmão) ia ficar com a minha filha e pagar uma clínica pra mim. (CHORO). Só que no dia da passagem, no dia da passagem não, alguns dias antes da viagem, como eu sabia que não ia usar droga, antes de eu ir pra Belo Horizonte, como eu já sabia que eu não ia usar

droga, eu usei tudo que eu podia e que eu não podia... E foi quando isso aconteceu... eu tomei esse artigo 157 (CHORO). Esse artigo 157 até hoje eu não entendi o porquê eu fui enquadrada nesse artigo... (Luana, 40 anos).

Na prisão era tida como “boba” pelas colegas de cela. Não era considerada bandida de verdade, título de prestígio em um estabelecimento prisional.

Olha, eu sofri muito na prisão. Tinha uma acautelada lá que me provocava o tempo inteiro. Na verdade, eu era tida como boba, sonsa, boba, otária... Porque, na verdade, eu era muito calada, eu tinha medo de tudo, eu tinha medo... Eu, sinceramente, às vezes, falavam gíria, falavam alguma coisa que eu nem sei o que significa, eu tinha que perguntar... Então, eu ficava muito... Essa acautelada lá ela pintava e bordava comigo, e eu quietinha... Só que eu também sou paciente psiquiátrica desde os 17 anos... Mas, como eu tava ali, eu amedrontei, eu amedrontei... Eu aprendi a engolir sapo, jacaré, rã, tudo... De medo (Luana, 40 anos).

Apesar de ter engolido, como disse, “*sapo, jacaré e rã*”, já no período final de sua prisão rebelou-se ao descobrir que, durante sucessivas noites, enquanto dormia um sono pesado devido ao uso de medicação, uma colega de cela batia em sua costela.

Eu comecei a achar aquilo muito estranho e falei: *não, eu vou ver o que que tá acontecendo comigo*. Fingi que tomei o remédio e não tomei. Aí, quando foi de madrugada, eu acordei com essa pessoa me enfiando a mão na costela e batendo nos meus pés. Como era dia de visita, eu fiquei quieta, deixei a visita terminar, que eu não ia prejudicar ninguém. Eu sabia que, se houvesse algum tipo de tumulto justamente no dia de visita, aí, se eu sobrevivesse, seria um milagre. Aí eu fiquei quieta. Mas, quando acabou a visita, quando todo mundo foi embora, aí aquilo tudo que guardei durante sete meses eu pus pra fora. Eu pus pra fora. E precisou de quatro das meninas me segurarem, e a outra se escondeu atrás do banheiro. E, quando a agente chegou, ela me perguntou o que que estava acontecendo: *Luana, mas você tem excelente comportamento, você mal fala, o que que tá acontecendo?* Aí eu fui, contei toda a situação pra agente (Luana, 40 anos).

Trabalhou na faxina da penitenciária por oito meses e mais um mês na biblioteca, ou seja, trabalhou durante praticamente todo o período – dez meses – em que esteve presa. A única retribuição obtida pelo referido trabalho foi a remissão da pena, visto que são serviços de manutenção da própria penitenciária e não possibilitam nenhum tipo de rendimento. Em relação aos estudos, chegou à penitenciária tendo cursado até a sexta série – parou de frequentar a escola após o nascimento do primeiro filho, pois não tinha com quem deixá-lo. Enquanto cumpria a pena, fez a prova do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), possibilitando a conclusão do ensino fundamental, porém não tem nenhuma

documentação comprobatória que a permita continuar os estudos a partir do ensino médio hoje em dia.

Tem uma prova chamada ENCEJA do programa EJA, e eu fiz a prova e passei. Eu tenho tanto trauma de lá (penitenciária) que eu morro de vontade de continuar estudando, de terminar, mas eu não tenho coragem de ir buscar meu histórico que tá lá. Meu histórico tá lá, e eu não tenho coragem de entrar. Só o fato de falar que eu tenho que entrar na penitenciária com as minhas próprias pernas... Eu travo (CHORO) (Luana, 40 anos).

Durante os meses em que cumpria a sentença, recebeu a visita principalmente da mãe, mas também do irmão e do padrasto. Os dois filhos que viviam com ela passaram a morar com sua mãe. Com o dinheiro do auxílio-reclusão, conseguiu pagar uma advogada particular. Queixa-se em relação ao atendimento de saúde na penitenciária, conforme o trecho a seguir.

Aí, quando foi de noite, me levaram de escolta, depois de uns cinco dias. Com pneumonia. Pra você ter uma ideia, eu já tava assim, fétida mesmo. A coisa já tava bem feia. E aí me levaram, tá... Eu fui curada da pneumonia com Benzetacil. Um dia, tomava de um lado; um dia, no outro. Mas, realmente, a saúde é precária. Se sente uma dor de dente, arranca. Se não vai cuidar da cárie, cê não vai tratar... nada. Arranca (Luana, 40 anos).

Na penitenciária, conheceu Simone, com quem manteve um relacionamento até o momento da entrevista. Como seu alvará de soltura chegou antes do de Simone, passou a visitá-la até a namorada sair da prisão. A certa altura da entrevista, resumiu o que pensa, não só sobre sua experiência no sistema carcerário, mas sobre o próprio sistema:

Eu acho que o sistema carcerário deveria ser muito modificado. Eu acho que deveria existir curso profissionalizante, eu acho que deveria... A questão das grades é necessária? É... Mas que todos tivessem obrigações durante o dia ali naquele espaço mesmo e depois ir pra sua cela pra dormir. Acho que deveria existir a escola, não deveria ser opcional estudar... Deveria ser obrigatório estudar... Deveria ter curso profissionalizante, sim, porque se a pessoa tá ali 48 horas sem fazer nada... com certeza sua cabeça vai... e cê vai se revoltando, vai se revoltando... (Luana, 40 anos).

5.7.3 Após a prisão

Após receber o alvará, Luana conta que, enquanto ainda frequentava o PrEsp para assinar mensalmente o cumprimento de sua pena em regime aberto, foi perguntada se teria interesse em trabalhar e se queria deixar o seu currículo na instituição. Mesmo

tendo deixado o currículo, conforme solicitado, nunca foi chamada para nenhuma entrevista de emprego. Logo após sair da prisão, conseguiu trabalho em um supermercado da cidade. O estabelecimento solicitava nada consta, e ela retirou o documento através da Receita Federal, no qual não constava sua condenação, uma vez que a condenação seria acusada no nada consta retirado na polícia civil de Minas Gerais. Apesar de ter sido chamada para trabalhar, não chegou a fazê-lo naquele momento, pois teve outra recaída com o *crack*, passando cerca de uma semana na rua, usando drogas, sem condições de trabalhar.

Passados mais alguns meses, conseguiu trabalho em uma pousada, como ajudante de cozinha. Conta que, mais uma vez, entregou o atestado de antecedentes criminais errado e foi contratada. Uma vez empregada, afirma que recebia inúmeros elogios dos donos da pousada, assumindo, inclusive, o posto de cozinheira, quando esta estava de férias ou folga. Depois de alguns meses no trabalho, a cozinheira mudou-se para o mesmo bairro dela e, no fim daquele mesmo mês, Luana foi demitida. A entrevistada acredita que a demissão repentina possa estar ligada ao fato da colega ter descoberto sua condição de dependente química e ex-presidiária e contado aos patrões.

Foi muito inexplicável. Pra dizer que deu motivo, né, eles disseram que uma funcionária que tava encostada pelo INSS há mais de dois anos tinha sido liberada a voltar ao trabalho. Mas a gente sabe muito bem quando a pessoa tá simplesmente dando uma justificativa, né... Ninguém ia falar pra mim: *tô te mandando embora porque você é uma ex-presidiária*, até porque eu poderia processar (Luana, 40 anos).

Depois da demissão, Luana procurou saber se tinha direito a receber o BPC-LOAS devido aos seus problemas de saúde mental. Tem direito, e agora vive desta renda. Hoje busca superar a dependência química e manter o tratamento da depressão, bipolaridade e outros transtornos. O filho mais velho mora com sua mãe, o segundo permanece com o pai, o terceiro está sob a guarda da irmã, e Luana mora sozinha, embora visite os filhos semanalmente. Em médio prazo, quando os tratamentos estiverem alcançando êxito, tem intenção em trazê-los para morar com ela. Envolveu-se afetivamente de forma duradoura apenas com Simone desde a saída da prisão, apesar de ter se prostituído em troca de *crack* diversas vezes, levando a rupturas por parte da namorada.

Não é difícil perceber que a história é confusa em alguns pontos, especialmente no que diz respeito à causa de sua prisão. Seja como for, as entrevistas de histórias de

vida não buscam a exatidão dos fatos, mas a compreensão de como o indivíduo se percebe no mundo. Notamos que Luana se vê como uma mulher trabalhadora, que desde a infância esteve exposta aos mais diversos tipos de trabalho pesado e à violência dos homens: seu pai a agredia sempre, um homem a estuprou ainda na adolescência, outro homem a agrediu por não ter cumprido o acordo de trocar sexo por droga e outros homens exploram sua condição de dependente química para se relacionarem sexualmente com ela. Além disso, destaca sua condição de paciente psiquiátrica e os diversos transtornos dos quais sofre, inclusive a dependência química. Se, ao invés de prisão, o Estado pudesse oferecer a ela mais políticas públicas direcionadas ao dependente químico, certamente ela teria melhores horizontes. Percebemos a importância do LOAS neste contexto, pois, minimamente, permite a Luana ter condições básicas de segurança alimentar para tentar reestruturar a própria vida e cobrir parte de seus gastos sem recorrer à prática de delitos, ainda que esporadicamente tal gasto seja com drogas.

5.8 “Vou voltar lá como advogada”: Lana

Durante minha pesquisa de mestrado, na qual investigava a participação das mulheres no tráfico de drogas em Juiz de Fora, entrevistei Lana pela primeira vez. Assim, nossa primeira entrevista aconteceu em 2013, quando ela ainda cumpria pena privativa de liberdade. Nossa segunda entrevista, voltada para compreender principalmente o período pós-prisão, aconteceu em 2018, quando ela já se encontrava em liberdade definitiva. Na primeira entrevista, Lana tinha 42 anos e, na segunda, 47 anos.

Quando eu assumi o cargo de agente de segurança penitenciária, em 2009, Lana já estava presa há dois anos, pois começou a cumprir pena em 2007. Quando eu pedi exoneração do cargo, em 2014, ela ainda estava na penitenciária, cumprindo sua pena em regime semiaberto, saindo todos os dias às 7 horas da manhã para trabalhar, supervisionada pelos agentes penitenciários na varrição de ruas da Demlurb, e retornava às 16 horas para a penitenciária. Alguns meses após minha exoneração, Lana recebeu o alvará de soltura. Cumpriu mais dois anos de regime aberto em prisão domiciliar, quando, em 2016, recebeu o indulto natalino e teve a pena extinta. Havia sido condenada a 17 anos e cinco meses de prisão. Destes, cumpriu “*sete anos, oito meses e*

dois dias”, como ela disse durante a entrevista, “*na tranca*”, ou seja, no regime fechado e semiaberto, e mais dois anos em regime aberto, fora da penitenciária.

Na primeira entrevista, percebeu-se em suas falas, apesar do cansaço de quem estava presa há seis anos, muita esperança em retomar a vida quando saísse da penitenciária. Durante a entrevista, falou inúmeras vezes que um dia ainda cursaria faculdade de direito e seria advogada. Na verdade, o sonho de ser advogada permeava suas conversas cotidianamente. Recordo-me de diversas situações em que conversamos na porta da cela, nas quais ela vislumbrava o momento em que voltaria à penitenciária, não como presa, mas como advogada.

Em 2018, quando entrei em contato com ela pelo *Messenger* explicando sobre a pesquisa e solicitando nova entrevista, a primeira coisa que ela me disse foi: “*Dona Sintia, a senhora não vai acreditar! Tô fazendo faculdade de direito! Tô no terceiro período*”. Fiquei muito feliz por ela, pois foi a primeira entrevistada que havia conseguido retomar os estudos depois de sair da prisão. Fiquei extremamente curiosa sobre a história. Quais foram os elementos que a levaram a conseguir ingressar em uma faculdade, presentes em sua vida e que não estiveram presentes na vida das demais mulheres? Com esses e outros questionamentos, fui para a entrevista, realizada no dia seguinte ao contato feito pelo *Messenger*. Na segunda entrevista, Lana parecia estar feliz, realizada, orgulhosa de si por estar trabalhando e estudando há mais de um ano. Tivemos uma entrevista leve e agradável, na qual ela falava da passagem pela penitenciária como um passado muito distante que, embora tivesse deixado marcas, tratava-se de um passado que não se repetiria.

5.8.1 A entrada para o tráfico

Lana conta ter tido uma infância simples em Juiz de Fora, sem luxo, mas também sem grandes dificuldades financeiras. Ela era a primogênita de três filhos e foi criada pela mãe e pelo pai. Quando tinha 13 anos – os irmãos ainda eram crianças, sua mãe faleceu, e eles foram residir com a avó materna, embora mantivessem contato com o pai. Quando Lana completou 23 anos, a avó faleceu, e ela foi morar com o pai do seu primeiro filho. Afirma ter sido um bom relacionamento, porém ele morreu quando o filho deles ainda era bebê. Aos 33 anos, engravidou novamente. O pai da criança não assumiu a paternidade de imediato, fazendo com que Lana precisasse acionar a justiça para garantir os direitos da filha. Com 35 anos, ela começa um novo relacionamento e

engravida pela terceira vez. Ao saber da gravidez, o namorado mudou-se de cidade e nunca mais deu notícias. Conta que sequer acionou a justiça, por não saber o endereço do homem. Assim, Lana criou, sozinha, os três filhos.

Seu primeiro emprego foi aos 12 anos como babá e, desde então, já passou por diversos empregos. Não sabe dizer exatamente em quantos lugares trabalhou antes de ser presa, pois passou por vários estabelecimentos. Alguns com carteira assinada, mas a maioria através de “contratos” verbais. Já exerceu diversas profissões, como garçonne, cozinheira, babá, faxineira, auxiliar de serviços gerais etc.

Sempre foi a responsável financeira pela sua casa, mantendo a si e aos três filhos. Além disso, sentia-se responsável, em alguma medida, pelos irmãos, pois, com a morte precoce da mãe, eles passaram a ter nela uma referência materna. Assim, apesar do interesse em cursar uma graduação, Lana não conseguiu estudar além do ensino médio, visto que seu tempo era dividido em trabalhos extenuantes fora de casa e, dentro de casa, o cuidado com os filhos.

Até os 35 anos, Lana sempre havia sobrevivido através de trabalhos precarizados, porém lícitos. A entrada tardia no tráfico de drogas deu-se no intuito de tentar livrar o irmão de uma dívida que ele não podia pagar e, por isso, estava sendo ameaçado na prisão.

Aí, meu irmão é dependente químico. Viciou, mas viciou mesmo. Começou com maconha, foi pra cocaína e caiu no *crack*. Aí, caiu no *crack*, acabou tudo. Foi preso a primeira vez, saiu. Na segunda vez, ele fez uma dívida muito grande. Ele ficou devendo 3.500 reais, e eu não tinha como pagar. Aí eu fui buscar essa droga pra pagar a dívida. Por isso que eu tô aqui. Aí eu caí. Veio pela transportadora. Em 2007. Tem seis anos e dois meses (Lana, 42 anos, 1ª entrevista).

Lana conta ter se sentido pressionada a ajudar o irmão a livrar-se da dívida. Ela conhecia o traficante para o qual o irmão trabalhava e conhecia, também, um grande grupo de pessoas que trabalhava para ele. Aceitou a proposta feita pelo traficante – que, na época, já estava preso, comandando sua equipe de dentro da penitenciária, de receber as encomendas que chegavam por uma transportadora. Ela recebeu um documento falso, com o nome ao qual as encomendas eram endereçadas. Seu envolvimento com o crime durou poucos meses. A polícia já investigava o grupo, e ela foi pega logo após receber uma encomenda. Seu processo envolvia, além dela, mais 13 pessoas, todas presas juntas. Algumas semanas depois, mais oito pessoas do mesmo grupo foram presas. Lana conta não ter delatado ninguém. Assumiu a droga como se fosse sua e foi

condenada a 17 anos de sentença pelos crimes de tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico e falsidade ideológica. Conta ter sentido medo de que seus filhos sofressem alguma retaliação, caso ela entregasse alguém. *“E, tá comigo é meu, né, dona Sítia? Como é que eu ia delatar?”* (Lana, 48 anos, 2ª entrevista).

Segundo ela, fez parte do combinado com o traficante, no entanto não terminou o serviço, uma vez que foi presa antes. A vida de seu irmão foi poupada, mas ele ainda foi agredido e continuou com a dívida. Lana diz: *“Ele (o traficante) perguntou se eu queria fazer isso que morria a dívida dele (do irmão). Eu seria mula, né. Eu fui uma mula. Só que eu fui, peguei e não morreu a dívida. No CERESP quebraram os dois braços dele (do irmão)”* (Lana, 48 anos, 2ª entrevista).

5.8.2 Na prisão

Lana trabalhou durante todo o período em que esteve presa. Não se recorda do tempo exato em cada função, mas sabe que foi por mais de dois anos na faxina da penitenciária e mais de três anos na fábrica de meias. Depois, quando estava no regime semiaberto, trabalhou na Demlurb, como as demais. Diferente da maior parte das presidiárias, sua pena foi longa e, após sete anos privada de liberdade e trabalhando na prisão, ela conseguiu acumular um pecúlio de 6.600 reais, fato determinante para ela poder recomeçar a vida depois de receber o alvará.

Assim como outras entrevistadas, conta que, enquanto trabalhava na Demlurb, ainda cumprindo pena no regime semiaberto, via um tratamento diferente dado à equipe composta pelas presidiárias:

Na Demlurb mesmo que a gente trabalha, todas nós. Horário de almoço delas (as trabalhadoras não presidiárias) é 11 horas, o nosso é meio dia. A gente não pode se misturar. Em hipótese alguma. Se nós estamos no ônibus, elas não podem entrar. Então o preconceito é muito grande. O encarregado proibiu a turma dele de conversar com a gente. Elas não podem mais conversar com a gente. Pesa e pesa muito. Acho que isso aí vai ser pra vida toda. Até mesmo no aberto. Só se ninguém souber mesmo (Lana, 42 anos, 1ª entrevista).

Mesmo já tendo cursado o ensino médio, Lana voltou a estudar na penitenciária, que só oferecia o ensino fundamental. Refez o ensino fundamental e prestou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por três anos seguidos, não obtendo pontuação necessária para ser aprovada na universidade federal da cidade. Na nossa primeira

entrevista, quando perguntada sobre os planos para quando saísse da penitenciária, enfatizou o desejo de continuar estudando.

Ah, eu quero trabalhar, quero fazer minha faculdade. Eu queria fazer direito, mas a pontuação de direito tá muito alta. Então, o que der eu vou tentar esse ano, não vou focar só em direito não. Educação física tá uma pontuação altíssima. Eu acho que eu vou fazer até teologia, mas que eu vou entrar lá dentro, eu vou. Pra provar pra mim mesmo, dona Sintia, não é pros outros, não. Pra provar que eu sou capaz. Não é porque eu tô aqui dentro que eu não capaz não (Lana, 42 anos, 2ª entrevista).

Tanto na primeira quanto na segunda entrevista, demonstrou um carinho muito grande pela pedagoga, responsável pela escola junto à penitenciária, e também pelos professores que conheceu lá dentro. Disse que a pedagoga, ao ver a vontade dela em estudar, conseguiu uma vaga para ela no curso do SENAC de montagem de automóveis, quando ainda estava cumprindo pena no regime semiaberto.

Se, por um lado, elogiou muito os trabalhadores da educação que conheceu na prisão, afirmando que eles foram determinantes para sua vida, não poupou críticas à grande parte das agentes de segurança penitenciária. Afirmou já ter escutado muitas humilhações proferidas por agentes, inclusive de uma que foi criada no mesmo bairro que ela, deixando-a ainda mais triste. *“Teve agente que chegou na capa da cela e disse que todo mundo era filho de chocadeira, traficante tinha que morrer. E coisas piores. Já ouvi falar que as meninas fediam...”* (Lana, 42 anos, 1ª entrevista). Conta quase ter tido a progressão de sua pena cancelada quando sofreu uma comunicação por parte da agente penitenciária que acompanhava as presas na varrição das ruas. De acordo com ela, estava trabalhando quando passou um conhecido. Ele estava fumando e ofereceu-lhe cigarro. Ao pegar o cigarro, a agente a notificou, e ela foi chamada pelo juiz da Vara de Execução para esclarecimentos. O juiz acabou desconsiderando o comunicado, pois, caso contrário, ela voltaria para o regime fechado.

O receio de perder os benefícios conquistados após anos cumprindo pena sem se envolver em confusões e sem cometer nenhuma falta rondou Lana durante todo o cumprimento da sentença. De acordo com ela: *“A gente pisa em ovos, é um campo minado, qualquer deslize cê volta pro fechado. Muito ruim”* (Lana, 42 anos, 1ª entrevista).

Lana lamenta que, quando foi presa, os filhos ainda eram muito pequenos. Assim, eles cresceram sem tê-la como referência. Afirmo que os filhos estavam muito *“jogados”*, pois residiam com várias pessoas diferentes, estavam sempre mudando e,

muitas vezes, ficavam separados. Ora ficavam os três com seu pai, o avô materno das crianças; ora cada um era direcionado para uma casa. Um dos irmãos ficou um período com o seu filho mais velho, a menina ficou por um período na casa do pai, porém não existia vínculo afetivo entre eles, portanto ela não se adaptou. O filho mais novo passou um tempo na casa do irmão dela, um tempo na casa de uma conhecida e em outros lugares, sem ter, assim, uma referência de lar e de família.

Eles (os filhos) me culpam. Eu deixei eles muito pequenos. A minha menina não conversa comigo. Só o essencial. O mais maleável é o mais novo, o Matheus. E o Rafael fez 18 anos e tem a vida dele. Aí eu sinto isso. Eu não tenho mais participação, assim, ativa na vida deles. Muda muito. Cê vem pra um cárcere, assim, cê perde tudo, tudo mesmo (Lana, 42 anos, 1ª entrevista).

Como grande parte das mulheres privadas de liberdade, não recebia visitas semanalmente. Seu pai a visitava uma vez ao mês. Chegou a ver os filhos em uma única visita durante todo o tempo que cumpriu a pena. Mesmo tendo mantendo as visitas mensais, a relação com pai foi afetada: “*Meu pai? Meu pai não me perdoa não, dona Sintia!*” (Lana, 47 anos).

5.8.3 Realizando os sonhos

No final de 2014, Lana recebeu o alvará e passaria a cumprir a pena, que passou a ser regime aberto, em prisão domiciliar. Além de receber o pecúlio no valor de 6.600 reais, referentes aos sete anos de trabalho na penitenciária, Lana conseguiu continuar trabalhando na Demlurb, pois se cadastrou para a vaga e foi contratada por um ano.

Quando eu saí, eu tinha feito um cadastro na Demlurb de gari de rua e este cadastro era de um ano. Então, quando eu ainda estava lá, eu consegui a carta de emprego, comecei a sair na carta de emprego; aí, logo que surgiu meu alvará, eu continuei trabalhando lá. Aí deu um ano. Aí eu fui embora pro Rio, porque em Juiz de Fora eu não consegui nada pra trabalhar. As portas se fecham quando a gente sai, porque fica marcada, fica um rótulo. A gente fica rotulada. Infelizmente, é isso. Eles não querem saber o motivo, nem nada... Bandido é bandido pra eles (Lana, 47 anos, segunda entrevista).

Lana explica que, ao sair da penitenciária, passou por situações muito difíceis. Seu pai havia vendido todos os seus pertences, incluindo a mobília da casa que ela alugava antes de ser presa e até mesmo as suas roupas. Usou o dinheiro do pecúlio e o

salário que continuava a receber na Demlurb para alugar uma casa simples e mobiliá-la, a fim de morar com seus filhos novamente.

Conta que não faltaram oportunidades de voltar para o tráfico de drogas. Dois dias depois de sair da prisão, pessoas ligadas ao traficante para quem ela havia trabalhado anos antes – ele ainda estava preso e permanecia comandando o grupo de dentro da penitenciária – a procuraram para oferecer trabalho no tráfico.

Até hoje. Um telefonema que eu der, vem tudo na minha mão. Quando eu saí... eu saí dia 18 de julho de 2014. No dia 20, várias pessoas me ligaram: *Ô Lana, eu tenho aqui, você quer se levantar?* Não foi uma, duas. Foram várias. Eu falei: *não quero me levantar não, deixa como tá.* Se alguém sai e fala que tá bem, é mentira. Mentira de quem fala: *tô bem, tô tranquilo*, mas naquela época foi pior (Lana, 47 anos, 2ª entrevista).

O fato de ter conseguido trabalhar imediatamente após ser solta foi fundamental para que ela pudesse recomeçar sua vida sem se envolver com o tráfico novamente. Não se trata de reduzir o processo de reabilitação ao fato de estar empregada, mas, sem dúvidas, ter uma renda estável é parte fundamental do processo reabilitativo. O problema é que isso não se deu através de uma política pública de reabilitação para egressos do sistema prisional. Não existe uma política, por exemplo, de manter trabalhando na Demlurb as pessoas recém-libertas, que já trabalhavam lá durante o regime semiaberto. Ao contrário. Ela, por iniciativa própria, realizou a inscrição na empresa, foi chamada para trabalhar, recebeu uma carta de trabalho e teve dificuldades de conseguir autorização por parte da justiça.

Pô, foi tudo difícil. Foi difícil demais. O doutor Juvenal⁵⁰ não queria aceitar minha carta de emprego. Eu cheguei lá com a carta de emprego. Tinha que ter autorização. Eu fiz minha inscrição, ele liberou depois de insistir, mas o sistema não me liberava. Foram dias e dias correndo atrás (Lana, 47 anos, 2ª entrevista).

Ou seja, além do Estado não ter oferecido nenhuma política para auxiliá-la no reingresso ao mercado de trabalho, quando ela conseguiu o emprego, por conta própria, o Estado, na figura do juiz da Vara de Execuções, ainda atuou dificultando o processo.

Quando perguntei se ela foi atendida por alguma ação do PrEsp, sua resposta foi categórica: *“Eles não ajudam em nada. Nada, nada, nada. Só promessa.* Pesquisadora: *Que foi falado para você lá? Pra eu aguardar, que eles iam fazer contato.* Pesquisadora:

⁵⁰ Nome fictício do juiz em questão.

Não ofereceram nada de concreto? Um curso profissionalizante? *Nada. Nada, nada*”
(Lana, 47 anos, 2ª entrevista).

Depois de um ano trabalhando, o contrato acabou. Lana conta ter procurado emprego em vários lugares. Todos os supermercados pediam nada consta. Em uma entrevista, disse a verdade para a psicóloga que a entrevistava. Contou já ter sido condenada por tráfico de drogas. Apesar da psicóloga ter agido com naturalidade durante a entrevista, ela teve a vaga negada. Após algumas tentativas frustradas, Lana e seus filhos foram morar no Rio de Janeiro. Conta que se mudaram, com algum dinheiro economizado, para uma favela carioca e, uma semana depois, conseguiu trabalhar, com carteira assinada, em um quiosque na praia. Passou um ano trabalhando nesse quiosque. Quando o pai adoeceu, voltou para Juiz de Fora.

Em Juiz de Fora, prestou o ENEM novamente. Conseguiu se matricular na graduação em direito de uma faculdade particular renomada na cidade. Uma vez matriculada, conversou com um promotor de justiça que leciona na instituição – eles se conheceram durante o cumprimento da sentença – e, através da mediação dele, foi beneficiada com uma bolsa de estudos integral. Mais uma vez, o acesso à bolsa de estudos não se deu através de uma política pública direcionada à reabilitação do egresso, mas exclusivamente à iniciativa da entrevistada.

Em geral, os egressos do sistema prisional já partem de uma condição de vulnerabilidade social, apresentando, inclusive, baixa escolaridade. Para a maior parte deles, mobilizar, por conta própria, a justiça, as instituições educacionais, estabelecer relações e diálogos com autoridades são ações não realizáveis. Lana, enquanto esteve privada de liberdade, sempre cultivou boas relações com as agentes, com a diretora geral da penitenciária e com os demais diretores. Também sempre buscou conversar pessoalmente com os promotores, defensores e juízes. Apresenta argumentações muito bem articuladas, um vocabulário amplo, que se destaca entre outras mulheres na mesma condição. Apesar de ainda me tratar por “Dona Sintia”, ficou à vontade durante toda a entrevista, convidando-me, inclusive, para tomarmos um café qualquer dia, pois ela queria conhecer minha filha. Sem dúvidas, suas características pessoais foram importantes tanto para conseguir trabalhar ainda no regime aberto quanto para conseguir a bolsa integral na faculdade. Porém, o Estado não deve, ou ao menos não deveria, contar exclusivamente com as habilidades individuais dos egressos. Políticas públicas de incentivo à inserção no mercado de trabalho não precarizado bem como medidas

facilitadoras do reingresso à vida escolar, se existentes, poderiam contribuir significativamente com a redução da reincidência criminal.

Sobre o atual momento que está vivendo, Lana diz:

Lana: *Ah, é muito bom, tá... eu tô no meu sonho, dona Sintia. E comigo nenhum sobe. Eu juro.*

Pesquisadora: *Quê? Ah, quando você for advogada?*

Lana: *Nenhum vai subir pro sistema. Ah, mas não vai, não. Nem que eu dô no delegado. Caiu na mão com ele. (...) Não, mas é assim, a gente começa do nada mesmo, tudo difícil. No final, só vitória.*

Pesquisadora: *E foi muito bom você ter conseguido esta bolsa.*

Lana: *Nossa... Como eu chorei.*

Pesquisadora: *Você tá no terceiro período?*

Lana: *Tô. Falta muito ainda, mas a gente chega lá. Meu sonho. O pior já passou. Eu tenho um professor que fala assim, o melhor advogado é o preso, a gente sabe de tudo. (...) O passo a passo. A melhor faculdade é lá, mas aprende quem quer.*

Pesquisadora: *Você quer ser advogada criminal?*

Lana: *Com certeza! Com certeza!*

Pesquisadora: *Nossa, vai ser muito bom você voltar lá na condição de advogada, né?*

Lana: *Nossa! Já pensou? Vou calar a boca de muito neguim lá dentro. Vou voltar lá como advogada.*

Lana estuda no turno da manhã e, durante a noite, trabalha como cozinheira em uma churrascaria da cidade. Recebe um salário mínimo e possui carteira assinada. Já está empregada há um ano, mas ainda sente receio de que os chefes descubram seu envolvimento passado com o tráfico e sua condição de ex-presidiária. Diz que não solicitaram nada consta e que ninguém, no seu local de trabalho, sabe da sua condição.

Ainda hoje (mesmo tendo saído da prisão há quatro anos), passa por situações constrangedoras, protagonizadas, especialmente, por policiais:

A gente fica taxada, não tem jeito. Independente de estar no crime ou não, a gente fica taxada. Aconteceu de tá andando na rua, e a viatura parar. Puxar SISCOM. De tá num bar, por exemplo, com amigos, a viatura parar, puxar SISCOM. Falar em alto e bom som: ah, cê já foi presa, cê tem antecedentes. É complicado (Lana, 47 anos, 2ª entrevista).

Os efeitos da prisionização são sentidos por ela até hoje. Conta sentir fobia do bairro onde a penitenciária está localizada. Já tentou ir lá algumas vezes visitar familiares, mas desistiu e retornou para casa no meio do trajeto. Conta também que, ao se deitar, recorda-se de frases escutadas na prisão, além de ouvir barulhos da cadeia (chaves, cadeados, portões, gritos) antes de adormecer.

Tinha dois dias que eu tava lá, e a agente falou que traficante tinha que comer lavagem, que traficante não era gente, isso ficou na minha memória até hoje. Maus tratos, isso acontece lá... Bate cela de calcinha e sutiã quando a Marluce⁵¹ tomou posse. Eu evito não lembrar, mas sempre vem. Aquilo que eu falei. À noite, na hora que eu chego do trabalho e vou deitar, lá pela uma, duas da manhã, eu escuto, eu não sei se é meu psicológico, se foi tudo que eu passei, eu escuto algema, tranca, grito de *cala a boca* (...) A insegurança quanto a isso é grande, por mais tempo que tenha passado, a insegurança é grande. Sempre tem um que faz uma gracinha. Por mais que você tente esquecer que passou por um sistema, é complicado. Esquecer não, né, nunca ninguém esquece... Eu durmo, eu sonho com algema, eu escuto tranca. Isso aí é normal, isso aí vai ser pra vida toda (Lana, 47 anos, 2ª entrevista).

Lana ainda busca reestabelecer as relações com os filhos. Embora eles vivam com ela, em toda situação de tensão ou discussão seu passado é evocado como ataque à mesma. Frases como *“quer mandar em mim, mas é bandida”* e *“Até traficar já traficou e acha que tem alguma moral”* são ditas pelos filhos. Depois de livre, afirma ter tido alguns namorados, porém nada muito sério. *“Tornei uma pessoa dura lá dentro. Amor, assim, gostar, não. Eu acho que o sistema me endureceu muito. Ele me ensinou a não confiar. Eu confio em Deus. Eu não confio no ser humano”* (Lana, 47 anos).

Para finalizar, diz não julgar quem volta para o crime, pois não sabe o que a pessoa está passando. Afirma que o Estado deveria pensar mais no sistema prisional e no presidiário, e critica políticos que falam frases de efeito como *“bandido bom é bandido morto”*, porque frases como essa só aumentam o preconceito contra pessoas que estão passando por fases difíceis na vida.

Depende do que a pessoa tá vivendo aqui fora. Eu penso muito nisso. Eu não posso julgar. Eu não sei se tem um filho passando fome, uma mãe doente, não é por um acaso, ninguém vai por um acaso lá pra dentro, por *hobby*, porque acha bonito. Mas eu como mingau de fubá, mas não volto não. Eu acho que o que tá faltando pra todo mundo é uma oportunidade, uma chance. Ninguém tá ali dentro à toa. Eu acho que daria, assim, um incentivo pra pessoa que tá saindo (Lana, 47 anos).

5.9: “Foi tudo pelos meus filhos”: Fran

Conheci Fran no período em que fui agente penitenciária. É uma jovem muito sorridente, bonita e comunicativa. Tinha boa relação com as funcionárias e também com as demais presidiárias. Apesar disso, não hesitava em envolver-se nas discussões que julgava merecedoras. Recordo-me de alguns conflitos entre ela e outras colegas que precisei tentar apaziguar. Outra memória que tenho dela é trabalhando na faxina.

⁵¹ Nome fictício de uma das diretoras da penitenciária.

Durante anos, ela fazia parte da equipe de limpeza da penitenciária. Era sempre muito ágil e considerada “boa de serviço” pelas agentes. Quando eu pedi exoneração do cargo, Fran ainda estava presa.

Assim como com outras entrevistadas, Fran havia me adicionado no *Facebook* pouco tempo depois de receber o seu alvará. Sempre via as postagens da mesma oferecendo alimentos para festa, como docinhos e salgadinhos. Entrei em contato com ela, já no final de 2017, para a realização da pesquisa. Ela aceitou, porém demonstrou certa preocupação, pois estava vivendo com um agente penitenciário e sentiu receio de que a entrevista pudesse, de alguma forma, prejudicá-lo. Expliquei mais sobre a pesquisa, garanti sigilo, e ela concordou. Já havia entrevistado Fran em 2013, quando investigava a participação de mulheres no tráfico de drogas, e tive muito interesse em acompanhar o desenrolar de sua vida. Tivemos, ainda, alguma dificuldade para conciliar o dia e horário da entrevista, devido às demandas dela com os filhos. Porém, depois de duas semanas buscando um horário possível, conseguimos fazer a entrevista. Busquei Fran em casa, como fiz com as demais entrevistadas. Ela morava em um bairro periférico da zona norte, região onde eu havia morado por muitos anos, então não tive dificuldades em encontrar o endereço. Fomos para a universidade conversando de maneira bem extrovertida. Ela contava sobre as colegas, sobre o que aconteceu com cada uma e, assim, chegamos ao local da entrevista.

5.9.1 Antes da prisão

Até os 6 anos, Fran morava com a mãe em uma cidade do interior de Minas Gérias. Quando a mãe se casou novamente, passou a residir com o pai no Rio de Janeiro. Aos 11, voltou para a casa materna. Na adolescência, foi alvo de diversas tentativas de abuso sexual do padrasto, até o dia em que resolveu sair de casa.

Eu e meu padrasto, a gente não combinava muito. Minha mãe sempre optou pelos marido dela, sempre largou os filho de lado. O único que ela deu..., deu não, né..., porque o meu irmão também ficou com o pai dele..., mais importância foi o meu irmão mais novo. Quando eu saí de casa, porque minha mãe não acreditava em mim, que aconteceu um fato comigo e com meu padrasto, que meu padrasto tentou várias vezes fazer as coisas comigo, ela não acreditou, e eu saí de casa (...) Eu contava pra minha mãe, ela achava que era mentira, que eu tava contando mentira pra ela separar do marido dela, que eu não gostava dele, aí ela falava que eu falava isso, que eu inventava coisa da minha cabeça, que eu queria que eles separassem (Fran, 28 anos, 1ª entrevista).

Porém, sua vida não foi menos difícil ao sair da casa da mãe. Almejando fugir de seu algoz, Fran, com apenas 15 anos, passou a morar com um rapaz 12 anos mais velho, que a agredida cotidianamente, inclusive durante a gravidez.

Fran: Ele me ameaçava muito. Ameaçava muito a minha vó... Ele falava que ia matar minha vó se eu denunciasse, que ia matar meu filho... Então, eu tinha medo. Eu tinha medo de denunciar. Tinha medo de chamar a polícia pra ele.

Pesquisadora: E você conviveu com essa situação durante quantos anos?

Fran: Dois anos, quase três. Depois, quando meu menino fez 1 aninho, eu fugi dele, eu fugi. Ele saiu pra ir pra festa... Ele saiu, ele tava muito doido, ele saiu, e eu vim pra casa da minha vó em Juiz de Fora.

Pesquisadora: Ele saía sem você, mas não deixava você sair?

Fran: Não. Deixava não. Ficava trancada em casa. Se eu sáísse, ele me batia. Porque ele cismava que eu tinha saído, que eu tava traindo ele, não sei de onde ele tirava tanta traição. Aí ele achava que eu tava traindo ele, que eu saía escondido dele, que tinha entrado gente lá em casa... Ele era usuário de droga, então cismava, nossa, um inferno... (Fran, 28 anos, 1ª entrevista)

Assim, com 18 anos, fugiu com o bebê para a casa da avó. O ex-namorado continuava telefonando e procurando saber onde ela estava. Soube que alguns meses depois ele foi assassinado na frente da casa da mãe dos outros filhos dele, no Rio de Janeiro. Fran conta que só depois disso teve paz.

Em Juiz de Fora, começou a trabalhar em uma pizzaria, onde conheceu o pai de seu segundo filho. Tiveram um relacionamento que durou dois meses, ela engravidou e assumiu todas as responsabilidades pelo bebê. Na entrevista feita em 2013, quando ela ainda era presidiária, ao falar do pai do segundo filho, lembra-se do namorado anterior e afirma ter “*dedo podre para homem*”.

Morar na casa da avó com uma criança de um ano e meio e grávida do segundo filho não foi fácil. Diz que, por mais que a avó sempre a tivesse ajudado, queixava-se do fato de Fran ter engravidado novamente. Ela também sabia que as condições financeiras e de saúde da avó não eram boas e optou por sair da casa dela quando o bebê nasceu. Assim, Fran passou a viver sozinha com os dois filhos, sem nenhuma ajuda financeira dos pais das crianças. Os filhos ficavam na creche, e ela passou a trabalhar em um mercado. Conta que o dinheiro não era suficiente para manter a família e começou a pegar pequenas quantidades de droga para vender. Aos poucos, foi aumentando e passou a ter uma boca de fumo na própria casa. Interessante que Fran não parou de trabalhar para traficar. Ela trabalhava durante o dia no mercado e vendia drogas à noite, quando pagava uma moça para cuidar das crianças.

Eu pegava uma quantia, eu juntava um dinheiro de mais ou menos 60 reais, na época era cinco gramas de pedra. Desses 60 reais que eu pegava, eu fazia 200 e pouco... Tirava os 60 que era de comprar a droga de novo e vendia de novo. Pesquisadora: *Na sua casa mesmo?* É. Fui vendendo, vendendo, vendendo, só aumentando. Das cinco gramas eu passei pra dez. Das dez, eu passei pra 15, das 15, eu passei pra 25... Eu que vendia, eu que fazia tudo... Pesquisadora: *Você já se sentiu desrespeitada pelos usuários, por algum outro traficante?* Por esses moleques que ficam vendendo droga aí. Eles quer bater, eles quer oprimir, eles quer gritar... Que quem tinha que vender era eles, que era pra eu tá dentro da minha casa cuidando dos meus filhos, só que eu nunca aceitei... Porque do mesmo dia que eles vendia pra ter roupinha bonitinha, eu vendia porque eu tinha necessidade. Eu não vendia por prazer, porque eu gostava, não... Porque eu precisei, sempre foi assim. Falavam que eu tinha que tá em casa, falavam dos meus filhos. Mas eu nunca tive medo, não, nunca tive. Se precisasse discutir, eu discutia; se precisasse brigar, eu brigava; se precisasse bater de frente, eu batia... Só que, infelizmente, eu falava com eles, *cêis tiverem achando ruim, chama a polícia pra mim, uai. Aí vai todo mundo* (Fran, 28 anos, 1ª entrevistada).

Nas duas entrevistas, Fran afirmou que o motivo pelo qual permaneceu no tráfico era conseguir dinheiro para criar seus filhos e demonstrava orgulho pelo fato de criar todos sozinha.

As pessoas sabiam que eu vendia era pra sustentar meus filhos, todo mundo sabia que a minha prioridade, a minha necessidade era sustentar meus filhos. Todo mundo sabia que eu tinha dois filhos e morava sozinha. Depois que eu saí da casa da minha vó, nunca mais... Nem o pai da minha filha, da minha segunda filha, nunca viu ela. Ele só viu ela no dia que registrou. Depois disso, eu nunca mais deixei ele ver ela. Eu saí do bairro que eu morava por causa dele, eu só deixei ele registrar, depois ele nem viu (Fran, 32 anos, 2ª entrevista).

Durante o período em que vendia drogas, iniciou um relacionamento com um de seus clientes e foi mãe pela terceira vez. Eles namoraram por três anos, sendo dois anos antes e um ano depois da prisão. Ela afirmou que este namorado foi diferente dos dois anteriores, pois não era violento. Conta que, às vezes, ela era quem batia nele. *“Acho que de tanto eu apanhar, eu resolvi bater”*. Durante o namoro, preferiu que permanecessem morando em casas diferentes, pois sentia receio de ter um homem em casa convivendo com a filha. Como as tentativas de estupro por parte do padrasto e a descrença por parte da mãe marcaram muito sua vida, queria evitar qualquer situação parecida com a filha. Ela repetiu tal preocupação tanto na primeira quanto na segunda entrevista, deixando-me bastante sensibilizada. A violência perpetrada por homens foi algo tão rotineiro na vida da entrevistada que ela já vive buscando estratégias de evitar potenciais violências contra si e os filhos, em especial a filha. Fran afirmou várias vezes, durante as entrevistas, que nunca desconfiaria da filha, ou de seus filhos, caso

levassem para ela algum caso de violência sexual, como sua mãe fez com ela. “*Meus filhos tão em primeiro lugar, dona Sintia, não são os homens, não*”, disse. A postura mostra que Fran tem conseguido, em alguma medida, romper com a lógica patriarcal que impõe uma dura e violenta competição entre as mulheres. Carneiro (2014) narra uma história de uma mulher que, quando criança, foi violentada pelo padrasto e ainda apanhou da mãe, ao contar. Depois, ao crescer, sua filha foi violentada pelo padrasto, e ela reproduziu a violência sofrida quando criança, agredindo a própria filha, acreditando que ela estava se oferecendo para seu marido e com medo dele não a querer mais. A autora afirma:

Esta tentativa de recolhimento de migalhas afetivas parece estar intimamente ligada às carências afetivas sofridas pelas mulheres, às violências naturalizadas, aos estupros sofridos e à criação, quase num círculo eterno que não encontra começo ou fim, de uma rivalidade doentia entre mulheres. Quando não se tem nada, compete-se por qualquer coisa, seja ela boa ou ruim. A competitividade entre mulheres, na verdade, tende a não ser a causa da rivalidade permanentemente criada entre elas, mas sim a prova de que as mulheres estão lançadas na mais profunda condição de subalternidade, capaz de criar entre elas próprias uma raiva direcionada, já que neste contexto parece impossível rebelar-se contra toda a estrutura patriarcal, que é de fato a principal responsável por esta condição deplorável (CARNEIRO, 2014, p. 220).

5.9.2 A prisão

Após oito anos envolvida com a franja do tráfico, Fran foi presa. Ela conta que organizou uma festa na própria casa, pois era seu aniversário. Durante a madrugada, quando os convidados já haviam se retirado, e dormiam apenas ela e o namorado – neste dia as crianças ficaram na casa da mulher que trabalhava com ela, a polícia chegou. Não havia droga na residência, porque ela havia deixado na casa de outra colega. A única substância encontrada foi um cigarro de maconha do namorado para uso pessoal. Porém, os policiais já sabiam de sua atividade ilícita e forjaram cocaína em cima do armário do quarto. Conta que os policiais chamaram duas pessoas na rua para serem testemunhas, mostraram a droga que eles mesmos colocaram e levaram Fran e o namorado para a delegacia.

Enquanto cumpria a pena, o maior incômodo dela era o sofrimento dos filhos, causado pela distância. Ao mesmo tempo em que não se arrependia de ter participado do comércio ilícito de drogas, pois, assim, pôde proporcionar aos filhos tudo o que eles queriam, lamenta muito pelo fato de, enquanto presa, estar fazendo eles sofrerem.

Durante cinco anos e meio de privação de liberdade, viu os filhos apenas duas vezes. A seguir, um trecho retirado da primeira e outro retirado da segunda entrevista. Interessante notar como os filhos foram, para ela, o motivo de entrada para o tráfico, mas também de sua saída, assim como a saudade deles foi sua principal marca da prisão.

Eu não me arrependo de traficar. Arrependo, assim, porque eu tô causando sofrimento pros meus filhos, porque a culpa de tudo isso é minha, porque eu que procurei, eu que vim presa. Só que eu não me arrependo de nada, tudo o que eu fiz foi por eles. A via boa que meus filho teve, tudo que eu fiz, tudo que meus filho quer, a qualquer momento eles tiveram, sempre, fosse o que for, então foi tudo por eles (Fran, 28 anos, 1ª entrevista).

Nossa, como eu chorava, como eu sofria, só de pensar que alguém podia tá fazendo mal pra eles... E, assim, na época, eu não tinha maturidade. Eu entrei no tráfico porque eu queria dar as coisas pra eles. Dei? Dei. Mas compensou? Compensa não. Hoje eu vejo isso, porque é muito mais difícil agora, sabe... Quase seis anos, né, sem a mãe... Hoje eu já prefiro passar mais um aperto aqui, outro ali. Pro tráfico eu não volto não. Nem pelo tráfico em si. Nem por mim, mas por eles (Fran, 32 anos, 2ª entrevista).

Fran costumava enumerar os presentes comprados para os filhos: bicicleta da melhor qualidade, roupas, entradas de cinema etc. Mas, sem dúvida, o objeto mais peculiar foi um pula-pula. O dono do pula-pula cobrava um valor para as crianças puderem usufruir do brinquedo na praça do bairro. Porém, quando ela ainda não havia iniciado as atividades no tráfico, não podia pagar para seus filhos, e o proprietário do brinquedo não os deixava pular de graça, mesmo sendo vizinhos. Por isso, a primeira coisa que fez quando começou a ganhar dinheiro no tráfico foi comprar um pula-pula ainda maior, colocar na praça e deixar todas as crianças pularem de graça.

Os dois filhos mais velhos ficaram sob a guarda de sua mãe durante a prisão, e o filho mais novo ficou com a avó paterna. Durante todo o período de prisão, Fran estudou e trabalhou, possibilitando remissão de pena, assim como várias outras entrevistadas. Na maior parte do tempo em que esteve presa, trabalhou na faxina e, quando estava no regime semiaberto, passou a trabalhar na Demlurb, com a varrição de ruas. O namorado foi transferido para outra unidade, e eles não se falaram mais.

5.9.3 A reconstrução da vida pós-cárcere

Em nossa primeira entrevista, Fran foi enfática sobre o que queria da vida quando o alvará chegasse:

Primeira coisa que eu quero fazer, primeira coisa que eu quero fazer é sair daqui e buscar meus filhos. Quero ir embora desse lugar, procurar emprego, ter uma vida decente. Porque nunca mais na minha vida eu quero ver droga na minha frente pra não precisar de voltar pra esse lugar nunca mais. Primeira vez que eu venho presa eu ganho uma cadeia desse tamanho, se eu ficar me arriscando, eu vou ficar a vida toda presa (Fran, 28 anos, 1ª entrevista).

Saindo da penitenciária, ela recebeu o pecúlio acumulado enquanto trabalhava na Demlurb, pegou as crianças e as levou para casa – ela tinha uma casa própria ganhada do pai e reformou quando estava no tráfico. Apesar de ter realizado o sonho de voltar a morar com os filhos, a relação entre eles tornou-se muito diferente do que era antes da prisão.

Olha, eu fui presa, o meu mais novo tinha um ano. Aí eu saio. Ele tem seis. Quer dizer... Quem eu era pra ele? Ele mal me conhecia. E meu filho era tudo pra mim. Aí fica seis anos quase sem ver. Porque, por bem dizer, eu fiquei sem ver, né... E o mais velho... O mais velho eu busquei, ele já era adolescente. Então, ele já tava naquela fase de querer enfrentar, de não aceitar o que eu falava. Ele falava que eu larguei eles, que abandonei. Qualquer coisinha falava que ia voltar pra casa da vó... A minha menina é mais tranquila, mas mesmo assim ficou distante... Agora que a gente tá conversando mais. E, assim, a gente era grudado, né... (Fran, 32 anos, segunda entrevista).

Quando fizemos a segunda entrevista, Fran já estava há mais de um ano em liberdade, morando com os filhos e buscando restaurar as relações rompidas durante seis anos. Por mais que ela continuasse com esse objetivo, as marcas que sua prisão causou na vida dos filhos são difíceis de serem calculada. A sensação de abandono materno, somado ao abandono paterno (o pai do mais velho estava morto, o pai da segunda não a conhecia e o pai do terceiro estava preso), pode gerar traumas com os quais eles precisarão se enfrentar ao longo de toda a vida.

Fran contou que, aproximadamente um mês depois de receber o alvará, foi a um show de música sertaneja e encontrou um agente penitenciário. Eles se reconheceram, conversaram, ficaram juntos na festa e depois disso começaram a namorar. Estão juntos há mais de um ano, e ela diz estar muito feliz no relacionamento. Diz que o namorado a incentiva a trabalhar, a viver longe do crime e tem um bom diálogo com seus filhos. Porém, ela se sente incomodada quando encontra com os amigos e familiares dele, pois sente existir uma dificuldade em aceitá-la. Aqui percebemos que o estigma de ser ex-presidiária influencia negativamente não apenas no mundo do trabalho, mas também nas

relações de outra natureza, como afetivas e familiares. Percebi que ela não estava tão à vontade em falar sobre o relacionamento, então não fiz mais perguntas sobre o tema.

Quando a perguntei questões referentes ao trabalho, ela foi categórica:

Ah, não dá, não. Fui no Bretas. O que que eles pediam? Nada consta. Já desisti ali. Fui numa padaria da cidade... Nada consta de novo. Aí também o que não pede nada consta costuma ser ruim demais. Então eu falei: quer saber, eu sei fazer salgadinho, sei fazer coisa de festa... O Marcos (namorado) me ajudou a comprar as coisa no início. Aí eu faço coisa pra festa. A vantagem é que eu não preciso ficar abaixando a cabeça pra ninguém, com medo de ninguém. Claro, assim, eu tenho receio dos clientes saberem? Tenho. Porque festa, né, de criança, e as pessoas ainda têm preconceito. Não adianta falar que não têm, porque têm. Mas, assim, eu acho que pra mim pesa menos o preconceito, sabe... Desse jeito, vendendo meus salgados (Fran, 32 anos, 2ª entrevista).

Fran divulga os serviços através das redes sociais, mas conta ainda não ter uma clientela suficiente para dizer que seu negócio encontra-se estável. Ela tem vontade de fazer cursos relacionados à culinária para melhorar os produtos.

Hoje ela mora com os três filhos e com o namorado. Quando perguntei se agora ela sentia-se segura em ter a presença de um homem em casa, próximo de seus filhos, ela disse: “*nesse eu confio*”.

5.10 “Eu deixei de viver a minha vida pra viver a vida dele”: Anita

Assim como Simone, Lana e Fran, também entrevistei Anita duas vezes. A primeira foi quando ela ainda estava presa, em 2013, e, a segunda, em 2017, quando estava em liberdade. Anita, enquanto esteve presa, era reconhecida por ter um comportamento considerado exemplar. Passou nove anos dentro da penitenciária sem nunca se envolver em nenhuma confusão com as outras mulheres encarceradas que chegasse até as agentes ou à administração. Durante os nove anos, também nunca foi notificada, nem mesmo em relação a alguma falta leve. Todos os dias, ia para a fábrica de meias da penitenciária para trabalhar e voltava em silêncio, falando apenas o necessário, tanto com as colegas quanto com as agentes. Seu silêncio não era interpretado como arrogância, mas como timidez e humildade. As outras presas sempre a elogiavam muito. Eram comuns frases como “*queria ter o temperamento da Anita*” e “*Se fosse como a Anita, não teria arrumado mais cadeia pra mim, mas não sei levar desaforo pra casa*”.

Loira, cabelos longos e lisos, com um corpo considerado muito bonito, ela encaixa-se perfeitamente nos padrões de beleza e tinha a fama de ser a presidiária mais bonita da penitenciária. Lembro-me de que, em algumas conversas, ela lamentava muito o fato de não poder se cuidar na prisão. Precisou abrir mão de maquiagem, de manicure, hidratação no cabelo, roupas bonitas, sapatos de salto... Para ela, que sempre manteve uma estética considerada impecável, passar a usar o uniforme vermelho largo, chinelos, ficar com os cabelos e pele descuidados era uma ruptura com o modo de vida anterior e a autoestima. Hoje, em liberdade, sua autoestima está em recuperação. Nas redes sociais, está sempre postando fotos nas quais está muito bem maquiada, exercendo a vaidade que precisou deixar de lado durante a prisão.

Nas duas entrevistas, Anita estava séria e chorou algumas vezes. Na primeira entrevista, ela chorou todas as vezes que falávamos sobre seu filho e também ao falar da morte de seus familiares (mãe, pai e avó). Na segunda, ela chorava ao falar do tempo em que esteve presa e chorava de emoção ao relatar que conseguiu realizar o sonho de cursar o ensino superior. Quando a convidei para as entrevistas, ambas as vezes ela mostrou-se bastante interessada em participar, já que era para “me ajudar”. Sempre deixou muito claro ter um sentimento de gratidão por mim, pela forma gentil com a qual sempre tratei ela e as demais presidiárias. Era recorrente receber elogios desse tipo, levando-me sempre a refletir sobre os papéis esperados de um agente penitenciário. Espera-se que um agente trate a pessoa privada de liberdade de forma não humanizada, de forma que um tratamento mais humanizado era sempre motivo de elogio. Minha resposta era sempre no sentido de não precisar agradecer às pessoas por terem sido educadas conosco, visto ser isso uma obrigação de todos. Ainda assim, em um ambiente no qual se sobressaem os gritos e os xingamentos, tratá-las como se trata as pessoas não presas continuava sendo motivos para receber elogios.

Para a segunda entrevista, nós nos encontramos no centro da cidade, em uma praça central, pois ela preferiu assim, já que estaria no centro no dia marcado. Fomos conversando até a universidade, onde começamos nossa entrevista.

5.10.1 Antes da prisão

Anita é filha única e foi criada pela avó até os 6 anos de idade. Conta que os pais eram separados, ambos trabalhavam e acharam mais viável ela ser criada pela avó,

embora eles a visitassem frequentemente. Aos 7 anos, ela foi morar com a mãe e, aos 11, com o pai. Conta que tinha uma boa relação com a avó, a mãe e o pai.

Aos 13 anos, morando com o pai, Anita começou a namorar outro adolescente. Poucos meses depois, ela engravidou de seu primeiro e, até hoje, único filho. Conta ter sido um momento desesperador para ela e a família. Ela sempre foi considerada ótima filha, excelente neta, sempre se deu muito bem na escola, despertando o orgulho dos familiares. Quando engravidou, os familiares ficaram muito decepcionados, mas decidiram acolher ela e o filho. O namoro não durou mais de um ano. Alguns meses depois do nascimento do bebê, Anita e o namorado terminaram o relacionamento. Como ela disse, o término não foi motivo para o pai se afastar da criança, esta sempre teve contato com a família paterna. Os pais do rapaz eram conhecidos da família dela, contribuindo para a convivência das duas famílias.

Na maior parte das histórias aqui narradas, a ruptura na vida escolar aconteceu depois do nascimento do primeiro filho, quase sempre na adolescência, pelo fato das entrevistadas não terem tido a rede de apoio necessária para continuarem os estudos. Diferente das demais entrevistadas, Anita conseguiu continuar estudando. Ela transferiu a matrícula para o turno noturno, e sua mãe cuidava da criança durante a noite. Quando a mãe não podia, seu pai, sua avó ou a família do pai da criança assumiam a tarefa. Assim, ela terminou o ensino médio no período regular, realidade rara na vida das mulheres presidiárias.

Terminando o ensino médio, começou a trabalhar em uma padaria do bairro, emprego em que permaneceu por dois anos. Conta que, durante esse período, tinha muita vontade de voltar a estudar, de fazer um curso superior, porém, devido ao fato de precisar conciliar a maternidade com o trabalho, foi postergando tal desejo. Logo a padaria mudou de endereço, os donos resolveram abri-la em outro bairro. Como o expediente no estabelecimento era iniciado muito cedo, ela entendeu que ficaria inviável chegar às 5 horas da manhã no novo bairro onde a padaria passaria a se localizar e pediu demissão. Depois de alguns meses, foi selecionada para atendente de *telemarketing*, deixando-a muito feliz na época, pois considerava um trabalho menos desgastante fisicamente.

Aos 21 anos, sua mãe foi diagnosticada com câncer e rapidamente faleceu. Ela conta ter sido um momento muito difícil para toda a família. No ano seguinte, quando ainda se recuperava da morte da mãe, o pai também faleceu em um acidente de carro. Ao falar sobre as sucessivas perdas sofridas, ela passa alguns minutos muito

emocionada, e a entrevista é momentaneamente interrompida. Após se recuperar, conta ter se visto praticamente sozinha no mundo com o filho e foi morar com ele na casa da avó.

Até então, ela ainda não havia assumido nenhum relacionamento sério com outro rapaz depois da gravidez. Mas, com a morte da mãe e do pai, sentiu-se muito carente e envolveu-se com um rapaz, traficante no bairro onde morava. Ele era dez anos mais velho do que ela e, a princípio, fazia suas vontades. Ele possuía *status* no bairro, e ela, como sua companheira, passa a ganhar o respeito e a admiração dos outros jovens.

Admiravam... As meninas admiravam, sim. Admiram, às vezes, assim, impõem respeito. Às vezes até, assim, gostariam de tá no seu lugar... Assim, é uma coisa ilusória, né. Hoje eu sei que é ilusão... Espero que todas as meninas de hoje em dia possam ter essa noção. Que é tudo ilusão. Pelo dinheiro, pela fama, vamos dizer assim, de uma pessoa respeitável... Chegar lá... pô, aquele ali é o fulano... Acho que é mais por isso. Pelo dinheiro e pela fama. Fama de que faz isso, faz aquilo. Então acho que as meninas acabam se iludindo pelo dinheiro e pela fama (Anita, 31 anos).

Segundo Anita, o rapaz tentou se aproximar dela por anos, porém ela não correspondia. Após a morte dos pais, ela passou a sair mais, frequentar as festas e resolveu dar uma chance para ele. Nos primeiros meses, de acordo com ela, o relacionamento era ótimo. Rapidamente ela e o filho se mudaram para a casa do namorado. Ele a tratava bem, presenteava, levava aonde ela queria ir. Aos poucos, ele começou a tomar medidas cada vez mais ciumentas e possessivas, justificadas pela intensidade do amor sentido por ela. Proibiu Anita de trabalhar, afirmando que ela não precisava disso, pois ele poderia comprar o que ela quisesse. Não aceitava que ela saísse sem ele e, até nas roupas dela, começou a interferir. Chegou a agredi-la fisicamente algumas vezes, sempre justificando, posteriormente, serem as agressões derivadas do amor e do medo de perdê-la. Ela conta que começou a pensar em se separar dele, mas sempre achava que o mesmo poderia melhorar, pois, a cada agressão, ele parecia ter se arrependido de verdade.

5.10.2 Envolvimento com o crime e prisão

Até então, ela sabia que ele era traficante de drogas, mas nunca havia se envolvido nas atividades. Porém, quando ele foi preso, ela passou a visitá-lo e começou a ser pressionada para ajudá-lo na movimentação financeira dos negócios ilícitos. O

namorado continuou o tráfico mesmo estando preso, e havia um grupo de pessoas trabalhando para ele do lado de fora da prisão.

*Aí ele me pediu pra fazer pequenos favores. Começou me pedindo pra fazer pequenos favores, né. Assim, pra agradar, pra não querer desagradar, pra evitar atritos, eu acabei me envolvendo... Mas, assim, não na parte de vender drogas, isso não. Só na parte financeira, pra receber dinheiro, depositar dinheiro. Então a função que ele me colocou, vamos dizer assim, foi essa (...) Que aí começou uma certa cobrança... Ele dizia assim: *poxa, mas eu não tenho ninguém de confiança pra mexer com dinheiro... Ainda mais com dinheiro... Como que eu posso pôr alguém pra mexer com dinheiro que é uma coisa séria... Porque, assim, eu tenho que pagar os outros... E você é a única pessoa que eu confio...* Essas conversas, né... Foi depois que ele foi preso. Foi pouco tempo mesmo, foi muito pouco tempo (Anita, 31 anos, 1ª entrevista).*

Refletindo sobre os motivos pelos quais decidiu atender aos pedidos do namorado, fala:

Assim, infelizmente, eu deixei ele ficar em primeiro plano na minha vida. Assim, eu esqueci de mim e fui viver a vida dele. Acho que foi isso. Eu esqueci de mim, da minha vida, dos meus planos, das minhas coisas, e comecei a levar a vida que ele levava. Vamos dizer, assim, por amor a ele, né. Pra agradar, sei lá... As vontades dele, e esqueci as minhas próprias (Anita, 31 anos, 1ª entrevista).

Dessa forma, alguns meses depois de começar a fazer os favores pedidos pelo namorado, ela foi presa. A polícia civil já estava investigando o caso, e ela foi pega junto a outras pessoas que trabalhavam para o namorado. O que chama a atenção no seu julgamento foi o tempo de condenação a ela direcionado. Anita recebeu o mesmo tempo de condenação do namorado, 16 anos. Ele abastecia vários pontos de drogas em diversas cidades há anos, tendo cerca de 20 pessoas trabalhando sob seu comando. Ela ocupou-se das finanças por alguns meses, durante a prisão dele. Mesmo ele tendo assumido a chefia da quadrilha, eles tiveram a mesma sentença.

Eu acredito que eu fui, assim, que, pela justiça, eu fui mais julgada por ele, pela fama dele. Eles não dividiram, não viram, assim, a minha pessoa. Não. Eles me julgaram pela pessoa que ele era (...) não me julgaram pela minha pessoa, não olharam pra minha vida... Pra mim, né. Não. Não me julgaram pela minha história, me julgaram pela vida dele e, nessa parte, eu me senti muito injustiçada (Anita, 31 anos, 1ª entrevista).

Pelo exemplo citado e outros motivos, Borges (2018) afirma que o sistema de justiça criminal possui um viés classista, racista e, também, sexista. Classista e racista uma vez que pune principalmente pessoas pobres e negras. Sexista porque, com a política de encarceramento em massa no suposto combate às drogas, as mulheres, muitas vezes, são presas no lugar dos companheiros, dos irmãos ou de outros homens. No caso de Anita, houve, de fato, participação no tráfico, porém não no mesmo grau do namorado. No entanto, a distinção entre as penas não foi feita.

No caso das mulheres é muito comum o relato de buscas e apreensões, invasões, sem mandados de busca, em seus domicílios, tortura e humilhação para obter informações que sequer elas têm conhecimento; relatos de prisão pela proximidade com algum familiar envolvido com o tráfico; prisões quando transportando pequenas quantidades, sendo que muitas são intimidadas a fazer isso. A imensa maioria dessas mulheres é ré primária, ou seja, jamais teve passagem pelos registros policiais e, quando estabelecem algum tipo de relação com o tráfico, este processo se dá na base da cadeia econômica do tráfico, ao que conclui a pesquisadora e advogada Luciana Boiteux, que suas prisões não têm nenhum impacto na dinâmica e funcionamento da economia das drogas (BORGES, 2018, p. 103-104).

Condenada a 16 anos de punição, Anita cumpriu nove anos na penitenciária. Viveu na cadeia dos 23 aos 32 anos de idade, saindo apenas para as saídas temporárias e para trabalhar na Demlurb, depois de alcançar o regime semiaberto. Uma vez no regime aberto, cumpriu mais dois anos em prisão domiciliar. O tempo de trabalho lhe permitiu remissão da pena restante. Sobre os nove anos presa, Anita destaca a saudade que sentia do filho:

Nossa... Era uma dor tão forte, tão forte... (CHORO). Pensar que ele tava crescendo, sabe? Assim, sem uma mãe por perto... Nós éramos tão unidos. Eu sei que eu fazia muita falta pra ele. Quando ele me visitava, meu mundo caía (CHORO). Porque ele tava ficando grande. Assim, cada vez maior. E eu ali... sem poder fazer nada por ele (Anita, 35 anos).

Durante toda a prisão, o filho morou com a família paterna. Vivia com o pai, avós e tios. Assim, Anita sabia que ele estava sendo bem cuidado, diferente de outras mães, cujos filhos ficaram em condições inadequadas. Outra diferença em relação às demais mulheres era o apoio familiar. Era órfã de pai e mãe e, após um ano de prisão, a avó também faleceu. Ainda assim, recebia o apoio dos seus demais familiares e da família do pai de seu filho.

Eles não me culpam, porque eles sabem que eu errei, mas, assim, não tendo ciência, proporção, porque eu não imaginava que isso poderia acontecer, que o que eu tava fazendo na época era tão errado assim a ponto de acontecer tudo que aconteceu... Eles falam que meu filho sente saudade de mim, que meu filho precisa de mim, eu tenho consciência disso, eles me apóiam. Eu tenho consciência disso também, que meu erro teve consequências, não só pra mim, mas pro meu filho, familiares. Eles me apóiam. Não me julgam. Pelo contrário, me dão força. E falam muito pra não errar de novo, porque, né, uma vez tudo bem. Porque é no erro que a gente aprende certas coisas. Eu aprendi muito com meu erro (Anita, 31 anos, 1ª entrevista)

Apesar de ter o apoio da família, ela não recebia visitas frequentemente. Durante seu primeiro ano de prisão, ela e o namorado, que estava no pavilhão ao lado, tinham direito à visita íntima, podendo, portanto, encontrarem-se em um espaço privado duas vezes ao mês. Porém, o namorado continuou no tráfico, mesmo preso; foi descoberto e transferido para uma penitenciária localizada em outra cidade, além de ter a pena aumentada. Ela desistiu do relacionamento. Depois disso, passou a receber apenas visitas, em média, mensais, de sua tia, prima e, às vezes, da ex-cunhada. Para receber visitas do filho, não era fácil. A família paterna não queria que o menino frequentasse a prisão, muito menos passasse pela revista vexatória, assim como eles não queriam se submeter a isso. Portanto, a avó paterna conseguia, junto ao juiz, agendar uma visita social de tempos em tempos, normalmente uma ou duas vezes por ano. Nessa visita, a avó e o menino não entravam no pavilhão. Aguardavam no salão localizado próximo à portaria, e uma agente penitenciária conduzia Anita até o espaço. Em uma dessas visitas, fui eu quem a conduzi. Os dois viveram 30 minutos de catarse. Nem ela nem o filho conseguiam pronunciar frases. Apenas se abraçavam e choravam. Choravam alto. Soluçavam. No outro banco, a avó do menino chorando baixinho; e eu, mais afastada, chorando enquanto simulava a leitura de um livro. Na despedida, o choro dos dois assumiu proporções ainda maiores. E ela passou o resto do dia chorando na cela.

Outro desafio da presidiária é garantir uma convivência pacífica dentro do cárcere. Qualquer conflito pode resultar em uma sanção disciplinar, na perda de um benefício, na suspensão da visita, na regressão do regime... Nunca fiquei sabendo de nenhuma briga de Anita durante a prisão, porém, nas entrevistas, ela afirmou que o convívio nem sempre era fácil.

Ah, porque tem pessoas que se incomodam com meu jeito de ser, que, assim, eu sou quieta, tranquila, e quando a pessoa é muito agitada, ela acha que as outras pessoas têm que ser como ela, e não é assim. Cada um tem seu jeito. Então, assim, a convivência é muito difícil... Às vezes, na nossa família, a gente já tem problema. Então, imagina aqui... Conviver o dia inteiro com seis

peças, com o gênio totalmente diferente do seu. Então, é muito difícil a convivência. O dia a dia também é muito complicado. Então, eu procuro refúgio no trabalho desde o dia que eu cheguei (Anita, 31 anos, 1ª entrevista).

Por fim, trabalhou na penitenciária durante todo o período em que esteve presa, tendo passado pela faxina, pela fábrica de meias e pela Demlurb. Como disse na entrevista, a dedicação ao trabalho foi uma forma encontrada por ela para não se envolver nos conflitos cotidianos do cárcere, além de conseguir acumular o pecúlio e remir a pena, que era muito longa.

Ainda quando estava presa, fez o ENEM e conseguiu se matricular em uma faculdade privada no curso de pedagogia. Durante seu último ano na prisão, passava todo o dia trabalhando na Demlurb, chegava na penitenciária, tomava banho e saía para a faculdade, regressando por volta das 23 horas.

5.10.3 Reconstruindo sonhos na vida pós-cárcere

Em nossa primeira entrevista, perguntei quais eram seus planos para quando saísse da penitenciária. A resposta veio rápido: *“Ah, eu quero tá com meu filho, tá com ele o tempo todo. Tentar recuperar esse tempo que eu fiquei longe dele, que eu perdi, pra mim é, assim, essencial. Tenho plano também de trabalhar, fazer uma faculdade, ter uma vida normal* (Anita, 31 anos, 1ª entrevista).

De fato, Anita foi uma das poucas entrevistadas que vêm conseguindo trilhar, fora do cárcere, a trajetória planejada dentro dele. Saindo da penitenciária, foi morar com a tia que a visitava na penitenciária. Seu filho foi morar com elas e, Anita, mais uma vez, numa história diferente da maioria, afirmou que a relação entre eles é de muita cumplicidade. Anita sabe que o tempo perdido não se recupera, mas tem ficado feliz com o que alcançou desde a saída da prisão.

Assim, ele (o filho) é meu amigo, meu parceiro. Hoje ele já tem 22 anos e ele me respeita, ele me entende. Ele sabe que eu nunca fiz por mal. Que eu errei, mas que eu paguei por cada erro meu. Como eu sofri longe dele. (CHORO). Ele sabe disso. Então a gente se respeita. Eu respeito ele. Ele é homossexual e eu falo: *filho, você é meu orgulho, eu só quero que você seja feliz*. Assim, igual, tem coisa que eu perdi? Perdi. Não tem jeito. Perdi a adolescência dele toda. Mas desde que eu saí, eu não perdi mais nada da vida dele. Isso eu tenho pra mim (Anita, 35 anos, 2ª entrevista).

Conta ter se envolvido com algumas pessoas, mas não viveu nenhum relacionamento sério desde a saída da prisão. Em geral, opta por não falar sobre o

envolvimento com o tráfico, nem sobre o período vivido no cárcere. “*Ah, é muito pessoal isso, né... Assim, se for alguém que eu goste de verdade, queira me casar, acho que eu conto. Mas, fora isso...*” Anita, 35 anos, 2ª entrevista.

Em relação à sua vida profissional, está radiante. Quando fizemos a entrevista, havia se formado há menos de um mês e estava fazendo estágio em uma escola particular infantil. Não tinha certeza se conseguiria passar para o quadro de funcionários, mas nutria esperanças.

Assim, eles gostam muito do meu trabalho. E eu gosto muito de trabalhar lá. Eu adoro criança. Então, eu acho que tem tudo pra dar certo. Mas sempre fica, né... O receio sempre fica. Às vezes, minha chefe me chama na sala dela, e eu já fico preocupada. Eu fico: *Meu Deus, não deixa ser nada sobre a prisão, não*. Ainda existe muito preconceito, né. Às vezes, também eu penso em falar, porque aí o medo acaba, né... Mas depois eu volto atrás (Anita, 35 anos, 2ª entrevista)

Outra diferença na trajetória de Anita em relação às demais entrevistadas foi que ela teve suporte familiar para conseguir cursar a graduação sem se preocupar em manter a família. A tia garantiu os gastos da casa, e a família do pai do seu filho, no caso, os avós, ainda paga pensão, visto que ele é estudante universitário. Ou seja, seu empenho, somado ao de sua família, possibilitou que ela fosse em busca da realização de seus sonhos. Assim como as demais, ela não foi alvo de nenhuma política pública direcionado ao egresso do sistema prisional.

6. O COTIDIANO NO PÓS-CÁRCERE

“E eu pensava, desalentado, que anos e anos se passariam e, tal como agora, ficaria espiando pela fresta, não vendo nada mais que a mesma muralha, o mesmo barranco, a mesma sentinela e apenas um trechinho do céu; não o céu que cobre o presídio, mas sim aquele ao fundo, distante, livre.”

Fiódor Dostoiévski⁵²

No capítulo anterior, foram abordadas as histórias de vida de dez mulheres egressas do sistema prisional. No presente capítulo, serão discutidos os elementos que se destacam nas trajetórias das entrevistadas no sentido de compará-las e verificar as similaridades e diferenças. Percebemos que alguns desafios no cotidiano pós-cárcere se repetem, se não em todas, na maior parte das histórias de vida aqui narradas, uma vez que as entrevistas de histórias de vida são capazes de apreender tanto elementos relacionados à subjetividade das ações sociais do sujeito entrevistado quanto elementos estruturantes da sociedade na qual este sujeito se localiza (FRAGA, 2015).

Elencaremos, portanto, neste capítulo, algumas categorias que nos permitirão um melhor aprofundamento da análise de conteúdo das entrevistas já apresentadas. De acordo com Carlomagno e Rocha (2016), a criação de categorias deve seguir alguns passos. São estes:

Em termos simples: a) é preciso existir regras claras sobre os limites e definição de cada categoria; b) as categorias devem ser mutuamente exclusivas (o que está em uma categoria, não pode estar em outra); c) as categorias devem ser homogêneas (não ter coisas muito diferentes entre si, no mesmo grupo); d) é preciso que as categorias esgotem o conteúdo possível (não sobre conteúdos que não se encaixem em alguma categoria); e) é preciso que a classificação seja objetiva, possibilitando a replicação do estudo (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 184).

O principal critério para a criação das categorias exploradas neste trabalho foi a repetição. Elementos que se repetiam na vida da maioria das mulheres entrevistadas, ou, até mesmo, em todas as vidas, serviram de norte para a formação das categorias, a saber: 1. Estratégias cotidianas de encobrimento das características estigmatizadas; 2. Não reincidência no crime tratada exclusivamente enquanto mérito individual; 3. Dificuldades em romper com a condição de precariado; 4. O peso de ser mulher em uma sociedade patriarcal, antes, durante e depois da prisão; 5. Encarceramento em massa e políticas de desencarceramento; e 6. A solidão da mulher encarcerada.

⁵² DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. 2ª ed. São Paulo: Nova Alexandrina, 2010.

Para uma melhor visualização e comparação das histórias trabalhadas nesta pesquisa, realizamos um quadro da linha de vida de cada uma das entrevistadas. No referido quadro, encontram-se destacadas as principais características das narrativas trabalhadas. As colunas em rosa são referentes à vida antes da prisão: infância/família; escola e trabalho. As colunas em lilás dizem respeito ao período em que as entrevistadas passaram pela privação de liberdade, são elas: prisão e sentença. Por fim, as colunas em verde tratam-se da vida pós-cárcere, com destaque para os temas família/relações interpessoais e trabalho/escola.

Tabela 7 - Linha de Vida – Fernanda, 31 anos, seis filhos

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Considera sua infância e adolescência felizes até os 14 anos, quando a família foi abandonada pelo pai. A partir daí, precisou cuidar da mãe que passou a ter depressão e a tentar o suicídio. Parou de estudar naquele mesmo ano.</p> <p>. Aos 15 anos, começou a namorar e engravidou de seu primeiro filho. Aos 16, engravidou de gêmeos.</p> <p>. Aos 22 anos, engravidou do quarto filho.</p> <p>. Aos 23 anos, passa a se prostituir para manter o uso do crack.</p> <p>. Foi usuária de crack entre 21 e 27 anos de idade.</p>	<p>. Ensino fundamental incompleto</p> <p>. Interrompeu os estudos aos 14 anos, na oitava série (atual nono ano), quando a mãe estava com depressão.</p>	<p>. Não trabalhou no mercado formal antes da prisão.</p>	<p>. Era usuária de crack. Foi presa próxima à boca de fumo da qual era cliente, sob efeito da substância.</p> <p>. Os filhos viveram na casa das avós durante a prisão.</p>	<p>. Condenada a dois anos e dez meses por tráfico de drogas e aliciamento de menores.</p> <p>. Era ré primária.</p> <p>. Cumpriu um ano e três meses na penitenciária (entre os anos de 2013 e 2014).</p>	<p>. Saiu da penitenciária em 2014, quando engravidou da quinta filha.</p> <p>. Em 2017, nasce sua sexta filha.</p> <p>. Hoje vive com a mãe, o padrasto e quatro filhos.</p> <p>. Tem uma boa convivência familiar, embora a família sinta muito receio de que ela volte a usar crack.</p> <p>. O pai dos seus três filhos mais velhos são presentes; os demais, ausentes.</p> <p>Dois, inclusive, foram colocados na justiça por ela.</p>	<p>. Alguns meses após sair da prisão, conseguiu uma vaga como auxiliar de cozinha no restaurante em que a mãe trabalhava.</p> <p>Saiu quando seu bebê nasceu.</p> <p>. Quando o bebê estava maior, passou a trabalhar em outro restaurante, como cozinheira. Saiu devido aos maus tratos do patrão.</p> <p>. Hoje está desempregada. Faz faxina em uma casa e está em busca de outras.</p> <p>. Sente vontade de voltar a estudar e é incentivada pela filha.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 8 - Linha de Vida – Ana Paula, 35 anos, seis filhos

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Morou em uma cidade pequena com os pais até os 6 anos de idade, quando mudou-se para Juiz de Fora.</p> <p>. Aos 13 anos, começou a namorar o rapaz que seria pai de seus seis filhos.</p> <p>. Aos 15 anos, engravidou pela primeira vez e parou de estudar quando o bebê nasceu.</p> <p>. Separou-se do pai de seus filhos devido ao uso abusivo que ele fazia de cocaína e crack.</p> <p>. Passou a morar sozinha com os filhos.</p>	<p>. Ensino Fundamental incompleto (estudou até a sexta série, atual sétimo ano).</p> <p>. Interrompeu os estudos aos 15 anos, quando seu primeiro filho nasceu, por não ter com quem deixá-lo.</p>	<p>. Trabalhou como diarista desde o nascimento de sua primeira filha, aos 15 anos de idade.</p> <p>. Era responsável financeiramente por sua família, que conseguia manter com o dinheiro recebido com as faxinas.</p>	<p>. Encontrou um documento (carteira de identidade) na rua e comprou objetos (carrinho de bebê, roupas) no nome de outra pessoa.</p> <p>Estava desempregada, assim como seu marido.</p> <p>. Durante a prisão, as seis crianças ficaram na casa de diversos parentes. Uma das filhas foi abusada sexualmente pelo tio, que era seu “cuidador”.</p> <p>. Na prisão, recebia visitas quinzenais da mãe.</p>	<p>. Condenada a quatro anos e dez meses por falsidade ideológica.</p> <p>. Era ré primária.</p> <p>. Cumpriu pena por dez meses na penitenciária.</p>	<p>. Saiu da penitenciária em 2014 e imediatamente levou os filhos para morar junto com ela.</p> <p>. Saía para trabalhar deixando as crianças sozinhas. Assim, suas quatro filhas mais novas foram encaminhadas para um abrigo de menores.</p> <p>. Hoje vive com a família do atual marido, que conheceu depois da prisão, e esconde da família dele sua condição de ex-presidiária.</p> <p>. Colocou o cunhado que abusou de sua filha na justiça. Não tem o apoio de nenhum familiar para seguir com este processo.</p> <p>. Encontra-se com diversos problemas de saúde mental, incluindo depressão. Chegou a tentar o suicídio.</p> <p>. Culpa-se permanentemente pelo abuso que a filha sofreu e também pelo fato das quatro crianças estarem vivendo em um abrigo.</p>	<p>. Assim que recebeu o alvará, conseguiu emprego com carteira assinada como auxiliar de serviços gerais, através da indicação de uma conhecida.</p> <p>. Após a descoberta do abuso sexual sofrido pela sua filha enquanto Ana Paula estava presa, somado à perda da guarda das crianças, que foram levadas para um abrigo, entrou em um quadro de depressão grave, incluindo tentativa de suicídio.</p> <p>. O tratamento medicamentoso foi muito forte e impediu Ana Paula de conseguir continuar trabalhando por mais de um ano e meio.</p> <p>. Atualmente ela está desempregada. Conseguiu uma casa para fazer faxina e está em busca de outras.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 9 - Linha de Vida – Alice, 34 anos, três filhos

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Alice pertencia a uma família pobre, porém não chegou a passar grandes necessidades financeiras. Afirma que sempre teve o básico para sobreviver, mas tinha vontade de ter acesso a mais produtos e serviços.</p> <p>. Teve sua primeira filha aos 15 anos; a segunda, aos 16; e, a terceira, aos 24. Os pais das crianças não pagam pensão efetivamente, mas estão relativamente presentes e contribuem financeiramente de maneira esporádica.</p>	<p>. Parou de estudar na quinta série, atual sexto ano, após o nascimento de sua primeira filha, quando ela tinha 15 anos de idade.</p>	<p>. Não trabalhava até antes da terceira prisão.</p>	<p>. Em 2006 foi presa por tráfico de drogas.</p> <p>. Em 2008 foi presa por furto.</p> <p>. Em 2012 foi presa por assalto à mão armada, embora afirme que tenha furtado sem o uso de armas.</p> <p>. Dias depois da entrevista, foi presa novamente. Desta vez foi enquadrada na Lei Maria da Penha, devido a uma briga entre ela e a filha. Na escrita deste trabalho, ela ainda se encontrava presa.</p> <p>. Na terceira prisão, quando a conheci, recebia visitas do companheiro.</p> <p>. Durante suas prisões, as filhas ficavam ora na casa da avó materna, ora na casa dos pais.</p>	<p>. Na primeira prisão, foi condenada a quatro anos em primeira instância e absolvida em segunda instância.</p> <p>Ficou presa por um ano e nove meses.</p> <p>. Na segunda prisão, a sentença foi de dois anos e cinco meses.</p> <p>Passou um ano e seis meses presa.</p> <p>. Na terceira prisão, foi condenada a sete anos.</p> <p>Cumpriu três anos na penitenciária.</p>	<p>. Vivia com o marido, duas filhas e uma neta. Estava, durante a entrevista, feliz por estar mais presente na vida das filhas e por poder cuidar cotidianamente da neta. Afirmava estar fazendo pela neta o que não conseguiu fazer pelas filhas, devido ao envolvimento com o crime.</p> <p>. Afirmo ter uma única certeza: que não queria mais voltar para a prisão.</p> <p>. Uma semana depois da entrevista, eu soube, por outra entrevistada, que Alice havia brigado com a filha. A polícia foi chamada, e Alice foi enquadrada na Lei Maria da Penha. O juiz afirmou que, devido ao seu histórico criminal, manteria a mesma presa até o julgamento.</p>	<p>. Alguns meses após sair de sua terceira prisão, Alice começou a trabalhar com serviços gerais em uma conservadora, que oferecia serviços de limpeza em prédios da região. Ela conseguiu indicar outras egressas à empresa (sem dizer que eram ex-presidiárias).</p> <p>. Depois trabalhou dez dias em um mercado. Não gostou e pediu demissão.</p> <p>. Após alguns meses, começou a trabalhar como garçonete em um restaurante da cidade. Estava muito realizada no trabalho e convicta de que não voltaria a ser presa novamente. Tinha cuidado redobrado para não ter o envolvimento com o crime descoberto pelos chefes.</p> <p>. Desejava continuar no trabalho, pelo qual demonstrava apreço.</p> <p>. Com a quarta prisão, não sabemos como ficou sua situação no trabalho. A informação que tivemos através de outra entrevistada foi que, ao ser presa, ela parou de ir ao restaurante, sem dar maiores explicações.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 10 - Linha de Vida – Claudia, 26 anos, um filho

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Define sua infância como “conturbada”.</p> <p>O pai era alcoólatra e violento, tanto com ela quanto com a mãe.</p> <p>. Quando Claudia fez 12 anos, seu irmão nasceu, e a mãe entrou em depressão. Assim, ela cuidou do irmão como se fosse o próprio filho.</p> <p>. Aos 16 anos, engravidou e passou a cuidar do filho, além do irmão.</p> <p>. Sofreu traições e violências físicas por parte do marido, que também era alcoólatra. Separou-se após dez anos de relacionamento.</p> <p>. Tentou suicídio duas vezes na juventude.</p>	<p>. Concluiu o ensino médio aos 18 anos.</p>	<p>. Aos 12 anos, vendia salgadinhos na porta da escola onde estudava.</p> <p>. Aos 16, passa a trabalhar como menor aprendiz.</p> <p>- A partir dos 18, passou por diversos trabalhos.</p> <p>Alguns com carteira assinada, outros não.</p>	<p>. O irmão, menor de idade, estava envolvido com o tráfico de drogas. A polícia revistou a casa e exigiu que alguém maior de idade assumisse a droga, ou seja, ela ou sua mãe. Assim, assumiu a droga do irmão como sua.</p> <p>. Durante a prisão, o irmão continuou traficando e foi internado no Centro Sócio Educativo.</p> <p>. Seu filho passou a morar ora na casa do pai, ora na casa da avó materna.</p> <p>. O namorado desapareceu durante o tempo que ela ficou na prisão.</p> <p>. Recebia visitas quinzenais da mãe.</p>	<p>. Primeira instância: condenada a nove anos e quatro meses por tráfico, associação para o tráfico e aliciamento de menores.</p> <p>. Segunda instância: pena reduzida para um ano e 11 meses de serviços comunitários.</p> <p>. Cumpriu um ano e dez meses na penitenciária e apenas um mês em serviços comunitários.</p>	<p>. Hoje mora com a mãe e o filho.</p> <p>. Acredita que o tempo que ficou presa causou problemas de saúde mental em seu filho, que apresenta quadro de ansiedade.</p> <p>. Ela faz tratamento com antidepressivos.</p> <p>Acredita que a depressão agravou-se na cadeia.</p> <p>. Seu irmão encontra-se longe do tráfico, morando em outra cidade, deixando-a mais tranquila.</p>	<p>. Ao terminar de cumprir a pena alternativa, não teve nenhum auxílio do CESPE nem do PrEsp para retornar ao mercado de trabalho.</p> <p>. Depois de alguns meses em liberdade, conseguiu trabalhar em uma terceirizada que prestava serviços para empresas de telemarketing. O acordo era verbal, e a empresa não pagava os salários, fazendo-a desistir em poucos meses.</p> <p>. Depois de mais alguns meses, conseguiu trabalhar em uma escola infantil como auxiliar de serviços gerais. Acredita que a demissão se deu pelo fato do seu chefe descobrir que ela era ex-presidiária.</p> <p>. Passou a trabalhar com vendas de chip de celulares na rua. O contrato começou em junho e foi encerrado em dezembro de 2016.</p> <p>. Até a entrevista, que ocorreu em julho de 2017, ainda não havia conseguido nenhum emprego estável.</p> <p>. Estava sobrevivendo de “bicos” como garçonne e manicure.</p> <p>. Conta que, desde a saída da prisão, todos os empregos conseguidos foram por indicação de algum conhecido.</p> <p>. Sonha em fazer faculdade e ter um emprego estável.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 11 - Linha de Vida – Marta, 30 anos, duas filhas

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Ela e os irmãos foram criados pela mãe em um quarto onde esta se prostituía. Recorda-se, também, que a mãe cometia pequenos furtos e, às vezes, ia presa.</p> <p>. Não conheceu o pai, que morreu quando ela ainda era bebê.</p> <p>. Quando a mãe passou a traficar drogas ilícitas, a situação da família começou a melhorar financeiramente.</p> <p>. Aos poucos, foi entrando para o tráfico, ao lado da mãe e dos irmãos.</p> <p>. Além do tráfico, cometia pequenos furtos.</p> <p>. Teve duas filhas. A primeira, aos 17 anos; e a segunda, aos 19 anos. Os pais das duas meninas morreram, e elas, assim como Maria Lúcia, não conheceram os pais.</p>	<p>. Sempre apresentou muita dificuldade na escola e parou de estudar aos 17 anos, quando a primeira filha nasceu, no sétimo ano do ensino fundamental.</p>	<p>. Nunca havia trabalhado, vivendo, desde a adolescência, do furto e do tráfico.</p>	<p>. Foi presa três vezes por furto.</p> <p>. Presa pela quarta vez, em 2012, por tráfico de drogas. Foi presa junto com a mãe e com a irmã.</p> <p>. Ficava angustiada com os problemas de saúde da sua mãe e com a situação de suas filhas, que foram morar com as avós paternas.</p> <p>. Foi abandonada pelo namorado quando estava presa. Descobriu que ele estava namorando outra pessoa.</p> <p>. Não recebia visitas.</p>	<p>. Nas três prisões por furto, passou alguns meses na cadeia. Não se recorda exatamente.</p> <p>. Na quarta prisão, sua sentença foi de 13 anos. Passou cinco anos presa.</p>	<p>. Ao sair da penitenciária, voltou a morar com as filhas.</p> <p>. A convivência com as filhas não está fácil. Depois de cinco anos afastadas, elas possuem pouca referência familiar em Maria Lúcia e querem voltar para a casa das avós.</p>	<p>. Ao sair de sua quarta prisão, pela primeira vez buscou emprego no mercado lícito. Porém, já tentava há seis meses sem sucesso.</p> <p>. O PrEsp a encaminhou para uma entrevista de emprego. Lá foram feitos, também, currículo e e-mail para ela. Além disso, encaminharam suas filhas para atendimento no CRAS do seu bairro.</p> <p>. Manteve-se, por alguns meses, com o pecúlio conseguido durante a prisão. No período da entrevista, estava vivendo de favores de conhecidos e parentes.</p> <p>. Chora muito ao afirmar que não quer voltar para o crime, mas que as portas do mercado de trabalho não se abrem para ela.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 12 - Linha de Vida – Simone, 53 anos, um filho

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Até 1 ano e meio de idade viveu com a mãe, em um quarto de uma casa de prostituição. Foi resgatada pela tia sem saber andar e em péssimas condições de higiene.</p> <p>. Viveu com a tia até os 4 anos. Depois passou a morar na casa da mãe e do pai.</p> <p>. Possui péssimas recordações da infância: apanhava, fazia todos os serviços domésticos, e os pais eram alcoólatras.</p> <p>. Ao se descobrir homossexual, passou a ser espancada pela mãe.</p> <p>. Foi expulsa de várias escolas devido à sua orientação sexual.</p> <p>. Aos 15 anos foge de casa e passa a viver com a namorada em uma casa de prostituição. Era mantida pela companheira.</p> <p>. Passa por um período curto na prostituição e engravida. O filho foi entregue aos cuidados da mãe.</p> <p>. Começa a vender maconha. A partir dos contatos feitos na prisão, participa de um roubo de caminhão e, depois, volta para o tráfico de drogas.</p>	<p>. Concluiu o ensino fundamental (uma vez em escola tradicional e três vezes na penitenciária).</p>	<p>. Nunca havia trabalhado, vivendo desde a adolescência do furto e do tráfico.</p>	<p>. Foi presa cerca de dez vezes e não consegue se lembrar com exatidão sobre cada uma delas.</p> <p>. A primeira prisão foi por tráfico de drogas. Lá foi convidada para participar de um roubo de carga de caminhão.</p> <p>. Já no primeiro roubo, é presa novamente.</p> <p>. Foge depois de um ano e meio.</p> <p>. Passa a viver do tráfico e é presa diversas vezes.</p>	<p>. Somando seus processos, Scheila, aos 53 anos de idade, já foi condenada a 26 anos e seis meses de prisão.</p> <p>. Foi presa pela primeira vez por alguns meses por tráfico de drogas. Não se recorda o tempo exato.</p> <p>. Na segunda prisão, foi condenada a 14 anos. Cumpriu um ano e meio e fugiu da penitenciária.</p> <p>. Foi presa novamente diversas vezes e não se recorda do tempo de cada sentença.</p>	<p>. Desenvolveu uma série de transtornos psiquiátricos e apresenta fobia em sair de casa.</p> <p>. Sente-se sobrecarregada com os cuidados em relação às tias e à mãe, enquanto vê sua própria saúde deteriorar-se.</p> <p>. A relação com o filho, que está no tráfico de drogas, é péssima. Ele a ameaça para que ela passe sua casa para o nome dele e quer ajuda dela no tráfico. Além disso, soube que a namorada e o filho tiveram um caso, o que a deixa com um sentimento de revolta muito forte em relação a ambos.</p> <p>. Possui um relacionamento conturbado com Leo, que conheceu na prisão. Diversos episódios de traições, termos e agressões marcam o relacionamento.</p> <p>. Sente-se desmotivada em reconstruir a vida.</p>	<p>. Indicada por Alice, outra egressa do sistema prisional, Scheila trabalhou por três meses em uma conservadora terceirizada.</p> <p>. Tentou iniciar alguns negócios, sem sucesso, tais como: serviços de jardinagem e venda de carne assada.</p> <p>. Os <i>posts</i> na internet oscilavam entre fotos do seu cotidiano de trabalho e fotos que davam a entender que havia voltado para o crime.</p> <p>. Alguns meses antes da entrevista, havia conseguido o direito ao LOAS, devido aos seus problemas psiquiátricos: depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar etc.</p> <p>. Tem vontade de voltar a estudar, mas sente-se desanimada.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 13 - Linha de Vida – Luana, 40 anos, três filhos

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. A infância foi marcada pela extrema violência que sofria do pai, que a espancava cotidianamente.</p> <p>. Cuidava dos irmãos, da casa e ajudava seu pai na construção civil.</p> <p>. Aos 14 anos, foi estuprada por um homem adulto conhecido da família.</p> <p>. Engravidou com o estupro e foi expulsa de casa.</p> <p>. Grávida aos 14 anos, mudou-se para Juiz de Fora com a mãe.</p> <p>. Casou-se aos 16 anos e teve seu segundo bebê. Separou-se depois de 11 anos.</p> <p>. Foi internada algumas vezes em clínicas psiquiátricas por transtorno bipolar e já cometeu tentativas de suicídio.</p> <p>. O pai de sua terceira filha morreu quando ela ainda estava grávida.</p> <p>. Aos 27 anos de idade, passou a usar <i>crack</i> e foi diagnosticada como dependente química.</p>	<p>. cursou até o sétimo ano na escola regular.</p> <p>. Interrompeu os estudos quando o primeiro filho nasceu.</p> <p>. Na penitenciária, concluiu o ensino fundamental, mas nunca pegou o histórico escolar.</p>	<p>. Trabalhava como servente de pedreiro com o pai, da infância até os 14 anos.</p> <p>. Dos 14 anos em diante trabalhou como faxineira, babá, serviços gerais, auxiliar de cozinha.</p> <p>. Morava junto com dois filhos e era responsável financeiramente pela casa.</p>	<p>. Era usuária de <i>crack</i> e estava sob efeito da droga no momento da prisão. Foi presa na tipificação assalto à mão armada, embora negue que tenha realizado o assalto. De acordo com ela, recebeu droga de um homem a troco de sexo, porém negou-se a fazer. Ele a agrediu.</p> <p>. Outro homem veio em sua defesa. O agressor chamou a polícia e denunciou um assalto que, de acordo com ela, nunca existiu.</p> <p>. Recordou-se de muita humilhação sofrida na penitenciária, tanto pelas agentes quanto pelas demais presas.</p> <p>. Como trabalhava formalmente antes da prisão, teve acesso ao auxílio reclusão. Única entrevistada nesta situação.</p>	<p>. Era ré primária.</p> <p>. Foi condenada a três anos de prisão.</p> <p>. Ficou presa por 10 meses, no ano de 2014.</p> <p>. Depois de um ano cumprindo pena no regime aberto, em prisão domiciliar, recebeu o indulto.</p>	<p>. Atualmente possui cinco CID's psiquiátricos, incluindo a dependência química.</p> <p>. Está se tratando, embora, às vezes, ainda tenha recaídas com o uso do <i>crack</i>.</p> <p>. Nas suas recaídas, costuma trocar a droga por sexo com os homens na boca de fumo, levando a brigas no seu relacionamento com Scheila, a namorada que conheceu nos tempos da prisão.</p> <p>. Seus três filhos vivem com a avó materna, o pai e a tia materna, respectivamente.</p> <p>. Planeja continuar seu tratamento para poder viver com os filhos novamente.</p>	<p>. Embora tenha feito cadastro no PrEsp, o programa nunca fez contato com ela.</p> <p>. Já na primeira tentativa de emprego, em um supermercado, foi solicitado nada consta. Ela levou o documento retirado de outro órgão e não o da Polícia Civil.</p> <p>. Antes de começar a trabalhar no supermercado, teve outra recaída com o <i>crack</i> e perdeu a vaga.</p> <p>. Alguns meses depois, conseguiu uma vaga como auxiliar de cozinha. Estava indo muito bem no trabalho, quando foi demitida. Acredita que a demissão deu-se pelo fato do chefe ter descoberto sua condição de ex-presidiária e dependente química.</p> <p>. Atualmente conseguiu ter acesso ao LOAS, devido aos problemas de ordem psiquiátrica.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 14 - Linha de Vida – Lana, 47 anos, três filhos

Infância/Família	Escola	Trabalho	Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Lyra tem dois irmãos mais novos. Quando a mãe faleceu, ela tinha 13 anos e passou a cuidar deles. Os três passaram a morar com a avó.</p> <p>. Teve seu primeiro filho aos 23 anos. O companheiro morreu quando o filho ainda era bebê. O segundo filho nasceu quando tinha 33 anos. Colocou o pai na justiça para receber a pensão. O terceiro filho nasceu quando ela tinha 35 anos e, depois da gravidez, o companheiro desapareceu.</p> <p>. Morava com seus três filhos e era financeiramente responsável pela família. Além de manter diversas responsabilidades em relação aos irmãos.</p>	<p>. cursou o ensino médio antes de ser presa.</p> <p>. Gostaria de fazer faculdade de direito, mas por precisar trabalhar e cuidar dos filhos, não havia conseguido, até então, levar o sonho adiante.</p> <p>. Na penitenciária, mesmo já tendo o ensino médio, cursou o fundamental novamente.</p> <p>. Fez a prova do ENEM três vezes enquanto estava presa.</p>	<p>. Começou a trabalhar aos 12 anos como babá e, depois disso, passou por diversos empregos: garçõnete, cozinheira, serviços gerais etc.</p>	<p>. Aos 35 anos, envolveu-se com o tráfico de drogas a fim de quitar uma dívida feita pelo seu irmão, que estava envolvido com o tráfico.</p> <p>. Sua função era usar um documento falso e receber a droga que chegaria, endereçado para o nome adulterado, pela transportadora.</p> <p>. A quadrilha com a qual se envolveu já estava sendo investigada e, em poucos meses, ela foi presa.</p> <p>. Assumiu a droga como sua, por receio de que pudesse ser punida.</p> <p>. Não quitou a dívida do irmão, que teve os dois braços quebrados na cadeia.</p> <p>. Recebeu visitas mensais de seu pai.</p> <p>. Os filhos foram divididos nas casas de parentes.</p>	<p>. Condenada a 17 anos e cinco meses de prisão por tráfico de drogas, associação para o tráfico e falsidade ideológica.</p> <p>. Era ré primária.</p> <p>. Ficou presa por sete anos e cinco meses.</p> <p>. Cumpriu mais dois anos no regime aberto, em prisão domiciliar e recebeu indulto em 2016.</p>	<p>. Assim que recebeu seu alvará, Lyra voltou a morar com os filhos. A relação, porém, é muito conflituosa. Quando ela foi presa, eles eram crianças. Quando saiu, eram adolescentes. Em todas as discussões, buscam desqualificá-la remetendo à relação dela com o crime. Seu pai faz o mesmo.</p> <p>. Apesar disso, está tentando se reaproximar da família.</p> <p>. O irmão continua no tráfico de drogas.</p> <p>. Ainda tem muitos pesadelos com as lembranças da prisão.</p> <p>. Escuta os sons da cadeia durante a madrugada.</p> <p>. Já passou por várias situações vexatórias na rua, protagonizadas pelos policiais, por ser ex-presidiária.</p>	<p>. Quando saiu da penitenciária, conseguiu assinar um contrato com a Demulrb por um ano.</p> <p>. Um ano trabalhando, somado ao valor do pecúlio que conseguiu, permitiu que montasse sua casa novamente.</p> <p>. Quando acabou o contrato, tentou emprego em Juiz de Fora e não conseguiu.</p> <p>. Mudou-se para o Rio de Janeiro e lá trabalhou por um ano em um quiosque com carteira assinada.</p> <p>. Com o adoecimento do pai, voltou para Juiz de Fora.</p> <p>. Depois de algumas tentativas, conseguiu um emprego como cozinheira em uma churrascaria.</p> <p>. Tem muito medo dos chefes descobrirem o envolvimento com o crime.</p> <p>. Prestou ENEM, conseguiu uma bolsa integral através de um promotor de justiça e está cursando graduação em direito em uma faculdade particular. Está extremamente orgulhosa por isto e bastante otimista nos planos para o futuro. Pretende ser advogada criminal.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 15 - Linha de Vida – Fran, 32 anos, três filhos

Infância/Família	Escola	Trabalho	Envolvimento com o crime/Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. A infância foi marcada pelas tentativas de estupro do padrasto. Guarda muita mágoa da mãe por nunca ter acreditado nela.</p> <p>. Passou a infância e a adolescência revezando entre a casa da mãe (onde sofria os abusos do padrasto) e a casa da avó e do pai.</p> <p>. Aos 16 anos, foi morar com o namorado, pai de seu primeiro filho.</p> <p>. Foi mãe aos 17 anos e era violentada cotidianamente pelo marido. Vivia trancada em casa por ele. Se saísse, era espancada.</p> <p>. Aos 18 anos, fugiu de casa com seu filho para Juiz de Fora, para a casa da avó. Em alguns meses, o ex-companheiro foi assassinado.</p> <p>. Ainda com 18 anos, começou a trabalhar como garçomete, quando conheceu o pai de sua segunda filha. Tiveram um relacionamento de apenas alguns meses.</p> <p>. Foi morar sozinha com os dois filhos. Eles ficavam em uma creche enquanto ela trabalhava.</p> <p>. Aos 24 anos, engravidou pela terceira vez.</p>	<p>. Passou por várias desistências ao longo de sua vida escolar, sendo, a última delas, durante a gravidez, no oitavo ano.</p>	<p>. Desde os 18 anos, trabalhava como garçomete e caixa de supermercado para manter os filhos.</p> <p>. Passou oito anos trabalhando no mercado de trabalho formal durante o dia e vendendo drogas durante a noite.</p>	<p>. Quando foi morar sozinha com seus filhos, passou muita dificuldade financeira e começou a vender drogas a varejo.</p> <p>. Começou como mula e depois passou a comprar sua própria droga e vender em casa.</p> <p>. Ficou oito anos no tráfico sem ser presa.</p> <p>. Estava sendo investigada pelos policiais há alguns meses, quando foi feita uma busca na sua casa.</p> <p>. Disse que, durante a busca, encontraram apenas 50 gramas de maconha, pois ela guardava a droga na casa de uma conhecida.</p> <p>. Ainda assim, foram presos ela e o namorado da época. A polícia forjou 103 papéis de <i>crack</i> para prendê-los.</p> <p>. Conta que não se arrepende de ter participado do tráfico, pois assim pôde proporcionar aos filhos tudo o que eles queriam.</p> <p>. Durante a prisão, lamentava apenas o fato dos filhos estarem sofrendo por ficarem longe dela.</p> <p>. Não recebia visitas com frequência.</p> <p>. Durante todos os anos de prisão, recebeu a visita dos filhos apenas duas vezes.</p>	<p>. Condenada a 13 anos e dez meses de prisão.</p> <p>. Cumpriu cinco anos e seis meses na penitenciária.</p>	<p>. Hoje mora com os três filhos e com o novo namorado, que é agente de segurança penitenciária.</p> <p>. Conheceu o namorado na época da prisão e, segundo ela, encontraram-se novamente em um show depois de seu alvará. A partir daí, começaram a namorar.</p> <p>. Sentiu-se julgada pelos amigos e familiares do namorado.</p> <p>. Em relação aos filhos, conta que vem tentando reestabelecer o relacionamento, porém todos os anos que viveram afastados torna a tarefa difícil.</p>	<p>. Tentou emprego em dois lugares que pediam nada consta.</p> <p>. Desistiu de trabalhar no mercado formal.</p> <p>. Atualmente faz doces e salgados para festas.</p> <p>. Acredita que, tendo seu próprio negócio, sofrerá menos preconceito.</p> <p>. Ainda assim, sente receio de que seus clientes saibam do fato de ter sido ex-presidiária e desconfiem dela.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Tabela 16 - Linha de Vida – Anita, 35 anos, um filho

Infância/Família	Escola	Trabalho	Envolvimento com o crime/Prisão	Sentença	Família/relações interpessoais	Trabalho/estudos
<p>. Foi criada pela avó até os 6 anos. Depois passou a morar com a mãe. Aos 11 foi morar com o pai.</p> <p>. Foi mãe aos 13 anos. O pai e os familiares foram presentes na vida da criança.</p> <p>. Sua mãe faleceu quando ela fez 21 anos, e o pai faleceu quando ela fez 22, o que a deixou muito carente e vulnerável.</p> <p>. Começou a namorar um rapaz que era traficante no bairro onde morava aos 23 anos.</p> <p>. O namoro durou três anos, e ela sofreu violência doméstica.</p>	<p>. Concluiu o ensino médio aos 20 anos.</p>	<p>. Depois que concluiu o ensino médio, trabalhou por dois anos como balconista de uma padaria.</p> <p>. Trabalhou seis meses com <i>telemarketing</i></p>	<p>. O namorado, que era traficante, foi preso e, a partir daí, passou a pedir favores relacionados ao tráfico para ela.</p> <p>- Fazia depósitos bancários, recebia dinheiro... Enfim, por alguns meses, ficou responsável pelas finanças dos negócios do namorado.</p> <p>. Estava sendo investigada e foi presa junto com um grupo de pessoas que trabalhavam para o namorado.</p> <p>. Durante a prisão, o filho morou com a família dos avós paternos e com o pai.</p> <p>. Recebia a visita do filho uma vez por ano, quando a avó paterna o levava.</p> <p>. Terminou o relacionamento durante a prisão, após seu namorado cometer diversas faltas e ser transferido de unidade.</p> <p>. Recebia visitas ocasionalmente da tia, prima e cunhada.</p>	<p>. Condenada a 16 anos.</p> <p>. Teve a mesma sentença do namorado, que era traficante há anos, mesmo ele tendo assumido a droga e o comando do grupo.</p> <p>. Ficou presa por nove anos. Entre 23 e 32 anos (2006-2015)</p> <p>. Cumpriu mais dois anos em regime aberto (prisão domiciliar).</p>	<p>. Quando saiu da prisão, foi morar na casa da tia.</p> <p>. O filho continua morando na casa.</p>	<p>. Ainda quando estava presa, no regime semiaberto, fez o ENEM e começou a cursar a graduação em pedagogia em uma faculdade particular.</p> <p>. Em 2017, quando ainda estava em prisão domiciliar, formou-se.</p> <p>. Durante a entrevista, estava fazendo estágio em uma escola infantil.</p> <p>. Mesmo não estando empregada, estava muito animada com a possibilidade de, em breve, atuar como professora.</p> <p>. Sente receio de que seus chefes descubram que já foi presidiária.</p>

Fonte: Entrevista de história de vida realizada pela pesquisadora.

Uma vez apresentadas as linhas de vida, possibilitando ter acesso à síntese de cada história de vida, passemos, agora, para a análise das categorias, resgatando os temas que foram abordados ao longo das entrevistas.

6.1 Estratégias cotidianas de encobrimento das características estigmatizadas

De acordo com Goffman, estigma é “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 2004, p. 4). Os grupos estabelecidos socialmente atribuem a grupos não estabelecidos características depreciativas, marcando-os negativamente, estigmatizando-os. Isso faz com que os grupos estigmatizados sejam vistos – e muitas vezes passam a se ver – com menos humanidade do que aqueles considerados “normais”. O estigmatizado cujas características distintivas já são conhecidas ou são imediatamente visíveis – como algumas pessoas portadoras de necessidades específicas, por exemplo – é um “desacreditado” socialmente. Porém, quando tais características não são perceptíveis instantaneamente – como é o caso de um ex-presidiário, o estigmatizado é um “desacreditável”. Sendo assim, ele poderá buscar estratégias de encobrimento das características estigmatizadas, como percebemos em vários relatos nesta pesquisa. O “desacreditável” vive sempre a tensão do ocultamento *versus* revelação de seu estigma: “para quem revelar? Depois de quanto tempo? Em qual situação? Em quais ambientes é necessário ocultar?”. A manipulação da informação é gerenciada pelo “desacreditável” para não se tornar “desacreditado” (GOFFMAN, 2004).

A egressa do sistema prisional carrega junto de si não apenas o estigma de ser ex-presidiária, o que já tornaria seu cotidiano muito mais difícil. Ela carrega, também, o estigma de ser uma mulher ex-presidiária, ou seja, que falhou em tudo que se espera de uma mulher. A mulher envolvida com o crime é vista como alguém que não cuidou dos filhos e da família, que rompeu com sua natureza feminina. A mulher criminosa foi vista historicamente pela literatura como um monstro, uma aberração. Desde Lombroso até Freud, passando por diversos autores, a mulher criminosa foi tida como uma não mulher, ou como uma mulher que nega sua natureza, uma mulher masculina. Apenas na segunda metade do século XX, a partir das teorias feministas, a criminalidade praticada por mulheres começou a ser pesquisada sob uma ótica não sexista e preconceituosa, como era feito até então. (HELPE, 2014, p. 51).

Assim, é importante termos a clareza de que o estigma sofrido por uma ex-presidiária é diferente daquele sofrido pelo ex-presidiário. Ela é considerada duplamente errada, duplamente culpada. Culpada por ser criminosa e culpada por ter falhado no seu “papel” feminino de boa esposa, boa mãe, boa filha, quem cuida dos demais membros da família.

Por todos esses motivos, algumas entrevistadas precisavam criar estratégias de encobrimento de suas características estigmatizadas até mesmo no cotidiano do lar. Ana Paula, por exemplo, mora na casa da sogra e escondia de toda a família do marido sua condição de ex-presidiária. Conta já ter passado por diversas situações constrangedoras como, por exemplo, ao assistirem na TV alguma matéria sobre presidiários, escutar da sogra: *“tinha era que matar esses preso tudo”*. Ela afirma ter certeza de que a sogra não a aceitaria mais em casa caso soubesse do passado dela. Conta também ter sido muito humilhada por um ex-namorado quando lhe contou da passagem pela prisão. Da mesma forma, Fernanda narra que o ex-namorado não hesitava em lembrá-la da condição dela de ex-presidiária sempre quando discutiam. Para evitar tais constrangimentos, cada uma delas encontra uma estratégia. Algumas afirmam que já contam de sua prisão imediatamente para o namorado, logo no começo do relacionamento, para evitarem surpresas negativas depois. Outras optam pelo caminho oposto. Só contam quando o relacionamento está em uma fase estável. Assim, embora o problema seja comum, os sujeitos encontram formas diferentes de lidar com ele, destacando, assim, suas subjetividades frente a uma questão objetiva. De uma forma ou outra, elas convivem com esta tensão: contar ou não contar para o namorado? Se contar, quando é o melhor momento? E a família dele, precisa mesmo saber? E se souber por outra pessoa, não será pior?

No mercado de trabalho, a situação complica-se ainda mais. Todas as entrevistadas narraram o cuidado e o medo que tinham de terem seu passado descoberto. Ficavam tensas ao encontrar um agente penitenciário no local de trabalho. Alice conta que algumas agentes frequentavam o restaurante onde ela trabalhava, representando sempre um momento difícil. Uma delas, por exemplo, sempre a parabenizava quando a via trabalhando. Dizia frases motivacionais, mostrando-se orgulhosa com o fato de Alice estar empregada. Mesmo sabendo que isto não era feito com má intenção, Alice ficava extremamente constrangida e preocupada que os referidos diálogos levantassem suspeitas sobre ela. Claudia e Léo acreditam que foram demitidas do emprego devido ao fato dos chefes terem descoberto seu passado. Para Ana Paula e Fernanda, que

trabalham como diaristas em casas de família, as donas das casas não sentiriam mais confiança nelas para manterem as faxinas caso soubessem da verdade sobre o passado na prisão.

Em grande parte dos casos, estas mulheres, ao retornarem para o mercado de trabalho, acabam encaixando-se em empregos tidos como femininos e precarizados: faxina, empregada doméstica, babá e, como em duas histórias narradas, em escolas infantis. São empregos que exigem um grau significativo de confiança no trabalhador por parte do empregador, pois são serviços feitos dentro de casa e, às vezes, relacionados à criança. É diferente, por exemplo, de um egresso do sistema penitenciário do sexo masculino que busca vagas na construção civil ou em outras profissões tidas como masculinas. O grau de confiança exigido de alguém que trabalha dentro do espaço doméstico costuma ser maior, tornando o estigma destas mulheres ainda mais nefasto. Pimentel (2015) narra diversas histórias de mulheres que, ao saírem do sistema prisional, enfrentaram diversos tipos de preconceito para se reinserirem no mercado de trabalho. Uma das poucas entrevistadas a acreditar que o fato de ser ex-presidiária não a influenciava negativamente para conseguir emprego era Judite, uma mulher que trabalhava com serviços braçais considerados masculinos, como pesca e agricultura.

Embora isto deva ser interpretado com cautela, especialmente diante dos elementos de representação do *self* anteriormente mencionados, é importante considerar que, diferentemente da maioria das outras entrevistadas, os meios que encontra para a subsistência não são permeados pela necessidade da confiança, exemplo do que acontece com o trabalho tipicamente doméstico, exercidos em casa de família (PIMENTEL, 2015, p. 195).

A pesquisadora, ao estudar a mortificação do *self* na vida das mulheres que passaram pelo cárcere, mostra que algumas, já certas do estigma que sofrem, abrem mão de procurar emprego no mercado de trabalho formal. “Porém, sabia que isso não se daria da mesma forma no mercado de trabalho (ser bem recebida), o que a levou a não procurar emprego formal, revelando verdadeiro conformismo com relação à estigmatização presente no olhar dos outros sobre ela” (PIMENTEL, 2015, p. 200). É o caso, na nossa pesquisa, de Fran. Após duas tentativas de entrevista de emprego, nas quais foi solicitado o nada consta, ela passou a investir sua energia em organizar o próprio negócio. A expectativa de lucro mensal ainda não se efetivou. Em alguns meses,

a demanda é grande, mas, em outros, ela é quase inexistente, dando um caráter um tanto quanto instável à atividade.

Em resumo, as mulheres egressas do sistema prisional precisam aprender a conviver cotidianamente com um segredo que, caso descoberto, pode gerar consequências bastante negativas em suas vidas. Uma vez descobertas, passariam da condição de “estigmatizáveis” para “estigmatizadas”.

6.2 Não reincidência no crime tratada exclusivamente enquanto mérito individual

Fica evidente, nas histórias de vida aqui narradas, a ausência de políticas públicas que objetivem contribuir com a não reincidência do ex-presidiário no crime. A maioria das entrevistadas afirma ter feito o cadastro no Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), porém não foram atendidas por nenhuma das políticas do programa, que, de acordo com informações disponibilizadas no site, passam por contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, fomentar oportunidades de qualificação profissional e geração de renda, possibilitar a inclusão no mercado formal de trabalho etc. Corroborando as conclusões de Miranda (2014), percebemos, em Minas Gerais, um grande investimento nas políticas de repressão e um baixo investimento nas políticas de prevenção, deixando esses programas, muitas vezes, sem condições de atuação.

Dentre as dez entrevistadas, apenas uma reconhece ter recebido atendimento do PrEsp. De acordo com ela, no programa, foi feito seu e-mail, currículo, encaminhamento para o CRESS e para uma entrevista de emprego. As demais afirmaram que deixaram seu contato, porém nunca foram procuradas.

Todas as entrevistadas encontravam-se no processo de reconstrução das suas vidas no momento pós-cárcere, buscando alternativas de sobrevivência fora da ilicitude a fim de não caírem na reincidência. Os dados sobre reincidência no Brasil são, ainda, muito limitados. De forma inédita, o IPEA realizou uma pesquisa sobre o tema em 2015 nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro e constatou que um a cada quatro ex-condenados volta a ser condenado pelo cometimento de algum crime no prazo de até cinco anos. Se fossem considerados aqueles que regressam para o presídio como presos provisórios, a proporção seria maior (IPEA, 2015).

Em todos os discursos analisados nesta pesquisa, podemos perceber que as entrevistadas entendem que sua força de vontade em não retornar para o crime é o único

elemento definidor da não reincidência, como se o processo reabilitativo fosse de responsabilidade exclusiva do indivíduo e não necessitasse da participação do Estado.

Como já dissemos anteriormente, não consideramos a inserção no mercado de trabalho como sinônimo de reabilitação, muito menos como garantia de não reincidência. Em trabalhos anteriores, inclusive, mostramos como muitas mulheres empregadas entraram para o tráfico como forma de aumentar a renda familiar (HELPEES, 2014). Porém, seria fantasioso imaginar a reabilitação sem a garantia mínima de uma renda que permita às egressas manter a si e às suas famílias.

As duas mulheres entrevistadas que conseguiram retomar os estudos o fizeram por características pessoais e familiares, sem nenhum tipo de intervenção de política pública. Lana foi até um promotor que conheceu durante a prisão pedir para ele interceder a seu favor em uma bolsa de estudos. Foi uma relação que passa por fora de qualquer política planejada e consciente de reabilitação. Anita, diferente das outras entrevistadas, tinha uma família com condições financeiras que possibilitava mantê-la por um período para estudar e não era a principal responsável economicamente pelo seu filho. Não se trata de desmerecer o esforço individual das referidas mulheres, ao contrário, trata-se de afirmar que não podemos contar exclusivamente com os esforços individuais para a efetivação da reabilitação.

Miranda (2014) afirma que, se o Estado Neoliberal é máximo em práticas punitivas, ele é mínimo em medidas reabilitativas, tratando-as como questão de mérito individual.

No sistema neoliberal, tal como identificamos, a reabilitação não aparece nem como tarefa do estado, nem como ação executada pelo mercado, mas como responsabilidade do campo social. Defendemos que os problemas coletivos não podem encontrar as soluções para as suas patologias no campo individual, mas dependerão, essencialmente, da intervenção política adequada aos desequilíbrios e às patologias geradas pelo funcionamento social (MIRANDA, 2014, p. 307).

6.3 Dificuldades em romper com a condição de precariado

Dentre as dez mulheres entrevistadas, três começaram a participar de atividades ilícitas ainda na infância ou adolescência. Elas interromperam os estudos ainda muito cedo (nenhuma concluiu o ensino fundamental na idade regular) e não possuíam a experiência de terem passado pelo mercado de trabalho lícito antes da prisão. São os casos de Marta, que desde pequena acompanhou a vida infratora da mãe e dos irmãos

mais velhos e, na adolescência, passou a trabalhar com a família no tráfico; Simone, que após sucessivos espancamentos e humilhações motivadas pela sua orientação sexual/afetiva desde a infância, fugiu de casa e, aos 15 anos, começou a se envolver com atividades infratoras; e Alice, que na adolescência começou a furtar a fim de adquirir bens de consumo que até então não tinha acesso. Fernanda também não havia passado pelo mercado de trabalho lícito antes de ser presa, mas, diferente dos casos anteriores, também não se envolveu com atividades ilegais. Embora tenha sido presa no tráfico, era usuária de drogas ilícitas, a princípio financiadas pelos seus companheiros e, posteriormente, passou a se prostituir para manter o uso.

As outras seis entrevistadas da mesma forma interromperam os estudos muito cedo (três não concluíram o ensino fundamental e três concluíram o ensino médio, colocando-as em posição minoritária frente à população carcerária brasileira). Todas elas começaram a trabalhar na legalidade ainda muito jovens. Desde a adolescência, faziam bicos como faxineiras, garçonetes, balconistas, ajudante de cozinha, revendedora de produtos de beleza, manicure, serviços gerais etc.

Interessante ressaltar aqui o discurso moral de que o trabalho sempre aparece como atividade profilática para prevenção ao crime. Tal discurso não se comprova na realidade, uma vez que as pesquisas mostram que o trabalho precoce esteve presente na biografia de muitas pessoas envolvidas com atividades ilícitas. Todas as mulheres protagonistas deste estudo estavam localizadas no mercado de trabalho na condição de precariado. Lembrando que, como já esclarecido anteriormente, adotamos a linha de Braga (2012). O autor entende precariado não como uma nova classe social, mas como parte do proletariado, seus setores mais precarizados, que sempre existiram, de alguma forma, no capitalismo; porém, nas últimas décadas, tem crescido e engolido cada vez mais outros setores do proletariado. O avanço das medidas neoliberais contribuiu fortemente com a ampliação de tal setor. Em entrevista realizada em 2018, o autor afirma:

É uma parte precarizada da classe trabalhadora, aquela que está mais distante do acesso aos regimes de *welfare*, de segurança. E ele é composto pela parcela da classe trabalhadora que está sempre oscilando entre o aumento da exploração econômica, pela diminuição de salários, eliminação de benefícios, precarização do ponto de vista dos contratos, e a ameaça da exclusão social via desemprego. Esta é a parte fundamentalmente importante para entender o que é precariado num país como o Brasil. A massa da população que está entrando no mercado de trabalho não tem condições de dar um salto. Os que conseguem são minoria branca, bem qualificada, que vem de universidade pública ou das melhores universidades privadas do país, a classe média

tradicional. E os que não conseguem emprego precisam sobreviver, então aumenta o subemprego, o emprego precário, aumentam as formas degradantes de trabalho, onde o precariado se acantona. E as reformas apontam para uma enorme ampliação desta massa precarizada de trabalho (BRAGA, 2018).

Como temos destacado ao longo deste trabalho, o agigantamento do estado punitivo pode ser entendido, de acordo com Wacquant (2003), como um dos quatro pilares do neoliberalismo, ao lado das medidas econômicas de desregulamentação do capital, retração das políticas de bem-estar e a “alegoria cultural da responsabilidade individual”. Dessa forma, quando dizemos que o Estado Punitivista tem como alvo principal a população pobre e negra, estamos dizendo que o referido modelo também tem como alvo o próprio precariado. Assim, todas as mulheres aqui entrevistadas já pertenciam ao grupo desprivilegiado economicamente e socialmente, que se encontra na mira das políticas punitivistas.

Depois do envolvimento com o crime, nossas entrevistadas cumpriram suas sentenças e retornaram para a vida fora dos muros da prisão. Durante o período em que estiveram presas, nove delas não tiveram oportunidade de fazer nenhum tipo de capacitação para o mercado de trabalho. Também não puderam cursar o ensino médio, porque na penitenciária só havia o curso até o ensino fundamental. A partir de 2015, até mesmo o curso fundamental deixou de existir no pavilhão feminino na penitenciária em questão, sendo mais um exemplo de como as prisões mistas são, na verdade, masculinamente mistas (COLARES; CHIES, 2010).

Soma-se à baixa escolaridade o estigma carregado por uma mulher ex-presidiária. Se, para o homem, ser visto enquanto ex-presidiário é algo nocivo; para a mulher, o fato é tido como aberração, como já foi tratado neste trabalho. Dessa forma, a mulher egressa do sistema prisional que busca a ruptura com as atividades ilícitas retorna ao precariado em condições ainda menos competitivas do que antes.

Um primeiro critério observado pelas entrevistadas antes de procurar uma vaga no mercado de trabalho é se a empresa solicita o nada consta. De acordo com as entrevistadas, a maior parte dos supermercados e lojas da cidade solicita o documento, o que, em geral, já as fazia desistir desses postos de trabalho. Aquelas que se inseriram no mercado de trabalho formal o fizeram, principalmente, trabalhando em restaurantes, como cozinheiras ou auxiliares de cozinha, e em empresas terceirizadas que oferecem serviços gerais, como manutenção e limpeza de prédios. Aquelas não empregadas

formalmente buscam, principalmente, alternativas através dos serviços domésticos, como as faxinas.

Dentre as dez entrevistadas, duas haviam conseguido o direito ao LOAS devido a problemas psiquiátricos (Simone e Luana), após diversas investias sem sucesso em permanecer no mercado de trabalho; uma estava vivendo de ajudas enquanto buscava emprego (Marta); duas, apenas, encontravam-se formalmente empregadas: Lana, que trabalhava como cozinheira em uma churrascaria, e Alice, garçoneiro em um restaurante. Alice, porém, foi presa novamente poucos dias após nossa entrevista. Quatro delas estavam desempregadas, fazendo “bicos” para se manterem (Claudia, Ana Paula, Fernanda e Fran). Anita estava fazendo estágio em uma escola infantil particular.

Diferentemente das demais, Lana e Anita conseguiram realizar o sonho de cursar uma faculdade. Anita, já formada em pedagogia, não está satisfeita financeiramente, visto que seu estágio oferecia baixa remuneração, porém está muito esperançosa e nutrindo expectativas quanto ao seu futuro profissional. Já Lana encontra-se trabalhando com carteira assinada, recebendo um salário mínimo em uma churrascaria entre 18h e 2h, acordando às 6h para ir à faculdade. Conta sentir-se muito cansada, porém apresenta entusiasmo com seu futuro profissional uma vez formada. Ou seja, a possibilidade de estudar e ter alguma chance de romper com o mercado de trabalho precarizado proporciona às duas expectativas em relação ao futuro, mesmo com um presente ainda incerto.

6.4 O peso de ser mulher em uma sociedade patriarcal, antes, durante e depois da prisão

Todas as entrevistas eram permanentemente marcadas pela questão de gênero. O fato de serem mulheres em uma sociedade patriarcal atravessa todas as histórias de vida de maneira decisiva. Os principais elementos destacados são: a violência sofrida ao longo da vida, a responsabilização exclusiva pelos filhos e a entrada no crime por intermédio dos homens.

A maioria das histórias aqui narradas são histórias de violência. A história de Luana, espancada cotidianamente pelo pai, chama a atenção. Aos 14 anos, foi estuprada por um homem conhecido da família e, após ter a gravidez descoberta, foi expulsa de casa. Fran sofreu tentativa de estupro do padrasto, e a mãe não acreditou nos relatos da filha. Ao sair de casa para morar com o namorado, também foi agredida por ele. Outra história de vida marcada pela violência foi a de Simone. Além de não ter tido os

cuidados básicos quando bebê, “*minha mãe deixava até eu comer meu cocô*”, “*não sabia nem andar com um ano e meio*”, ela foi duramente agredida pela mãe devido à sua orientação sexual, a ponto de ficar pelada na rua, apanhando e precisando gritar que era mulher e não homem. Atualmente, sente medo da violência do filho que, através de ameaças, busca se impor e tenta obrigá-la a passar a casa construída por ela para o nome dele. Claudia, Anita e Ana Paula relataram casos de agressão doméstica, em que apanharam do próprio marido. Lana e Fernanda não relataram casos de agressão física, mas descreveram casos de abandono protagonizados pelos pais de seus filhos depois do descobrimento da gravidez, deixando-as psicologicamente abaladas. Fora a violência perpetrada pelos pais, mães, maridos, desconhecidos e filhos, temos também a violência protagonizada pelos agentes do Estado, em especial a violência psicológica. Todas as entrevistadas afirmaram terem escutado, direcionadas a elas e/ou a outras presidiárias, falas de agentes penitenciários no sentido de humilhação e degradação.

Estudos mostram que grande parte da população carcerária feminina no Brasil apresenta um histórico de violência (HELPE, 2014; MOURA, 2012; PIMENTEL, 2015; SOARES; ILGENFRIT, 2002; CARNEIRO, 2014). Em pesquisa realizada anteriormente, em Juiz de Fora, identificamos que:

Traço em comum na vida de muitas mulheres encarceradas é o histórico de violência física, sexual ou psicológica. A cada quatro entrevistadas uma foi vítima de violência sexual durante a infância. Já na idade adulta, uma a cada três entrevistadas sofreu violência doméstica do tipo físico. Esta proporção se repete entre aquelas que afirmaram já terem sido vítimas de violência física perpetrada por policiais ou funcionários do sistema penal. Algumas, inclusive, declaram ter fugido de casa ainda na adolescência devido à violência que sofriam cotidianamente em seus lares (HELPE, 2014, p. 210).

Carneiro (2014) relata, em sua pesquisa, diversos casos de violência sexual sofrida pelas mulheres aprisionadas na Cidade do México. Os estupros eram episódios tão comuns nas narrativas, que pareciam fazer parte de um destino incontornável na vida delas através das gerações.

A violência sexual é tão recorrente que, apesar de deixar marcas brutais, por vezes é tratada como um destino que, apesar de perverso, as mulheres não têm como escapar. A alta recorrência é o argumento certo: mães, filhas e irmãs estupradas pode ser normal. Quase todas as mulheres que participaram da oficina escreveram sobre as experiências sofridas (CARNEIRO, 2014, p. 219).

Muitas vezes, estas mulheres são vítimas de violência ao longo de toda a vida, alterando, apenas, os agentes que a pratica: na infância, os agentes são os pais ou outros familiares; na vida adulta, os companheiros. Além disso, o próprio sistema de justiça criminal age como um perpetuador da violência sofrida. O sistema de justiça criminal pode exercer a violência direta, através das ações de policiais e agentes penitenciários, mas também uma violência mais indireta, através do mecanismo de funcionamento da própria penitenciária: submissão cotidiana às revistas vexatórias, cães e armas durante as saídas das celas, uso de algemas em situações nas quais não são oferecidos riscos, como no caso de mulheres em trabalho de parto etc.

Outra marca relacionada à questão de gênero presente em todas as entrevistas é a responsabilização exclusiva pelos filhos, que todas elas, de alguma forma, tinham. Léo, Ana Paula, Marta, Fran, Claudia e Alice engravidaram na adolescência e pararam de frequentar a escola por não terem com quem deixar os bebês. Em todos os casos, os pais, mesmo aqueles que assumiram a paternidade, não tomaram para si a responsabilidade de cuidar dos filhos para as mães continuarem estudando. No caso de Luana, seu primeiro filho foi gerado, ainda na adolescência, a partir de um estupro. O filho de Simone foi gerado através de uma relação sexual paga. O homem soube da gravidez e ignorou-a. Outras ainda passaram pela situação de precisar entrar na justiça para garantir a guarda e a pensão dos filhos, como Lana e Fernanda.

Em grande parte dos casos, além de serem as principais ou únicas cuidadoras dos filhos, eram, também, responsáveis economicamente por eles antes da prisão. Assim, a partir do momento que foram detidas, as crianças ficaram em situação ainda mais vulnerável, sendo encaminhadas para casas de parentes. No caso de Ana Paula, uma de suas filhas foi abusada sexualmente por um cunhado que tinha como função proteger a criança.

Nenhuma criança foi cuidada exclusivamente pelo pai após a prisão das mães com as quais conversamos para a realização desta pesquisa. Aqueles que mantiveram contato permanente com os filhos, morando, às vezes, na mesma casa, o faziam por intermédio de suas mães, ou seja, das avós paternas que, em algumas situações, incumbiam-se dos cuidados com as crianças. Assim, fica evidente que a prisão da mulher na sociedade patriarcal em que ela assume os principais cuidados com os filhos gera um colapso na instituição familiar, colapso este difícil de ser revertido após o alvará. Depois de anos morando em casas diferentes, as crianças e adolescentes, muitas vezes, sentem dificuldade em reestabelecer o convívio com a mãe. Esta passa a ser vista

como uma estranha, até porque, como já foi dito, em geral elas não recebem as visitas dos filhos permanentemente quando estão presas, pois os pais não os levam. Quando perguntadas sobre as principais dificuldades encaradas na prisão, a resposta, quase sempre, é a mesma: saudade e preocupação com os filhos. Muitas vezes eles são considerados o motivo pelo qual a mulher entra no crime – como forma de garantir uma vida de menos escassez para eles – e, também, o motivo pelo qual ela se arrepende do crime – por estar longe dos mesmos durante a prisão.

O terceiro elemento que abordaremos, ainda a partir da ótica de gênero, é o fato de parte destas mulheres ter entrado para o crime por intermédio da relação com outros homens. Duas entrevistadas foram duramente punidas por questões que, a princípio, diziam respeito não a elas, mas aos seus irmãos. Lana, por ser a irmã mais velha e se sentir responsável pelos irmãos, acabou entrando para o tráfico visando ao pagamento de uma dívida feita por um deles. Claudia, também irmã mais velha, sentindo-se responsável pelo caçula, acabou presa no lugar do irmão envolvido com o tráfico. A única entrevistada que entrou a partir de um relacionamento amoroso foi Anita. Ela conta que, após a prisão do companheiro, foi chantageada a obedecer às ordens do mesmo de dentro da cadeia e gerenciar o dinheiro advindo dos negócios dele. Ela encarou a tarefa como prova de amor, como uma demonstração de que não o abandonaria, já que ele estava precisando dela.

Apesar de apenas uma entrevistada ter entrado para o tráfico a partir do relacionamento afetivo, esta é uma situação comum relatada em outros estudos. Costa (2008), em sua pesquisa, apresenta diversos relatos de mulheres que, a partir da relação com namorados ou maridos, começam a participar das atividades ilícitas, muitas vezes levando droga para a cadeia, por exemplo, para atender a um pedido dos mesmos. Uma de nossas entrevistadas, Ana Paula, começou um relacionamento na prisão. Ao receber o alvará, descobriu que o namorado teria sentença a cumprir até 2086 – ele dizia para ela que sua pena acabaria em 2015. Ainda assim, ela manteve as visitas. Porém, pouco tempo depois, ele começou a pressioná-la para que levasse drogas na vagina nos dias de visita. Ela negou e terminou o relacionamento, afirmando que muitas mulheres levam droga para os namorados presos, são descobertas e, depois de também presas, são abandonadas.

Por fim, importa ressaltar que os elementos de gênero aqui expostos são construídos socialmente a partir de uma estrutura de poder patriarcal, responsável por legitimar um vetor de dominação do homem sobre a mulher, fazendo com que

naturalizemos a violência doméstica, a responsabilidade feminina sobre os filhos e as relações afetivas não igualitárias, nas quais o poder masculino é exercido sobre a mulher.

6.5 Encarceramento em massa e Políticas de desencarceramento

Como afirma Wacquant (2012), o aumento do estado penal é um dos elementos centrais do neoliberalismo. A criminalização da pobreza e o encarceramento dos pobres é uma das principais respostas do Estado à insegurança social engendrada pela atual configuração do sistema capitalista. Assim, configura-se um estado mínimo em direitos, porém máximo em repressão. Um estado livre e amigável aos detentores do capital, não obstante violento e perverso para os despossuídos em condição de maior vulnerabilidade econômica e social, o precariado.

Além do fato do estado punitivista estar voltado centralmente contra os pobres, não punindo com a mesma violência e intensidade os *white colors crimes* (SUTHERLAND, 1945), diversos autores destacam o racismo enquanto elemento estrutural do sistema prisional, apontando a cadeia como um sistema racializado de controle social. Se, em outros tempos, a escravidão era a instituição responsável pelo controle social dos negros, garantindo sua subordinação e exploração, hoje esta instituição é o sistema de justiça criminal (WACQUANT, 2003; DAVIS, 2003; BORGES, 2018).

Wacquant (2003) afirma que, nas prisões, temos as marcas da escravidão, e elas se constituem enquanto a continuação do gueto, uma vez que ambos se assemelham como forma de confinamento para um setor da sociedade sempre visto enquanto uma ameaça econômica e simbólica. O autor considera que os Estados Unidos, ao longo de sua história, testaram diversas formas de manter os pobres e negros em condição de exclusão. A primeira delas foi a escravidão; a segunda foi a discriminação e a segregação cotidiana legalmente instituída que durou por mais de um século após o fim da escravidão. A terceira foi a constituição dos guetos; a quarta, e atual maneira de exclusão, é a instituição prisional moderna (WACQUANT, 2003).

Como foi apresentado em capítulo anterior, o preconceito racial no Brasil é, muitas vezes, disfarçado de repúdio à bandidagem, uma vez que o primeiro é socialmente menos aceitável, além de ser uma atitude criminosa; já o segundo é até considerado louvável por parte considerável da população. Diversos políticos

brasileiros, inclusive, foram eleitos sob um discurso de punitivismo extremo. Delegado Sivuca, por exemplo, foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro duas vezes na década de 1990 sob o jargão “*Bandido bom é bandido morto*”. A mesma frase foi dita repetidas vezes por Jair Messias Bolsonaro, recém-eleito para a presidência do Brasil. O sucesso dos políticos que atuam sob tal bandeira – aqui foram citados dois, mas são muitos – mostra que o crescimento do Estado Penal, a princípio uma política neoliberal para responder brutalmente às incertezas econômicas e sociais, foi internalizado por uma grande parcela da população como a solução para a criminalidade.

Os dados levantados pelos institutos de pesquisa não deixam dúvidas: os que mais sofrem com o agigantamento do punitivismo são os pobres e os negros. Levando em consideração o aumento alarmante do aprisionamento feminino (INFOPEN Mulheres, 2014; 2018), notamos que, nas últimas décadas, as mulheres têm se tornado alvo fácil das políticas de encarceramento, especialmente na chamada “guerra às drogas”. As mulheres, em especial as negras e pobres, estão na mira do aprisionamento, uma vez que estão nos postos mais baixos da hierarquia do tráfico. Muitas vezes atuam como “mulas” de um traficante ou realizam o tráfico de drogas a varejo, sendo exceções aquelas a ocuparem os postos mais altos na atividade. Dessa forma, suas prisões, embora fáceis, em nada impactam a dinâmica da economia do tráfico de drogas, mostrando que a “guerra às drogas”, na prática, não passa de uma panaceia, pois os principais alvos da referida política são os soldados do tráfico, aqueles que se encontram nas hierarquias mais baixas da atividade. Na maior parte das buscas realizadas, a quantidade de droga apreendida é mínima, não alterando, mais uma vez, a configuração do tráfico. Assim, além de não combater o comércio ilícito, a política de “guerra às drogas” ainda leva a um número altíssimo de mortes (pessoas envolvidas com o tráfico, pessoas não envolvidas com o tráfico e que vivem em comunidades vulneráveis socialmente, policiais etc.), encarceramento de jovens homens e mulheres, pobres, negros e violação de direitos de várias naturezas. Além disso, Borges (2018) chama a atenção para o fato do mercado de drogas ilegal ser uma ameaça à democracia, visto que, para funcionar, demanda alto índice de corrupção das instituições.

Assim, a guerra às drogas é uma política voltada para a punição que, sem se atentar para a prevenção, tem se mostrado ineficaz no combate ao crime e eficaz em justificar o aprisionamento e genocídio de jovens negros e pobres.

Se pensarmos o tráfico como uma indústria, a estrutura espelha a do mercado formal de trabalho. Ou seja, cabem às mulheres posições mais vulneráveis e precarizadas e com diferenças, também, se adicionarmos o quesito cor. Além disso, diversos são os estudos que demonstram que várias prisões de mulheres são realizadas em operações nas quais o foco eram os parceiros ou familiares destas mulheres, que acabam sendo detidas por associação ao tráfico. Sendo o patriarcado um sistema baseado na supremacia masculina e tendo apontado como isso acarreta impactos políticos, econômicos e, sobretudo, morais na vida das mulheres, o que teremos com esse cenário de encarceramento é a realidade de penas mais duras para as mulheres, principalmente negras, ao adicionarmos o elemento racismo, frente a delitos mais leves. 63% das mulheres encarceradas têm penas de até 8 anos, sendo este um dado que reafirma o que já foi dito (BORGES, 2018, p. 101).

Entendemos, dessa forma, que políticas com caráter de “desencarceramento” são essenciais no combate à violência estatal sofrida pela população pobre e negra. Mais do que buscar melhores condições de vida nas prisões, importante em um caráter imediato, muitos intelectuais e ativistas propõem políticas que levem à diminuição, e até eliminação, do acentuado encarceramento hoje existente.

Em nossa pesquisa, as mulheres entrevistadas correspondem ao perfil daquelas que estão na mira do encarceramento de massas. Das dez entrevistadas, apenas três haviam concluído o ensino médio antes de serem presas. As demais possuíam ensino fundamental incompleto no momento da prisão. Todas eram oriundas de famílias pobres, e metade das entrevistadas era negra.

Entre as mulheres que contribuíram diretamente com esta pesquisa, oito foram presas por tráfico de drogas (Fernanda, Claudia, Alice, Simone, Lana, Fran e Anita), uma por falsidade ideológica (Ana Paula) e uma por assalto à mão armada (Luana). Dentre as dez entrevistadas, apenas três não eram réis primárias (Alice, Marta e Simone). Em relação ao período da sentença, foram entrevistadas mulheres com penalidades pequenas, médias e longas. Em três casos, a punição não superava quatro anos (Fernanda, Claudia e Luana). Em dois casos, a punição estava entre quatro e oito anos (Ana Paula e Aline) e, em cinco casos, a punição era maior do que oito anos (Marta, Sheila, Lana, Fran e Anita). Dentre as cinco entrevistadas condenadas a mais de oito anos, todas foram por tráfico de drogas, sendo três réis primárias (Fran, Anita e Lana). Além disso, dentre as cinco com condenações longas, duas não eram proprietárias da droga da qual foram acusadas (Lana era “mula”; Anita, tesoureira) e receberam penas equivalentes a de líderes do tráfico. Apenas três (Simone e Marta) eram, de fato, proprietárias da droga com elas encontrada. Ainda assim, eram donas de boca de fumo pequenas, que funcionavam na casa onde moravam e atendiam na “franja” do comércio

ilegal. Suas prisões em nada interferiram no combate ao tráfico de drogas, como nos quer fazer acreditar os entusiastas da política da “guerra às drogas”. A tabela abaixo facilita a visualização sobre as sentenças aplicadas a cada entrevistada.

Tabela 17 – Entrevistadas de acordo com a sentença da última prisão

Nome	Tipificação (última prisão)	Sentença acima de quatro anos	Sentença acima de oito anos	Ré Primária	Função no crime
Fernanda	Tráfico	Não	Não	Sim	Usuária
Ana Paula	Falsidade Ideológica	Sim (quatro anos e dez meses)	Não	Sim	Compras em nome de outra pessoa
Claudia	Tráfico	Não	Não	Sim	Irmão era mula
Alice	Tráfico	Sim	Não	Não	Guardou a droga de outra pessoa em sua casa
Simone	Tráfico	Sim	Sim	Não	Dona de uma boca de fumo
Luana	Assalto à mão armada	Não	Não	Sim	Usuária de drogas. Assalto não teve testemunha, nem foram encontrados os objetos roubados.
Marta	Tráfico	Sim	Sim	Não	Dona de uma boca de fumo
Lana	Tráfico	Sim	Sim	Sim	Mula
Fran	Tráfico	Sim	Sim	Sim	Dona de boca de fumo
Anita	Tráfico	Sim	Sim	Sim	Tesoureira do namorado

Fonte: Tabela feita pela pesquisadora com base nas entrevistas de histórias de vida

De acordo com a tabela apresentada e analisada, Fernanda, Claudia e Luana cumprem todos os requisitos previstos em lei para que pudessem ter realizado o cumprimento de suas penas através de medidas alternativas. De acordo com o artigo 44 do Código Penal:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

II - o réu não for reincidente em crime doloso;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente (BRASIL, 1940).

As três entrevistadas aqui mencionadas tiveram sentença inferior a quatro anos, não cometeram crimes violentos, nem eram reincidentes. Ainda assim, foram punidas com privação de liberdade. Ana Paula, ré primária, foi condenada a quatro anos e dez meses. Era responsável financeiramente por seis crianças, todos seus filhos, e não cometeu crime violento. Caso o juiz tivesse entendido que a sentença dela devesse ser de até quatro anos, ela também teria, ao menos legalmente, a possibilidade de cumprir a pena através de medida alternativa. Miranda (2014), ao perguntar, em uma entrevista para o juiz da vara de execuções da comarca de Juiz de Fora, o motivo pelo qual muitas pessoas que poderiam estar cumprindo penas através de medidas alternativas estão, na verdade, sendo privadas de liberdade, obteve a seguinte resposta: “...*A grande maioria das pessoas hoje condenadas não deveriam estar presas; deveriam ser condenadas, sim, mas não presas; porque está agravando a situação deles. Nós não temos outra saída a não ser a prisão*” (MIRANDA, 2014, p. 244). Na declaração do juiz, fica evidente o descrédito do mesmo em relação às penas alternativas. Mesmo tendo conhecimento da lei, tendo conhecimento do programa direcionado ao cumprimento das penas alternativas, e tendo a concepção de que a prisão está “agravando a situação deles”, permanece mantendo a privação de liberdade para essas pessoas. Dessa forma, a garantia do cumprimento da sentença através de medidas alternativas, quando a lei assim permitir, é um exemplo prático de política de “desencarceramento”.

Chamamos a atenção também para os casos daquelas condenadas a sentenças longas. Anita, Fran e Lana eram rés primárias e foram condenadas a 16, 13 e 17 anos, respectivamente. Marta e Simone, também com condenações longas, não eram rés primárias, porém ocupavam espaços insignificantes se pensarmos na economia do tráfico de drogas, além de não fazerem parte de nenhuma facção criminosa. De acordo com Boiteux (2014), isso acontece porque a atual lei de drogas, além de não definir a quantidade de droga que configura tráfico, também não prevê diferenciação para o tempo de punição de acordo com a posição ocupada no comércio ilegal de entorpecentes. Assim, temos pequenos traficantes sendo punidos como grandes traficantes. Para a pesquisadora:

...O sistema brasileiro de controle de drogas atua de forma seletiva e autoritária, pois não limita o poder punitivo, pelo contrário, deixa de estabelecer limites e contornos diferenciadores exatos para a figura do usuário, do pequeno, do médio e grande traficante, e atribui às autoridades, no caso concreto, ampla margem de discricionariedade, o que acarreta uma aplicação injusta da lei (BOITEUX, 2014, p. 92).

A “ampla margem de discricionariedade” dada aos aplicadores da lei possibilita a existência de um excesso de elementos subjetivos no ato de julgar. Silva (2014), em sua pesquisa de mestrado, chama a atenção para os elementos extralegais, baseados em preceitos morais e discriminatórios, que influenciam nas decisões judiciais.

Já na análise dos fatores extralegais, relacionados às características das acusadas, foi possível a realização de algumas inferências significativas sobre os determinantes da decisão, uma vez que a lógica de decisão dos magistrados e da instituição judiciária sofre a influência de componentes morais e discriminatórios. Quanto à influência do gênero na condenação, em lugar da benevolência apontada pela literatura, encontramos indícios de uma discriminação negativa das mulheres que subvertem as expectativas associadas aos clássicos papéis de gênero. (...) Essa discriminação é construída ao nível individual das interações na audiência, pela interpretação dos aspectos sutis, como a conduta, a argumentação e o vocabulário das acusadas, em associação com o grau de culpa/responsabilidade e de periculosidade (SILVA, 2014, p. 224).

Outra medida de “desencarceramento” é repensar a prisão provisória. Esta, que consiste no aprisionamento antes mesmo da sentença, legalmente deveria ser adotada em casos excepcionais, quando o acusado fosse pego em flagrante ou oferecesse riscos caso aguardasse seu julgamento em liberdade. Porém, o que era para ser exceção tornou-se regra, e 41% dos presos brasileiros são presos provisórios. Muitos deles ficam presos ilegalmente, visto que, no julgamento, são declarados inocentes ou condenados a penas alternativas, ou, ainda, condenados a penas privativas de liberdade por um período de tempo menor do que o já cumprido. No Rio de Janeiro, por exemplo, há estimativas de que 53% dos presos provisórios, em 2014, estavam presos ilegalmente⁵³. Utilizar a prerrogativa da prisão provisória como exceção e não como regra, ou seja, usá-la legalmente também é uma forma de contribuir com o desencarceramento.

As políticas de indulto natalino da mesma forma vão no sentido de contribuir com o desencarceramento. Lana, Ana Paula e Luana conseguiram, em 2016, quando cumpriam o regime aberto em prisão domiciliar, o perdão de pena. O indulto natalino é

⁵³ Dados retirados do site *Danos Permanentes*. Disponível em: <http://www.danospermanentes.org/oque.html>.

amparado pela Constituição Federal e possibilita o perdão de pena para os condenados que cumprirem os requisitos previstos no decreto presidencial, publicado anualmente em data próxima ao Natal.

Não é possível falarmos seriamente em desencarceramento se não abordarmos a necessidade de repensar a política proibicionista em torno das drogas. A proibição abre espaço para o tráfico, que, por sua vez, é hoje a principal causa de encarceramento de homens e mulheres. Não é nosso objetivo aprofundarmos a referida discussão neste trabalho, mas ressaltamos o evidente fracasso da política proibicionista, que leva a um número altíssimo de encarceramento e mortes, além de ser extremamente onerosa ao Estado. Ao mesmo tempo, temos presenciado políticas alternativas ao proibicionismo, passando pela legalização e regularização de drogas até então tido como ilegais, que têm contribuído para a redução do encarceramento e do tráfico. Boiteux (2014) aponta algumas medidas relacionadas a descriminalização e regulamentação que sugerem resultados muito mais positivos do que a suposta “guerra” às drogas.

Mas o que pode ser feito? Há que se mudar a política de drogas atual, para uma mais humana, eficaz e humanitária, investir em redução de danos, descriminalizar o uso e o cultivo e regular (legalizar) todo o mercado de substâncias hoje ilícitas. Ao se descriminalizar a posse, estar-se-á ampliando as possibilidades de prevenção. Ao se regulamentar a venda, estar-se-á fiscalizando um consumo que existe de forma descontrolada no mercado ilícito, e ainda se gerará impostos para financiar a prevenção. Há que se pensar em alternativas sociais, e retirar mulheres e crianças dos cárceres, que só deveriam receber condenados por crimes violentos. Os novos exemplos internacionais recentemente implementados em países como Uruguai podem ser um marco de mudança para a superação do modelo atual repressivo, que tem na prisão como pena a sua base simbólica mais forte (BOITEUX, 2014, p. 101).

Retomando a discussão apresentada neste item, amparamo-nos na literatura que compreende as políticas de encarceramento em massa como resposta estatal às inseguranças econômicas e sociais típicas do atual contexto de produção flexível e regulamentação neoliberal (WACQUANT, 2003). Tal resposta é uma forma de controle social, que criminaliza principalmente pobres e negros e, atualmente, também as mulheres, sendo a “guerra às drogas” a principal justificativa dos altos índices de encarceramento. As trajetórias das mulheres entrevistadas em nossa pesquisa correspondem ao que foi dito. Dessa forma, apontamos aqui algumas políticas de desencarceramento, tais como: a adoção de penas alternativas, a redução do poder discricionário dos magistrados, um melhor uso da prisão provisória, o indulto natalino e,

por fim, a necessidade de mudarmos os rumos em relação à política direcionada às drogas no Brasil, abrindo caminho para medidas de descriminalização e regulamentação da produção, consumo e venda das substâncias hoje criminalizadas.

6.6. A solidão da mulher encarcerada

Os dias da visita nos estabelecimentos prisionais podem ser os mais esperados pelos presos e presas, mas também podem ser os mais tristes. Lima (2015) realiza uma etnografia mostrando a complexa rede formada entre as mulheres que visitam os presídios no interior de São Paulo. Às sextas-feiras à noite, saíam dezenas de ônibus lotados de mulheres rumo às penitenciárias do interior. Algumas faziam o “bate-volta” e, outras, passavam o fim de semana na cidade na qual ficava a cadeia a ser visitada. Todo um esquema de utilização da cozinha das pousadas, compras no mercado e organização da fila de visitantes era montado e seguido à risca.

Por outro lado, na mesma etnografia, é possível identificar diversos casos de abandono no cárcere quando as mulheres são presas. Entrevistadas relatam situações em que “marcharam” com o preso durante sua “caminhada”, ou seja, estiveram presentes às visitas sociais e íntimas durante o período em que o companheiro estava preso, levando o “jumbo” ou a “sacola”, além dos artigos de higiene, roupas, chinelos etc., e quando foram presas, nunca mais souberam deles. Nas cadeias comandadas pelo PCC, quando a mulher abandona o marido durante a prisão, ela pode ir para o “debate”, espécie de tribunal no qual homens do comando definirão qual o destino reservado a ela. Punições como raspar os cabelos, sobrancelhas, quebrar perna, proibir de frequentar certos lugares e até a morte são comuns.

Varella (2017), conforme mencionado em capítulo anterior desta pesquisa, que já atuou como médico voluntário em presídios masculinos e femininos, conta que uma das diferenças mais notáveis entre os dois tipos é o tamanho da fila dos visitantes. Enquanto nas penitenciárias masculinas, mulheres e crianças formam filas colossais, o mesmo não se dá nas prisões femininas. Nestas, em geral, as filas são pequenas e formadas, novamente, por mulheres, em geral mães ou parentes da presidiária.

Nas entrevistas feitas durante esta pesquisa, a maior parte das mulheres sentia-se solitária durante o período da prisão. Marta e Cláudia encontravam-se em um relacionamento quando foram presas. Porém, no primeiro caso, as visitas foram diminuindo a frequência até o momento de cessarem sem nenhuma explicação. Marta,

através de visitantes de outras mulheres privadas de liberdade, soube depois que o namorado já se encontrava em outro relacionamento. O companheiro de Claudia desapareceu por quase dois anos, período em que ela esteve presa. Quando ela saiu da prisão, ele lhe disse ter recebido uma ameaça: caso a visitasse, ela seria punida dentro da cadeia; logo, o desaparecimento foi para o bem dela. Claudia nunca acreditou na história. O companheiro não sabia dizer quem ameaçou, nem o motivo das ameaças. Ainda assim, ela reatou com ele e ficaram juntos por mais algum tempo. A única entrevistada que permaneceu recebendo as visitas do companheiro durante todo o período em que esteve presa foi Alice, configurando-se como um caso de exceção entre as colegas.

Dentre as dez entrevistadas, apenas Alice e Anita recebiam visita íntima. Alice, como já foi dito, recebeu visita do companheiro por todo o período em que esteve presa. O companheiro de Anita estava detido no pavilhão ao lado do seu e já se encontrava preso no momento da prisão dela. Assim, embora eles não tivessem possibilidade de visita social aos fins de semana, tinham direito à “suíte”, nome usado na cadeia para se referir à visita íntima. O relacionamento terminou quando ele foi transferido para outra unidade.

A maior parte das entrevistadas recebia visitas da mãe. Em geral, as visitas não eram semanais, mas dentro das possibilidades de cada uma. Lana recebia visitas mensais do pai, e Anita recebia visitas mensais ou a cada dois meses da cunhada. Simone recebia, em geral, apenas uma visita por ano de sua mãe.

Do tempo que trabalhei como agente de segurança penitenciária, uma das lembranças mais recorrentes é em relação à visitação. As visitas do pavilhão eram organizadas de forma que metade das mulheres privadas de liberdade pudesse receber seus visitantes um dia por semana, alternando os sábados e os domingos. Era contrastante a felicidade daquelas que estavam no pátio, com seus familiares, e a tristeza daquelas que estavam na cela, certas de que não receberiam ninguém ou, ainda, daquelas que estavam aguardando alguém. As que sabiam que não receberiam nenhuma visita, em geral passavam o dia cabisbaixa, na cama e, vez ou outra, conversavam comigo e com outras agentes sobre a solidão na qual se viam. Aquelas que estavam aguardando alguém passavam o dia olhando através da “capa”, ou seja, pela grade, servida como porta da cela. Com o avançar das horas, a ansiedade aumentava, e elas perguntavam a todo momento para as agentes se tínhamos visto seu familiar no salão. A visita terminava no fim da tarde e, no início da noite, quando todos os familiares já

tinham se retirado da penitenciária, eram comuns choros, lamentações e crises de ansiedade que terminavam, algumas vezes, em escoltas nos hospitais da cidade para serem contidas com medicação.

Além do recorrente abandono masculino e permanente julgamento da família e conhecidos sobre sua condição de mulher presidiária, elas também sofrem com a ausência dos filhos. As crianças só podem entrar na cadeia com a mãe, pai ou com quem possua a guarda legalmente definida. Como, em geral, depois do aprisionamento da mãe, as crianças não ficam com os pais, mas com as avós ou outras mulheres da família e, na maior parte das vezes, tais cuidadoras ou cuidadores não assumem legalmente a guarda das crianças, as mulheres presas passam meses e até anos sem ver os filhos. Em algumas datas especiais, existe autorização judicial para que outras pessoas (além da mãe, pai ou responsável legal) possam entrar com as crianças na penitenciária. Em geral, são datas comemorativas, tais como dia das mães ou dia das crianças. Nos referidos dias, recorde-me, o pavilhão feminino era uma festa. Eram muitas crianças correndo, gritando e gargalhando pelo pátio. Na hora da despedida, porém, as gargalhadas eram substituídas pelos choros. A seguir, uma citação de um trabalho anterior bem ilustrativo disso:

É comum, nas despedidas, presenciarmos muitos choros de crianças ao despedirem de suas mães presidiárias. Em um desses dias de visita, que coincidia com o dia das mães, uma menina de aproximadamente 6 anos correu em direção à pesquisadora, pulou em seu colo e, chorando, pediu para que sua mãe fosse embora com ela, como presente do dia das mães. Além de cenas emotivas no pátio, as lágrimas são comuns também nas celas, entre aquelas que não receberam visitas (HELPEs, 2014, p. 113).

Finalizando, em todas as entrevistas, quando perguntadas sobre o que mais marcou suas vidas na prisão, um dos elementos elencados era a saudade dos filhos, a sensação de deixá-los desamparados e de estarem, elas próprias, desamparadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A liberdade que dos deuses eu esperava
Quebrou-se. As rosas que eu colhia,
Transparentes no tempo luminoso,
Morreram com o tempo que as abria”
Sophia de Mello Breuner Andresen⁵⁴*

Retomaremos, sinteticamente, nas considerações finais, aos argumentos apresentados ao longo do trabalho. Antes de mais nada, importa ressaltar que esta tese foi idealizada a partir das relações que pude estabelecer com mulheres presidiárias no período em que trabalhava como agente de segurança penitenciária. Conviver com estas mulheres por cinco anos possibilitou-me escutar suas histórias. Já a trajetória acadêmica nas ciências sociais permitiu-me lapidar esta escuta, de forma a compreender que, quando narravam suas vidas, narravam, também, em diálogo com suas subjetividades, aspectos estruturais da sociedade em que estavam inseridas. Em cada narrativa, é possível identificar os mecanismos de classe, raça, gênero e os efeitos das políticas criminais estabelecidos. Desta forma, uma história de vida nunca é só “uma” história de vida.

O trabalho parte da constatação de que, ao contrário do que foi convencionalizado pelo senso comum, a maioria das pessoas privadas de liberdade estava inserida no mercado de trabalho antes da prisão. Em geral, elas se localizavam nos setores mais vulneráveis do proletariado, o que chamamos de precariado (BRAGA, 2012). Embora pessoas de todas as classes sociais sejam passíveis de cometerem crimes, intelectuais alinhados à criminologia crítica explicam que temos um sistema de justiça criminal seletivo, tanto na escolha dos crimes alvos da punição quanto na preferência das classes que são punidas (SANTOS, 1981). Sendo as mulheres maioria no precariado e, além disso, duplamente estigmatizadas com a passagem pela prisão, como se dá o retorno das egressas do sistema prisional no mercado de trabalho? Buscando a resposta para a referida pergunta, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as transformações no mundo do trabalho, o aumento do punitivismo e suas implicações para a vida das mulheres. Foi feita também uma análise das políticas criminais do estado de Minas Gerais nas últimas décadas, estado no qual foram encarceradas as mulheres que

⁵⁴ ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Poemas Escolhidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 97.

compartilharam conosco suas histórias para o desenvolvimento deste trabalho. Por fim, foram realizadas entrevistas de histórias de vida com dez mulheres egressas do sistema prisional. As entrevistas foram analisadas individualmente e a partir de categorias analíticas.

A crise do capital, em 1970, teve como resposta a reestruturação produtiva, que ao adotar padrões de acumulação flexíveis, levou o mundo do trabalho a muitas transformações. Esse modelo oferece possibilidades de crescimento do capital, uma vez que intensifica a exploração do trabalho, pois o trabalhador opera diversas máquinas, acumulando funções, e não existe “desperdício” de tempo. Além disso, formas precarizadas de trabalho passam a ser generalizadas: empregos de meio período (*part time*), contratos temporários, funções terceirizadas, alta rotatividade no emprego, impossibilidade da construção de uma carreira, exploração acentuada do trabalho de mulheres e imigrantes, dentre outras medidas, ao lado do aumento do desemprego estrutural e do enfraquecimento dos sindicatos (ANTUNES, 2009; BRAGA, 2012). Soma-se aos padrões de acumulação flexíveis, o modelo de regulamentação neoliberal. O neoliberalismo sofre variações nos diferentes países devido aos elementos culturais e políticos internos, bem como pela intensidade da resistência oferecida pela classe explorada. Porém, podemos resumir a essência da agenda neoliberal nas seguintes medidas: privatizações de empresas até então estatais, redução ou extinção do capital produtivo estatal, legislações desregulamentadoras das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais e medidas coibidoras das ações sindicais (ANTUNES, 2009, p. 68).

Wacquant (2012) compreende a agenda neoliberal para além das características econômicas. O autor apresenta uma concepção sociológica do termo e afirma que, ao lado da liberalização econômica e da retração das políticas públicas, o neoliberalismo compreende, também, o agigantamento do estado punitivo e a alegoria cultural da responsabilidade individual. Assim, para preencher as lacunas sociais deixadas por tal modelo, a resposta é o aumento da repressão e a responsabilização individual pelo fracasso. Nas últimas décadas, o agigantamento punitivista do qual o autor faz referência tem levado a um hiper-encarceramento da população pobre.

Tanto as transformações no mundo do trabalho quanto o aumento da punitividade são tendências mundiais e, apesar das particularidades da América Latina e do Brasil, tais fenômenos também acontecem aqui. Em nosso país, temos os agravantes de passarmos pelas reformas neoliberais sem sequer termos vivenciado um

modelo de bem-estar coeso que as precedessem e também de uma história de violência e taxas de encarceramento que se destacam nos dados mundiais sobre o tema.

O atual estágio do capitalismo, neoliberal e punitivista, somado ao patriarcado historicamente constituído, faz com que as mulheres encontrem-se em condições de vulnerabilidade econômica e social, mesmo diante de todos os avanços referentes a conquistas de direitos nas últimas décadas. No Brasil, por exemplo, entre os desempregados, a maior parte são mulheres. Já entre os empregados, elas ocupam maior parte dos terceirizados e dos trabalhadores de meio período. De acordo com os resultados de pesquisa divulgados pelo IBGE em 2018, a média salarial da brasileira corresponde a 76,5% do salário do brasileiro nas principais capitais do país, mesmo trabalhando, em média, três horas semanais a mais do que os homens (incluídas as tarefas domésticas) e tendo maior escolaridade. Quando somamos à variável gênero a variável raça, a diferença é ainda maior. O salário médio de um homem branco, no Brasil, é 3.087 reais, enquanto o da mulher negra é de 1.283 reais (IBGE, 2018). Assim, apesar de terem rompido o espaço exclusivamente doméstico e alcançado o mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo atingidas pelos mecanismos de desigualdade de gênero.

A vulnerabilidade econômica somada ao aumento do punitivismo atinge, especialmente, as mulheres pobres. Antes, a punição da mulher se dava principalmente no espaço doméstico. Diante um comportamento tido como indesejado, cabia ao marido a aplicação da pena que ele julgasse conveniente. Em muitos casos, elas eram retidas em manicômios ou conventos. Já as mulheres negras escravizadas eram punidas pelos seus proprietários, que tinham sobre elas direito de vida e morte. A prisão só passa a ser a principal forma de punição das mulheres ao longo do século XX (BORGES, 2018). O aumento do número de mulheres presas costuma refletir as políticas criminais. Nos anos 1950, tivemos, no Brasil, a intensificação da repressão ao crime de vadiagem, fazendo com que muitas mulheres em condição de prostituição fossem detidas, levando a um aumento nas estatísticas de mulheres encarceradas. Já a partir das últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, o tráfico de drogas é eleito como inimigo público, e aqueles que atuavam na linha de frente desta atividade passam a aumentar os dados do encarceramento. Nas palavras de Soares e Ilgenfritz: “a elevação do número de mulheres presas pode estar, portanto, refletindo a ação repressiva dos agentes de segurança, concentrada no tráfico e uso de drogas” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 90). Assim, desde os anos 1990, tem-se verificado o aumento substancial de mulheres

encarceradas. Em geral, são mulheres pobres, não brancas, jovens e com baixa escolaridade (INFOPEN Mulheres, 2018). Assim, a intersecção de classe, gênero e raça, ou seja, o cruzamento de múltiplas formas de discriminação faz com que mulheres pobres e negras sejam alvo fácil do sistema de justiça criminal.

Em Minas Gerais, a pauta de segurança pública passa a ganhar notoriedade a partir do Governo Aécio Neves, em 2003. A forma escolhida para enfrentar o problema priorizou as políticas repressivas, enquanto secundarizou aquelas de natureza preventiva. Atualmente Minas Gerais ocupa o segundo lugar no *ranking* de número de pessoas aprisionadas no país e o terceiro lugar na quantidade de homicídios, mostrando que as políticas repressivas não foram suficientes para conter a criminalidade violenta no estado.

Os principais programas voltados para a prevenção do crime no estado são: 1. *Fica Vivo!*; 2. *Mediação de Conflitos*; *Central de Acompanhamento de Alternativas Penais* (CEAPA); e 4. *Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional* (PrEsp). Os dois primeiros são programas de prevenção primária, pois objetivam evitar a criminalidade; já o terceiro é considerado programa de prevenção secundária, direcionado àqueles que já cometeram infrações de menor potencial ofensivo e cumprem suas penas de forma alternativa à prisão. O quarto programa direciona-se à reabilitação do egresso do sistema prisional, portanto caracteriza-se como prevenção terciária (MIRANDA, 2014). Dos quatro programas de prevenção à criminalidade citados, aquele que mais dialoga com nossa pesquisa é o PrEsp. Embora todas as nossas entrevistadas fossem cadastradas no programa, apenas uma delas chegou a ter, efetivamente, contato com as ações do mesmo. Em geral, as mulheres com as quais dialogamos demonstravam descrença quanto ao programa.

As entrevistas foram apresentadas por ordem de realização. Ao todo, formou-se uma rede com 21 mulheres. Dentre elas, 12 atendiam ao perfil da pesquisa. Todas elas já me conheciam no período em que foram privadas de liberdade e todas com as quais eu consegui entrar em contato e atendiam aceitaram participar da pesquisa. No entanto, apenas dez entrevistas foram concretizadas. Uma delas, Larissa, quando contatada por mim via *Facebook*, disse ter interesse em participar, porém estava no Rio de Janeiro. Afirmou que, em alguns meses, voltaria para Juiz de Fora e me procuraria. Quando fui entrar em contato com ela novamente, descobri, através dos *posts* colocados por amigos no perfil dela, que havia sido novamente presa e assim permanecia até o momento da finalização deste trabalho. Outra egressa do sistema prisional, Julia, teve sua história

com um desfecho trágico. Mandeí uma mensagem para ela, também pelo *Facebook*, explicando sobre a pesquisa e pedindo sua contribuição. Ela disse que havia mexido com muita “coisa errada” após ter saído da prisão, mas estava tentando seguir um caminho melhor e que me concederia, sim, a entrevista. Como eu tinha compromissos agendados no período, ficamos de nos falar novamente dentro de dois meses. Aproximadamente um mês depois, descubro, através das postagens de amigos e familiares de Júlia, que a mesma havia sido executada com nove tiros. Ela morreu aos 23 anos. Quando a conheci, na prisão, tinha apenas 18 anos.

As entrevistadas correspondiam ao perfil das mulheres aprisionadas no país: eram de famílias pobres, com baixa escolaridade (apenas três possuíam ensino médio) e haviam praticado crime de baixo potencial ofensivo. Algumas delas possuíam os requisitos necessários para cumprirem pena alternativa, pois eram réis primárias e foram condenadas a menos de quatro anos de punição, porém, ainda assim, foram privadas de liberdade. Tiveram aquelas, também, que eram usuárias de drogas e foram condenadas por tráfico. Aquelas que, de fato, estavam envolvidas com o tráfico, ocupavam os postos mais baixos da atividade; foram condenadas, porém, a longas penas, equivalentes, inclusive, a de seus chefes. Levando em consideração que esta é a realidade de grande parte das pessoas encarceradas, diversos pesquisadores têm chamado a atenção para a necessidade de políticas de desencarceramento, tais como a adoção de penas alternativas, o uso da prisão provisória como exceção e não como regra, o indulto natalino e repensarmos as políticas proibicionistas em relação às drogas.

Em todos os casos, as entrevistadas criavam técnicas cotidianas na tentativa de acobertar a passagem pela prisão e o envolvimento com o crime, ou seja, acobertar o estigma que carregavam. Como ser ex-presidiária não é uma característica imediatamente perceptível, estas mulheres encontravam-se na condição de “desacreditáveis”. Uma vez o estigma sendo descoberto, elas passariam a ser “desacreditadas” (GOFFMAN, 1982). Assim, ao procurar emprego, ficavam atentas se o estabelecimento exigia ou não o nada consta. A maioria delas descartava a possibilidade de tentar trabalhar nos locais em que o nada consta era solicitado. Apenas uma entrevistada resolveu driblar a regra e entregou o documento errado duas vezes, fato não percebido pelos empregadores. Uma vez acobertado o estigma na contratação, ele permanece assombrando o cotidiano no trabalho. Sentem receio de serem reconhecidas por clientes e que a informação chegue até aos ouvidos dos seus chefes. A angústia em torno do estigma aumenta quando, por exemplo, o local em que elas

trabalham é frequentado por agentes penitenciários ou, ainda, por outras pessoas conhecedoras de sua condição. Algumas delas atribuem a demissão sofrida à possibilidade de terem sido descobertas pela chefia. Aquelas que trabalham com serviços domésticos, como as diaristas, por exemplo, sentem que, uma vez descobertas, não teriam mais a confiança necessária para entrar nas casas e fazer seu trabalho.

Além de acobertar o estigma no local do trabalho, algumas ainda o fazem nas relações afetivas e familiares. Uma entrevistada, por exemplo, reside na casa da sogra, e nenhum familiar do marido sabe da passagem dela pela prisão. Isso a coloca em situações constrangedoras, como quando surge algum assunto sobre penitenciárias e a sogra afirma: *“se matassem todos os presos, seria melhor”*. Outras, ainda narram episódio em que os filhos, pais, namorados e maridos, diante situações conflituosas, utilizam-se do argumento de elas serem ex-presidiárias para desqualificá-las.

As marcas de serem mulheres em uma sociedade patriarcal são perceptíveis em todas as narrativas. São recorrentes as memórias sobre estupros, agressões físicas, interrupção dos estudos devido à gravidez na adolescência, responsabilização pela criação dos filhos etc. Todas as entrevistadas são mães e, na maior parte dos casos, eram as únicas responsáveis por seus filhos, tanto afetivamente quanto financeiramente. Assim, a prisão da mulher, em geral, traz consequências não apenas para a vida da mesma, mas tem um alcance imensurável sobre toda a família. Em quase todos os casos, quando a mulher foi encarcerada, os filhos foram divididos em casas de parentes, gerando a ruptura da criança não apenas com a mãe, mas também com os irmãos. Lembrando que, na maior parte das histórias, a ruptura com o pai já estava colocada antes mesmo do nascimento da criança. Após anos no cárcere, vendo com pouca frequência os filhos, os desafios para retomar a unidade familiar são enormes, ainda mais somados à necessidade da egressa de trabalhar e reconstruir a vida fora da prisão. Em um dos casos, durante a prisão de sua mãe, uma menina, que tinha mais cinco irmãos, foi abusada sexualmente pelo tio, seu suposto cuidador. Quando o homem é preso, por mais que a família sofra diversos danos, a unidade familiar se mantém, já que as mulheres, em geral, permanecem sendo as responsáveis pelos filhos (HELPEPES, 2014; MOURA, 2012).

Outro elemento repetido nas histórias contadas é a solidão no cárcere. Relatos de abandono por parte dos maridos e namorados são recorrentes na literatura sobre o encarceramento feminino (LIMA, 2015; PIMENTEL, 2008). Apenas uma entrevistada recebeu a visita do companheiro ao longo do cumprimento da pena. Duas delas foram

abandonadas por eles sem nenhum tipo de explicação, término ou despedida. A solidão também se faz presente em relação aos filhos. As pessoas que recebem a tarefa de cuidar das crianças durante a prisão das mães muitas vezes não têm condições de levá-las à visita frequentemente e, quando têm, acabam esbarrando em questões burocráticas em torno da guarda legal da criança. Assim, várias entrevistadas só conseguiam ver seus filhos nas datas comemorativas, quando existia autorização judicial para facilitar a entrada de crianças no presídio. Por outro lado, nos pavilhões masculinos, as filas formadas por esposas e filhos costumam ser formadas no dia anterior (LIMA, 2015).

Como foi dito, embora todas as entrevistadas tivessem sido cadastradas no PrEsp, em geral elas não tiveram nenhum tipo de auxílio por parte do programa no processo reabilitativo. Somente uma das entrevistadas contou ter sido contatada pelo programa e encaminhada para uma entrevista de emprego. Em todas as narrativas, estas mulheres estavam enfrentando os desafios da vida pós-cárcere, buscando não reincidirem no crime e tentando se estabelecer no mercado de trabalho. Conforme mencionado ao longo da tese, a inserção no mercado de trabalho não é sinônimo de reabilitação, porém não podemos falar seriamente em reabilitação sem que o(a) egresso(a) alcance a garantia de condições mínimas de sobrevivência fora das atividades ilícitas. Percebemos uma ausência de políticas públicas reabilitativas em Juiz de Fora, de forma que reincidir ou não no crime é tratado unicamente como mérito individual da egressa do sistema prisional, de forma que o Estado parece isentar-se da tarefa de evitar a reincidência no crime.

Por fim, se a vida no cárcere é, em grande medida, marcada pela expectativa da vida fora dele, uma vez tendo alcançado o objetivo, ou seja, uma vez em liberdade, o cotidiano é marcado pelo passado no cárcere. Carregar o estigma de ex-presidiária faz com que a punição destas mulheres se estenda para além do tempo vivido em reclusão. O receio de serem descobertas, o escutar das grades, chaves e cadeados durante a madrugada e o medo de serem presas a qualquer momento tornam-se rotina. É urgente que os órgãos públicos, em parceria com as universidades, debruçem-se na elaboração de execução de políticas públicas que possam contribuir para a reabilitação destas mulheres, porém, mais do que isso, urge, também, ampliarmos o debate em torno da nocividade das políticas de encarceramento de massas e suas consequências para a população, em especial, para as mulheres pobres e negras.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARBEX JÚNIOR, Jr. *Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas*. São Paulo: Moderna, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOITEUX, Luciana. Drogas e cárcere: repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Drogas: uma nova perspectiva*. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Justificando: Letramento, 2018.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-112.

BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-liberale*. Paris: Raisons d'agir, 1998.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Exploração e desemprego definem precariado, diz sociólogo Ruy Braga* (Entrevista). Estadão, 2018. Disponível em <<http://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/exploracao-e-desemprego-definem-precariado-diz-sociologo-ruy-braga>>. Acesso em: 10 de dez. 2018.

BRASIL, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-31072015-151308/>>. Acesso em: 04 out. 2016.

CARLOMAGNO, Marcio C.; ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de*

Ciência Política. v. 7, n. 1, 2016. Disponível em:
<<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CARNEIRO, Ludmila Gaudad Sardinha. *Mulas, olheiras, chefas & outros tipos: heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na cidade do México*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. *Gênero: Uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. *De Cadeia a Penitenciária: Uma Análise da Política Prisional de Minas Gerais*. Disponível em:
<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg425.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

DAVIS, Angela. *Are prisons obsolete?* New York: Seven Stories Press, 2003.

DURIGUETTO, Marta. *Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FRAGA, Paulo. A geopolítica das drogas na América Latina. *Revista em Pauta*, p. 67-88, 2007.

_____. *Vida Bandida: Histórias de vida, ilegalismos e carreiras criminais*. Lisboa: NEA, 2015.

_____. Entre caminhos e carreiras: experiências delinquentes em um estudo de histórias de vida. In: *Vidas em curso no cárcere: Experiências de estudos do universo prisional*. MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

FREIRE, Christiane Russomano. *A violência do sistema penitenciário brasileiro contemporâneo: o caso RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HELPE, Sintia Soares. *Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas*. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

_____. Para além do desemprego: participação feminina no tráfico de drogas enquanto alternativa de aumento da renda familiar. In: FRAGA, Paulo César Pontes (org.). *Mulheres e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

HIRATA, Helena; DOARÉ, Hélène Le. Os paradoxos da globalização. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). *O trabalho das mulheres: tendências contraditórias*. São Paulo: SOF, 1999.

IBGE, Indicadores. *Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa*. 2003/2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2014.pdf>. Acessado em: 06 de mar. 2016.

IBGE, 2018. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de população e indicadores sociais, 2018. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101551>>. Acessado em: 10 de nov. 2018.

INFOPEN MULHERES, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Ministério da Justiça. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acessado em: 10 fev. 2016.

INFOPEN MULHERES. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2ª ed. Brasília: 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acessado em: 26 dez. 2018.

ITURRALDE, Manuel. O governo liberal da insegurança social na América Latina: semelhanças e diferenças com o norte global. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 169-196.

KOKOREFF, Michel. L'économie de la drogue: des modes d'organisation aux espaces de trafic. *Les Annales de La Recherche Urbaine*, 1998, n. 78, p. 114-123.

_____. Toxicomanie et trafics de drogues: diversité des cheminements et effets de génération au sein des milieux populaires em France. In: Brunelle, N.; Cousineau, M.-M. *Trajectoires de déviance juvénile: les éclairages de la recherche qualitative*. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2005.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Jacqueline Ferraz de. *Mulher Fiel: Etnografia do amor nas prisões do PCC*. São Paulo: Alameda, 2015.

MARTINS, Jorge Henrique Schaefer. *Prisão Provisória: Medida de Exceção no Direito Criminal Brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2006.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

- MIRANDA, Márcia. *Sobre a reabilitação dos criminosos: há alternativa... (à pena)?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre. O interesse no conflito. In: *Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM, 2005.
- MOURA, Maria Junqueira. *Mulher, Tráfico de drogas e prisão*. Fortaleza: EDUECE; EDMETA, 2012.
- MOSCHKOVICH, Marília. Traduzir Raewyn Connel: como ler gender em português. In: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. *Gênero: Uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- NASCIMENTO, André. Apresentação à edição brasileira. In: GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 24-28.
- ORGANIZAÇÃO NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. Resolução n. 34/180 de 18 de dezembro de 1979.
- PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*. v. 2. n.1. 1999. p. 135-47. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acessado em: 10 abr. 2016.
- PIMENTEL, Elaine. *As mulheres e a vivência pós-cárcere*. Maceió: EDUFAL, 2015.
- POCHMANN, Marcio. O papel da terceirização da mão-de-obra. *Fórum*, v. 42, p. 20-21, 2006.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília: Liber Livro, 2011.
- RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*. v. 13, n. 24, p. 99-10, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SÁ, Geraldo Ribeiro. *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

SILVA, Ana Paula Soares da. *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: Construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVA, Joyce Keli do Nascimento. *Mulheres no tráfico de drogas: um estudo sobre a resposta do Sistema de Justiça Penal à criminalidade feminina*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SILVA, Vânia Fernandes e. *“Perdeu, passa tudo!” a voz do adolescente autor do ato infracional*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

SOARES, Bárbara; ILGENFRIT, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. *Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?)*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 2003, n. 37 (2). p. 119-126. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf>>. Acessado em: 25 abr. 2016.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SUTHERLAND, Edwin H. Is "White Collar Crime" Crime? In: *American Sociological Review*, n. 10, v. 2, 1945, p. 132-139. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/matsueda/courses/371/Readings/White%20Collar%20Crime.pdf>>. Acesso em: 05 de jan. 2019.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 2, 2006, p. 47-63.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas: Revista dos pós-graduandos em Ciências Sociais Unicamp*, n. 44, p. 201-219, 2014. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>>. Acessado em: 09 mai. 2016.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 11-42.

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa "**Depois das Grades: um estudo sobre a reinserção de mulheres egressas do sistema prisional no mercado de trabalho em Minas Gerais**". Nesta pesquisa pretendemos compreender como a passagem pelo sistema prisional impacta a vida das mulheres, principalmente em questões referentes ao mundo do trabalho. O motivo que nos leva a estudar esse tema diz respeito à ausência de dados sobre egressos do sistema prisional, bem como a necessidade de averiguar a efetividade de políticas públicas voltadas para a reabilitação do presidiário e da presidiária, além de contribuir para a diminuição do preconceito forjado a partir de estereótipos em torno das pessoas que cumprem ou já cumpriram pena privativa de liberdade.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: A Sra. participará de uma ou mais entrevistas de história de vida, que será gravada pela pesquisadora.

Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a Sra. tem assegurado o direito a indenização. A Sra. terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

A Sra. não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade Federal de Juiz de Fora e a outra será fornecida à Sra. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa "**Depois das Grades: um estudo sobre a reinserção de mulheres egressas do sistema prisional no mercado de trabalho em Minas Gerais**" de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2017. .

Assinatura do Participante

Sintia Soares Helpes

Sintia Soares Helpes
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais UFJF
(32)98811-5595
sintiahelpes@yahoo.com.br

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

“Depois das Grades: um estudo sobre a reinserção de mulheres egressas do sistema prisional no mercado de trabalho em Minas Gerais”

Perguntas centrais:

1. Sobre a prisão

-Período em que esteve presa. Tempo de pena previsto e tempo de pena cumprida em regime fechado e semi-aberto.

-Foi presa mais de uma vez?

-Respondeu por qual crime?

-Durante o tempo que esteve presa estudou? fez algum curso profissionalizante? Participou de algum projeto? Trabalhou? Se sim, por quanto tempo, qual tipo de trabalho ou de curso. Se não, foi por escolha sua ou não era oferecido na penitenciária?

-Você recebia visitas na prisão? Com que frequência? Quem visitava você?

-Qual foi o tratamento recebido por você pela polícia no momento da prisão?

-Qual foi o tratamento recebido por você pelas agentes penitenciárias e demais profissionais do sistema prisional?

-Você tinha advogado particular ou defensor público? No caso de defensor público, como era o atendimento, com que frequência você o via, ficou satisfeita com o atendimento?

-Como foi a notícia do seu alvará de soltura? Você já esperava por ele ou não?

-Após receber seu alvará, como retornou para casa? Alguém te buscou? Voltou a pé? Era de noite ou de dia?

-Como era a vida na prisão? Quais elementos marcaram você?

-Como era o acesso à saúde na prisão?

-Você viu na prisão oportunidade de continuar no crime através dos novos contatos, novas parcerias, etc?

2. Antes da prisão

-Voltando no tempo. Como foi sua infância? Como era sua família?

-Teve filhos? Casou-se? Como era o relacionamento com os filhos e com o companheiro?

-Você estudou até que série? Por que você interrompeu os estudos? (Caso tenha interrompido)

-Você trabalhou antes da prisão? Se sim, a partir de qual idade? Quais ocupações você desenvolveu?

-Você tinha carteira assinada? Em geral qual era sua renda em salários mínimos?

-Em algum momento da sua vida você foi responsável pela sua renda familiar? Como era? Caso sim, seu salário era suficiente?

-Como era, em geral, sua relação com seus chefes e colegas de trabalho?

-Você frequentava cinema? Teatro? Shows?

-O que te levou a praticar atividade ilícita?

-Fale sobre sua participação no crime até o momento da sua prisão.

3. Depois da prisão

-Depois de receber seu alvará de soltura, você foi orientada pelo estado sobre algum curso de capacitação ou órgão de encaminhamento ao mercado de trabalho?

-Você procurou trabalho depois de quanto tempo em liberdade?

-Você retomou os estudos?

-Quais eram seus principais receios em procurar emprego depois de ter sido presa?

-Já foi pedido nada-consta em alguma tentativa de emprego?

-Já recebeu alguma negativa de emprego pela condição de ex-presidiária?

-Caso trabalhe, seus chefes e colegas sabem que você já foi presa? Se sim, percebem algum tratamento diferenciado por parte deles? Se não, você sente receio de que descubram? Teve momentos em que ficou em uma situação difícil sobre esse tema?

-Já desistiu de tentar algum trabalho por saber que eles solicitavam nada consta?

-Quais suas ocupações desde que saiu da prisão?

-Você trabalhou em quantos empregos com carteira assinada e em quantos sem carteira assinada desde que saiu da prisão?

-Qual sua média salarial?

-Você é responsável financeiramente por sua família?

-Como está sua relação familiar depois da prisão? Com seus filhos, mãe e pai? Você sente que modificou alguma coisa?

-Você encontra-se em algum relacionamento? Caso sim, esse relacionamento já existia antes da prisão ou iniciou-se depois de liberta?

-Seu atual companheiro ou companheira também já foi preso? Se não, você teve dificuldade em contar ou sente que ele tem algum problema quanto a isso?

-Quando estava presa, provavelmente você tinha planos pra quando saísse. Hoje você acredita estar realizando esses planos? Fale mais sobre isso.